

EM GUARDA CONTRA O PERIGO VERMELHO:
O ANTICOMUNISMO NO BRASIL (1917-1964)

Rodrigo Patto Sá Motta

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da USP para a
obtenção do título de Doutor em História
Econômica.

Orientadora: Professora Doutora Suely
Robles Reis de Queiroz

São Paulo, outubro de 2000

NOTA EXPLICATIVA: TRATA-SE DO TEXTO ORIGINAL DA TESE DEFENDIDA EM 2000, E QUE FOI PUBLICADA COMO LIVRO EM 2002 PELA EDITORA PERSPECTIVA (COM APOIO DA FAPESP). ESTA VERSÃO EM PDF NÃO CONTÉM O CAPÍTULO 4, SOBRE ICONOGRAFIA ANTICOMUNISTA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1. PRIMÓRDIOS DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL: 1917-1935..	16
CAPÍTULO 2. MATRIZES DO ANTICOMUNISMO	32
Catolicismo	35
Nacionalismo	49
Liberalismo	60
CAPÍTULO 3. IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA	71
“Demônios”	73
Agentes patológicos	78
Ameaça estrangeira	81
Desafio à moral	89
Inferno soviético	97
A “Intentona Comunista”	104
O “cavaleiro da desesperança”	114
CAPÍTULO 4. ICONOGRAFIA ANTICOMUNISTA	
Comunismo diabólico	
Comunismo e religião	
Imagens sinistras: violência, escravidão e doença	
Comunismo internacional	
A insurreição de 1935	
Prestes	

Disputas eleitorais	
Infiltração no governo Goulart	
CAPÍTULO 5. ORGANIZAÇÕES ANTICOMUNISTAS	173
Cruzada Brasileira Anticomunista	180
Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade	187
Organizações terroristas	194
CAPÍTULO 6. “INDÚSTRIA” DO ANTICOMUNISMO	202
CAPÍTULO 7 - A PRIMEIRA GRANDE “ONDA” ANTICOMUNISTA: 1935/37 ..	224
O levante	231
A reação	242
O grande engodo	266
CAPÍTULO 8 - O SEGUNDO GRANDE SURTO ANTICOMUNISTA: 1961/64 ...	286
A ascensão de Goulart	289
Os anticomunistas se organizam	293
Representações	301
Guerra de posições	307
A crise se agrava	315
Desfecho	329
CONCLUSÃO	342
RELAÇÃO DAS FONTES E BIBLIOGRAFIA	346

INTRODUÇÃO

A definição de anticomunismo é, em princípio, relativamente elementar. Mas tal aparente simplicidade recobre uma realidade bastante complexa. Anticomunistas seriam os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação¹. A base de sua atuação estaria centrada, portanto, numa atitude de recusa militante ao projeto comunista. Ressalte-se, comunismo entendido como a síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético².

Se a convergência entre os diversos grupos anticomunistas era plena na postura negativa em relação ao adversário comum, o mesmo não ocorria quando se tratava de atitudes positivas: no interior do amplo arco que compõe o anticomunismo podem ser encontrados projetos tão díspares quanto o fascismo e o socialismo democrático, ou como catolicismo e liberalismo. As diferenças não se restringiam às formas diferentes de conceber a organização social, mas também se faziam presentes na elaboração de estratégias de combate ao comunismo. Considerada esta heterogeneidade, característica inerente a um movimento e ideário que se constituía em ser contra, não a favor de algo, não se deve estranhar o fato de que a união e atuação conjunta ocorressem raramente, em momentos críticos. E mais, tal cooperação envolvendo as diversas facetas do anticomunismo, verdadeiras “frentes anticomunistas”, tendia a ser efêmera, durando enquanto o “perigo comunista” fosse considerado grave.

¹ BERSTEIN, Serge & BECKER, Jean-Jacques. *Histoire de l'anticommunisme*. Paris: Olivier Orban, 1987. p.10.

² Antes do bolchevismo já havia algo como um anti-socialismo, mas foi apenas após a ascensão dos seguidores de Lênin ao poder e a consequente formação do Estado soviético que o anticomunismo tomou formas definitivas e consistentes.

Mas, em que pese a heterogeneidade, ou talvez por causa dela, o fato é que o anticomunismo tornou-se uma força decisiva nas lutas políticas do mundo contemporâneo, alimentado e estimulado pela dinâmica do inimigo que era sua razão de ser, o comunismo.

Como imaginara Karl Marx, o comunismo foi efetivamente um espectro rondando a sociedade capitalista. No entanto, embora tal afirmação tenha sido feita em meados do século XIX, ela se aplica melhor ao século atual, quando o “fantasma” adquiriu um poder sem precedentes de amedrontar os setores mais conservadores da sociedade. Durante os cerca de 70 anos compreendidos entre a Revolução de outubro de 1917 e a crise do socialismo real ocorrida na virada da década de 1980 para 1990, o comunismo tornou-se muito mais que um espectro. A ascensão dos bolcheviques ao poder na Rússia causou um impacto muito forte: o que antes era somente uma promessa e uma possibilidade teórica transformou-se em existência concreta. O entusiasmo e a esperança dos revolucionários somados à crise da sociedade liberal, emergente no contexto pós-Primeira Guerra, provocaram considerável crescimento da influência dos ideais comunistas.

O que para algumas pessoas era a concretização de um sonho dourado, para outras era um pesadelo tomando formas reais. O comunismo despertou paixões intensas e opostas: de um lado, o dos defensores, encaravam-no como revolução libertadora e humanitária, que abriria acesso ao progresso econômico e social; de outro ponto de vista, o dos detratores, viam-no como uma desgraça total, a destruição da boa sociedade e a emergência do caos social e do terror político.

A força do comunismo, consubstanciada na expansão e crescimento dos partidos e ideais comunistas, engendrou o anticomunismo. Os grupos sociais atemorizados pela “ameaça” ou “perigo” comunista, por sinal expressões reveladoras de seu estado de espírito, trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva visando combater o projeto revolucionário. Genericamente, pode-se dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança. No entanto, transformou-se em movimento organizado a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária.

No decorrer do século XX, o conflito opondo comunismo e anticomunismo ocupou posição central, colocando-se como elemento destacado na dinâmica política, cultural e nas

relações internacionais. Não é possível compreender os acontecimentos mundiais dos últimos decênios sem levar em consideração os embates em torno da utopia comunista. Tal centralidade ficou ainda mais evidente no quadro da guerra fria, momento a partir do qual o comunismo tornou-se de fato uma força planetária, na medida em que estados da Ásia, América e África (além da Europa oriental) começaram a aderir aos ideais de Marx, rompendo o isolamento da União Soviética.

Como resposta ao crescimento da área sob influência soviética, os Estados Unidos se propuseram a desempenhar o papel de principal fortaleza anticomunista, ocupando posição de coordenação na guerra contra o “perigo vermelho”, postura que derivava tanto de compromissos ideológicos quanto de interesses geoestratégicos e econômicos. Para cumprir a contento o objetivo de defender o planeta da “ameaça revolucionária” passou a ser imperativo para os EUA reunir em torno de si os países do “mundo livre”, mesmo a desgosto de alguns deles. A guerra fria produziu a intensificação do anticomunismo, pois o Estado norte-americano empenhou o peso de seu poder e riqueza na sustentação aos grupos dispostos a enfrentar o “inimigo” comunista, oferecendo-lhes suporte ideológico, político e material.

Voltando a atenção para o quadro nacional pode-se dizer, sem temer o exagero, que o anticomunismo teve papel marcante na história política brasileira das últimas décadas. No período imediatamente posterior à Revolução de 1917 e no decorrer da década de 1920, as manifestações contra o comunismo já começaram a aparecer na imprensa, e o assunto entrou para o rol de preocupações dos grupos privilegiados. No entanto, a “questão social” e os riscos políticos a ela ligados ainda não eram associados de maneira predominante ao comunismo, inclusive porque os anarquistas tinham mais força e visibilidade política no Brasil que os seguidores de Lênin.

Com o crescimento experimentado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos 1930, fato sem dúvida ligado, entre outras coisas, à adesão do popular líder “tenentista” Luiz Carlos Prestes e à formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), tal quadro começa a se alterar. O anticomunismo começou a ganhar maior substância na mesma medida em que se dava o processo de expansão da influência do Partido Comunista;

a partir da transformação do comunismo em “perigo” real ganharam ânimo e começaram a organizar-se seus adversários.

Porém, foi a “Intentona Comunista”, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. O impacto foi enorme sobre a opinião conservadora, afinal, não era uma rebelião comum: tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomarem o poder, a qual, uma vez bem sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira. A comoção tornou-se ainda maior quando a imprensa começou a divulgar indícios, encontrados pela polícia, da participação de um grupo de estrangeiros ligados à Internacional Comunista (*Komintern*) na frustrada tentativa revolucionária. Na insurreição estariam presentes elementos clássicos da ação comunista, tal como a representavam e denunciavam os anticomunistas: práticas conspiratórias e envolvimento de agentes estrangeiros guiados por Moscou.

Criaram-se, assim, bases para estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista. Tal tradição passou a ser elemento constante nas campanhas e nas lutas políticas, o que não significa que suas manifestações tenham tido sempre a mesma intensidade. Em determinados períodos a presença do anticomunismo foi fraca, quase residual. Mas houve radicalização do fenômeno em algumas conjunturas históricas, sempre ligadas a fases de crescimento da influência do PCB, em particular, e da esquerda, em geral.

No que se refere às fases de anticomunismo agudo, três momentos se destacam: primeiro, o período entre 1935-37, já mencionado; depois, o início da Guerra Fria, principalmente nos anos de 1946 a 1950, quando após breve interregno legal o PCB foi proscrito e voltou a ser perseguido; por fim, a crise de 1964, que levou ao golpe militar. Nos três períodos referidos, as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que em 1937 e 1964 a “ameaça comunista” foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda.

Para exemplificar a força e mesmo a longevidade da argumentação e do imaginário anticomunista basta lembrar um episódio relativamente recente. Quando Tancredo Neves articulava sua candidatura presidencial, em 1984, um grupo político de extrema direita imprimiu e fez circular material de propaganda acusando o então Governador mineiro de possuir vínculos com os comunistas. O objetivo, obviamente, era desqualificar o candidato ante a população, tentando despertar e jogar contra ele a força da tradição anticomunista, que em momentos anteriores demonstrara notável capacidade de influir no jogo político.

Considerando a importância do fenômeno anticomunista para a compreensão da história do século XX, chama atenção a escassez de estudos acadêmicos devotados ao tema. De maneira geral, tanto no Brasil como no exterior³, a historiografia e as ciências sociais demonstraram maior interesse em pesquisar os revolucionários e a esquerda que seus adversários, deixando para segundo plano as propostas ligadas à defesa da ordem. É interessante observar que, mesmo quando contemplados pela bibliografia, os conservadores são freqüentemente tratados de forma esquemática e superficial, quando não maniqueísta. Muitas vezes, o empenho em compreender e explicar é suplantado pela ânsia de denunciar.

Nos dias atuais, com a obliteração das acirradas disputas ideológicas de épocas passadas, estabeleceu-se um quadro propício a avaliações mais imparciais da história - embora a objetividade pura continue sendo meta inatingível -, assim como um interesse renovado pelo estudo do conservadorismo. E o esforço de pesquisar os grupos conservadores revela-se extremamente necessário, tendo em vista que é essencial avaliar corretamente sua influência para compreender nossa história política, mormente quando consideramos a centralidade de seu papel na condução dos destinos do Brasil.

O que foi dito genericamente sobre o conservadorismo⁴ se aplica ao caso particular do anticomunismo. Pelas mesmas razões já apontadas o tema ainda não recebeu a atenção

³ É o que apontam autores como STERNHELL e MAYER, que se dedicaram ao estudo dos movimentos contra-revolucionários. Cf. STERNHELL, Zeev. *La droite révolutionnaire. Les origines françaises du fascisme (1885-1914)*. Paris: Seuil, 1978.p.9; e MAYER, Arno J. *Dinâmica da contra-revolução na Europa (1870-1956)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.p.45.

⁴ A rigor, não é apropriado resumir o anticomunismo a uma pura expressão do conservadorismo, pois existia uma esquerda anticomunista, ainda que as forças conservadoras geralmente ocupassem o lugar principal no combate aos comunistas, especialmente no Brasil. Esta discussão será retomada no capítulo 2.

devida⁵: não foi estudado suficientemente nem observado em sua complexidade. A literatura acadêmica devotada ao estudo do anticomunismo no Brasil é bastante escassa. A maioria dos autores a lidar com a questão o faz no bojo de obras dedicadas ao Estado Novo ou ao movimento de 1964. O anticomunismo aparece nestes trabalhos como questão subsidiária, desdobramento analítico operado a partir do enfoque em conjunturas históricas mais abrangentes que compõem o centro da abordagem⁶. Poucos estudos foram dedicados integralmente à questão anticomunista e dentre estes quase todos enfocaram um único período histórico, normalmente as décadas de 1930 ou 1960, e/ou uma única região⁷.

No que respeita ao problema da complexidade, não raro encontramos apreciações superficiais e às vezes parciais do anticomunismo, apresentado ora como mera conspiração imperialista, ora como simples “fantasma” manipulado pela burguesia dominante, ora como reles manifestação de irracionalismo e fanatismo. De fato, tais aspectos são elemento importante para a compreensão do fenômeno anticomunista e não podem ser esquecidos. Mas são facetas de uma realidade complexa, que demanda um olhar mais cuidadoso. Parte da bibliografia tendeu a realçar a instrumentalização do anticomunismo, manipulado por forças imperialistas ou grupos nacionais (muitas vezes atuando em cooperação) visando outros objetivos que não o combate aos comunistas. Com efeito, a “ameaça comunista” serviu como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares,

Para uma conceituação acerca de “conservadorismo”, podemos nos apoiar em MANNHEIM: “Conservatism (...) arises as a counter-movement in conscious opposition to the highly organized, coherent and systematic ‘progressive’ movement”. MANNHEIM, Karl. *Conservative thought*. In *Essays on sociology and social psychology*. London: Routledge & Kegan Paul, 1953, p.99; e em ROSSITER: “Conservatism is committed to a discriminating defense of the social order against change and reform. The conservative knows that change is the rule of life among men and societies, but he insists that it be sure-footed and respectful of the past”. ROSSITER, Clinton. *Conservatism in America*. 2 ed. New York: Random House, 1962, p.12. Ambos distinguem conservadorismo de posturas contra-revolucionárias mais viscerais, que o primeiro chama “tradicionalismo” e o segundo “reacionarismo”. Conferir também NISBET, Robert. *O conservadorismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

⁵ Referindo-se à existência de poucos estudos sobre o anticomunismo BERSTEIN & BECKER afirmam: “... l’évidente contradiction entre l’importance du phénomène et la place modeste qui est la sienne dans les travaux historiques et même dans le vocabulaire usuel ne laisse pas de poser problème”. *Op.cit.* p.8.

⁶ É o caso, por exemplo, dos trabalhos de René DREIFUSS (*1964: a conquista do Estado*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981), Eliana DUTRA (*O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997) e Heloísa STARLING (*Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986), cuja importante contribuição ao estudo do tema procuramos incorporar.

⁷ Na maioria são dissertações de mestrado (conferir na Bibliografia). Destacaria os trabalhos de Carla RODEGHERO (*O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964*. Passo Fundo: Ediupf, 1998), sobre o Rio Grande do Sul, e de Bethania MARIANI (*O PCB e a*

garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter inalterado o *status quo*.

Porém, a ênfase na dimensão, digamos oportunista do anticomunismo acabou por colocar na sombra outras motivações, igualmente significativas. Houve grupos e indivíduos (não necessariamente fanáticos) que sinceramente acreditaram na existência de um risco real. Mobilizaram-se e combateram por temor que os comunistas chegassem ao poder. E mais, seus temores não eram absurdos, como muitas vezes se supõem. Em algumas situações o medo era justificado ou ao menos tinha fundamento, quer dizer, os comunistas gozavam de uma força que os tornava inimigos temíveis.

A motivação anticomunista resultou da intrincada mistura entre instrumentalização (ou manipulação) e convicção, que se combinaram em medida diferente ao longo da história. Para compreender como se deu tal processo é preciso analisar as conjunturas históricas específicas, pois a riqueza inerente a cada caso singular se perderia em uma abordagem excessivamente generalizadora.

A proposta da tese é realizar tal esforço analítico: estudar o anticomunismo brasileiro - resguardado seu caráter multifacetado - no decorrer da dinâmica histórica, observando as singularidades presentes em cada momento, mas sem descuidar das regularidades. Embora o recorte cronológico não seja tomado como uma “camisa de força” e as próprias fontes pesquisadas apontem para um universo temporal mais elástico, o enfoque está centrado essencialmente sobre dois períodos, 1935/1937 e 1961/1964. Trata-se precisamente dos contextos em que o anticomunismo se manifestou de maneira mais decisiva no Brasil, transformando-se em força política influente. Em grande medida, a tese empreende uma análise comparativa entre os contextos referidos, observando as regularidades e as especificidades apresentadas pelas manifestações anticomunistas nos dois casos.

Há outro aspecto importante a mencionar no que respeita à forma como o tema foi tratado. Aborda-se o anticomunismo em duas dimensões distintas, embora complementares: representações e ações. Analisa-se o fenômeno, por um lado, como um corpo doutrinário ou uma corrente de pensamento que possui discurso e representações próprias e, por outro,

como um movimento político que engendra a ação e a militância de grupos organizados. Na tese, o objetivo é estudar o anticomunismo tanto no aspecto de constituição de representações - principalmente ideário, imaginário e iconografia -, quanto no das ações - estruturação de movimentos e organizações anticomunistas, perseguição aos comunistas e manipulação oportunista do anticomunismo.

O conceito “representações” está sendo utilizado de maneira abrangente, entendendo que dele fazem parte o imaginário, a iconografia e as próprias formas mais elaboradas de pensamento, chamemo-las “idéias” ou “doutrinas”. Naturalmente, estamos falando de representações mentais, ou seja, do processo de construção de idéias, signos ou imagens através do qual os homens interpretam e conferem sentido à realidade. Em essência, trata-se de perceber a visão dos anticomunistas sobre seus inimigos revolucionários: como eles pensavam, sentiam, imaginavam e viam os comunistas e o comunismo, em uma palavra, como os representavam⁸.

Ressalve-se, representações e ações não devem ser entendidas num viés dicotômico, ao contrário, são interdependentes: representações são construídas mediante um processo ativo que envolve militância, divulgação e propaganda e, ademais, freqüentemente têm correspondência com interesses sociais⁹; e as ações e práticas sofrem influência (não passiva) das representações, que muitas vezes moldam os comportamentos dos grupos sociais.

Há que ter cautela, também, para evitar um olhar simplista no que se refere às relações entre representações e realidade. Se, de um lado, não é factível acreditar que as representações apresentam uma imagem perfeita da realidade, por outro não se deve supor a inexistência total de correspondência entre os dois fatores. Representações são construções embasadas na realidade, ainda que muitas vezes produzam versões caricaturais e mesmo deformadas do “real”. No caso do anticomunismo, como se verá adiante, o caráter complexo dos vínculos entre realidade e representações é particularmente marcante. Agindo

uma tese de doutorado, sobre o discurso anticomunista na imprensa carioca.

⁸ Segundo Roger CHARTIER as representações dizem respeito “... às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. p.17.

⁹ Como disse Antoine PROST “L’histoire des représentations renvoie ainsi aux conflits réels dont ces représentations sont l’enjeu”. *Sociale et culturelle indissociablement*. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Por une histoire culturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 1997. p.139.

sob o influxo de paixões políticas e religiosas, os anticomunistas, com frequência, representaram as ações e idéias de seus adversários de maneira deturpada, não raro raiando ao grotesco. Mas, ainda assim, parte das acusações feitas ao comunismo tinha algo de verdade, em outras palavras, possuía alguma correspondência com o real.

No que tange ao recorte teórico é preciso mencionar uma última questão, importante para a compreensão de uma das facetas do objeto em apreço. A ênfase dos cientistas sociais sobre a necessidade de pesquisar os fenômenos estruturais, duradouros, que se reproduzem e permanecem ao longo do tempo, influenciou nosso projeto. O trabalho desenvolvido insere-se nessa linha, na tentativa de olhar o anticomunismo como um fenômeno duradouro, captando as linhas de continuidade presentes ao longo da história.

Especialmente no que respeita às representações anticomunistas, notamos uma forte tendência à regularidade, ou seja, à permanência ao longo do tempo de imagens, idéias, mitos etc. Muitas das representações sobre o “inimigo” comunista foram reproduzidas durante décadas, repetindo temas elaborados nos primórdios. Diversos elementos do imaginário anticomunista construído entre as décadas de 1920 e 1930, ainda eram utilizados na década de 1980, por exemplo.

Mas se é patente e positiva a influência das pesquisas das ciências sociais, forçoso é também destacar as especificidades do “olhar” do historiador. A história pode e deve trabalhar com recortes estruturais e com a “sincronia”, mas sem esquecer que sua razão de ser reside no estudo da gênese e dinâmica dos fenômenos sociais. A sensibilidade deve estar aguçada para perceber tanto a permanência quanto a mudança, sob pena de ao invés de história fazer-se “antropologia retrospectiva”.

No caso em tela, o estudo das representações anticomunistas revela a ocorrência tanto de permanências como de mudanças. Se algumas imagens foram reproduzidas e repetidas no tempo, muitas passaram por alterações, adaptando-se às diferentes conjunturas históricas. Por outro lado, houve casos de singularidade total: determinadas representações ficaram adstritas a contextos específicos, sem possibilidade de serem objeto de repetição.

A opção em focar o objeto nesta dupla condição, observando igualmente regularidades e singularidades, permanências e mudanças, implicou em que o corpo do texto incorporasse simultaneamente estruturas discursivas de tipo sincrônico e diacrônico.

Alguns capítulos trazem abordagens mais sincrônicas, principalmente os dedicados às representações, enquanto em outros se privilegia a diacronia. Na verdade, não se trata de uma separação absoluta, posto que isto é quase impossível; ocorre apenas uma ênfase maior ou menor em um ou outro aspecto. De maneira geral, os capítulos iniciais, devotados ao estudo das representações, se estruturam a partir de um olhar sincrônico, à exceção do primeiro, onde se aborda os primórdios das manifestações anticomunistas no Brasil. Nos dois últimos capítulos enfatiza-se a abordagem diacrônica, a narrativa histórica no sentido clássico, quando se aborda os períodos históricos nos quais o anticomunismo foi mais forte e marcante, constituindo-se em fator central nas lutas políticas então travadas. Referimo-nos às décadas de 1930 e 1960, mais precisamente aos anos de 1935 a 1937 e 1961 a 1964, que serão enfocados nos capítulos 7 e 8, respectivamente.

Com esta parte final pretende-se demonstrar a hipótese central do trabalho, qual seja, a de que o anticomunismo foi um dos principais argumentos, senão o principal, a justificar e a provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira. No decorrer das décadas de vigência da República, os anos de 1937 e 1964 aparecem como marcos de ruptura institucional que deram origem à implantação de regimes autoritários de larga duração e conseqüências profundas. Significativamente, as duas experiências autoritárias mais duradouras da história recente do país foram originadas a partir do estabelecimento de frentes anticomunistas, reunindo elementos sociais diversos (empresários, políticos, militares, religiosos, grande imprensa etc) em torno do combate ao “perigo vermelho”.

Enfim, o trabalho tentará mostrar a importância do anticomunismo na dinâmica política brasileira das últimas décadas, com ênfase para os dois períodos referidos. Concomitantemente, analisaremos o universo de representações produzidas e as ações empreendidas pelos combatentes “em guarda contra o comunismo”¹⁰, que empenharam seus esforços para destruir qualquer possibilidade de sucesso das idéias comunistas no Brasil.

Antes de passar adiante, algumas palavras sobre as fontes utilizadas para a realização da tese. A pesquisa na imprensa se configurou como fonte importante para a

efetivação do trabalho, devido ao fato de tratar-se de poderoso instrumento de formação da opinião, mormente num país onde a sociedade civil possui fraca tradição organizativa. O grau e a forma de comprometimento dos jornais com o anticomunismo causaram impacto considerável sobre a sociedade, ao mesmo tempo em que pode revelar seu estado de ânimo, embora não se possa adotar a posição ingênua de considerar os jornais como espelho fiel da opinião popular.

Não se deve esquecer, claro, a existência de fatores que relativizam a força da imprensa sobre o público, como a ocorrência de clivagens internas na estrutura social e o alto grau de analfabetismo. Mas, mesmo feitas as necessárias ressalvas, os jornais seguem sendo instrumento poderoso de pressão, no mínimo influenciando para a formação das idéias das classes médias e superior. Como se verá, em algumas conjunturas os órgãos de imprensa exerceram enorme influência na propagação das representações anticomunistas, secundando e às vezes se antecipando ao Estado nas campanhas de repressão aos comunistas.

Foram pesquisados veículos da grande imprensa sediados no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, que fornecem uma boa amostragem do cenário nacional, bem como folhas de menor expressão, que apesar disto são significativas para nossos fins, dado seu empenho anticomunista. Neste caso encontram-se jornais integralistas (*Acção, A Offensiva*), católicos (*O Diário e Por Um Mundo Melhor*) e publicações anticomunistas como *Maquis e Acção Democrática*, cujo formato está mais próximo ao de revista que jornal. Devido a limitações de tempo e ao próprio recorte analítico, a pesquisa na grande imprensa tendeu a se restringir aos anos 1935/38 e 1961/64, embora tenham sido feitas breves incursões em outros períodos.

É importante registrar que, entre os livros relacionados na Bibliografia, uma parcela considerável pode ser considerada fonte primária. São obras de doutrinadores, ativistas e publicações de organizações políticas, todas devotadas à luta contra o comunismo. Ao lado dos livros *strictu senso*, destacamos uma seção de opúsculos e panfletos, publicações que desempenharam papel equivalente à literatura na propaganda anticomunista, talvez com resultados mais rápidos dado seu caráter de texto enxuto e mensagem direta. Tais livros e opúsculos, que contribuíram valiosamente para a análise do

¹⁰ Esta expressão foi usada pelo Presidente Getúlio Vargas e posteriormente serviu de título a um livro

ideário e da militância anticomunista no Brasil, na maioria se constituem em publicações raras e de localização difícil, muitas encontradas somente na Biblioteca Nacional ou nos arquivos públicos.

Outra fonte interessante utilizada no decorrer da pesquisa é a documentação produzida pelos órgãos de informação e repressão. O acesso a esse tipo de material ainda é bastante delicado, mas existem possibilidades a serem exploradas. Foram consultados os arquivos do DOPS do Rio de Janeiro e do DEOPS de São Paulo¹¹, recentemente abertos à consulta pública sob a guarda dos respectivos Arquivos Públicos estaduais. Os organismos policiais se dedicavam com mais afinco a vigiar e controlar as organizações políticas de esquerda, mas também faziam um monitoramento dos grupos radicais de direita, potencialmente subversivos.

Encontramos entre sua documentação relatórios sobre as atividades de algumas entidades anticomunistas, particularmente grupos dedicados ao terrorismo. Trata-se de um material informativo modesto, dado o desinteresse patente dos agentes policiais em aprofundar investigações nesta área, porém, não desprezível, tendo em vista a quase absoluta escassez de dados sobre o terrorismo de inspiração anticomunista no Brasil. Além disso, entre as pastas e caixas dos arquivos da polícia política carioca e paulista localizamos valiosos exemplares de material de propaganda de organizações anticomunistas, panfletos, cartazes, livretos, histórias em quadrinhos e *charges*.

A iconografia anticomunista produzida no Brasil recebeu um tratamento específico, merecendo inclusive um capítulo exclusivo na tese. A utilização de imagens reproduzidas em registro gráfico foi um elemento importante nas estratégias de propaganda anticomunista. Sua análise detida em muito auxiliou na tarefa de interpretar as representações anticomunistas, notadamente no contexto dos anos 1950 e 1960. O material iconográfico foi retirado de diversas fontes, desde capas de livros a ilustrações de jornais e revistas, passando por registros produzidos pelas entidades anticomunistas e veiculados em panfletos, “santinhos”, cartazes e histórias em quadrinhos.

editado pela imprensa do Exército.

¹¹ Os departamentos das polícias estaduais dedicados à repressão política tiveram várias denominações ao longo do tempo, principalmente o do Rio de Janeiro. Adotamos aqui, para simplificar, as siglas vigentes em época mais recente.

Capítulo 1

PRIMÓRDIOS DO ANTICOMUNISMO NO BRASIL: 1917-1935

No Brasil, pode-se dizer, o anticomunismo surgiu logo após a Revolução de 1917. O fenômeno teve dimensão internacional, provocado pela reação ao advento mundial do bolchevismo e às crises revolucionárias emergentes no pós-Primeira Grande Guerra. Temerosos com o poder de atração que o exemplo russo poderia exercer sobre as massas proletárias, num quadro de instabilidade ligado às dificuldades do pós-guerra, os governos dos países capitalistas dominantes empenharam-se na repressão e na propaganda anticomunista. Seus esforços não foram isolados, pois complementando a ação estatal grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais, religiosos) também se lançaram ao campo de batalha, dedicando-se principalmente à esfera propagandística.

Não causa surpresa nenhuma que as elites brasileiras, habituadas a importar tudo dos países centrais, de artigos de consumo a idéias, tenham sido caudatárias também em relação ao anticomunismo. Em grande parte, as visões sobre o que seria o comunismo e a ameaça que ele implicava à ordem social foram decalcadas de modelos estrangeiros. As representações anticomunistas elaboradas e divulgadas no Brasil a partir de 1917 refletem uma influência externa marcante.

O mesmo raciocínio vale para as ações voltadas a combater os comunistas. Estiveram igualmente ligadas a laços externos, muitas vezes reproduzindo o quadro político internacional. Na década de 1930, por exemplo, as atividades de repressão da

polícia brasileira contaram com a colaboração e o treinamento dos serviços especializados de outros países¹. Após a Segunda Guerra, no bojo da Guerra Fria e da ascensão dos EUA à condição de potência hegemônica, os esforços do anticomunismo no país, tanto na esfera pública quanto privada, guardaram forte ligação com a política norte-americana.

A reverência dos anticomunistas brasileiros a modelos estrangeiros acompanhou, compreensivelmente, a dinâmica das relações culturais e políticas do Brasil com o exterior. Nos anos 1920 e 1930, a fonte de inspiração provinha da Europa ocidental, essencialmente da França. A argumentação anticomunista era retirada de obras européias, traduzidas ou lidas no original. Os autores mais citados eram nomes como Chessin, Istrati, Douillet, Marion e Béraud, entre outros². Com as transformações mundiais provocadas pela Segunda Guerra, os Estados Unidos foram progressivamente ocupando o lugar da Europa como fornecedores de modelos para a elite brasileira, inclusive na esfera do anticomunismo. Não se tratava, é claro, apenas de modismo. Os norte-americanos transformaram seu país na fortaleza do anticomunismo e empenharam recursos imensos e energia considerável na destruição da “ameaça vermelha”. Considerando as circunstâncias é natural que tenham assumido a posição dos europeus no papel de central irradiadora de idéias e coordenadora de ações. Neste período, nomes como Hoover, Schwarz, James ou Decter³, autores de manuais anticomunistas, tornaram-se as principais fontes estrangeiras de divulgação doutrinária no Brasil.

No entanto, não se deve pensar que ocorria reprodução pura e simples das influências estrangeiras, ou que o Estado brasileiro incorporasse o papel de mera correia de transmissão de ordens vindas “de cima”. A recepção das construções discursivas e imagéticas anticomunistas se fazia de forma algo seletiva: algumas idéias eram mais bem recebidas que outras e, portanto, eram mais enfatizadas. Por exemplo, em comparação com os EUA, no Brasil os argumentos anticomunistas de inspiração liberal encontraram acolhida menos entusiástica. Aqui, os valores religiosos católicos se constituíram na base

¹ Notadamente com os EUA e a Alemanha. Cf. HUGGINS, Martha K. *Polícia e política*. Relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998. pp.55-57.

² Referências completas das respectivas obras na bibliografia.

³ Idem.

principal da mobilização anticomunista, relegando outras motivações a posição secundária⁴.

Por outro lado, surgiram elaborações originais, relacionadas às singularidades da dinâmica política brasileira. É o caso do imaginário construído em torno do levante de 1935, a “Intentona Comunista”, que forneceu boa parte do arsenal propagandístico usado pelos anticomunistas do Brasil. A forma como o episódio de 1935 foi explorado dificilmente encontra similar em outros países. A “Intentona” deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da exploração da sensibilidade corporativa do grupo⁵.

Quanto à pressão política exercida por potências externas, embora realidade inegável, especialmente no caso dos Estados Unidos no decorrer dos anos 1950 e 1960, há que ter cautela ao interpretar seu impacto. Os setores dominantes locais não atuavam de forma meramente passiva, como se combater o comunismo fosse algo estranho a suas preocupações. Em muitos casos, o apoio externo era considerado não apenas bem vindo, mas podia ser também solicitado por alguns grupos, que consideravam a existência de potências empenhadas num combate mundial ao comunismo uma abençoada fonte de legitimação e suporte para suas ações.

No caso da “onda” anticomunista relacionada à guerra fria, pode-se dizer que no Brasil ela começou antes que nos Estados Unidos. Enquanto naquele país o rompimento efetivo com a URSS ocorreu a partir de 1947, com a Doutrina Truman e o Plano Marshall, por aqui a perseguição ao Partido Comunista começou um ano antes, quando se iniciou o processo de cassação do registro eleitoral do PCB. Quando o governo Dutra resolveu cortar relações diplomáticas com a URSS, em 1947, dando prosseguimento a sua ofensiva contra o comunismo, a chancelaria norte-americana considerou a atitude

⁴ Voltaremos ao tema no próximo capítulo. Segundo PARENTI, nos Estados Unidos o anticomunismo era alimentado pela tríade: amor à liberdade individual, à propriedade e à religião. Cf. PARENTI, Michael. *A cruzada anticomunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

⁵ As representações construídas acerca de “1935” serão analisadas, com mais detalhe, adiante.

precipitada⁶, o que evidencia a autonomia das autoridades brasileiras no tratamento da questão. Nesta época, o governo dos EUA ainda não havia colocado o anticomunismo como prioridade máxima, independente de outras considerações. Membros da administração democrata, então no poder, temiam que políticas anticomunistas indiscriminadas levassem a perseguições contra a esquerda democrática⁷.

Posteriormente, a partir dos anos 1950, as agências estatais dos EUA tomaram uma atitude ofensiva na campanha anticomunista na América Latina, deixando para plano secundário o cuidado em evitar abusos autoritários. Mas, neste momento, encontraram governos brasileiros reticentes quanto à centralidade do problema comunista, e mais preocupados em resolver os dilemas do crescimento econômico e do desenvolvimento social. Diferentemente do governo Dutra, as administrações subseqüentes chefiadas por Vargas e Kubitschek, especialmente no último caso, não consideravam grave o “risco” comunista, e não demonstraram empenho em combatê-lo⁸.

A ofensiva político-ideológica dos norte-americanos tendeu a concentrar-se, então, nos setores mais receptivos e tradicionalmente comprometidos com o anticomunismo, como as forças armadas e policiais, os religiosos e os políticos conservadores. O movimento político-militar de 1964 foi um desdobramento deste quadro, quando setores expressivos da sociedade se deixaram convencer pelas advertências e campanhas dos anticomunistas (internos e externos), de que o país corria sério risco de “comunização” sob o governo de João Goulart, e que a única saída para evitar este cenário era retirar o Presidente à força do poder.

Em resumo, o anticomunismo brasileiro foi bastante marcado por influências internacionais, tanto no que respeita às representações quanto às ações. Mas isto não

⁶ BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois Séculos de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, pp.313 e 314. Quando houve o rompimento, mal haviam se completado dois anos do estabelecimento de relações entre Brasil e URSS (1945). Um dos incidentes a justificar o rompimento foi uma matéria publicada pela imprensa soviética, considerada uma agressão ao Presidente Dutra e ao Exército: “No Brasil, generais não nascem nos campos de batalha, mas, sim, nos cafezais”. *Apud Maquis*, nº 232, dez./1961, pp.22-31.

⁷ Cf. RABE, Stephen G. *Eisenhower and Latin America: the foreign policy of anticommunism*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1988. p.15

⁸ “Kubitschek estranhou a preocupação dos americanos com o que, conforme suas palavras, não constituía perigo algum no Brasil, o comunismo. (...) Kubitschek queria capitais, fábricas, desenvolvimento. Dulles reclamava coordenação no combate ao comunismo, entrosamento maior da CIA com os serviços secretos brasileiros”. BANDEIRA, *Op.cit.*(1973), pp.374 e 375.

impediu que existisse dinâmica própria e elaborações originais no campo das representações. Na realidade, o anticomunismo no Brasil resultou da interação entre fatores endógenos e exógenos, e os elementos desta combinação variaram dependendo da conjuntura histórica.

No nosso país, a campanha contra o comunismo começou, através da imprensa, logo após a tomada de poder pelos bolcheviques⁹. A maneira como a Revolução bolchevique foi recebida pela grande imprensa brasileira pode ser vista no excerto que se segue:

Já não ha absolutamente esperança de que a Russia se salve. Para nós, essa esperança desapareceu ha muitos dias, desde quando assignalamos o apodrecimento do colosso moscovita, cuja extensão territorial só é comparavel á immensa degradação e baixaza em que caiu, arrastado pelos traidores, pelos covardes e pelos maximalistas, que não passam de uma associação de piratas e espiões (espiões contra a propria patria!) ao serviço da Allemanha¹⁰.

Os jornais criticaram acidamente aquela que foi a segunda revolução russa, considerando suas conseqüências ruins não só para aquele país como para a causa aliada na Grande Guerra. A imprensa brasileira acompanhava a opinião de seus congêneres da Europa ocidental e dos EUA. A primeira revolução, a de fevereiro, que derrubou o Czarismo e deu início à tentativa de transformar a Rússia num Estado liberal moderno, foi tida como positiva e merecedora de aplausos. O episódio de outubro, ao contrário, despertou antipatias profundas e foi execrado devido às intenções radicais dos protagonistas bolcheviques.

Além disso, um agravante: o grupo de Lênin tinha como objetivo prioritário retirar seu país da Guerra a qualquer preço, rompendo os compromissos anteriormente assumidos pelo Czar na aliança com os países ocidentais. A retirada dos exércitos russos do conflito significou um golpe sério no dispositivo militar da “Entente”, e isto foi denunciado como uma traição vil. Como o Brasil a estas alturas também participava da guerra contra os alemães, ainda que a título simbólico, a imprensa nacional encampou a indignação contra o ato de Lênin, que passou a ser acusado de espião alemão.

⁹ Cf. BANDEIRA, Moniz; MELO, Clóvis e ANDRADE, A.T. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Neste momento inicial, nota-se alguma confusão no que respeita às expressões utilizadas para designar os leninistas. “Maximalistas” foi muito freqüente durante algum tempo, concorrendo com “bolcheviques”, de que era provavelmente uma tentativa de tradução para o português. Significativamente, o primeiro grupo bolchevista brasileiro a se organizar foi chamado “União Maximalista”¹¹. Demorou algum tempo até que o termo “comunista” se fixasse, acompanhando, aliás, uma evolução dos próprios bolcheviques. Somente alguns meses após ascenderem ao poder eles adotaram oficialmente a expressão, quando o partido foi rebatizado como Partido Comunista Russo e, posteriormente, Partido Comunista da União Soviética.

Num segundo momento, passado o calor da guerra e à medida que se conhecia melhor o que se passava “além-Urais”, as críticas veiculadas pela imprensa começaram a se voltar para os resultados sociais e políticos da revolução, considerados catastróficos. De um artigo jornalístico publicado no início de 1918, com o sugestivo título “A lição da anarquia Russa”, retiramos o seguinte:

“Faz hoje um anno que os revolucionarios russos, (...) proclamaram a victoria da Revolução (...).
Desde então a Russia atravessa o periodo mais tormentosamente tragico da sua longa e agitada vida. (...) A Russia há um anno que cae de precipicio em precipicio até que se transformou no mais vasto campo de desordem que a memoria do homem recorda”.¹²

Desordem, anarquia, destruição e caos eram o retrato da situação no ex-Império dos Czares, segundo as imagens transmitidas pelos jornais aos leitores brasileiros. No decorrer dos anos e décadas seguintes, a ênfase em pintar com tintas fortes um quadro tenebroso do que seria a realidade soviética foi uma constante, trabalho empreendido primeiramente pelos periódicos, mas logo em seguida secundado por uma florescente literatura anticomunista. A caracterização do comunismo soviético como uma experiência perversa constituiu-se num dos principais elementos do imaginário anticomunista, argumento central nos esforços de dificultar o proselitismo das idéias comunistas no Brasil.

¹⁰ As citações utilizadas na tese manterão as grafias originais. *Diario de Minas*, 2/12/17, p.2

¹¹ DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1930-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p.143.

¹² *A Noite*, 13/03/18, p.1.

No período compreendido entre 1917 e 1930 o comunismo foi encarado por seus adversários, predominantemente, como uma ameaça remota, um problema que tinha mais a ver com a realidade do velho mundo que com a dinâmica política desta parte do continente americano. Neste contexto, elaborou-se a formulação do comunismo apresentado como idéia alienígena, distante da realidade e das aspirações dos brasileiros: “(...) doutrina malsã, não encontra em nosso paiz terreno propício á sua sementeira”¹³. Os acontecimentos funestos descritos de forma aterrorizante davam-se a milhares de quilômetros, nos confins da Europa e Ásia, e, em princípio, não representariam desafio imediato para o Brasil.

Ainda assim, temia-se a possibilidade de atividades revolucionárias por aqui. Afinal, havia vanguardas operárias organizadas e eventuais surtos grevistas, e o Partido Comunista foi fundado em 1922. Se alguns grupos davam-se ao trabalho de fazer propaganda anticomunista é porque tinham medo e sentiam-se inseguros, apesar de todo o discurso do comunismo como planta exótica. Já que as propostas de Marx e Lênin não tinham chance de vingar no Brasil, como muitos afirmavam peremptoriamente, por quê perdiam tempo esconjurando-as? De qualquer modo, o empenho neste período foi modesto, se compararmos com o que veio depois, principalmente após 1935. As referências ao tema na imprensa eram esparsas e os livros escassos, predominando as obras de autores europeus. O comunismo tão execrado era uma desgraça que se abatera sobre o povo das longínquas terras dos soviets, pouco afetando os brasileiros. Toda a ênfase dos periodistas se concentrava em denunciar as misérias e horrores atribuídos ao governo dos bolcheviques na Rússia. Quase nada tinham a dizer sobre as atividades dos comunistas nacionais, que nesta fase realmente chamavam pouca atenção, dada a fragilidade orgânica do PCB.

Durante este período inicial, o ano de 1927 se destacou pela ocorrência de um pequeno surto de propaganda anticomunista. Com o fim do governo Arthur Bernardes,

¹³ *Diario de Minas*, 15/07/27, p.1. Uma expressão correlata muito apreciada pelos propagandistas anticomunistas brasileiros era “planta exótica”, tema que será analisado no capítulo 2. É interessante observar a existência de uma linha de continuidade, neste e em outros aspectos, entre as representações construídas nas campanhas contra o comunismo e nas perseguições anteriores ao anarquismo. Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

um quadriênio de muita repressão policial propiciada pela vigência do Estado de Sítio, os comunistas se prepararam para intensificar suas ações, aproveitando-se do clima político mais ameno que se anunciava. O pequeno PCB entrou em atividade febril nos primeiros meses da presidência de Washington Luís. Em pouco tempo, conseguiu colocar a serviço de sua propaganda um jornal diário, *A Nação*, através de acordo político com Leônidas de Rezende, proprietário do periódico; fundou o Bloco Operário¹⁴ (renomeado Bloco Operário e Camponês, BOC, no ano seguinte), sob cuja legenda pretendia disputar as próximas eleições legislativas; intensificou o trabalho nos meios operários através da realização de congressos e organização de entidades sindicais; e criou a Juventude Comunista¹⁵.

Ao modesto, porém, inegável crescimento do Partido Comunista, as autoridades responderam com a edição de uma lei repressiva, proposta no Congresso pelo Deputado Aníbal de Toledo. A lei, logo alcunhada pela oposição de “Lei Celerada”, tinha por objetivo restringir as atividades sindicais e políticas da esquerda. Autorizava o governo a fechar centros, sindicatos e entidades que praticassem atos considerados contrários à ordem, moralidade e segurança públicas, bem como a suspender a circulação de órgãos de publicidade acusados de propagandear tais atos¹⁶.

Durante a tramitação parlamentar do projeto de lei, que levantou muita polêmica, as autoridades lançaram mão de uma tática que iria ser repetida várias vezes posteriormente. Em maio de 1927, a imprensa recebeu da polícia informações sobre a descoberta de uma suposta conspiração revolucionária urdida pelos comunistas da capital federal, que pretendiam paralisar o transporte público e interromper o fornecimento de energia elétrica para a cidade¹⁷. O assunto foi objeto de grande exploração, pois a polícia e setores da imprensa transformaram o que parecia ser uma greve em preparação num terrível plano dos revolucionários, cujo sucesso poderia implicar na transposição do regime bolchevista para o Brasil. No mês seguinte, apareceram matérias jornalísticas falando da descoberta de informações sobre a interferência da Internacional Comunista nas ações do PCB. Divulgou-se que o *Komintern* decidira transformar o Brasil no centro

¹⁴ CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 64.

¹⁵ DULLES, *Op.cit.* (1977), pp.254-276.

¹⁶ DULLES, *Op.cit.* (1977), p.273.

principal do comunismo na América do Sul, encaminhando para cá agentes estrangeiros e uma verba de 50 mil dólares para fomentar os núcleos bolchevistas operantes no país¹⁸.

Tratava-se, evidentemente, de um artifício para justificar a necessidade das medidas repressivas preconizadas pela “Lei Celerada”. Produzindo notícias sobre conspirações comunistas visando perturbar a ordem e relacionando-as à influência de uma entidade estrangeira, os jornais ajudavam a criar ambiente favorável à aprovação da lei. Não é o caso de afirmar que os fatos divulgados fossem simples invenção da polícia, pois provavelmente tinham um fundo de verdade. Mas a maneira como foram divulgados, bem como o momento (exatamente no período de tramitação da lei) e as deturpações de que foram objeto revelam a existência de manipulações. A necessidade do uso de tais artifícios se explica pelo caráter polêmico da nova legislação, que recebeu muitas críticas devido a seu perfil autoritário. Na própria grande imprensa houve discordâncias. *O Estado de São Paulo*¹⁹ mostrou reservas quanto à necessidade das medidas e *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, criticou-as abertamente. Mas ao fim a lei passou e seus efeitos se fizeram sentir imediatamente: proibiu-se a circulação de *A Nação* e *A Plebe*, e o Partido Comunista foi declarado organização ilegal²⁰.

Mas a pequena onda anticomunista de 1927 permanece fato isolado no interior de uma fase em que predominava a caracterização do comunismo como um problema distante, um “exotismo típico das estepes asiáticas”, para usar linguagem típica da época. É a partir de 1930 que este quadro começa a se transformar. As mudanças trazidas pelo movimento “revolucionário” liderado por Getúlio Vargas, contribuíram para que o comunismo passasse a ser visto cada vez mais como um perigo interno, digno da atenção cuidadosa das autoridades responsáveis pela manutenção da ordem.

¹⁷ *Diario de Minas*, 17/06/27, p.1.

¹⁸ DULLES, *Op.cit.*(1977), p.274.

¹⁹ Em editorial publicado a 15/07/27, pouco após a aprovação da lei no Congresso, assim se posicionou o jornal paulista: “(...) não recusaremos a nossa solidariedade aos que lutam contra o comunismo. Tê-la-á o governo do Brasil quando o comunismo constituir, na verdade, um perigo para o Estado”. *Apud* CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. p.105

²⁰ DULLES, *Op.cit.*(1977), p.276. Embora os comunistas fossem o principal alvo visado os anarquistas também não estavam a salvo do aparato repressivo, o que pode ser observado pelo encerramento do jornal *A Plebe*. Na verdade, neste momento os comunistas ainda não ocupavam sozinhos o papel de inimigo revolucionário.

A derrubada da “República Velha” trouxe em seu bojo instabilidade, indefinições e, conseqüentemente, insegurança. O grupo que se congregou para tomar em armas contra o antigo sistema tinha como marca principal a heterogeneidade. No interior da ampla coalizão havia civis e militares, radicais e conservadores, liberais e antiliberais, este último grupo dividido entre esquerdistas e simpatizantes do fascismo. A orientação a ser tomada pelo novo governo não era clara e o espaço conquistado pelos defensores de propostas antiliberais gerava ansiedade nos setores conservadores da sociedade, notadamente em parcelas do clero, da imprensa e dos grandes proprietários. Muitos temiam que a facção esquerdista do governo tomasse as rédeas na condução dos negócios públicos.

Os ataques ao interventor nomeado para São Paulo, o “tenente” João Alberto, se inserem neste quadro. Ele foi acusado de proteger ou se conluiar com os comunistas, quando transpiraram informações de que seria permitido o funcionamento legal do Partido Comunista em São Paulo²¹. Também digno de nota é o episódio relacionado à proposta de reconhecimento diplomático da URSS, já que desde a ascensão dos bolcheviques o Brasil rompera relações com a antiga Rússia. Setores do novo governo defendiam o reatamento, mas as pressões conservadoras sobre Getúlio Vargas levaram a idéia a ser engavetada.

A política do governo “revolucionário” em relação ao negócio cafeeiro, principal setor da economia, também derivou em acusações de comunismo. As classes proprietárias, acostumadas que estavam com o liberalismo imperante no regime anterior, se assustaram com a postura intervencionista dos novos governantes. Se por um lado Vargas atuou no sentido de tentar sustar a tendência de queda nos preços do produto, decorrência da crise de 1929, por outro lado adotou uma política cambial que levou ao confisco, em benefício do Estado, de parte da renda gerada pela exportação do café. Como reação publicou-se em São Paulo, no ano de 1933, um livro que era verdadeiro libelo contra o governo federal, de título *O comunismo caminha no Brasil*. Acusando as

²¹ Assis Chateaubriand teria acusado o interventor João Alberto de “(...) transformar São Paulo num laboratório de atividades políticas e sociais soviéticas”. MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.261

autoridades federais de estarem se apropriando da renda dos produtores de café, ainda que em nome da coletividade, o autor afirma:

Se isto não é comunismo, não ha comunismo no mundo. Teme-se, e treme-se, entre nós, do espantinho comunista, que nos anda rondando o país. Mas não se repara que êle já está instalado, realizado, com raízes firmes, na produção do café, e realizado, sem lutas sanguinolentas, sem cadafalsos nas ruas, mesmo sem o rótulo de comunismo, e talvez, quem sabe? sem que tivessem os seus autores a consciência de estarem implantando o comunismo!²²

Obviamente, as acusações procurando envolver o governo ao comunismo não tinham fundamento, quanto mais se lembrarmos que as autoridades estavam elas próprias empenhadas em combater os revolucionários marxistas²³. Na realidade, elas revelam o descontentamento com as reformas de cunho estatista que estavam em implantação e, ao mesmo tempo, o medo causado pelo aumento do apelo das propostas comunistas. O clima político pós-Revolução de 1930 foi propício a que um número cada vez maior de pessoas, especialmente jovens e intelectualizadas, enxergasse no comunismo uma saída para as dificuldades brasileiras. O momento era de reformas, de encontrar caminhos alternativos em relação ao antigo modelo liberal, considerado falido, e a proposta dos seguidores de Lênin trazia a marca do novo e da esperança. O aumento do poder de atração do comunismo, nesta época, pode ser exemplificado pela postura de Luiz Carlos Prestes, líder tenentista aclamado pela imprensa, desde meados dos anos 1920, como o “Cavaleiro da esperança”, personificação dos ideais da regeneração do Brasil. Prestes tornou público um manifesto, em maio de 1930, onde declarava sua adesão ao marxismo-leninismo e à causa do proletariado. Sua opção certamente influenciou a muitos grupos, que o tinham como maior líder popular do país.

Na medida em que aumentou o temor ao comunismo, o campo de atuação anticomunista também se alargou. Na imprensa, o espaço dedicado ao tema foi ampliado, esmerando-se alguns veículos em encontrar argumentos para mostrar a impropriedade do comunismo. O jornalista Assis Chateaubriand, por exemplo, neste momento já dono da cadeia dos “Diários Associados”, formulou um ponto de vista curioso num de seus

²² DORIA, Sampaio. *O comunismo caminha no Brasil*. São Paulo, [s.n.], 1933. p.30.

célebres artigos. Advertiu os leitores de que, se o comunismo fosse adotado em terras brasileiras, isto provocaria imediatamente uma invasão das potências estrangeiras, que não ficariam de braços cruzados vendo seus vultosos interesses econômicos no país serem ameaçados²⁴.

Pela mesma época, a publicação de livros anticomunistas se expandiu consideravelmente, tanto no que se refere a traduções quanto a obras de escritores nacionais. No primeiro caso, temos a publicação de uma série de autores europeus, alguns já mencionados. Algumas editoras se distinguiram em traduzir para o português e, assim, popularizar livros que em alguns casos vinham circulando na edição original. Na quarta capa de um livro publicado pela *Livraria Globo*, de Porto Alegre, temos a seguinte relação de obras lançadas por aquela casa editorial até o ano de 1932²⁵: *No país dos Soviets*, de Jorge Le Fevre; *A Tshéka*, de Jorge Popoff; *Como matei Rasputine*, de autoria do Príncipe Yussupoff; *As fôrças secretas da Revolução*, de Léon de Poncins; *O que vi em Moscovo*, de Henri Béraud; e *Moscovo sem mascara*, de Joseph Douillet.

Do conjunto de obras produzidas por brasileiros no período de 1930 a 1934 destaque-se, entre outras, a título ilustrativo: *O comunismo russo e a civilização cristã*, do Bispo Dom João Becker; *A sedução do comunismo*, de Everardo Backheuser; *A questão social e a República dos Soviets*, de Alberto de Britto; *A bandeira do sangue* (combatendo o comunismo), de Alcibiades Delamare; *A Rússia dos Soviets*, de Vicente Martins; *Tempestades. O bolchevismo por dentro*, de Pedro Sinzig; e *As falsas bases do comunismo Russo*, de Alfredo Pereira²⁶. Pelos títulos, se pode perceber que a denúncia da experiência soviética ainda predominava como tática anticomunista. Na maioria dos casos, tais obras se restringiam a reproduzir argumentos utilizados pela literatura europeia, e nem sempre com precisão. Não era incomum encontrar erros factuais graves nas narrativas sobre os acontecimentos da URSS, como confusão de datas e de

²³ Exemplo disto é a contratação de serviços de policiais norte-americanos especializados na repressão ao comunismo, em 1931. CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Ed. UnB, 1993. p.49.

²⁴ *Estado de Minas*, 18/12/30, p. 2. Ressalve-se que este argumento foi usado por outras pessoas em ocasiões futuras. *O Estado de São Paulo*, por exemplo, no editorial de 27/11/35 (p.3), bateu na mesma tecla.

²⁵ Além da obra onde saiu a relação: CHESSIN, Sérgio de. *A Noite que vem do Oriente*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1932.

nomes. Mas observa-se, mesmo assim, que o comunismo passava a ser considerado uma ameaça próxima e não mais um problema remoto.

O aumento do temor à “ameaça comunista” pode ser evidenciado por um detalhe. Na maioria das obras mencionadas apareciam referências, geralmente na “apresentação” ou “prefácio”, à importância de mostrar ao povo brasileiro as mazelas do comunismo. Exemplo: num dos livros anticomunistas publicados à época Vicente Rao, futuro Ministro da Justiça, se dedica a analisar os fundamentos da legislação soviética relativa à organização familiar. Após constatar que a propaganda comunista vinha fazendo progressos no Brasil, “entre patricios menos avisados”, o autor resolveu fazer um livro para mostrar a realidade social soviética, que teria na destruição sistemática da instituição familiar uma característica essencial. Em sua opinião, os sucessos obtidos até então pelos agentes bolchevistas no Brasil deviam-se ao fato de esconderem tão importante aspecto do comunismo, as transformações na ordem moral e na organização da família. Neste sentido, afirmava: “Áquelles que de bôa fé padecem de illusões e áquelles que, por falta de dados authenticos, desconhecem a realidade da decomposição social russa, offereço, pois, este trabalho”²⁷.

O caráter combativo, de intervenção política com objetivos propagandísticos foi uma constante na trajetória da literatura anticomunista brasileira. Mesmo quando os livros falavam de outros países, seja a URSS, a China ou os países da “cortina de ferro”, havia sempre a intenção explícita de intervir no debate político brasileiro. Ao longo de várias décadas tais obras foram produzidas e dedicadas a mostrar aos brasileiros os “equivocos e perigos” do comunismo, na esperança de atrapalhar os esforços do proselitismo do Partido Comunista. Algumas vezes, os autores dedicavam-nas à sociedade como um todo e, em outras ocasiões, a grupos específicos como estudantes, fiéis católicos, militares e operários.

No princípio da década de 1930, o crescimento do comunismo e do temor a ele teve um desdobramento importante: contribuiu para a criação e o fortalecimento da Ação

²⁶ Referências completas na bibliografia.

²⁷ RAO, Vicente. *Direito de familia dos soviets*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931, pp.5 e 6. Outro exemplo, que, embora tenha sido publicado em conjuntura posterior, é particularmente curioso por envolver conhecida figura do “comunismo social” brasileiro. Logo após o golpe de 1964, Ibrahim Sued resolveu fazer viagem à União Soviética para conhecer de perto o socialismo real. A experiência resultou numa série de crônicas, que ele reuniu em livro “(...) para que não se percam na poeira do tempo e sirvam como uma pálida contribuição à causa da luta pela democracia autêntica, como advertência a tantos jovens que se deixam

Integralista Brasileira (AIB), partido de orientação fascista fundado em 1932 por Plínio Salgado. É certo que o partido integralista teve outras motivações além da luta contra o comunismo. Seu surgimento correspondeu a um contexto mundial de crescimento das idéias autoritárias e reação antiliberal, fenômeno relacionado à crise decorrente da Grande Guerra e ao *crack* de 1929. Entendendo que o capitalismo liberal não apresentava alternativas para solução dos problemas, um número crescente de lideranças passou a aceitar os argumentos dos fascistas e autoritários de vários matizes, defensores de uma transformação que, em essência, levaria à constituição de um Estado forte e interventor. No Brasil, esta tendência autoritária e fascistizante foi encarnada principalmente pelos integralistas, que se colocavam em oposição ao liberalismo e federalismo herdados da “República Velha”.

Da mesma forma que sua matriz fascista européia, a AIB entendia que a raiz dos problemas do mundo moderno estava no liberalismo, cuja ânsia materialista destruíra a ordem tradicional e lançara a sociedade no caos das lutas de classes. Daí o surgimento do comunismo, considerado pelos líderes da AIB desdobramento direto do capitalismo liberal. Seguindo esta linha de raciocínio, os integralistas consideravam que a luta pelo ideal de uma sociedade harmônica, sem conflitos, dirigida por um Estado integral que garantisse os valores supremos “Deus, Pátria e Família”, passava necessariamente pela destruição de liberalismo e comunismo.

Com a falência do modelo liberal e as incertezas quanto ao futuro do Brasil, a AIB buscou canalizar a seu favor o medo crescente ao comunismo. Num de seus primeiros livros, Plínio Salgado explora o temor que começava a tomar conta de diversos segmentos sociais:

Brasileiro modesto, que trabalhas e soffres, este livro te pertence. Bem sei de tua apprehensão, de tua inquietude, quando, no silencio da noite, vendo tuas filhas e teus filhos dormirem, tremes pelo destino que os espera. Pensas, naturalmente, que a sociedade póde desabar no sorvedouro extremista, pois os tempos andam carregados de ameaças. O fructo do teu trabalho como a lembrança da tua honra de nada poderão valer á tua prole, que estimas tanto. Si a vida se torna mais difficil, - pobres creanças! - que será dellas? Si vamos para o

envolver pelas cantilenas dos corifeus de uma ideologia que não fêz a felicidade do povo que lhe valeu como cobaia”. SUED, Ibrahim. *000 Contra Moscou*. Viagem ao pais do mêdo. Rio de Janeiro: Bloch, 1965. p.15.

comunismo e a anarquia - infeliz geração! - terá de submeter-se a uma ordem moral que não é a tua ...²⁸

A conclusão do raciocínio e do livro, previsivelmente, era que a solução para evitar o mal e restaurar a ordem estaria na ascensão do integralismo ao poder, apresentado como única força capaz de salvar a pátria, a família e a religião do comunismo. A temática anticomunista foi uma constante na propaganda integralista, abordada tanto em sua imprensa quanto na literatura produzida pelos líderes intelectuais²⁹. E quanto mais aumentava a visibilidade da ação comunista, tanto maior o espaço dedicado a combater os inimigos da ordem. Após novembro de 1935, quando ocorreu o levante dirigido pelo PCB, o anticomunismo assumiu uma tônica fortíssima no discurso integralista, dir-se-ia dominante. O partido procurou se beneficiar da onda anticomunista que se seguiu à insurreição, tentando usar seu empenho na luta contra o comunismo como fonte para legitimar a pretensão de chegar ao poder.

Se resumir a proposta da AIB ao anticomunismo representaria um equívoco, não há exagero em afirmar que ele foi uma de suas principais marcas, a mais importante em determinadas conjunturas. O combate ao comunismo contribuiu para o crescimento do partido, atraindo para suas fileiras grandes contingentes de indivíduos preocupados com a “ameaça vermelha”³⁰, a qual consideravam indispensável debelar pela ação. A grande expressão alcançada pelo partido do *sigma*, que se estima ter tido no auge algo em torno de 400 mil inscritos, dificilmente teria sido possível sem o concurso da onda anticomunista desencadeada após os acontecimentos de 1935.

Desta forma, entre 1930 e 1935 se intensificou no interior de alguns grupos sociais a percepção de que era necessária uma ofensiva anticomunista em defesa da ordem. Quando ocorreu a tentativa revolucionária comandada pelo PCB, a campanha anticomunista desencadeada em reação já encontrou o terreno preparado, principalmente

²⁸ SALGADO, Plínio. *O que é o integralismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. pp.19 e 20.

²⁹ Contaram com diversos jornais ao longo do Brasil, com destaque para os diários *Acção*, em São Paulo, e *A Offensiva*, publicado na capital federal. Na produção literária os principais autores eram, além do próprio Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Olbiano de Mello e Miguel Reale. Algumas de suas obras estão relacionadas na bibliografia.

³⁰ Hélio Trindade, autor de uma das melhores obras sobre a AIB, afirmou: “A ‘motivação’ principal que ocasionou a adesão de cerca de dois terços dos integralistas é o anticomunismo”. TRINDADE, Hélio. *Integralismo*. O fascismo brasileiro na década de 30. 2 ed. São Paulo: Difel, 1979. p.152.

no campo ideológico. Um conjunto de representações anticomunistas já estava fixado, fornecendo uma sólida base de argumentos a serem aproveitados na ofensiva que teve início em dezembro de 1935, poucos dias após os incidentes em Natal, Recife e Rio de Janeiro.

Nos capítulos imediatamente subsequentes, nos dedicaremos a analisar os fundamentos doutrinários e os elementos centrais das representações anticomunistas, notadamente, imaginário e iconografia. A partir do capítulo 5, o enfoque passará a privilegiar as ações inspiradas no anticomunismo, com destaque para a análise da influência do fenômeno nos períodos críticos de 1935/37 e 1961/64.

Capítulo 2

MATRIZES DO ANTICOMUNISMO

Neste capítulo, vamos abordar a fundamentação doutrinária do anticomunismo, destacando as principais fontes matriciais a fornecerem argumentos para elaboração das representações acerca do “perigo vermelho”. Também serão analisadas, em segundo plano, algumas estratégias e ações adotadas para garantir a veiculação do ideário em tela.

Embora a expressão seja quase sempre utilizada no singular, talvez fosse mais adequado falar em anticomunismos. O anticomunismo é, antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade. Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que nos momentos de conflito agudo os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum. A cooperação resultou no esforço de afinar discurso e ação, o que contribuiu para nuançar as divergências existentes no interior das frentes anticomunistas. Mas a observação atenta é capaz de revelar as diferenças, mesmo durante os períodos de “união sagrada” contra o comunismo.

O espectro ideológico em questão é tão amplo que vai da direita à esquerda, reunindo reacionários, conservadores, liberais e esquerdistas. Entre os autores estrangeiros que trabalham com o tema, vários se referem à existência de um anticomunismo de esquerda, que seria presença marcante nos Estados Unidos e Europa.

Normalmente, tal disposição pode ser encontrada entre os socialistas, nos países europeus, e em meio aos “liberais”, no caso dos EUA¹. A postura anticomunista de esquerda encontra seu fundamento básico na crítica aos aspectos repressivos e autoritários do regime soviético, características que o movimento comunista incorporou a seu patrimônio político-ideológico. A ênfase se concentrava em denunciar os resultados políticos do bolchevismo, deixando para segundo plano os aspectos sociais e econômicos da revolução, que muitos membros da esquerda não-comunista admiravam, ao menos em parte.

É interessante observar que num primeiro momento, nas décadas de 1920 e 1930, os militantes de esquerda se constituíram na principal fonte de informações sobre o que ocorria na URSS. Dissidentes do regime e simpatizantes estrangeiros do comunismo, que visitaram o país e se desencantaram, forneceram os primeiros dados e instrumentos de análise a alimentar o “arsenal” anticomunista. Posteriormente, após a segunda guerra mundial, os partidos socialistas se transformaram na principal barreira contra a ascensão dos partidos comunistas na Europa ocidental. Para este efeito, foram auxiliados pelo governo norte-americano e suas agências, que vislumbraram no fortalecimento da social-democracia uma importante estratégia anticomunista. A CIA (Central Intelligence Agency) prestou auxílio financeiro a organizações da esquerda moderada, canal que foi utilizado, por exemplo, para enviar ajuda material ao “Solidariedade” de Lech Walesa, nos anos 1980².

No Brasil, a presença de um anticomunismo vinculado à esquerda foi tênue em comparação com o que houve na Europa e EUA. É verdade que sempre existiram atritos opondo comunistas a outras tendências de esquerda, que discordavam dos métodos e dos

¹ Ressalte-se, nos Estados Unidos o significado de “liberal” está mais próximo de posturas que em nossa cultura política seriam chamadas “progressistas”. Sobre o anticomunismo de esquerda em outros países conferir COURTOIS, Stéphane & LAZAR, Marc. *Le communisme*. Paris: M.A Editions, 1987; e HAYNES, John E. *Red Scare or Red Menace? American Communism and Anticommunism in the Cold War Era*. Chicago: Ivan R. Dee, 1996.

² POWERS, Richard Gid. *Not without honor: the history of american anticommunism*. New York: Free Press, 1995. pp.404 e 405. Um caso interessante de mobilização anticomunista da esquerda moderada foi o *Congresso pela Liberdade da Cultura*, que entre os anos 1950 e 1960 congregou alguns membros da *intelligentsia* européia e norte-americana (Arthur Koestler, Ignazio Silone, Bertrand Russel, Jacques Maritain, entre outros). Também neste caso, havia suporte financeiro da CIA. Cf. GRÉMION, Pierre. *Intelligence de l'anticommunisme: le Congrès pour la liberté de la culture à Paris, 1950-1975*. Paris: Fayard, 1995; e FURET,

objetivos finais dos militantes marxista-leninistas. Nos anos 1920, por exemplo, ocorreu um forte embate entre o PCB e os anarquistas, em disputa pelo controle do movimento sindical. A imprensa ligada ao anarquismo lançou algumas campanhas contra os comunistas, concentradas em denunciar a repressão na União Soviética. Os anarquistas criticaram intensamente a influência dos bolcheviques russos sobre o movimento revolucionário internacional, lançando mão inclusive da imagem do “ouro de Moscou”, que tanto sucesso faria alguns anos depois³.

Nas décadas seguintes, ocorreram outros conflitos opondo os comunistas a grupos de esquerda, principalmente trabalhistas, socialistas e a esquerda católica. De maneira geral, contudo, considerando os contextos históricos enfocados na tese, a esquerda no Brasil tendeu menos para o combate e mais para a cooperação com os comunistas. A esquerda não-comunista brasileira enfrentava uma realidade mais complicada que seus congêneres europeus e norte-americanos. Aqui, o atraso social e o quadro de pobreza eram imensamente piores, tornando mais constrangedora a situação de se opor e combater efetivamente o projeto comunista. Na maioria das vezes, uma tal posição implicava em associar sua imagem à das forças de direita, defensoras da manutenção do *satus quo*. Especialmente após o Estado Novo, o anticomunismo ficou marcado como doutrina típica de grupos reacionários e conservadores, o que criava um ônus político para quem assumisse o rótulo⁴. Os comunistas, visando objetivos táticos evidentes, trataram de explorar bastante o argumento, insistindo na tese de que o anticomunismo era sinônimo de fascismo e reacionarismo⁵.

François. *O passado de uma ilusão*. Ensaios sobre a idéia comunista no século XX. São Paulo: Siciliano, 1995, pp.504-506.

³ DULLES, *Op.cit.*(1977), pp. 135,136,176,267 e 268. José Oiticica chegou a usar argumentos anti-semitas, dizendo que a Rússia caíra nas mãos de uma burguesia israelita que acabaria por provocar, com a ajuda dos judeus Trostsky, Kamenev e Zinoviev, a restauração do capitalismo na terra dos soviets. No caso dos anarquistas seria melhor falar em antibolchevismo, dado seu compromisso com a utopia comunista.

⁴ É por isto que muitos políticos atuantes nos anos 1960 gostavam de usar a expressão “anticomunistas sempre, reacionários nunca”, atribuída a Otávio Mangabeira.

⁵ Além de outros adjetivos, como se pode ver pelas palavras deste autor, referindo-se ao juiz responsável pela elaboração do parecer favorável à cassação do registro eleitoral do PCB, em 1947: “Podem, pois, continuar tocando o monótono realejo das mentiras, das calúnias, todos os anti-comunistas brasileiros - isto é, brasileiros-ingleses, brasileiros-norte-americanos, brasileiros-falangistas, brasileiros-nazistas, brasileiros-fascistas, brasileiros-vaticanistas, todos os brasileiros que de acôrdo com os integralistas, aceitam a concepção totalitária do universo (...)”.BANDECCHI, Floresto. *O Parecer Barbedo e a realidade brasileira*. São Paulo: [s.n.], 1947. p.29. Na verdade, no quadro europeu o anticomunismo também era alvo de ataques. A este respeito há uma frase significativa, atribuída a J.P. Sartre: “Todo anticomunista é um cão”.

Devido a estas razões normalmente pareceu menos complicado para a esquerda não-comunista fazer aliança com o P.C., ainda que tensões estivessem sempre presentes. Num quadro de virtual inexistência de projetos de reforma social com apoio nas forças políticas de centro, num país onde as elites se destacavam por uma notável insensibilidade em relação aos problemas sociais, não admira que o caminho natural para a esquerda fosse aliar-se aos comunistas. A trajetória da Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) é a este respeito bastante significativa. Fundado para concorrer com os comunistas nos meios sindicais e operários, fechando-lhes seu espaço prioritário de atuação, o PTB passou de organização anticomunista nos anos 1940 a aliado do PCB nos 1960, para desagrado de muitos⁶.

Mas deixemos de lado o papel desempenhado pela esquerda, pouco influente no caso do Brasil, onde o anticomunismo foi representado majoritariamente pelo pensamento conservador e reacionário. Concentremo-nos na análise das principais fontes ideológicas responsáveis por fornecer argumentos ao anticomunismo. Consideramos que as representações anticomunistas, *grosso modo*, provêm de três matrizes básicas, quais sejam, cristianismo, mais precisamente catolicismo, nacionalismo e liberalismo. Evidentemente, não se trata de uma separação rígida, pois no processo social concreto as elaborações podem aparecer combinadas. Mas isto não altera o fato de que, na origem, os argumentos provêm de tradições de pensamento distintas, identificáveis a partir de um olhar analítico, e que existem divergências apreciáveis separando-as.

CATOLICISMO

A Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só

⁶ Em diversas ocasiões cobrou-se dos trabalhistas uma “volta às origens”. Exemplo: durante as celebrações da morte de Vargas realizadas em agosto de 1962 foi colocado, num local público do Rio de Janeiro, um

podiam responder com luta. Tratar-se-ia de mais uma provação para os seguidores da palavra de Cristo, que desde a Antigüidade vinham se defrontando com uma série de adversários terríveis:

Contra a Igreja, no decurso dos séculos, se levantaram a Sinagoga, o Império Romano, o Arianismo, os Bárbaros, a Renascença, a Reforma Protestante e a revolução Francesa; todos êsses inimigos foram vencidos, também o será o inimigo da undécima hora - o Comunismo Ateu. Aguardemos o soar da hora marcada pela Providência⁷.

O comunismo seria apenas o inimigo mais recente, para uma instituição que se sentia acostumada a grandes desafios e se imaginava vítima da perseguição dos adversários de Deus. A História, porém, demonstraria a força da Igreja: todas as batalhas foram vencidas e os perseguidores dos cristãos destruídos pela divina providência, o que se constituiria na maior prova do caráter verdadeiro da religião.

Para alguns intelectuais católicos o comunismo era o último desdobramento das transformações da modernidade, atualização para o século XX dos “erros” iniciados no período da Renascença. Segundo esta versão, inspirada em grande parte no pensamento de Joseph de Maistre, haveria uma cadeia de causalidade ligando a reforma protestante à revolução. A origem do mal estaria na Reforma, que teria dado o primeiro golpe no edifício da civilização cristã. O espírito reformador nutria os filósofos iluministas e os revolucionários, pois lançara a semente do questionamento à ordem e hierarquia⁸. A ação dos revolucionários comunistas significava uma continuação da obra destruidora da Reforma, movida pelo mesmo desejo de aniquilar a “verdadeira” Igreja e a ordem social espelhada em seus ensinamentos.

Outras versões acentuavam o papel de agentes conspiradores, responsáveis pela disseminação do erro ao longo dos séculos. Maçons e judeus, considerados personagens distintas ou idênticas, dependendo do autor, eram apresentados como os provocadores das

cartaz contendo uma frase anticomunista do Ex-Presidente, encimada pelos dizeres: “Não traia o ideal de Vargas”. *O Globo*, 23/08/62, p.1.

⁷ CABRAL, Padre J. *A Igreja e o Marxismo*. São Paulo: Panorama, 1949. p.30.

⁸ De acordo com Plínio Corrêa de Oliveira, futuro líder da TFP, “(...) todos os imponderáveis da explosão luterana já traziam consigo, de modo autentico e pleno, embora implícito, o espírito de Voltaire e de Robespierre, de Marx e de Lenine”. *Revolução e contra-revolução*. Suplemento de *Catolicismo*, nº 100, 1959. p.24. Evidentemente, OLIVEIRA inclui no esquema de J. de Maistre, atualizando-o, a Revolução bolchevique.

grandes revoluções antireligiosas. Os acontecimentos de 1789 na França e 1917 na Rússia seriam obra sua. Sustentando todas as interpretações religiosas sobre o significado do bolchevismo para a Igreja havia uma imagem forte: o desafio comunista tinha origem na eterna luta entre bem e mal e na ação do grande tentador, Satanás⁹.

Desde a segunda metade do século XIX, o Papado, considerado a maior autoridade católica em assuntos doutrinários, vinha se preocupando com o assunto. Neste período, as Cartas Encíclicas, documentos papais dirigidos aos bispos e cardeais e uma das principais fontes de orientação doutrinária da Igreja, começaram a abordar a temática comunista. A primeira encíclica dedicada a condenar os revolucionários foi *Quod Apostolici Muneris*, editada por Leão XIII em 1878. Falando sobre um adversário cuja definição ainda não é muito precisa (“... nos referimos a esta seita de homens que, debaixo de nomes diversos e quase bárbaros, se chamam socialistas, comunistas ou niilistas...”¹⁰), o Papa adverte aos bispos que instruem os fiéis sobre os erros da proposta revolucionária e, principalmente, para que não ousem apoiá-la¹¹. Ao final do texto, após constatar que os “sectários” procuram seguidores principalmente entre os trabalhadores, sugere que é oportuno fomentar as sociedades de artífices e operários, fundadas sob patrocínio da Igreja. Os associados destas entidades deveriam ser ensinados a suportar o trabalho com paciência e se contentar com sua sorte.

Alguns anos depois, em 1891, o mesmo Papa voltou ao tema, com a Encíclica *Rerum Novarum*, importante marco no posicionamento da Igreja em relação à questão social. A motivação básica continua a mesma do documento anterior, a constatação que o comunismo representa uma ameaça séria para a religião. A diferença é que agora Leão XIII não se restringe a pedir paciência e resignação aos operários, o que também faz, mas propõe algumas medidas no sentido de minorar o sofrimento dos que trabalham. Com a destruição das antigas corporações as classes inferiores teriam ficado à mercê de senhores desumanos e da concorrência desenfreada, gerando uma situação de insatisfação da qual

⁹ Voltaremos à questão da demonização do comunismo no próximo capítulo.

¹⁰ LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica *Quod Apostolici Muneris*. (Sobre o Socialismo e o Comunismo). Petrópolis: Vozes, 1951. pp.3 e 4. Em 1846 o Papa Pio IX já havia atacado o comunismo (*Syllabus*), mas com menos ênfase.

¹¹ “É necessário (...) que trabalheis para que os filhos da Igreja Católica não ousem, seja debaixo de que pretexto for, filiar-se na seita abominável, nem favorecê-la (...)”. Leão XIII, *Op.cit.* (1951), pp.14 e 15.

se aproveitariam os socialistas para instigar pobres contra ricos. A solução passaria pela restauração dos costumes cristãos, que “(...) comprimem o desejo excessivo das riquezas e a sêde dos prazeres, esses dois flagelos (...)”¹². Porém, as virtudes e a caridade cristãs não seriam suficientes para enfrentar o problema. A ação do Estado tornava-se necessária: protegendo a propriedade; impedindo as greves; protegendo o trabalho dos operários, mulheres e crianças; limitando as horas de trabalho; assegurando o pagamento do justo salário (o suficiente para ‘assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado’); e garantindo proteção para os velhos, os acidentados e os doentes.

Complementando tudo isto,urgia criar ou fortalecer as corporações de trabalhadores, que seriam um instrumento importante para barrar a ação dos socialistas. O Papa exorta os operários católicos a se organizarem em corporações cristãs, de modo a enfraquecer o “partido” chefiado por forças ocultas devotadas ao fim do cristianismo. O despertar da hierarquia católica para o problema social e a conseqüente proposição de programas visando a “justiça social” decorreu fundamentalmente, embora não exclusivamente, da percepção de que os comunistas ameaçavam a cidadela católica.

A representação do comunismo como inimigo absoluto não derivava apenas do medo que conquistasse as classes trabalhadoras. A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família¹³; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem,

¹² Leão XIII, Papa. Carta Encíclica *Rerum Novarum*. In DE SANCTIS, Antonio (org.) *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: Edições LTR, 1972. p.28.

¹³ BECKER, João (Dom). *O comunismo russo e a civilização cristã*. (19ª Carta Pastoral). Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1930. p.7.

embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários¹⁴.

A partir do advento bolchevique na Rússia os temores dos católicos se intensificaram, assim como sua disposição anticomunista. As políticas adotadas pelo governo soviético confirmaram algumas das piores expectativas da Igreja em relação aos revolucionários. Alegando estarem golpeando a contra-revolução, o que era em parte verdadeiro, os bolcheviques perseguiram as instituições religiosas, prendendo e executando religiosos e fechando templos. Eles se empenharam numa campanha para eliminar a influência religiosa, que fazia eco aos acontecimentos da França jacobina¹⁵. Além de enfraquecer as religiões pela repressão, estimularam a disseminação do ateísmo através do apoio a uma entidade chamada “Liga dos Sem-Deus”, que, na década de 1920 chegou a fazer desfiles e manifestações anti-religiosas nas principais cidades russas¹⁶.

Mas o ápice do anticomunismo católico se deu na década de 1930, no contexto da Guerra Civil Espanhola. Neste momento a Igreja sentiu-se mais ameaçada que nunca, pois o alvo das perseguições anticlericais desta vez era uma nação católica e não a Rússia ortodoxa. O assassinato de padres e freiras e a profanação de igrejas e objetos sagrados, ocorridos no decorrer da luta entre republicanos e *franquistas*, provocaram uma reação violenta dos católicos contra o comunismo. Na verdade, a responsabilidade sobre os atos anti-religiosos cometidos na Espanha ainda é objeto de debate. Alguns autores argumentam que se trataram mais de explosões populares que de ação sistemática coordenada por alguma das forças políticas atuantes no cenário espanhol¹⁷. De qualquer

¹⁴ “O sistema de Marx veio combater a religião em sua essência e em sua natureza: nega a existência de Deus e tudo quanto decorre dessa verdade primária; renega tanto os dogmas quanto os preceitos da moral e propugna, na prática, por uma sociedade dentro da qual a religião não poderá existir e realizar sua missão.

Os governos mais tirânicos e mais despóticos, embora persigam certas e determinadas religiões, adotam ou ao menos toleram essa ou aquela. O comunismo, porém, em seu ódio e em seu furor contra Deus, a tôdas persegue e procura extinguir”. CABRAL, *Op.cit.*, p.8.

¹⁵ Cf. VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa contra a Igreja*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

¹⁶ Cf. CURTISS, John S. *The Russian Church and the Soviet State*. Gloucester: Peter Smith, 1965. Os manifestantes procuravam atacar a religião e os valores religiosos, principalmente, através do recurso à ridicularização (pantomimas e representações teatrais).

¹⁷ Conferir, por exemplo, RANZATO, Gabriele. *The spanish civil war*. New York: Interlink books, 1999.pp.75-76 e 90-98. Além do mais, a propaganda anticomunista só enxergava virtudes na ação dos *franquistas*, e escamoteava informações sobre as violências cometidas pelas tropas fiéis ao “Generalíssimo” contra as populações simpáticas à causa republicana.

modo, parece que os militantes anarquistas tiveram uma participação maior que os comunistas nas violências cometidas.

Os líderes católicos, contudo, não estavam preocupados com estas nuances e responsabilizaram inteiramente os comunistas. Contribuíram desta forma para a divulgação de uma imagem deturpada dos republicanos - uma frente reunindo socialistas, democratas e comunistas, contando com apoio instável dos anarquistas - apresentados simplisticamente como “comunistas”. A partir do início da guerra, em meados de 1936, as instituições católicas se empenharam numa campanha mundial de denúncia das “atrocidades comunistas” cometidas na Espanha. No Brasil, tal ofensiva coincidiu com a onda anticomunista provocada pelo levante de 1935. O noticiário sobre o drama espanhol forneceu mais argumentos para os ativistas locais, contribuindo para o estabelecimento do clima de guerra sem tréguas ao comunismo. Estabeleceu-se uma percepção maniqueísta da realidade, segundo a qual o mundo estaria vivendo um momento marcado pela luta irreconciliável entre duas forças opostas, bem e mal, Cristo *versus* Anticristo, Roma *versus* Moscou:

É um dos momentos mais terríveis que atravessa a historia dos povos civilizados. A humanidade está deante de uma encruzilhada decisiva. Ou resistir galhardamente deante da investida do comunismo, ou perecer sob o guante ferreo do regimen terroristico russo. Ou prestar ouvidos á voz que vem de Roma, centro da civilização, ou submeter-se vergonhosamente ás barbarias jamais vistas em todos os tempos. Não é possivel uma atitude intermediaria. Em hipotese alguma pactuar com Moscou, mas resolutamente tomar a estrada que leva a Roma onde habita a verdade¹⁸.

É neste contexto que surge o mais forte pronunciamento anticomunista do papado, a Encíclica *Divinis Redemptoris*, editada pelo Papa Pio XI em março de 1937. O documento reflete as tensões do momento ao se empenhar numa denúncia vigorosa do comunismo, com ênfase especial para o “assunto” espanhol. Na verdade, a Carta não apresenta novidades de relevo: recupera e reelabora temas da tradição anticomunista católica, aproveitando-se principalmente das formulações de Leão XIII. Tal como na *Rerum Novarum*, conclama católicos e organizações estatais a uma atuação no campo social, visando anular o trabalho dos comunistas; defende os princípios cristãos de justiça

social em oposição aos dogmas da “economia liberal”; e deposita grandes esperanças que o restabelecimento do sistema corporativo seria a chave para obter colaboração entre as classes e a paz social.

O aspecto mais importante da Encíclica, a lhe conferir caráter marcante, não é tanto o conteúdo dos argumentos apresentados, mas a ênfase que dá à importância de combater os inimigos. Enquanto em documentos anteriores prevalecia uma postura preventiva, Pio XI constatava que o “estrage” causado pelos comunistas já era considerável (“... o comunismo alcançou fazer-se aceitar ... por tantas multidões de operários ...”) e a luta agora seria menos de prevenção e mais de reação. É interessante observar que na Carta Encíclica de 1937 não aparecem as ambigüidades anteriores quanto à caracterização do “inimigo revolucionário”. Não há mais uma multiplicidade de termos para defini-lo: tratar-se-ia do comunismo, identificado com a experiência soviética e baseado no pensamento de Karl Marx. Uma passagem resume o significado e a força da mensagem anticomunista contida em *Divinis Redemptoris*:

Velai, Veneráveis Irmãos, para que se não deixem iludir os fieis. Intrinsecamente máu é o comunismo e não se póde admitir, em campo algum, a colaboração reciproca, por parte de quem quer que pretenda salvar a civilização cristã. E si alguem, induzido em erro, cooperasse para a vitoria do comunismo em seu país, seria o primeiro a cair como vitima do proprio erro¹⁹.

A formulação de que o comunismo seria “intrinsecamente mau” revelou-se particularmente marcante, significando o caráter irrevogável da atitude anticomunista da Igreja. A frase foi muito utilizada e reproduzida ao longo das décadas seguintes, argumento de autoridade ao qual se recorria sempre quando se fazia necessário recordar aos católicos que a Igreja tinha um compromisso básico com o anticomunismo.

O excerto citado revela outro fator a motivar, naquele momento, a mobilização anticomunista das forças católicas. Após o VII Congresso do *Komintern*, em 1935, os comunistas alteraram a orientação sectária até então em vigor, que os isolara das outras forças políticas e facilitara a ascensão do nazismo. Eles passaram a priorizar a

¹⁸PINTO, Gastão Liberal (Dom). *Sobre o comunismo* (3ª Carta Pastoral). São Paulo: Oficinas Gráficas “Ave Maria”, 1937. p.45.

¹⁹ Pio XI, Carta Encíclica *Divinis Redemptoris*. In *Cartas Encíclicas*. Rio de Janeiro: ABC, 1938. pp.45 e 46.

constituição de frentes populares contra o nazi-fascismo, o que implicava em buscar alianças com forças de centro²⁰. Alguns líderes comunistas começaram a preconizar o entendimento com os católicos, especialmente o chefe do Partido Comunista Francês (Maurice Thorez), que num célebre pronunciamento propôs a cooperação entre os dois grupos, política que chamou de “mão estendida”. A hierarquia eclesiástica foi decididamente contrária a qualquer acordo e parte da virulência anticomunista dos católicos a partir de 1936 decorre desta reação. Por um lado, tratava-se de não deixar dúvidas no espírito dos fiéis católicos sobre a posição da Igreja, de recusa à “mão estendida”; por outro, o fortalecimento da postura de combate ao comunismo derivava do medo que a hierarquia sentia em relação a uma possível penetração da ideologia inimiga nos arraiais católicos.

O temor de que o comunismo conquistasse adeptos entre os fiéis já se revelara em momentos anteriores²¹, mas foi a partir da década de 1930 que a insegurança se fez presente com mais força, tornando-se elemento constante. No Brasil, tal preocupação em preservar a Igreja da “infiltração comunista” se manifestou em diversas ocasiões, principalmente após a década de 1940. O crescimento eleitoral do PCB após 1945 causou grande ansiedade nas lideranças católicas, temerosas de que o apoio ao partido crescesse entre seus fiéis. E a apreensão foi intensificada pela estratégia adotada pelo Partido Comunista, que procurou dissociar sua imagem do ateísmo visando vencer as resistências do eleitorado católico²². A Igreja reagiu através da pena de diversos líderes religiosos, na maioria clérigos, que escreveram obras anticomunistas neste contexto. Numa delas, o autor (padre) constrói o enredo a partir de cartas recebidas de dois supostos comunistas cristãos, que questionam a visão da hierarquia sobre a incompatibilidade entre catolicismo e comunismo. Evidentemente, a narrativa se encaminha no sentido de refutar

²⁰ Sobre a atuação da Internacional Comunista neste momento cf. CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. Vol.1. A crise da Internacional Comunista. São Paulo: Global, 1985.

²¹ Por exemplo, na Carta Encíclica *Quod Apostolici Muneris*, de 1876.

²² “(...) foi desleal o Sr. Capitão Luiz Carlos Prestes quando, discursando em campanha eleitoral (...) no Pacaembú (...) concitou os crentes (...) notadamente os católicos, que formassem a seu lado”. FAIRBANKS, João Carlos. *Refutação científica ao comunismo*. São Paulo: Companhia Editora Panorama, [s.d.], p.43

os argumentos das “ovelhas desgarradas”, mostrando a correção das posturas eclesiais oficiais²³.

A partir dos anos 1960, a visão de que o comunismo era ameaça interna à Igreja se intensificou, na medida em que surgia uma “esquerda católica” ligada ao trabalho do apostolado leigo, principalmente à Juventude Universitária Católica (JUC)²⁴. Os setores tradicionalistas da Igreja discordavam dos religiosos “progressistas” devido a duas razões básicas: primeiro, por não partilhar dos ideais de reformismo social; segundo, porque a esquerda católica descuidava do combate ao comunismo, priorizando a luta pelas reformas. A reação foi dura. O crescimento do “progressismo” em setores do clero e do laicato foi apresentado como resultado da mais recente ofensiva de Moscou, que pretendia dividir e enfraquecer a Igreja. A denúncia desta suposta infiltração comunista no seio da fortaleza católica foi muito recorrente nos anos 60, 70 e 80²⁵, o que de certo facilitava o trabalho repressor do Estado, já que se trataria de comunistas travestidos e não verdadeiros militantes católicos.

Para compreender a divulgação do anticomunismo de inspiração católica no Brasil é preciso analisar o papel do episcopado nacional. Se os pronunciamentos papais representavam a autoridade máxima em termos de elaboração doutrinária, cabia aos bispos traduzir para o contexto nacional as orientações provenientes de Roma. As Cartas Pastorais são o principal instrumento que o episcopado possui para fixar suas posições doutrinárias. Enquanto o Papa dirige-se aos bispos através das Cartas Encíclicas, eles por seu turno contam com as Cartas Pastorais para fazer sua mensagem chegar ao clero subordinado às dioceses. O episcopado brasileiro produziu várias Cartas dedicadas à luta contra o comunismo, tanto individuais como coletivas, o que revela a importância do tema para a hierarquia eclesial nacional.

Na pesquisa empreendida para a tese anotamos a existência de 7 Cartas Pastorais anticomunistas, o que não quer dizer que não tenha havido mais. Referimo-nos somente a

²³ GODINHO, Antônio de Oliveira (Pe). *Catolicismo, comunismo e outros assuntos (conversa com dois comunistas)*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

²⁴ De onde sairia a Ação Popular (AP), principal organização dos católicos de esquerda. Cf. SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

²⁵O argumento foi particularmente caro ao grupo ligado à TFP. Ver, por exemplo, MAYER, Antonio de Castro (Dom). *Carta Pastoral prevenindo os diocesanos contra os ardis da seita comunista*. 2 ed. São Paulo: Vera Cruz, 1961.

documentos integralmente voltados para o “problema comunista”. O levantamento de todas as Cartas que apenas mencionam o tema resultaria num número sensivelmente maior. Seu conteúdo segue as linhas mestras das alocuções papais sobre o tema. São elas: *O comunismo russo e a civilização cristã*, do Bispo de Porto Alegre, Dom João Becker, 1930; *Carta Pastoral e Mandamento do Episcopado Brasileiro sobre o Comunismo Ateu*, documento coletivo do episcopado brasileiro que veio a público em setembro de 1937; *Sobre o comunismo*, do Bispo Coadjutor de São Carlos, Dom Gastão Liberal Pinto, 1937; *Carta Pastoral prevenindo os diocesanos contra os ardis da seita comunista*, de autoria do Bispo de Campos, Dom Antonio de Castro Mayer, em 1961; *Carta Pastoral sobre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*, do Bispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud, 1962²⁶. Houve ainda mais dois documentos coletivos, só que regionais: os Bispos da Bahia editaram uma Carta Pastoral contra o comunismo em novembro de 1937²⁷, e o episcopado gaúcho fez o mesmo no segundo semestre de 1945, com a Carta Pastoral *O comunismo e o momento nacional*²⁸.

O impacto destas mensagens pode ser avaliado pela maneira como eram divulgadas entre os fiéis. As Cartas sempre terminavam com uma determinação do Bispo, estabelecendo que no domingo seguinte ao seu recebimento pelos párocos elas deveriam ser lidas e explicadas aos fiéis, em todas as missas realizadas nas catedrais, matrizes, igrejas, capelas e comunidades religiosas. A influência das mensagens episcopais não se resumia ao fato de que eram levadas diretamente ao conhecimento do público freqüentador das igrejas. Elas serviam como baliza para o clero em suas atividades religiosas, fornecendo orientação doutrinária e inspiração para o trabalho pastoral. Considerando que a população brasileira é majoritariamente católica, não é difícil imaginar os resultados produzidos pelo empenho anticomunista da Igreja.

Evidentemente, o vigor dos católicos no combate ao comunismo variou ao longo do tempo, embora tenha sido uma preocupação constante desde o início dos anos 30. Houve fases de intensidade maior e as datas das Cartas Pastorais são reveladoras a este

²⁶ Referências completas na Bibliografia.

²⁷ *Jornal do Brasil*, 5/11/37, p.8.

²⁸ *Apud* BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 4 vol. São Paulo: Difel, 1984. pp. 271-341.

respeito: a maioria se concentra nos dois períodos de mais forte manifestação anticomunista, segunda metade da década de 1930 e primeira parte dos anos 1960.

O compromisso dos religiosos para com o anticomunismo não se restringiu ao espaço interno da igreja, ou seja, às possibilidades de doutrinação oferecidas pelas missas. Nos momentos críticos os líderes religiosos usaram seu prestígio e força política para atingir a população através de outros meios, ocupando espaços sociais externos à igreja. Nos anos 30, a campanha anticomunista se inseriu numa estratégia maior da Igreja, que desde a década anterior vinha lutando para recuperar posições perdidas com a implantação da República. O clero católico brasileiro, sob a liderança do Cardeal Dom Sebastião Leme, empenhou-se num esforço de “recristianizar” a população do país, que no seu entender estaria se afastando cada vez mais do caminho traçado pela religião²⁹. No primeiro momento os inimigos principais eram o liberalismo, a maçonaria e o positivismo, mas logo os comunistas assumiram o lugar de adversário e concorrente mais perigoso. A campanha e os recursos lançados contra estes últimos eram peça de uma engrenagem maior, construída para alavancar a reconquista espiritual do povo e das elites do Brasil.

Alguns exemplos da ofensiva católica na década de 30 podem ser citados, entre muitos possíveis. Uma das realizações mais caras à Igreja no período foram os Congressos Eucarísticos, enormes encontros de líderes e fiéis católicos que tinham por objetivo mostrar à sociedade e ao Estado a força mobilizadora da instituição. No II Congresso Eucarístico, realizado em Belo Horizonte no ano de 1936, a temática anticomunista adquiriu relevo especial. Presidindo a cerimônia de encerramento do conclave católico, o Cardeal Leme dirigiu ao público presente as seguintes palavras, que podem nos dar uma idéia do tom adquirido pelos trabalhos do Congresso:

Sellemos com ardor a decisão final deste Congresso! A hora que vivemos não comporta atitudes encapotadas. Entre a bandeira vermelha que está organizando por toda parte o exercito dos sem-Deus, contra-Deus, contra a Família e contra a Patria, contra todas as reservas moraes da humanidade; entre a bandeira vermelha que enrubece a terra de sangue

²⁹ Tal movimento convergiu com a organização da intelectualidade católica, sob a liderança de Jackson de Figueiredo e o grupo da revista *A Ordem*. Sobre este assunto ver MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989. pp.41-43.

(...); entre o novo Barrabás, que destrua e mata, e o nosso Cristo que perdoa e salva, o Brasil tem que escolher!³⁰

De acordo com o jornal do qual retiramos a transcrição da mensagem do Cardeal, milhares de vozes responderam vibrantemente: “Christo! Cristo!”, seguindo-se aplausos prolongados.

O empenho em fortalecer a presença da Igreja não se restringia a atividades de doutrinação e propaganda³¹. Foram criadas ou fortalecidas entidades para atrair a participação dos leigos, integrando-os ao cotidiano das atividades religiosas. Tais entidades, ao mesmo tempo em que aproximavam da religião mais pessoas, estreitando sua convicção católica e formando lideranças sociais, eram úteis também por auxiliar o trabalho de proselitismo do clero, freqüentemente escasso proporcionalmente à extensão do país. Merecem menção a Ação Católica, os Círculos Operários, as Congregações Marianas, os Irmãos Vicentinos e as Filhas de Maria. Na medida em que a Igreja assestou baterias contra o comunismo, as entidades leigas também foram mobilizadas na batalha. Ressalve-se que a Ação Católica teve uma trajetória atípica, pois a partir dos anos 40 começou a ser influenciada por idéias “progressistas”, descuidando um pouco do anticomunismo. Sua paulatina inflexão ideológica transformou-a na matriz da esquerda católica brasileira, para desgosto dos ativistas leigos de orientação conservadora³².

Embora a contribuição das outras organizações à causa anticomunista também tenha sido importante, vamos destacar a trajetória dos Círculos Operários³³. Criados originalmente no Rio Grande do Sul, em 1932, sob a liderança do jesuíta italiano Leopoldo Brentano³⁴, eles vinham atender aos chamados de Leão XIII e Pio XI, que

³⁰ *O Diário*, 7/09/36, p.3.

³¹ É interessante lembrar que “propaganda” é um termo de origem católica, derivado da *Congregatio de propaganda fide*, criada no século XVII pela Igreja para propagar a fé católica. Para uma conceituação e abordagem histórica sobre a propaganda conferir D’ALMEIDA, François. *Images et propagande*. Firenze: Casterman, 1995; e DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1963.

³² Plínio Correa de Oliveira, o já mencionado fundador da TFP, discordou dos “novos ventos” e abandonou a Ação Católica nos anos 40. A desavença motivou a redação de um livro, onde apresentou o ponto de vista tradicionalista. OLIVEIRA, Plínio Correa de. *Em defesa da Ação Católica*. 2 ed. (1 ed., 1943) São Paulo: Artpress, 1983.

³³ As Congregações Marianas e as Filhas de Maria estiveram presentes também nos anos 60, contribuindo com suas ações para a “cruzada” anticomunista daquele período. Cf *O Globo*, respectivamente nas edições de 23/02/62 (p.4) e 27/08/62 (p.1)

³⁴ ALVES, Márcio Moreira. *Igreja e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979. pp.108-110.

conclamaram os católicos a organizarem entidades trabalhistas visando afastar os operários do comunismo. A experiência, que de início restringia-se a uma dimensão gaúcha, ganhou expressão nacional quando lideranças católicas do Rio de Janeiro se interessaram pela iniciativa, no quadro da onda anticomunista provocada pelo levante de novembro de 1935. Chamado à capital federal o Padre Brentano articulou-se com a hierarquia católica e com políticos governistas, ganhando apoio para que fosse fundada a Confederação Nacional dos Operários Católicos³⁵.

Contando com simpatia e auxílio do governo Vargas, que os considerava úteis no combate à penetração comunista nos meios operários, os Círculos Operários experimentaram grande desenvolvimento durante o Estado Novo. Numa fase em que a repressão contra as entidades e militantes operários era muito intensa, os ativistas cristãos não só eram poupados pela polícia³⁶, o que já constituiria uma vantagem considerável, mas recebiam o beneplácito das autoridades públicas³⁷. A organização, que em 1937 contabilizava 34 círculos e 31.000 membros, passou a registrar, em 1945, a existência de cerca de 200.000 inscritos, distribuídos em 200 círculos³⁸. Extinta a ditadura *getulista* o movimento perdeu parte de sua força, apesar de continuar existindo sob nova denominação, Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos. Alguns dos líderes remanescentes foram aproveitados no regime militar pós-64³⁹, ocupando a função de interventores nomeados pelo Ministério do Trabalho para dirigir sindicatos cujos diretores foram removidos no expurgo anticomunista.

Para avaliar a influência da palavra do clero sobre a população deve ser lembrado que havia formas de atingir grupos sociais mais amplos, incluindo não-católicos ou não-praticantes. O prestígio social desfrutado pela Igreja, que se traduzia em poder, abria-lhe

³⁵ MARQUES, Rita de Cássia. *Da Romanização à Terceira Via: a Igreja no Brasil de 1889 a 1945*. Belo Horizonte, 1995 (Dissertação de Mestrado, UFMG). p.120. Os autores que pesquisaram o assunto divergem quanto à data de fundação da CNOC: para alguns foi em 1936 e para outros em 1937.

³⁶ Em 24/12/36 o Padre Brentano escreveu uma carta ao Chefe de Polícia, Filinto Müller. Após explicar a origem dos círculos e sua orientação anticomunista, pede que a polícia não despenda energias com a entidade, que não representa ameaça para as instituições. Sugere inclusive uma mútua colaboração, dada a afinidade de interesses e objetivos. FM 33.02.21, AFM (Arquivo Filinto Müller), CPDOC/FGV.

³⁷ “Por decreto federal de 12 de maio de 1941 (nº 7164), o Círculo é reconhecido como órgão técnico e de assessoramento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tornando-se, se não formalmente, pelo menos na prática, uma agência governamental no meio operário”. BEOZZO, *Op.cit.*, pp.314 e 315.

³⁸ KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979. p.167.

³⁹ ALVES, *Op.cit.*, p.110.

acesso privilegiado aos meios de comunicação de massa, jornais, rádio e televisão. Por exemplo, havia um programa de rádio transmitido nos anos 60, chamado “Voz do Pastor”, que consistia basicamente na alocação radiofônica de mensagens elaboradas por elementos do alto clero. Inúmeras vezes o espaço foi utilizado para propagar o anticomunismo⁴⁰.

Existem muitos exemplos também no caso da imprensa e televisão, que igualmente forneceram espaço para a divulgação do anticomunismo de inspiração católica. A entidade religiosa mineira *Movimento Por Um Mundo Cristão*, extremamente ativa na luta contra o comunismo nas décadas de 1950 e 1960, tinha um programa de televisão em Belo Horizonte, além de programas de rádio⁴¹. Quanto à imprensa escrita, ela tradicionalmente acolhia com generosidade articulistas católicos, ou publicava matérias expondo os pontos de vista religiosos. Havia nuances, claro, alguns veículos eram mais simpáticos em relação à Igreja, outros menos. Mas nos momentos em que se estabeleceram frentes anticomunistas, a grande imprensa em peso abriu suas páginas para as lideranças católicas.

No campo da atuação anticomunista dos católicos, não se pode esquecer um capítulo importante, as disputas eleitorais. A Igreja católica se empenhou em derrotar os comunistas e seus aliados nos pleitos eleitorais, notadamente nas campanhas transcorridas entre 1945 e 1964. A participação política da instituição constituía problema delicado, uma vez que a orientação tradicional da Igreja brasileira era de evitar envolver-se nas disputas políticas, mantendo-se acima das paixões partidárias. Mas, em se tratando da luta anticomunista, a hierarquia fazia uma interpretação especial, entendendo que não poderia haver omissão de sua parte.

Em algumas ocasiões os próprios religiosos se apresentaram para a disputa, contando com apoio oficioso da Igreja e suas organizações. Nas eleições de 1958, por exemplo, a hierarquia se mobilizou para dificultar a campanha eleitoral do PCB, que voltava a investir pesado no jogo eleitoral pela primeira vez desde a cassação de seu

⁴⁰ Numa dessas ocasiões, o Cardeal do Rio de Janeiro Dom Jaime Câmara, sucessor de Dom Leme, denunciou a ação dos comunistas chineses, que estariam imprimindo obras em castelhano para fazer propaganda antireligiosa na América Latina. *Jornal do Brasil*, 11/06/61, p.3.

⁴¹ STARLING, *Op.cit.*, pp.216-218.

registro eleitoral, ocorrida em 1947⁴². Na disputa travada em São Paulo por uma vaga no Senado lançou-se o Padre Calazans, apresentado como representante dos católicos e como o único líder capaz de derrotar o candidato apoiado pelos comunistas. Calazans ganhou o pleito graças à mobilização anticomunista a favor de sua candidatura, para a qual muito contribuiu o Cardeal Câmara⁴³.

O mais comum, entretanto, era os religiosos apoiarem candidatos identificados com as doutrinas católicas, recomendando-os ao eleitorado como merecedores da confiança popular. Chegou a ser criada uma entidade suprapartidária para congregar os candidatos ligados às posições religiosas, a Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF), que foi muito atuante nas eleições de 1962. O programa da ALEF, tornado público em março de 1962, conferia destaque à luta contra o comunismo e contra o divórcio⁴⁴. Os candidatos simpáticos à causa da entidade eram analisados por um comitê e caso fossem aprovados tinham seus nomes incluídos na lista confeccionada pela ALEF, que recebia grande divulgação. A importância da atitude anticomunista para os líderes da “Aliança” fica clara num episódio ocorrido na Bahia. Valdir Pires, que se candidatava então ao governo do Estado, teve seu nome excluído da lista da ALEF às vésperas das eleições, em virtude de ter-se recusado a repudiar publicamente os votos dos comunistas⁴⁵.

NACIONALISMO

Passamos à análise do nacionalismo, que se constituiu também numa importante matriz do anticomunismo brasileiro. Neste caso, há necessidade de cuidado ao utilizar o termo, de vez que “nacionalismo” adquiriu significados distintos ao longo do período contemporâneo, sendo reclamado por grupos defensores de projetos políticos divergentes,

⁴² O Partido Comunista reagiu à cassação com posturas revolucionárias radicais, desprezando as instituições parlamentares e concentrando-se em preparar uma insurreição popular. Após 1956 esta política foi revista e adotou-se uma estratégia gradualista de conquista do poder. Como o funcionamento legal do PCB continuasse proibido pelo TSE, os comunistas candidataram-se por outras legendas.

⁴³ *Manchete*, 16/10/58, pp.8-16 e 6/06/59, p.90.

⁴⁴ *O Globo*, 26/03/62, p.5 e 28/03/62, p.3.

⁴⁵ *Jornal do Brasil*, 6/10/62, p.4.

ligados tanto à esquerda quanto à direita⁴⁶. Os próprios comunistas defenderam bandeiras nacionalistas, que em sua acepção implicavam na afirmação do Estado nacional como agente político e econômico, e fiador da soberania brasileira frente ao imperialismo das potências capitalistas.

O nacionalismo que serviu de inspiração aos anticomunistas tem origem remota em modelos conservadores elaborados no século XIX, principalmente associados ao romantismo alemão. Tal vertente do nacionalismo, que também foi influenciada pelo corporativismo, encontrava seu fundamento central na visão da nação como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social. Esse nacionalismo de viés conservador enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem⁴⁷. A nação, o conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado. Neste sentido, os comunistas seriam elementos “deletérios”, pois instigavam a divisão e a própria destruição do “corpo” nacional, à medida que insuflavam o ódio entre as classes.

Tal concepção de nação “una e indivisa” foi mais típica dos anos 30, revelando ressonâncias evidentes do corporativismo em voga na Europa naquele momento. Mas se fez presente, também, no contexto da mobilização anticomunista pré-64, como no exemplo que segue:

O povo brasileiro de que não se pode dissociar esta ou aquela classe, pois só na concepção comunista admite-se tamanha discriminação. ‘Não o povo dividido em classes, em regiões, em raças, em crenças, em grupos, em partidos, insuflado de ódios e preconceitos, mas o povo uno e indivisível, de uma só alma, uma só vontade -, integrado na comunhão da lei, da língua e da liberdade’⁴⁸.

A atuação política dos comunistas era execrada, pois eles incentivavam a divisão ao enfatizarem as lutas opondo os grupos sociais. A nação, na concepção organicista dos conservadores, deveria ser preservada em sua integridade. Afinal, já que a entidade

⁴⁶ Sobre o(s) nacionalismo(s) na história ver HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁴⁷ Cf. GIL, José. Nação. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989, v.14.

⁴⁸ COSTA, Octávio Pereira da. Compreensão da Revolução Brasileira. In D’AGUIAR, Hernani *et alii*. *A guerra revolucionária comunista*. Recife: Imprensa Universitária, 1964. pp.60 e 61.

nacional era como um corpo orgânico, a divisão levaria à morte. E o comunista seria o agente dessa agressão; ele era o inimigo, o estrangeiro, o “outro” que ameaçava despedaçar a unidade do corpo nacional.

Uma outra dimensão do nacionalismo anticomunista derivava do repúdio às posições internacionalistas dos comunistas. No entender dos revolucionários, nesse aspecto fiéis ao pensamento *marxiano*, o nacionalismo era um fenômeno ligado ao mundo burguês, destinado a ser superado quando o operariado se tornasse classe dirigente. Não é à toa que o *Manifesto Comunista* termina com o célebre “trabalhadores do mundo, univos”. A idéia era que os trabalhadores não tinham pátria, seu destino seria revolucionar o mundo e instaurar uma ordem mundial baseada na fraternidade universal.

As formulações *marxianas* receberam uma interpretação (e adaptação) peculiar quando os bolcheviques assumiram o poder na Rússia. Num primeiro momento, viveu-se na expectativa de uma revolução européia, que se juntaria à experiência soviética e decretaria, enfim, a destruição do capitalismo. Quando esta esperança se frustrou e ficou evidente o isolamento do Estado soviético, trataram os bolcheviques de consolidar seu poder na Rússia, no intuito de transformá-la na base de preparação para a futura revolução mundial. Enquanto se aguardava o momento decisivo, a URSS foi representada como a pátria do socialismo e dos trabalhadores, que deveria ser defendida a todo custo das ameaças das potências capitalistas. Assim, o internacionalismo comunista passou a significar principalmente a defesa da verdadeira pátria, a União Soviética, que os comunistas de todo mundo aprenderam a reverenciar como ente sagrado.

Para os nacionalistas, o discurso internacionalista dos comunistas e sua vinculação ao Estado soviético eram atitudes inaceitáveis. A defesa da nação e da unidade nacional deveria estar acima de quaisquer considerações, fossem elas de natureza social, econômica ou política, e os valores nacionais não poderiam jamais ser suplantados por uma ordem internacional. Inflammados em parte pela convicção ideológica e outro tanto por conveniência política, os nacionalistas ardorosos enxergavam na postura do Partido Comunista mera subordinação aos interesses de um poder estrangeiro:

A fidelidade que os comunistas mantêm ao princípio do internacionalismo podem (sic) conduzi-los a atitudes que se nos afiguram como verdadeiras aberrações dos princípios morais de nossa civilização.

São freqüentes as manifestações contra os interesses nacionais, desde que sejam postos em confronto com os interesses do comunismo internacional⁴⁹.

Os comunistas seriam, assim, agentes de uma potência estrangeira, a URSS, sua pátria real, o que os tornava traidores do Brasil. Na propaganda anticomunista esta temática foi explorada de forma muito recorrente, da década de 1920 até os anos 1980. Os comunistas foram acusados tanto de tentar destruir e trair a pátria⁵⁰, em algumas versões, como de vendê-la em troca do ouro de Moscou⁵¹, em outras. Se eles tivessem sucesso em seus intentos traidores o destino do Brasil seria tenebroso, entregue aos desígnios do império russo. Referindo-se às acusações de participação soviética no levante de 1935, um jornalista afirmou:

O governo do Kremlin despoz de 200 mil dollares para adquirir esta cafraria sul-americana com 42 milhões de escravos brasileiros. Afora os renegados nacionaes que serviram de agentes á empreitada Russa vieram-nos varios forasteiros autorizados para tomarem posse da colonia!⁵²

Não faltou quem se referisse aos riscos de profanação dos símbolos nacionais, como a bandeira, que poderia ser substituída caso vencessem os comunistas (“... a substituição do auriverde pendão pelo campo sangrento com a foice e o martelo que, para vergonha de nosso povo já foi certa feita hasteado, pela matilha bolchevista, na própria Capital da República, acima do Pavilhão Nacional!”⁵³).

A postura nacionalista que os comunistas procuraram defender em alguns períodos, marcada pela denúncia do imperialismo e afirmação da necessidade de fortalecer o Estado nacional, foi atacada pelos anticomunistas, que procuraram

⁴⁹INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709 - O Comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966/67. Vol. 4, p.83.

⁵⁰ “... discursou o brigadeiro Henrique Fleiuss, dizendo, a certa altura, que ‘comunismo é crime, é traição à Pátria’”. *Manchete*, 3/12/55, p.3.

⁵¹ “Ainda há muito ouro em Moscou. Ainda há muitos aventureiros internacionaes, que fazem da conspiração e da mashorca a sua profissão. E, si bem que nos custe acreditar-o, ainda há muitos brasileiros capazes de se venderem e de atraiçoaem a sua patria”. *O Diário*, 26/11/36, p.4 (Artigo de Lucilio Mariano).

⁵² J.E. de Macedo Soares. *Estado de Minas*, 6/12/35, p.2.

⁵³ *Lei e Polícia*, nº7, nov.,dez./1949, p.51 (Artigo do Inspetor Cecil Borer).

ridicularizá-la e desqualificá-la. Os comunistas foram acusados de professarem um falso nacionalismo, de fachada. Na verdade, todo comunista seria um “nacionalista russo”⁵⁴, usando a bandeira nacionalista para enganar o povo e explorar seus sentimentos patrióticos. Uma vez que chegassem ao poder deixariam cair a máscara e sua submissão aos interesses da União Soviética prevaleceria. Por esta razão, a revista *Ação Democrática* argumentava que os comunistas deveriam ser chamados de “traicionistas”, ao contrário de nacionalistas⁵⁵. Os militantes do PCB seriam uma “quinta-coluna” enquistada no território brasileiro, agindo na preparação do terreno para o futuro domínio do Kremlin⁵⁶.

Existe mais um aspecto importante do anticomunismo de inspiração nacionalista. A doutrina e os militantes comunistas são acusados de serem elementos estrangeiros, estranhos ao Brasil. As idéias defendidas pelos membros do PCB seriam formulações provenientes de países estrangeiros, proposições que nenhuma relação teriam com a realidade nacional. O caráter, a alma, o sentimento brasileiro não teria como ser compatibilizado com o ideal bolchevista, elaborado em terras muito distantes da nossa pátria. Segundo a argumentação anticomunista, as idéias dos revolucionários: “(...) são irreconciliáveis com as tradições do caráter e da alma dos brasileiros (...)”⁵⁷; seriam contrárias “(...) à índole pacífica e conservadora do brasileiro (...)”⁵⁸; e incompatíveis com a “(...) índole liberal e profundamente religiosa de nossa gente”⁵⁹.

Neste contexto, surgem referências ao exotismo das propostas comunistas. Comentando os acontecimentos de 1935, um jornal carioca criticou os militares envolvidos chamando-os “maus brasileiros que se transviaram do caminho do dever, deixando-se arrastar por doutrinas exóticas (...)”⁶⁰. Outros comparavam o comunismo a uma “planta exótica”, cujas sementes teriam sido trazidas ao Brasil por estrangeiros. Mas

⁵⁴ *Por Um Mundo Melhor*, nº 8, ago./1958, p.3 (Artigo de Gustavo do Valle). Critica a ambigüidade dos comunistas brasileiros, que denunciavam furiosamente o imperialismo americano mas silenciavam quanto às ações do império soviético no caso da intervenção na Hungria.

⁵⁵ *Ação Democrática*, nº 7, dez./1959, p.1.

⁵⁶ CRUZADA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA. *Como se desenvolve a ofensiva comunista*. Petrópolis: Vozes, 1961(a). p.42.

⁵⁷ *O Diário*, 11/10/40, p.3.

⁵⁸ *Estado de Minas*, 30/10/34, p.2.

⁵⁹ *Estado de Minas*, 19/10/37, p.2.

⁶⁰ *Jornal do Brasil*, 23/09/37, p.9.

que ficassem todos sossegados: a resistência do caráter brasileiro (“o espírito da nacionalidade é como o mandacaré”⁶¹) e a ação das forças sãs do Estado e do povo constituiriam garantia que a “(...) planta exótica (...) jamais medrará em nossa sociedade (...)”⁶².

Além da doutrina, os próprios comunistas são apresentados como indivíduos estrangeiros, elementos alienígenas infiltrados na nação brasileira. A grande leva de imigrantes que aportaram no Brasil nas primeiras décadas do século seria a grande responsável pela disseminação do comunismo, pois ao lado dos trabalhadores confiáveis vieram também indesejáveis, portadores das “idéias malditas”. Um exemplo da maneira como essa argumentação era apresentada pode ser visto no excerto que segue, retirado de uma publicação patrocinada pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP):

Essa acção ignobil fica ainda mais patenteada ao vermos que a tiveram individuos que no nosso paiz se acoitaram sob o aspecto innocente de immigrants, quando na verdade não passavam de agentes da desordem. Infiltrando-se no nosso territorio, gozando dos favores da nossa nunca desmentida hospitalidade, esses ingratos e trahidores eram viboras que se aninhavam no nosso seio, ganhando alento para, com mais força, poder envenenar-nos do modo mais nefando!

Contra eles, contra esses máos hospedes, estrangeiros que se prevalecem da liberalidade das nossas leis para, com maior facilidade, nos golpear naquillo que temos de mais valioso, - o nosso sentimento nacional, - contra elles concitamos todos os brasileiros a uma attitude de repulsa e de condemnação!⁶³

A prevenção contra os estrangeiros, que como se vê chegava às raias da xenofobia, foi mais típica dos anos 30 e 40, tendo declinado depois. A razão é que naquele período a onda anticomunista coincidiu com a ocorrência de uma forte corrente imigratória. Nas primeiras décadas do século, os portos brasileiros viram desembarcar um volume considerável de imigrantes, que mudaram o perfil da população brasileira, especialmente nas grandes cidades. As tensões causadas por esta transformação, certamente, contribuíram para insuflar os temores anticomunistas dos grupos sociais mais inseguros, que viam nos estrangeiros um elemento perturbador da velha ordem.

⁶¹ RIBEIRO, Fernando de Bastos. O comunismo e o Brasil. *A Ordem*, fev./1938, p.174.

⁶² *Estado de Minas*, 28/11/35, p.1.

⁶³ BRASIL. Departamento Nacional de Propaganda. *Defendamos o futuro!* A participação de elementos estrangeiros no levante comunista de novembro de 1935. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. p.6.

Além do mais, deve ser notado que nas décadas de 20 e 30 o Partido Comunista recrutou um número expressivo de novos aderentes entre os imigrantes, que compunham boa parte das classes trabalhadoras urbanas. No Rio de Janeiro e em São Paulo, a polícia realizou prisões de grande número de adeptos e simpatizantes comunistas recém chegados ao Brasil⁶⁴, bem como apreendeu literatura e livreiros marxistas de origem estrangeira⁶⁵.

Nas campanhas anticomunistas dos anos posteriores, a representação da proposta comunista como elemento estranho ao país permaneceu⁶⁶, bem como a denúncia de sua vinculação aos interesses de uma potência estrangeira (“... reagir contra as criminosas tentativas de entregar o País ao jugo de uma ditadura liberticida e cruel, comandada pelo imperialismo comunista e pelo colonialismo soviético ...”⁶⁷). Porém, o argumento de que os revolucionários seriam imigrantes estrangeiros caiu em desuso, na medida em que as correntes imigratórias foram sendo absorvidas e integradas à população. Deixaram, assim, de ser fator de insegurança, não fornecendo mais justificativa para o argumento de que os comunistas eram estrangeiros desajustados, que vinham para o Brasil enxotados de seus países de origem.

No conjunto, a argumentação nacionalista convergiu para uma condenação peremptória. Uma vez que ameaçava a unidade nacional através do estímulo às lutas de classes, vinculava-se a uma potência estrangeira (e/ou a uma conspiração internacional) e constituía-se num fenômeno eminentemente estrangeiro, o comunismo só poderia significar uma coisa: era uma ameaça à pátria⁶⁸. O comunismo habitava os pesadelos dos

⁶⁴ Alzira Campos montou uma tabela, a partir de documentos do DEOPS, com dados relativos a um grupo de militantes comunistas presos em São Paulo no ano de 1934, e concluiu: “É preciso notar que os estrangeiros constituíam quase a metade dos indivíduos aprisionados, cifra que corrobora análises que apontam para a grande responsabilidade dos imigrantes na formação das esquerdas nacionais”. CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Estrangeiros e Ordem Social* (São Paulo, 1926-1945). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Ed. Unijuí, vol. 17, nº33, 1997, p.224.

⁶⁵A este respeito ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

⁶⁶ Por exemplo, o texto de apresentação de uma obra editada pela Biblioteca do Exército em 1978, afirma que o livro seria uma contribuição importante para mostrar às pessoas o erro de aderir ao comunismo, “(...) essa ideologia contrária às tradições, usos e costumes brasileiros (...)”. CARVALHO, Ferdinando (Gal). *Os sete matizes do rosa*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978. p.5.

⁶⁷ Trecho de um manifesto elaborado por professores universitários da Guanabara. *O Globo*, 4/01/64, p.6.

⁶⁸ Neste caso prevaleceria mais patriotismo que nacionalismo, embora seja difícil separar os dois fenômenos. Pátria remete a solo, território, Estado, enquanto nação diz mais respeito a povo, coletividade (existem inclusive nações sem Estado). O patriotismo tende a ganhar destaque quando há a suposição de que o “torrão natal” está ameaçado por forças estrangeiras.

conservadores, à medida que representava o fantasma da desagregação, da ruptura da ordem e da unidade orgânica da nação. Ele era a personificação do estrangeiro, do alienígena, em uma palavra, do “outro”.

Pouco importava o que os comunistas diziam, apresentando-se como nacionalistas e reformadores sociais. Tal discurso não passaria de demagogia e engodo para esconder seu caráter real. Os comunistas seriam, antes de tudo, inimigos da Pátria, do Brasil:

“-Vejam bem qual é o nosso ponto de vista; neste momento não são inimigos da Patria apenas os adeptos ou simpatizantes do comunismo, mas também os indiferentes”⁶⁹.

“Povo do Brasil,
A Pátria, imensa e maravilhosa, que Deus nos deu, está em extremo perigo. (...) Deixaram infiltrar-se no corpo da Nação, na administração, nas Forças Armadas e até nas nossas igrejas os servidores do poder totalitário, estrangeiro e devorador”⁷⁰.

Embora não se possa negar que muitos anticomunistas realmente acreditassem nesta “ameaça” à pátria, por outro lado é inegável a conveniência do argumento para o sucesso das campanhas de combate ao comunismo. Os inimigos revolucionários recebiam o pesado rótulo de impatriotas ou pior, traidores, ao passo que os combatentes anticomunistas eram aureolados com o distintivo de defensores da pátria. Além disso, já que a atividade comunista representava um risco à integridade do Brasil, não haveria por que ter contemplação: a repressão comandada pelas autoridades policiais estaria justificada pela gravidade do perigo. Não seria uma questão de defender os interesses de grupos, mas da pátria como um todo. Num quadro de tamanho perigo para o Brasil, argumentava-se, “(...) a tolerância é o maior absurdo que se pode imaginar”⁷¹.

Numa versão particularmente exagerada do argumento, alguns órgãos da grande imprensa exploraram o ponto de vista de que o levante armado dirigido pelo PCB em 1935 equivalia a uma agressão externa contra o país:

⁶⁹ Entrevista do Gal. Newton Cavalcanti, membro da Comissão nomeada para superintender a execução do Estado de Guerra. *Jornal do Brasil*, 9/10/37, p.7.

⁷⁰ Trecho do texto de convocação para a Marcha com Deus, pela Família e Liberdade. *O Globo*, 20/03/64, p.10.

⁷¹ *Estado de Minas*, 27/11/35, p.2.

Estamos em guerra contra uma potencia estrangeira, que jurou destruir os padroes ethicos e juridicos da nossa civilização centenaria. (...) É um erro suppôr que os inspiradores occultos desse canibalismo, organizado em seita politica, sejam brasileiros (...).⁷²

Tal retórica deve ter sido muito apreciada pelo governo, pois ajudava a criar um ambiente favorável à aprovação das medidas excepcionais solicitadas pelo Executivo em nome da necessidade de combater o comunismo.

Outro aspecto conveniente da caracterização do comunismo como inimigo da pátria é que ela facilitava e encorajava a formação de frentes anticomunistas. Se os revolucionários ameaçavam a integridade do país, todo bom patriota brasileiro deveria sentir-se na obrigação de repudiá-los, colaborando com as autoridades. Diante de um perigo externo a única atitude possível para os brasileiros era esquecerem suas diferenças e unirem-se para melhor defender o país. Tanto em 1935/37 quanto em 1964, algumas vozes propugnando a união nacional contra o comunismo se fizeram ouvir, e não foram poucos os que se deixaram convencer.

Assis Chateaubriand, célebre pela capacidade de cunhar expressões marcantes, elaborou em 1935 uma imagem que expressava bem o sentimento de certos setores da sociedade, especialmente das camadas dirigentes. Contra o comunismo deveria ser estabelecida uma “união sagrada”⁷³, congregando as forças “sãs” da nacionalidade em torno do governo, para que o “inimigo” pudesse ser derrotado. Várias manifestações de tom semelhante vieram à luz, criando efetivamente uma impressão de mobilização nacional anticomunista⁷⁴. Nos meses antecedentes ao golpe de 1964 deu-se o mesmo: jornalistas, religiosos, militares, empresários, entre outros, fizeram insistentes apelos em favor de uma união sagrada contra o comunismo, ainda que sem o uso desta expressão⁷⁵.

⁷² *O Jornal*, 29/11/35, p.2 (Artigo de Assis Chateaubriand). Outros diários da grande imprensa enveredaram pela mesma linha: “Têm, pois, toda razão os que querem que o movimento atual nos coloque em posição de uma verdadeira guerra estrangeira”. *Jornal do Brasil*, 13/12/35, p.6.

⁷³ A expressão saiu como título de editorial. *O Jornal*, 12/12/35, p.2. O termo foi usado em alguns países europeus, no contexto da Primeira Guerra, para significar a mobilização nacional contra os inimigos.

⁷⁴ Ver, por exemplo, *O Estado de São Paulo*, 30/11/35, p.1; *Jornal do Brasil*, 1/12/35, p.6.; *Estado de Minas*, 28/11/35, p.2: “O problema atinge a estrutura moral da Nação, reclama o concurso de todos os brasileiros de boa vontade e que ponham a existencia feliz da patria acima das paixões e interesses de pessoas”.

⁷⁵Um exemplo, entre vários possíveis: “Preconizo, assim (...) a menos que queiramos sucumbir inglóriamente sem luta, a união das fôrças que se opõem ao comunismo no Brasil, sob a égide do ideal comum de varrer da nossa Pátria o inimigo que mais perigosamente nos ameaça na hora presente”. Trecho

A existência de fortes vínculos unindo nacionalismo (patriotismo) a anticomunismo pode ser observada nas políticas adotadas pelos regimes originados das duas mais importantes ofensivas anticomunistas: Estado Novo e Regime Militar. Ambos empenharam-se vigorosamente em campanhas de valorização dos ideais cívicos e patrióticos, e estimularam o culto aos símbolos, datas e heróis nacionais, para tanto lançando mão de reformas educacionais e construção de monumentos, entre outras estratégias⁷⁶. A intenção, obviamente, era esvaziar o discurso comunista, promovendo a idéia de que a união da nação estava acima de qualquer consideração, fossem conflitos sociais ou interesses econômicos.

Quando se analisa o anticomunismo de inspiração nacionalista uma constatação se evidencia. Os militares foram o grupo social mais receptivo às propostas de mobilização contra o comunismo, em defesa da pátria e da nação. Ao longo da história do anticomunismo brasileiro, os elementos egressos das Forças Armadas se transformaram nos principais esteios do nacionalismo, sempre suscetíveis a entrarem em ação no combate aos “agentes de Moscou”. Não é o caso de generalizar para o conjunto do grupo a postura anticomunista, pois sabemos que principalmente no Exército houve um setor esquerdista ponderável. Tampouco se deve pensar que o anticomunismo de viés nacionalista fosse um atributo exclusivo dos militares. Outros grupos sociais também eram sensíveis ao tema, bem como algumas organizações⁷⁷, destacadamente a AIB, que tinha no nacionalismo uma de suas principais bandeiras. Exatamente por esta razão os integralistas conseguiram atrair para suas fileiras um número considerável de oficiais das Forças Armadas, que viam naquela entidade uma expressão forte do nacionalismo brasileiro.

de um discurso proferido em maio de 1963 pelo deputado e empresário das comunicações João CALMON (*Duas invasões*. Vol. 1. Invasão Vermelha. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. p.60).

⁷⁶ “Um dos meios postos em prática pelo governo para provocar o sentimento cívico do povo, fortalecendo-o, assim, contra a pregação internacionalista dos partidários de Stalin, foi o das comemorações festivas das grandes datas nacionais. (...) Esse redespertar do sentimento cívico do povo é o lado positivo da campanha de repressão ao comunismo”. *O Diário*, 8/12/36, p.4 (Artigo de Oscar Mendes).

⁷⁷ Diversos grupos anticomunistas formados nos anos 60 e 70 tinham como compromisso doutrinário básico o nacionalismo. Significativamente, o núcleo de sua militância provinha das Forças Armadas e dos órgãos policiais. A polícia foi outra instituição bastante sensível à pregação anticomunista embasada no nacionalismo.

O destaque alcançado pelos membros das Forças Armadas no campo do nacionalismo anticomunista⁷⁸ é explicado por características peculiares à instituição. Nos meios militares havia já uma tendência natural a respeitar o *status quo* e refutar os projetos revolucionários, fruto de seu papel constitucional de garantidores da ordem. Eles eram preparados para defender as instituições constituídas contra tentativas de ruptura revolucionária e daí era natural que encarassem o comunismo como ameaça. Na qualidade de defensores da ordem também consideravam seu papel preservar a integridade nacional, e neste sentido a proposta comunista soava ofensiva por enfatizar e estimular o antagonismo entre os grupos sociais. Outro aspecto significativo é que os militares tinham um profundo respeito pela noção de hierarquia e um forte “espírito de corpo”, o que os levava a temer as conseqüências de uma revolução para a estrutura das Forças Armadas⁷⁹.

Entretanto, um acontecimento da história brasileira contribuiu para fortalecer ainda mais o anticomunismo dos militares, pois agregou novos elementos ao tradicional rol de características negativas atribuídas aos comunistas, o levante de 1935. Os militares revolucionários que tomaram em armas naquele episódio foram acusados de uma prática inaceitável no interior da corporação militar, a traição. A ação dos rebeldes foi interpretada como traição não apenas ao Brasil, mas à instituição militar da qual faziam parte. Além disso, os militares rebelados das guarnições do Rio de Janeiro foram acusados de terem assassinado alguns companheiros de farda enquanto dormiam, ou seja, um ato não somente de traição, mas também de covardia.

A partir de 1936 e prosseguindo pelas décadas seguintes a vitória sobre a “Intentona Comunista” entrou para o calendário cívico das Forças Armadas, passando a ser comemorada anualmente nos quartéis. Naquela data os militares recordavam o dia da “traição” ou da “vergonha”, como muitos diziam, e renovavam o voto de estar sempre a postos contra o comunismo. Era uma ocasião importante, sobretudo para socializar os

⁷⁸ Esta afirmação se baseia nos resultados da nossa pesquisa. Embora não tenha sido feito um levantamento quantitativo, foi possível observar que os militares foram responsáveis pela maioria dos pronunciamentos anticomunistas de caráter nacionalista encontrados nas fontes.

⁷⁹ Um dos argumentos usados para mobilizar os militares em 1964 procurava explorar seu espírito corporativo. Afirmou-se que quando alcançavam o poder os comunistas dissolviam as Forças Armadas e as substituíam por simples milícias. *Jornal do Brasil*, 29/03/64, p.1.

jovens membros da corporação, integrando-os aos valores anticomunistas e garantindo, assim, sua reprodução ao longo do tempo.

LIBERALISMO

A terceira e última grande “matriz ideológica” do anticomunismo a ser analisada é o liberalismo. Optou-se aqui por uma acepção abrangente, segundo a qual o programa liberal engloba duas facetas principais: liberalismo político e liberalismo econômico (ou liberismo, como preferem alguns autores)⁸⁰. Os liberais recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava contra os dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade, na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava. Isto não significa que todos os grupos e indivíduos classificáveis como liberais defendessem, com a mesma intensidade, os dois aspectos. A ênfase no fator político ou no econômico podia variar, dependendo do caso ou do momento.

Concentremo-nos, primeiramente, na dimensão política da temática liberal. De início, é preciso mencionar a complexa relação entre a proposta liberal e o conceito de democracia. No discurso anticomunista é freqüente a associação (e a confusão) entre os dois elementos, apresentando-se os Estados comunistas como antítese da liberdade e da democracia. Com efeito, as propostas democráticas modernas têm como base a pregação liberal clássica. Mas o liberalismo político foi enriquecido, ao longo do século XIX, a partir de críticas provenientes do pensamento radical e reformista, que enfatizava a necessidade de estender os direitos políticos a todos segmentos sociais, rompendo o elitismo da proposta liberal, que originalmente não previa a participação dos grupos sociais subalternos. Deste processo resultou a liberal-democracia, fundamento ideológico e institucional dos Estados democráticos do século XX⁸¹. Neste sentido, a proposta liberal-democrática incorpora a defesa da liberdade, mas vai além dos objetivos restritos

⁸⁰ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp.87 e 88.

⁸¹ BOBBIO, *Op.cit.*, pp.42-44.

do liberalismo original, uma vez que sua pretensão é abranger na cidadania ativa toda a população.

No caso brasileiro, o anticomunismo liberal e liberal-democrático não primou pela pujança, nem pela coerência. Predominou uma retórica liberal pouco preocupada com as práticas democráticas, mais afinada com a afirmação da liberdade no sentido negativo que positivo⁸². Na maior parte das vezes, a crítica liberal ao comunismo se restringia a formulações algo simplórias, reproduzindo chavões convencionais sobre a ditadura soviética. O caráter convencional destas posições se evidencia quando se faz o contraste com a realidade brasileira: vituperava-se contra a falta de liberdade no regime comunista como se tivéssemos aqui um idílio republicano.

A fragilidade do anticomunismo liberal está diretamente relacionada à tradição autoritária brasileira e à dinâmica política da história republicana. O tema da liberdade constituiu-se em ponto delicado no interior do anticomunismo, pois durante boa parte do período em foco o país foi governado por regimes autoritários. Isto explica o fato de ter ficado apagada, em alguns momentos, a crítica aos aspectos autoritários do comunismo, aparecendo na forma vaga de denúncias contra a “tirania” ou a “escravização” vigentes na Rússia (“Somos contra o comunismo, porque lutamos pela liberdade ... Detestamos o regime de Moscou, porque não temos a alma de escravo”)⁸³. Dependendo das circunstâncias políticas, tornava-se arriscado assumir posturas liberais ou democráticas mais enfáticas. Era esta a situação especialmente durante os anos de vigência do Estado Novo. Como inserir um conteúdo efetivamente liberal-democrático na argumentação anticomunista quando estava em vigor no país uma ditadura, por sinal, muito ciosa de seu poder discricionário?

Por outro lado, há que considerar a crise dos valores liberais e democráticos ocorrida na década de 1930. Acompanhando a tendência mundial, segmentos expressivos de nossas elites intelectuais e políticas se empolgaram com propostas autoritárias (amiúde totalitárias), consideradas portadoras de soluções viáveis para os desafios enfrentados no

⁸² Em outras palavras, enfatizava-se a luta contra o intervencionismo estatal e relegava-se para segundo plano a questão da participação política. Sobre a conceituação de liberdade positiva e negativa conferir BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Ed. UnB, 1981. pp.136-144.

⁸³ LUÍS, Pedro. *Agonia do comunismo*. Greves, lágrimas, miséria e sangue. São Paulo: N.J.L., 1946. p.33. O excerto foi retirado de uma parte do livro onde o autor fazia uma “profissão de fé anticomunista”.

momento. O liberalismo parecia destinado a declínio inexorável (“a fallencia do liberalismo democrata ahi está ...”⁸⁴), enquanto as vozes defensoras de regimes “fortes” soavam como anunciadoras do futuro redentor. Parcelas significativas da sociedade tornaram-se sensíveis aos argumentos antiliberais, tanto mais quanto se anunciava ser necessário “mão forte” para o sucesso do combate ao comunismo e se acusava o liberalismo de ter gerado a “ameaça” revolucionária (“... o advento do liberalismo ... abriu as portas ao comunismo”⁸⁵).

Apesar do clima autoritário daqueles anos, eventualmente surgiam vozes isoladas defendendo a “democracia”, embora nem sempre observassem as regras da coerência. Em 1937, por exemplo, foi publicado um livro dedicado à análise da questão comunista, de autoria de Luiz Ribeiro. Pretendendo criticar as posturas dominantes entre muitos anticomunistas, que acreditavam ser possível derrotar o comunismo apenas com o uso da força, afirmou: “(...) para combater as idéas e as ideologias malsãs não são necessários, sómente, cadeia e tira de borracha”⁸⁶. Além da repressão, que ele também considerava importante, inclusive com o uso da violência (tira de borracha!), Ribeiro argumentava que seria preciso realizar algumas reformas no Brasil. Uma das coisas que favoreceria a expansão do comunismo, em sua opinião, era a falta de democracia, coisa que o país nunca tivera. No final da obra, contudo, contraditoriamente, conclui defendendo o integralismo como única barreira eficaz contra o avanço dos revolucionários.

As idéias liberal-democráticas voltaram a ocupar o centro da arena política após a Segunda Grande Guerra, sendo assumidas como fundamentação ideológica do regime político instaurado pela Constituição de 1946. Neste contexto, o autoritarismo caiu em descrédito, por seus vínculos com o nazi-fascismo, e a democracia assumiu papel destacado nas representações anticomunistas:

Nós, da minoria democrática, ‘anti-comunistas sempre, reacionários nunca’ (apoiados), ficamos naquela paráfrase com que, há dias, desta tribuna evoquei, mais uma vez, o genio tutelar de Rui Barbosa - ‘Com a democracia, pela democracia, dentro da democracia, porque fóra da democracia não haverá salvação’.

⁸⁴ MELLO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935. p.124.

⁸⁵ BARROSO, Gustavo. *O integralismo de norte a sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p.39

⁸⁶ RIBEIRO, Luiz de Prado. *O que é comunismo? O crêdo russo em face da atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Norte Editora, 1937. p.42.

E quando digo democracia, insisto em acentuar que me refiro ao que é conhecido no mundo, como democracia cristã ou ocidental; nunca democracia autoritária, nunca democracia soviética⁸⁷.

Especialmente nos anos que precederam o golpe de 1964, os anticomunistas exploraram bastante o argumento, procurando estabelecer uma contraposição democracia *versus* comunismo. Não apenas denunciaram os riscos que a democracia estaria correndo (“o meu proposito ao denunciar a ‘guerra revolucionária’ ... foi o de advertir a Nação acêrca dos riscos que corre o regime democrático e o nosso sistema de vida ...”⁸⁸), mas estenderam o rótulo de “democratas” a todos os grupos anticomunistas. Os líderes que disputavam com os comunistas o controle das entidades estudantis eram “estudantes democratas”⁸⁹, os sindicalistas de orientação anticomunista eram dirigentes de “sindicatos democratas” e assim por diante. A julgar pelas representações anticomunistas construídas no quadro da crise pré-64, o que estava em jogo era uma luta pelo poder opondo democratas a comunistas.

Havia, certamente, muitos atores sinceramente democratas atuando naquele “drama”. Mas boa parte dos discursos em defesa da democracia não passava de exercício retórico (“Como dizia o grande Rui ...”). A democracia que tão sofregamente se pretendia proteger não tinha conteúdo, seu sentido era vago. Não se tratava de afirmar a participação popular em contraposição ao autoritarismo, mas de opor a ordem à “ameaça revolucionária”. No fundo, democrata significava simplesmente o oposto de comunista, quer dizer, anticomunista, o que era uma licenciosidade conceitual muito conveniente, pois permitia usar o simpático adjetivo para designar grupos que nada tinham de democráticos.

A ênfase na retórica democrática correspondia também a uma estratégia de alinhamento internacional. No bojo da guerra fria, o bloco anticomunista era capitaneado pelos EUA, nação tradicionalmente comprometida com os valores democráticos. Na ótica dos norte-americanos e de seus aliados europeus ocidentais, a luta contra os países

⁸⁷ Discurso de Otávio Mangabeira na Constituinte de 1946. *Apud* LUÍS, *Op.cit.*, p.303/304.

⁸⁸ PINTO, Bilac. *Guerra revolucionária*. São Paulo: Forense, 1964. p.113.

⁸⁹ “Enaltecidas duas vitórias dos estudantes democráticos”. Título de matéria que noticia a vitória de chapas “democráticas” contra chapas “comunistas” em eleições estudantis. *O Estado de São Paulo*, 9/11/62, p.4. Ver também *O Globo*, 16/10/61, p.1.

comunistas se ligava ao objetivo de afirmar a democracia contra a tirania. Nada mais natural que os anticomunistas brasileiros procurassem apoio externo para sua causa vinculando-se ao mundo “livre, ocidental e cristão”, o que conduzia a uma identificação com os valores propugnados pelas “nações democráticas”. Por outro lado, não se pode esquecer que as potências anticomunistas desejavam obter o alinhamento dos países do “terceiro mundo” às suas estratégias geopolíticas e, para tanto, incentivavam a divulgação dos ideais “democráticos”.

Analisemos, agora, a outra dimensão do anticomunismo liberal, associado à defesa da propriedade. O argumento central é que a propriedade é um direito individual inalienável, sagrado para os mais enfáticos, e integrante do rol das liberdades fundamentais. Ressalte-se, o reconhecimento do direito à propriedade não implica necessariamente em concordância ou aceitação acrítica do capitalismo. Uma facção dos anticomunistas afirmava o caráter intocável da propriedade individual, ao mesmo passo que tecia críticas agudas ao capitalismo. É interessante observar que ao longo da história do anticomunismo brasileiro, as manifestações em defesa simplesmente da propriedade foram mais comuns que as profissões de fé no capitalismo.

Ainda assim, já nos anos 30 encontramos exemplos de propagandistas que se empenharam em demonstrar que a organização econômica de tipo soviético era menos eficiente se comparada ao regime da livre iniciativa. Alguns autores criticaram o funcionamento do sistema econômico “comunista”, enxergando nele graves problemas estruturais. O autor de *Refutação científica ao comunismo*, por exemplo, criticou severamente a teoria do valor de Marx, considerando-a ultrapassada e equivocada, aduzindo ainda que o comunismo representaria um retrocesso em relação ao capitalismo⁹⁰. Houve também quem analisasse a dinâmica interna da indústria soviética, apontando uma tendência intrínseca à baixa produtividade⁹¹; e quem advertisse que a implantação do comunismo seria um desastre para a economia:

⁹⁰ FAIRBANKS, *Op.cit.*, pp.53-80 e p.116.

⁹¹ ALBANO, Ildefonso. *A URSS do Deão*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1944. A discussão mais significativa aparece num capítulo intitulado “As indústrias soviéticas não teem, nem podem ter, a eficiência das dos países democráticos”.

Decretado no Brasil o bolchevismo, passando para o governo do Estado todas as propriedades, todas as terras, todas as estradas, todas as companhias, todas as minas, todas as casas, todas as fazendas, estava decretada *ipso facto* a falência geral e coletiva de tudo isso, de todas essas propriedades sem exceção⁹².

Mas a observação atenta dos trabalhos destes supostos defensores do liberalismo econômico revela incoerências sérias. O mesmo autor que pretendeu refutar o comunismo baseado na ciência afirmou que o primeiro mestre em economia foi Jesus Cristo⁹³, enquanto o que criticou a ineficiência da indústria soviética apontou o abuso da liberdade como causa principal dos males da humanidade⁹⁴. Nos dois casos, apesar de esporem alguns pressupostos do liberalismo econômico, o compromisso maior era para com os valores cristãos.

De qualquer modo, críticas à economia soviética não eram freqüentes, provavelmente porque até a década de 60 os indicadores demonstravam altas taxas de crescimento no “socialismo real”. A este respeito há um texto interessante de Tristão de Athayde, escrito em 1936. O pensador católico considerava a estratégia de criticar a URSS do ponto de vista econômico equivocada e pouco eficiente, pois o país dos soviets experimentava forte expansão industrial. A única forma de combater eficazmente o comunismo, argumentava, seria no terreno dos princípios, opondo os preceitos cristãos à filosofia materialista⁹⁵.

Em resumo, em que pese o fato do liberalismo ter sido elemento importante na fundamentação doutrinária do anticomunismo, na realidade os argumentos liberais foram apresentados com pouca consistência e coerência. A aparente fragilidade da pregação liberal se soma a um fator que pode ajudar a explicar esta realidade. O empresariado, grupo que supostamente deveria apresentar um grande empenho na afirmação da doutrina liberal em contraposição aos projetos revolucionários, era muitas vezes acusado de omissão pelos anticomunistas. Em algumas ocasiões, as classes empresariais foram criticadas por não se dedicarem devidamente à causa:

⁹² SERVA, Mario Pinto. *Apud* MARTINS, Vicente (Monsenhor). *A Rússia dos Sovietes*. Rio de Janeiro: C. Mendes Junior, 1933. P.364.

⁹³ FAIRBANKS, *Op.cit.*, p.80.

⁹⁴ ALBANO, *Op.cit.*, p.303.

As próprias chamadas “classes conservadoras” não acreditam no perigo comunista. Não movem uma palha, já não digo em benefício da defesa da Nação, mas nem no próprio benefício, prevenindo-se contra um perigo que as ameaça diretamente⁹⁶.

O jornal *Estado de Minas*, em 1936, publicou matéria com críticas de teor semelhante, intitulada “O crime da indiferença”. Industriais, comerciantes e banqueiros foram acusados de falta de espírito público, por mostrarem indiferença em relação à campanha anticomunista empreendida pelo governo. Na opinião do jornal, o desinteresse dos empresários não decorreria de covardia ou complacência, mas da “(...) falta de interesse mercantil (...)”, ou seja, eles só se mobilizariam em prol de alguma coisa quando havia perspectiva de ganhos materiais imediatos⁹⁷.

Algumas vezes, os homens de negócios receberam críticas por não compreenderem a necessidade de fazer sacrifícios em prol da luta contra os comunistas. Alzira Vargas relatou um encontro de seu pai com um grupo de líderes empresariais, dos quais ele esperava apoio na campanha anticomunista. Getúlio Vargas disse-lhes que a concessão de benefícios trabalhistas era mecanismo importante no combate aos revolucionários e pediu colaboração para implantar as reformas sociais. O desinteresse de seus interlocutores causou “náuseas” no presidente, que teria comentado: “Estou tentando salvar esses burgueses burros e eles não entenderam”⁹⁸. Propagandistas anticomunistas exaltados fizeram afirmações mais radicais, dizendo que além da maioria inconsciente do “perigo comunista” haveria uma outra parcela do empresariado responsável por atitudes ainda piores: colaboravam com os comunistas, em vez de combatê-los⁹⁹.

Não devemos confiar inteiramente nestes argumentos, especialmente tendo em vista a importância da mobilização empresarial no quadro da crise de 1964¹⁰⁰. Tampouco

⁹⁵ Em face do comunismo. *A Ordem*, mar./1936, pp.349-353.

⁹⁶ SALGADO, Plínio. *Doutrina e tática comunistas* (noções elementares). Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1956. p.45.

⁹⁷ *Estado de Minas*, 10/09/36, p.2.

⁹⁸ *Apud* MORAIS, *Op.cit.*, pp.360.

⁹⁹ Tais acusações foram feitas, entre outros, por Ivan Hasslocher, dirigente do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Seu argumento se baseava no fato de que algumas empresas compravam espaço publicitário no jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer. Para Hasslocher, o jornal era comunista. HASSLOCHER, Ivan. *As classes produtoras diante do comunismo*. Suplemento de *Ação Democrática*, nº 33, fev./1962.

¹⁰⁰ Embora alguns líderes empresariais tenham deixado relatos sobre as dificuldades encontradas para congregar a classe em torno do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), órgão fundado em 1961

se deve considerar irrelevante a força do anticomunismo no interior das classes proprietárias. Mas, se compararmos a atuação dos empresários com a dos clérigos e militares somos forçados a concluir que os dois últimos grupos tiveram presença mais destacada nas atividades anticomunistas. Eles forneceram ao ativismo anticomunista seus principais quadros e os argumentos de mais forte apelo popular.

O fato de termos dedicado maior espaço à análise dos fundamentos do anticomunismo católico decorre da compreensão de sua importância capital. Na história do anticomunismo brasileiro, a religião e os religiosos desempenharam o principal papel, notadamente no que respeita à elaboração de representações sobre o inimigo e sua divulgação. Prova disto é o fato de que os anticomunistas vinculados a outras posições ideológicas procuravam sempre atrair a Igreja para a luta, invariavelmente atribuindo-lhe a posição de liderança. Neste sentido, há um editorial de *O Estado de São Paulo* bastante elucidativo, onde o jornal reconhece o papel chave da Igreja na luta contra o comunismo:

As forças mais aparelhadas para combater o comunismo são as cristãs (...). (...) a propaganda comunista, fértil em recursos e de uma atividade infatigável, só poderá ser neutralizada pelas organizações da Igreja, que atuam nos meios operários e fazem sentir a sua influência nas camadas superiores. (...) Por mais desprovidos de crenças religiosas que sejamos, não há na moral cristã nada que repugne ao nosso sentimento e à nossa inteligência. Se o lume da fé já se apagou em nossas almas, o da razão ainda não a abandonou, e bastará esse para mostrar como é belo, como é nobre, como é fecundo o ensinamento da Igreja¹⁰¹.

Importante chamar atenção para a segunda parte do excerto, que revela o pragmatismo do editorialista em relação à religião. A razão, não a fé, estabelecia que o momento era de apoiar o trabalho da Igreja, instituição que possuía as melhores “armas” para combater o “perigo comunista”. E não foram poucos os líderes empresariais,

para fazer propaganda anticomunista e exaltar as virtudes da livre iniciativa. Cf. SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. pp.253-256.

¹⁰¹ *O Estado de São Paulo*, 4/01/36, p.3. Maria Helena Capelato, em sua tese doutoral, já havia analisado este editorial e a política “pragmática” dos grupos liberais em relação à Igreja no contexto da campanha anticomunista pós-35 (*Os arautos do liberalismo*. Imprensa paulista, 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.217.) Nos anos 60 o jornal mantinha essencialmente a mesma opinião sobre o papel da religião católica: “Nela sempre reconhecemos a força principal com que, na luta contra o materialismo moscovita, pode contar a civilização ocidental”. *O Estado de São Paulo*, 12/10/61, p.3.

políticos e intelectuais que adotaram postura semelhante, apoiando os esforços dos anticomunistas católicos, mas sem compromisso verdadeiro com os valores cristãos.

Na análise empreendida neste capítulo estabelecemos vínculos ligando as três “fontes doutrinárias” do anticomunismo - catolicismo, nacionalismo e liberalismo - a grupos sociais específicos - clérigos, militares e empresários. Isto não implica em acreditar numa relação de exclusividade, o que seria ingenuidade. Os valores religiosos não eram atributo só dos padres, o nacionalismo não constituía privilégio dos membros das Forças Armadas e os homens de negócios não eram os únicos a defenderem idéias liberais. Mas acreditamos que os grupos sociais referidos funcionaram como um bastião de tais doutrinas, atuando como seus principais divulgadores em relação à sociedade. A dedicação que demonstraram à luta contra o comunismo transformou-os - notadamente os homens da Igreja e das Forças Armadas - em esteios do anticomunismo brasileiro.

Neste sentido, o ato de fundação de uma das entidades anticomunistas mais atuantes da década de 60, a organização feminina CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia, com sede no Rio de Janeiro), assume caráter emblemático. À reunião inaugural estiveram presentes, auxiliando e coordenando a organização das senhoras anticomunistas, um general, um padre e um empresário¹⁰².

Se as diferentes posições anticomunistas não eram exclusividade de grupos sociais específicos, também não havia separação rígida distinguindo-as. Em outras palavras, no desenrolar das campanhas e atividades anticomunistas os argumentos das três “matrizes doutrinárias” apareciam freqüentemente combinados ou mesclados. Neste aspecto, o célebre lema integralista “Deus, Pátria e Família” constitui-se numa referência interessante, pois representava a junção de diferentes “ênfases” anticomunistas.

Até mesmo por uma questão de estratégia isto ocorria, pois quanto mais diversas fossem as razões apresentadas para se repudiar o comunismo tanto maior o potencial de atrair pessoas para a causa¹⁰³. Daí as combinações do tipo “Marcha com Deus, pela

¹⁰² General Antonio de Molina, Frei Leovigildo Balestiere e o empresário Glycon de Paiva. Cf. SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família*. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985. pp.31-32.

¹⁰³ Exemplo: “É deplorável, portanto, que emissários bolchevistas pretendam submeter e escravizar aos tyranos vermelhos o nosso glorioso Brasil, acabar com a nossa patria, aniquilar a nossa liberdade, destruir a nossa familia, desorganizar o nosso trabalho, extinguir a nossa propriedade, aviltar a religião dos nossos maiores e ludibriar as nossas massas operarias, tão livres e tão pacíficas”. BECKER, *Op.cit.*(1930), p.86

Família e Liberdade”, em março de 1964, tentativa bem sucedida de mobilizar um grande número de pessoas em torno da bandeira anticomunista. Neste caso, além de reunir as temáticas religiosa e liberal na convocação para a Marcha, os organizadores tiveram o cuidado de conferir-lhe caráter ecumênico, convidando líderes de outras religiões (judeus e protestantes) além da católica.

Entretanto, a constatação de que as diferentes fontes do anticomunismo podiam se combinar não altera a realidade de que as especificidades, e às vezes até mesmo divergências, continuavam existindo. Observemos o caso do ambíguo posicionamento da Igreja católica em relação ao liberalismo, aqui entendido como fundamento do sistema capitalista. O discurso católico considerava sagrado o direito à propriedade, natural a desigualdade entre os homens e erradas as tentativas de questionar a ordem social, posições que os liberais certamente consideravam muito simpáticas (e úteis). Mas, ao mesmo tempo, as fontes eclesiásticas demonstravam desgosto para com certas características da sociedade capitalista, como o estímulo ao materialismo, o enfraquecimento da moralidade tradicional e a excessiva exploração dos trabalhadores. A existência deste “substrato crítico” permitiu o desenvolvimento de tendências anticapitalistas em determinados meios religiosos, que consideravam comunismo e capitalismo igualmente ameaçadores para a religião. Daí a publicação de um livro com o curioso título *Os Chifres do Diabo. Capitalismo-Comunismo*, de autoria de um clérigo brasileiro, que aponta a existência de implicações maléficas para a sociedade cristã nos dois sistemas¹⁰⁴.

Diferenças apreciáveis também separavam os grupos anticomunistas quando se tratava da definição de estratégias a adotar no combate ao comunismo. Alguns enfatizavam a propaganda e meios dissuasivos, outros preferiam o “convencimento” proporcionado pelos meios repressivos e outros ainda apostavam que a solução residia na realização de reformas sociais. Na maior parte do tempo, os anticomunistas atuaram

¹⁰⁴ SANTOS, João Baptista Pereira dos (Pe). *Os Chifres do Diabo. Capitalismo-Comunismo*. São Paulo, [s.n.], 1964. Sérgio R. da Mata, em trabalho sobre a entidade religiosa Movimento por um Mundo Cristão chegou a conclusões semelhantes, mostrando que o grupo anticomunista cristão não subordinava seus ideais aos interesses dos grupos ligados à defesa dos valores capitalistas. MATA, Sérgio da. JUC e MMC: polaridade político-religiosa em Belo Horizonte. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, Departamento de História-UEPG, vol. 3, nº 1, 1998. pp.78-79.

separadamente, apenas convergindo para a cooperação mútua e superação das divergências quando percebiam que o “perigo” comunista adquirira tal gravidade que urgia estabelecer a “união sagrada”. Com o inimigo às portas (“Mouro na costa”, dizia o editorialista de um jornal católico da década de 1930¹⁰⁵) não era hora de alimentar divergências, que se tornavam secundárias quando estava em jogo a salvação comum.

Em suma, os valores e os ideais vinculados a catolicismo, nacionalismo e liberalismo, seja convergindo, seja divergindo, forneceram a matéria principal para a construção das representações anticomunistas no Brasil. No próximo capítulo vamos analisar as principais representações do imaginário anticomunista, em grande parte derivadas das três grandes matrizes doutrinárias.

¹⁰⁵ Este foi o título do editorial, que comentava o envio de agentes estrangeiros do *Komintern* para o Brasil. É interessante observar que estava se lançando mão de um elemento do imaginário cristão medieval, na medida em que se fazia um paralelo entre o perigo comunista e a ameaça muçulmana. *O Diário*, 3/07/36, p.4.

Capítulo 3

IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA

Por imaginário, entendemos o conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelos homens acerca de determinados aspectos da vida social¹. O anticomunismo deu origem à constituição de um imaginário próprio, uma conjunção de imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo. Naturalmente, dada a disposição de recusa integral ao projeto revolucionário, tais imagens se concentraram em apontar aspectos negativos nas doutrinas e práticas comunistas.

Nesta parte da tese serão analisados os elementos mais destacados do imaginário anticomunista, aqueles mais freqüentes dentro do arsenal dos adversários do “perigo vermelho” e de maior eficácia no esforço de convencer a sociedade da necessidade de refutar e dar combate ao comunismo.

Os comunistas foram representados, ao longo da história, através da utilização de uma farta gama de adjetivos atribuindo-lhes qualidades negativas. Um levantamento completo ocuparia muito tempo e espaço, mas o tom que a campanha anticomunista atingiu pode ser vislumbrado através de alguns exemplos. Os comunistas foram chamados de “piratas”, “desvairados”, “paranóicos”, “degenerados”, “tresloucados”,

“dementes”, “bárbaros”, “selvagens”, “horda” (asiática, tartária, mongólica), entre outros epítetos².

Essencialmente, o comunismo foi identificado à imagem do “mal”, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à idéia de sofrimento, pecado e morte³. A ação dos comunistas traria formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravidão; a nova organização social por eles proposta implicaria em pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto; e a morte estaria sempre acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas.

A maioria das representações envolve temas que denotam as características maléficas atribuídas aos comunistas, que eram responsabilizados pela ocorrência de uma gama variada de males. Eles trouxeram à tona temores arcaicos - foram associados à imagem da peste, por exemplo - mas também despertaram ansiedades do mundo moderno, como a inflação, que foram acusados de provocar visando a desestabilização da ordem econômica⁴. No limite, chegou-se a operar a associação comunismo=demônio, na medida em que a revolução foi vituperada como encarnação do “mal absoluto”. Se os comunistas eram responsáveis por um cortejo tão grande de desgraças, não seria factível associar sua atuação aos desígnios do “príncipe das trevas”, que segundo o imaginário cristão era a fonte suprema de todo mal?

Visando facilitar o trabalho analítico as imagens construídas acerca do comunismo foram agrupadas em conjuntos maiores, abordados separadamente nas páginas seguintes. Começamos pelas imagens mais fortes (e exageradas), que levam à

¹ Para uma conceituação de imaginário conferir COELHO, Teixeira (org.). *Dicionário crítico de política cultural*. Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997. pp.212-214.

² Para uma relação mais exaustiva dos adjetivos atribuídos aos comunistas ver MARIANI, *Op.cit.*, pp.120-121.

³ Sobre a discussão conceitual acerca do “mal” ver RICOEUR, Paul. *O Mal: um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papyrus, 1988.

⁴ “E os artificios diabólicos para derrocada do *status* levaram à tese da necessidade da inflação, justificada como mero resíduo inócuo do desenvolvimento. O que é universalmente tido como criminoso e traiçoeiro à economia de qualquer país passava a ser legitimado pela propaganda comunista, que tem nessa espoliação branca um dos aliados mais interessados pelo seu alto poder corrosivo e dissociativo da sociedade”. PORTO SOBRINHO, Antônio. *A guerra psicológica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965. p.127

demonização do comunismo; no segundo grupo analisamos um tema muito recorrente, a representação das ações dos revolucionários como similares ao trabalho de agentes patológicos; depois, a atenção se volta para as imagens que associam comunismo a ameaça estrangeira; em seguida, abordaremos as construções que apresentam os comunistas como imorais ou amorais.

No final do capítulo, analisamos três conjuntos de representações relacionados a personagens e acontecimentos vinculados ao comunismo. Neste caso, trata-se de personalidades e eventos históricos, que forneceram aos anticomunistas argumentos a serem explorados para efeito de propaganda. Retirados da história, tais objetos receberam o verniz do mito, atribuindo-se-lhes as características negativas que o imaginário anticomunista imputava a seus inimigos. Tais representações, verdadeiras *legendas negras*, tiveram grande importância na campanha anticomunista, pois sua aura de objetos concretos conferia à propaganda um caráter verídico e exemplar. Referimo-nos às representações construídas em torno da União Soviética, da “Intentona Comunista” e de Luiz Carlos Prestes.

“DEMÔNIOS”

O “demônio” é um personagem do universo das preocupações religiosas, portanto, não surpreende que tivesse presença mais típica no discurso católico. A crença na existência de agentes do mal é anterior ao cristianismo, a maioria das culturas possuía a sua própria versão⁵. Mas a Igreja cristã sistematizou o arquétipo e colocou o demônio em posição de destaque como fonte originária do mal. Naturalmente, quando se sentia ameaçada a instituição tendia a enxergar nos adversários, conduzindo-os, secretamente, o dedo oculto do “maligno”. No momento em que o comunismo passou a ser percebido como um perigo sério para a Igreja ele também começou a ser anatematizado como “cria de Satanás”, do mesmo modo que a Reforma ou o perigo turco em outras eras. Esta idéia aparece nas palavras do Papa Pio XI:

A luta, porém, entre o bem e o mal ficou no mundo como triste herança da culpa original; e o antigo tentador nunca desistiu de iludir a humanidade com enganosas promessas. Assim é que, no decurso dos seculos, de agitação em agitação, chegámos á revolução dos nossos dias (...)⁶.

O demônio, encarnação do mal, desde o início dos tempos (pecado original) vinha tentando o homem e provocando perturbações para enfraquecer as forças do bem, capitaneadas pela Igreja de Deus. A provação final seria o comunismo, última artimanha engendrada pelo “antigo tentador” para desviar o homem do bom caminho.

No Brasil, os religiosos lançaram mão com bastante freqüência do recurso à demonização dos comunistas. Já na primeira Carta Pastoral anticomunista divulgada no país, Dom João Becker afirmava que os planos comunistas “(...) parecem producto da phantasia de Lucifer e seus meios de combate não poderiam ser piores si fossem forjados nas officinas do inferno”⁷. Moscou foi chamada “império do poder das trevas”⁸ e “cidade de Satanás”⁹ e um autor religioso pediu a seus leitores que imaginassem “(...) uma sessão demoniaca nas profundidades do Kremlin (...)”¹⁰. O comunismo, segundo um jornal católico, era o próprio filho de Satanás¹¹, e ninguém deveria ficar neutro na luta entre Deus e o demônio. Para os que duvidavam da existência do mal (comunista e demoníaco) uma advertência: “A maior astúcia de Satanás é passar por não existente”¹². Outro órgão católico convocou os fiéis a se arremetarem para “(...) deter a marcha dos filhos das trevas (...)”¹³, cujo “(...) trabalho infernal de semear pelo mundo inteiro (...)”¹⁴ a ideologia funesta demonstrava que só poderiam ser uma “força demoniaca”¹⁵.

⁵ Cf. KOCHAKOWICZ, Leszek. Diabo. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, v.12. pp.243-265.

⁶ Pio XI, *Op.cit.*, pp.5 e 6.

⁷ BECKER, *Op.cit.*, p.5.

⁸ CABRAL, *Op.cit.*, p.8.

⁹ PINTO, *Op.cit.* (1937), p.44.

¹⁰ Referia-se às confabulações dos comunistas para dominar o mundo. Na verdade, ele está glosando um autor europeu. MARTINS, *Op.cit.*, pp.311-312.

¹¹ *Por Um Mundo Melhor*, nº 45, out./1961, p.2.

¹² *Por Um Mundo Melhor*, nº 53, maio/1962, p.12.

¹³ *O Diário*, 26/11/35, p.2

¹⁴ *O Diário*, 7/06/35, p.2.

¹⁵ *O Diário*, 17/06/37, p.4.

A associação entre comunismo e demônio não foi uma característica exclusiva do discurso católico. Na grande imprensa encontramos numerosas representações semelhantes, como o caso de um jornal carioca que chamou os comunistas de “(...) phalange impenitente dos demonios evadidos do inferno russo (...)”¹⁶. Entretanto, fora dos meios católicos, raramente ocorria a demonização explícita dos comunistas, ou seja, a afirmação cabal de que eles seriam agentes de satã. O mais comum era aparecerem referências implícitas, que criavam vínculos indiretos entre os revolucionários e as forças do mal. Assim, por exemplo, acusava-se os comunistas de traçarem “planos diabólicos”¹⁷, de possuírem “astúcia diabólica”¹⁸ e “arte diabólica”¹⁹, de utilizarem “artifícios diabólicos”²⁰ etc.

Observando estas representações na perspectiva do tempo, percebe-se a existência de um contraste entre as duas fases de anticomunismo mais intenso no Brasil. Nos anos 30, a demonização do comunismo foi freqüente, tanto no discurso católico como no leigo. Na primeira metade da década de 60, entretanto, o tema apareceu menos recorrentemente em comparação com o período anterior²¹, o que não significa dizer que estivesse ausente. Ainda que com menor freqüência, alguns religiosos anticomunistas continuaram a denunciar as origens demoníacas de seus adversários, a exemplo do Bispo de Diamantina, D. Geraldo Sigaud:

O comunismo é uma seita internacional, que segue a doutrina de Karl Marx, e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho, bem como para instaurar o reino de Satanás neste mundo, implantando um Estado ímpio e revolucionário, e organizando a vida dos homens de sorte que se esqueçam de Deus e da eternidade²².

No que tange à atuação da grande imprensa e dos anticomunistas leigos, no contexto dos anos 1960, ocorreu tendência de declínio semelhante: o tema foi explorado

¹⁶ *A Noite*, 19/12/37, p.2.

¹⁷ *Jornal do Brasil*, 27/12/35, p.11.

¹⁸ ALBANO, *Op.cit.*, p.296.

¹⁹ *O Estado de São Paulo*, 24/09/37, p.3.

²⁰ PORTO SOBRINHO, *Op.cit.*, p.127.

²¹ Geisa Franco chegou à mesma conclusão em seu trabalho e defende que a explicação para a mudança está relacionada ao processo de laicização da sociedade. FRANCO, Geisa Cunha. O papel da grande imprensa na preparação dos golpes militares: um estudo comparativo entre o Brasil, 1964, e a Argentina, 1976. São Paulo, 1997 (Dissertação de Mestrado, USP). p.46.

²² SIGAUD, Geraldo de Proença (Dom). *Catecismo anticomunista*. São Paulo: Vera Cruz, 1962.p.5.

em menor intensidade, sem desaparecer completamente, entretanto. A demonização “indireta” continuou, na forma da denúncia de “trama diabólica”²³, “jogo diabólico”²⁴ etc.

Havia uma forma de representação correlata à demonização, implicando igualmente em mostrar os comunistas como criaturas assustadoras e com características que os tornavam seres virtualmente não-humanos²⁵. Referimo-nos a representações que associavam os comunistas a animais, num processo que podemos chamar “zoomorfização”²⁶. Estabelecer vínculos entre as representações “zoomórficas” (teriomórficas) e “satânicas” não é um procedimento arbitrário, já que no imaginário popular a figura do demônio é normalmente associada a alguns animais, por exemplo, serpente, bode e dragão²⁷.

Neste caso, tratava-se não apenas de explorar a sensibilidade religiosa, mas os medos arcaicos (e arquetípicos) presentes nas sociedades humanas. Evidentemente, não se afirmava simplesmente que os membros do PC fossem animais. O que ocorria era uma comparação entre as ações e valores supostamente comunistas e as características de determinados animais, compondo um verdadeiro bestiário. E as criaturas cuja imagem se associava ao comunismo tinham presença marcante no imaginário popular, que os classificava como bichos assustadores, traiçoeiros, repelentes e, às vezes, asquerosos²⁸.

Os exemplares mais comuns desta “fauna”: polvo (“O polvo vermelho e seus tentáculos”²⁹), serpente (“... os botes da serpente totalitária ...”³⁰), hiena (“Hyenas

²³ *O Estado de São Paulo*, 2/02/64, p.3. Título de um editorial denunciando a “infiltração comunista” no Brasil.

²⁴ *O Globo*, 7/07/61, p.1. Título de um editorial do jornal sobre as ações do “comunismo internacional”. Ver também FIG.2, no próximo capítulo.

²⁵ O oficial da Polícia Especial responsável pela guarda de Luiz Carlos Prestes na prisão assim se referiu ao comportamento do líder comunista, em entrevista à imprensa: “Seus modos eram soturnos e sombrios. Tinha, constantemente, a fisionomia deshumanizada por uma expressão estranha”. *A Noite*, 8/07/37 (Edição Final), pp.1 e 2.

²⁶ DURAND chama de imaginação teriomórfica ao processo de utilizar o simbolismo animal para representar valores, temores e anseios. Cf. DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. pp.69-90.

²⁷ Cf. KOCHAKOWICZ, *Op.cit.*, p.260.

²⁸ Cf. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. pp.44 e 45.

²⁹ A referência do comunismo como polvo aparece às dezenas. O exemplo citado é o título de uma brochura anticomunista editada e distribuída, nos anos 50, por uma entidade que só conhecemos pela sigla ADC.

³⁰ LUÍS, *Op.cit.*, p.193.

vermelhas!”³¹), hidra (“... hidra-moscovita ... com suas fauces asquerosas ... despudorada, pestilenta, repugnante ...”³²), lobo (“... lobo moscovita...”³³), abutre (“O comunismo ronda a Pátria como o abutre a sua prêsa”³⁴). Além disso, os comunistas foram diversas vezes chamados de monstros (“... monstros finais do Apocalipse...”³⁵), feras (“Harry Berger e Machla Lenczyck: eis um casal de feras!”³⁶) e freqüentemente tinham sua imagem associada a insetos (“... cupim voraz ...”³⁷; “A tarantula bolchevista estende sua rede sobre o mundo”³⁸; “carrapatos vermelhos”³⁹).

No universo “zoológico” do imaginário anticomunista, as criaturas de presença mais freqüente simbolizavam características atribuídas ao comunismo. O abutre e a hiena são animais oportunistas; alimentam-se de carne putrefata ou atacam seres enfraquecidos, sem capacidade de defesa. Os comunistas eram acusados de fazer coisa semelhante, tirarem proveito dos momentos de fragilidade dos organismos sociais para atacá-los, de forma covarde. O polvo e a tarântula (também a aranha) representavam o projeto comunista de domínio universal: os tentáculos e a teia sugeriam onipresença, e o potencial de enredar as sociedades numa trama poderosa.

No caso da serpente, as possibilidades de interpretar seu significado simbólico são mais ricas. Um primeiro aspecto a mencionar, e mais evidente, liga-se ao fato de ser um animal venenoso e, portanto, mortal. Outra faceta interessante decorre da natureza rastejante dos répteis, que pode ser relacionada às acusações contra a “infiltração” ou a ação “insidiosa” dos comunistas. Mas a serpente pode simbolizar também sedução e erotismo (conseqüentemente, pecado), numa forma de representação muito cara à tradição judaico-cristã, derivada do mito bíblico de Adão e Eva. Numa de suas Encíclicas o Papa Leão XIII referiu-se assim ao comunismo: “(...) esta peste mortal que se introduz como a

³¹ Título de uma matéria sobre o envio de agentes do *Komintern* para o Brasil. *A Noite*, 11/08/36, p.1.

³² *Lei e Polícia*, nº7, nov.,dez./1949, p.51 (Artigo do Inspetor Cecil Borer).

³³ *O Globo*, 8/10/63, p.3.

³⁴ *Por Um Mundo Melhor*, nº 11, nov./1958, p.5.

³⁵ *O Globo*, 30/10/61, p.1.

³⁶ Nomes falsos usados pelo casal Arthur Ernst Ewert e Elise Saborowski, enviados do *Komintern* presos após o levante de 1935. *A Noite*, 8/01/36 (Edição das 15 horas), p.1.

³⁷ *O Diário*, 15/06/37, p.4.

³⁸ Título de uma matéria jornalística. *O Diário* (Suplemento Literário), 12/09/37.

³⁹ *O Globo*, 26/11/63, p.1.

serpente por entre as articulações mais íntimas dos membros da sociedade humana, e a coloca num perigo extremo”⁴⁰.

Na comparação feita pelo Papa entre comunismo e serpente vemos claramente a idéia da “infiltração”, mas temos também, ainda que menos diretamente, a presença de uma certa dose de erotismo. Como veremos adiante, o comunismo era vinculado à imagem da sedução e, por esta razão, faz sentido atribuir à utilização da serpente uma conotação erótica. Por outro lado, é preciso lembrar que o demônio do imaginário cristão é o grande sedutor e, nesta acepção, podemos perceber o vínculo demônio=serpente=comunismo.

AGENTES PATOLÓGICOS

A caracterização do comunismo como coisa ruim, maléfica possui uma outra ordem de representações que tem importância significativa. Trata-se de referências associando a ação revolucionária a doenças e temas correlatos como peste, praga, bacilo, veneno, vírus, câncer etc. Este tema se fez presente no imaginário anticomunista de modo muito constante, ocorrendo pouca alteração de intensidade no decorrer do tempo. A diferença passível de observação é que, nos anos 60, as representações sobre o tema tendem a ser menos dramáticas, com menor propensão a usar imagens superlativas e exageradas. Vejamos alguns exemplos, retirados de diferentes contextos históricos:

Por mais nauseabundas que sejam certas realidades soviéticas, convem - como medida de indispensável profilaxia - escancarar-lhe as chagas horripilantes e os cancrios em supuração. (...) o bolchevismo também é uma intoxicação de ordem geral, uma lepra monstruosa que degrada as almas e corrói o pensamento⁴¹.

O comunismo na ocasião fôra derrotado, mas o veneno fôra implantado e o organismo nacional seria mais tarde novamente inoculado⁴².

⁴⁰ Leão XIII, *Op.cit.* (1951), p.3.

⁴¹ “Prefácio”. In CHESSIN, *Op.cit.*, pp.5 e 6.

⁴² MURICY, Antônio Carlos da Silva. *A guerra revolucionária no Brasil e o episódio de novembro de 1935*. Natal: IHGB/RN, 1966. pp.41 e 42.

(...) e prevenindo o lançamento à distância de novos rebentos que venham, numa metástase de que só o comunismo e o carcinoma descobriram o segredo maligno, a promover, aquém da cortina de ferro, novos focos da perniciosa infecção, de extinção muito mais difícil depois⁴³.

A ação dos comunistas era apresentada como similar ao trabalho dos agentes infecciosos nos organismos vivos: bacilo (“... carrea bacilos de uma terrível dissolução moral...”⁴⁴), vírus (“... a jovem se contaminou suficientemente do vírus extremista...”⁴⁵), micróbio (“É preciso desintoxicar o organismo nacional do micróbio comunista...”⁴⁶), germe (“... existe o judeu bolchevista, infiltrando na alma de Governos e Governados, o germen negador da honra, da tradição e do patriotismo!”⁴⁷), quisto (“É um corpo estranho, essencialmente infeccioso, enquistado no organismo nacional”⁴⁸), peste (“Mas a imunização contra a peste vermelha ... é imperativo dêsse momento”⁴⁹), praga (“... vai permitindo que uma ideologia ... perversa e absurda ... se espalhe de modo assustador, qual maléfica praga”⁵⁰). A militância dos revolucionários seria comparável a microorganismos ou elementos que agridem o corpo humano: verme (“O seu trabalho, surdo e subterrâneo, traiçoeiro e astucioso, qual verme a perfurar o lódo...”⁵¹), toxina (“... a inoculação da toxina bolchevista nas veias da nossa população”⁵²), veneno (“O veneno bolchevista”⁵³); e semelhante a doenças como câncer (“O cancro se alastra...”⁵⁴) e tuberculose (“... males mais terríveis para a Pátria do que a tuberculose e a morfêa”⁵⁵).

Às vezes, não se tratava de comparar o comunismo a doenças ou a agentes infecciosos, mas de afirmar que os comunistas eram indivíduos doentes, cujas enfermidades os levaram a assumir posições ideológicas revolucionárias:

⁴³ Excerto do Gal. Golbery do Couto e Silva. *Apud* OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1978. p.33.

⁴⁴ CHESSIN, *Op.cit.*, p.5.

⁴⁵ Referência à viagem de “Pagú” (Patrícia Galvão) à URSS. *A Noite*, 1/02/36, p.1.

⁴⁶ *O Globo*, 26/11/63, p.1.

⁴⁷ *Argus*, nº 8, maio/1936, p.9.

⁴⁸ CRUZADA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA, *Op.cit.* (1961a), p.60.

⁴⁹ SALGADO (1956), *Op.cit.*, p.54.

⁵⁰ CRUZADA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA, *Op.cit.* (1961a), p.3.

⁵¹ BRASIL. Polícia Militar do Distrito Federal. *Guia de combate ao comunismo*. Para uso dos quadros e da tropa. Rio de Janeiro: Tipografia da Polícia Militar, 1938. p.35.

⁵² BECKER, *Op.cit.*, p.79.

⁵³ Título de outra brochura distribuída, nos anos 50, pela já mencionada ADC.

⁵⁴ *Ação Democrática*, nº 9, fev./1960, p.1.

O comunismo não se recruta somente no meio de obreiros illetrados, mas, também (...) no imenso exercito dos inadaptaveis (...). Fazem parte desse grande exercito os individuos descontentes de sua sorte e as victimas de taras hereditarias: heredo-syphiliticos, filhos de alcoolicos, etc, seres incompletos, que os cuidados de uma puericultura complicada permitem vegetar penosamente⁵⁶.

Está ainda por se fazer um estudo do comunismo como fenômeno atinente às ciências médicas em geral e mais particularmente àquelas que procuram desvendar as causas das deformações psíquicas e morais. (...) A própria maneira pela qual ele age (...) vem-nos demonstrar que é realmente através do estudo da patologia e do funcionamento das glândulas de secreção interna que se poderá um dia chegar a explicar o fato (...)⁵⁷.

A representação do comunismo como enfermidade remete ao tema correlato da “infiltração”. Tal qual uma doença, os comunistas foram denunciados como um grupo dedicado a infiltrar-se nos organismos sociais, debilitando-os internamente. Desde a década de 1930 surgem referências a esta imagem, com acusações de que eles estariam “(...) infiltrando-se sorrateiramente em todas as camadas sociaes (...)”⁵⁸, nos sindicatos⁵⁹ e nos meios educacionais⁶⁰, por exemplo.

Mas, foi no contexto da primeira metade dos anos 60 que referências à infiltração ganharam posição de relevo no imaginário anticomunista, tornando-se um dos assuntos mais explorados. A principal explicação é que o Presidente Goulart estabeleceu uma aliança política com o PC e, por isto, os anticomunistas consideraram que o risco de infiltração no próprio aparato do Estado tornara-se grave. Além disso, os manuais anticomunistas correntes no período, de inspiração norte-americana, davam grande destaque à análise das “técnicas de infiltração comunista”⁶¹, o que contribuiu para colocar a expressão em uso. Denunciou-se infiltração em vários órgãos do governo, da

⁵⁵ SALGADO, Plínio. *A doutrina do sigma*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935. p.39.

⁵⁶Excerto de Gustave Le Bon. *Apud* NICOLAEVICH, V. *O Inferno Russo*. O trágico fim dos Romanoff. São Paulo: Zenith, 1931.

⁵⁷ *O Estado de São Paulo*, 13/07/63, p.3.

⁵⁸ *Estado de Minas*, 2/10/37, p.2. Getúlio Vargas usou a expressão numa carta (06/08/36), referindo-se às técnicas de “infiltração” dos comunistas. GV 36.07.29/3 – XXIII-45; Arquivo Getúlio Vargas (AGV), CPDOC/FGV.

⁵⁹ *O Estado de São Paulo*, 21/02/36, p.3.

⁶⁰ “O ensino e o comunismo”, por Jurandyr Sodré. *Estado de Minas*, 26/03/36, p.2

⁶¹ Conferir, por exemplo, HOOVER, J. Edgar. *Mestres do embuste*. A história do comunismo na América e como combatê-lo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963; e LABIN, Suzanne. *Em cima da hora*. Rio de Janeiro: Record, 1963.

administração direta e indireta, e em organizações sociais como a UNE, sindicatos e até na Igreja⁶².

AMEAÇA ESTRANGEIRA

A representação do comunismo como ameaça proveniente do exterior guarda relação de proximidade com os temas “doença” e “infiltração”, pois se trataria de um corpo estranho, infiltrado no Brasil por agentes estrangeiros. Os comunistas, inimigos externos do país, se infiltrariam na organização social brasileira tal como agentes patológicos, colocando em risco a integridade da nação.

O imaginário anticomunista representava as propostas de seus adversários como “doutrinas exóticas”, que teriam vindo de outros países: idéias estranhas, elaboradas em terras alienígenas. Além disso, apontava-se no ideário comunista um mero pretexto, que serviria para encobrir o interesse de potências estrangeiras em dominar o Brasil. Por trás das generosas promessas de redenção da humanidade estaria escondido um objetivo oculto, inconfessável, de conquista do mundo. A denúncia que o comunismo serviria de cobertura para o imperialismo soviético foi mais intensa no período da guerra fria. Neste quadro, o Brasil aparecia como uma das metas na estratégia mundial dos imperialistas “vermelhos”:

A importância do Brasil no plano de conquista do mundo pela União Soviética baseia-se em quatro motivos principais (...):

- 1) (...) influência que esse país exerce sobre as demais repúblicas sul-americanas;
- 2) o político, pela quebra do pan-americanismo (...);
- 3) o econômico, em razão das imensas reservas minerais (...);
- 4) o estratégico, por possuir o Brasil as bases aéreas e navais para a travessia do Atlântico Sul e possível domínio do canal do Panamá (...)⁶³.

Durante sete décadas, aproximadamente de 1920 a 1990, a URSS ocupou lugar central no imaginário anticomunista, desempenhando o papel de foco propagador da

⁶² INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709 - O Comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966/67. Vol. 2, p.313.

⁶³ SALGADO, *Op.cit.* (1956), p.35.

“ameaça revolucionária”. Mas à medida que outros países entravam para a esfera do “socialismo real”, a ameaça estrangeira perdeu o monocórdio tom russófobo. A partir dos anos 60, China (“Os comunistas chineses ensinam aos brasileiros como fazer guerrilhas!”⁶⁴) e Cuba (“Oficiais cubanos agem nas favelas de Belo Horizonte”⁶⁵), principalmente, também começaram a ser denunciadas como fontes da conspiração comunista. As novas potências “vermelhas” foram acusadas de fomentar a revolução no país através da divulgação de literatura subversiva, ou do envio de agentes treinados para dirigirem a ação dos comunistas brasileiros.

É interessante observar que a propaganda anticomunista silenciava sobre as divergências entre os países comunistas, mantendo a imagem de que formariam um bloco coeso⁶⁶. Ao contrário de serem concorrentes dos soviéticos, chineses e cubanos eram apresentados como linha auxiliar para a consecução dos planos da grande conspiração mundial, cuja sede continuava em Moscou. A entrada em cena dos novos personagens não foi de molde a sugerir uma impressão mais multifacetada (e realista) do “mundo comunista”. Ao invés disso, serviu de argumento para aumentar as fobias contra o perigo externo, à medida que Cuba e China eram representadas na qualidade de executoras de uma estratégia traçada no Kremlin. A ameaça do comunismo soviético, portanto, estaria cada vez mais forte, pois os russos teriam recrutado novos adeptos para ajudá-los na consecução de seus planos.

Outra faceta importante das representações anticomunistas sobre a ameaça estrangeira é a caracterização dos comunistas como alienígenas, imigrantes que desembarcavam no Brasil trazendo na “bagagem” as idéias perigosas. No capítulo anterior já abordamos o assunto, mostrando como nos anos 30 ocorreu uma pequena onda de xenofobia anticomunista.

Aqui vamos nos deter na análise de um aspecto particular desta dimensão do imaginário anticomunista, o anti-semitismo. Em meio às representações do comunismo como fenômeno ligado à ação de estrangeiros, destaca-se a vertente anti-semita. Os

⁶⁴ Manchete principal de *O Globo*, 7/04/61, p.1.

⁶⁵ *O Globo*, 2/03/64, p.1.

⁶⁶ Os governos soviético e chinês romperam no início dos anos 60, criando uma situação de conflito que quase provocou uma guerra de grandes proporções entre os dois gigantes socialistas. Antes disso, o monolitismo já havia sido desafiado pela dissidência iugoslava, no final da década de 1940.

judeus tiveram o “privilégio” de atrair contra si a principal carga dos ataques do anticomunismo. Nenhum outro grupo de imigrantes recebeu tantas acusações de envolvimento com as “doutrinas malsãs” quanto os judeus. A desconfiança com relação aos recém-chegados ao Brasil foi geral nos anos 1930, quando as invectivas contra os estrangeiros tornaram-se comuns. Mas nos momentos em que o discurso anticomunista abandonava as referências genéricas aos “estrangeiros perigosos”⁶⁷ e procurava personificar seus temores, quase sempre os alvos escolhidos eram os judeus.

As representações vinculando os judeus ao comunismo, que chegavam a ponto de responsabilizar os “semitas” pela criação do perigo revolucionário, se originavam, geralmente, nos círculos fascistas e católicos⁶⁸. Os jornais da AIB se destacaram pela ênfase neste tema, publicando copioso material de campanha contra os comunistas, os judeus e os “judeu-comunistas”. *A Offensiva*, diário editado no Rio de Janeiro, trazia regularmente em suas edições uma coluna intitulada “Judaísmo Internacional”, e em algumas ocasiões publicou *charges* sobre o assunto. O teor das matérias produzidas pelos jornais integralistas pode ser vislumbrado na leitura de alguns títulos: “Bolchevismo, expressão do espírito judaico”⁶⁹; “Complot comunista judaico-americano em Hollywood”⁷⁰; “Rússia, paraíso dos judeus”⁷¹; “‘Complot’ comunista no Paraná. Prisão de vários agentes vermelhos, a maioria judeus”⁷²; “Por que os judeus são comunistas”⁷³.

Neste ponto, a fonte de inspiração do integralismo sem nenhuma dúvida era o nazismo, que ocupou a linha de frente na ofensiva anticomunista e anti-semita dos anos 30. Hitler e seus seguidores ajudaram a divulgar a versão de que os judeus seriam a “mão oculta” por trás do bolchevismo, dirigentes secretos da revolução e do comunismo mundial:

⁶⁷ “(...) estrangeiros perigosos viviam fomentando desordens em nosso meio”. *Estado de Minas*, 9/10/34, p.1.

⁶⁸ A revista *A Ordem*, por exemplo, publicou artigos desse teor (associando os judeus ao comunismo) nas edições de janeiro de 1931 e julho de 1933.

⁶⁹ *A Offensiva*, 25/10/36, p.16

⁷⁰ *Acção*, 15/12/37, p.1.

⁷¹ *Acção*, 14/01/38, p.2.

⁷² *Acção*, 9/02/38, p.12.

⁷³ *A Offensiva*, 18/10/34, p.3. Autoria de Heitor Marçal.

Devemos enxergar no bolchevismo russo a tentativa do judaísmo, no século vinte, de apoderar-se do domínio do mundo, justamente da mesma maneira por que, em outros momentos da história, êle procurou, por outros meios (...) atingir os mesmos objetivos⁷⁴.

O discurso hitlerista constituía uma atualização para o século XX do anti-semitismo *oitocentista*, que já acusava os judeus de serem responsáveis pelas grandes revoluções inauguradoras do mundo contemporâneo. As representações anti-semitas dos anos 1920 e 1930, em grande parte, se basearam nos “argumentos” contidos nos *Protocolos dos Sábios do Sião*, texto publicado no bojo da Revolução Russa de 1905. O livro, tudo indica forjado a expensas da polícia secreta do Czar, continha a revelação de suposta conspiração mundial judaica. Ele apresentava “provas” de que as explosões revolucionárias teriam, no fundo, o objetivo de destruir as bases da sociedade tradicional, para permitir o domínio judaico sobre a cristandade.

De acordo com tal mitologia, a revolução comunista seria uma espécie de “última cartada” dos conspiradores judeus, a etapa final de seu plano de império universal. Na Rússia, em 1917, os “filhos de Israel” teriam estabelecido sua primeira base de poder, da qual pretendiam partir para a conquista do resto do globo. Nesta acepção, comunismo e judaísmo eram representados como duas faces do mesmo problema: a ameaça de destruição da ordem, da tradição e da sociedade cristã.

O expressivo número de judeus vinculados ao comunismo era apresentado como prova cabal da veracidade de tais alegações. Diversos propagandistas batiam nesta “tecla”, referindo-se à origem judaica de alguns líderes comunistas, a começar por Karl Marx e chegando aos bolcheviques, como Trotski, Zinoviev, Kamenev, Radek, Litvinov, entre outros. Alguns se excediam, porém, afirmando fantasiosamente que todos os líderes bolcheviques eram judeus: “(...) Lenine, Trotski e Stalin, todos tres judeus”⁷⁵.

A convergência entre anti-semitismo e anticomunismo foi possível devido a algumas características da comunidade judaica. Os grupos conservadores e reacionários sentiam-se inseguros em relação aos processos de transformação mundial em curso, em suas diversas dimensões (social, cultural, política e econômica). Neste sentido, não é sem motivo que os judeus atraíam ódio, pois pareciam representantes perfeitos da

⁷⁴ HITLER, Adolf. *Minha luta*. São Paulo: Ed. Moraes, 1983. p.411.

⁷⁵ MARIA, Affonso (Frei). *A hipocrisia do comunismo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1936. p.55.

modernidade e das tendências revolucionárias. Entre eles encontravam-se políticos e intelectuais radicais, empresários e comerciantes (portanto acusados de apego ao materialismo) e indivíduos cosmopolitas, quer dizer, sem pátria. Tais fatores, associados à indisposição cristã tradicional contra os judeus, oriunda do período medieval, explicam a força das representações associando os comunistas a uma suposta conspiração judaica. Os judeus teriam criado o comunismo por serem, supostamente, anticristãos, materialistas e internacionalistas, e a sua motivação seria o desejo de controlar o mundo. Nesta construção, o caráter “apátrida” do judaísmo era um elemento especialmente odiado pelos conservadores. O “judeu sem pátria” era visto com particular temor e desprezo, pois constituiria ameaça à integridade e pureza da nação⁷⁶.

No Brasil, o intelectual e dirigente integralista Gustavo Barroso defendeu pontos de vista próximos ao ideário nazista, destacando-se na propaganda anti-semita. Publicou diversos livros e artigos denunciando os perigos vinculados à ação judaica, que também considerava o motor oculto que conduzia o comunismo:

Assim, o marxismo deixou cair a sua máscara de movimento proletário em busca da felicidade terrena para se apresentar o que é de verdade: organização diabólica para a conquista do domínio mundial pelos judeus⁷⁷.

Com a onda anticomunista provocada pelo levante de 1935, as denúncias contra o “perigo estrangeiro” tornaram-se mais intensas. A grande imprensa como um todo taxou os revolucionários de agentes de uma organização estrangeira, da qual receberiam ordens (“O golpe comunista no Brasil foi ordenado pelo Komintern”⁷⁸), e realçou a participação de estrangeiros na preparação do levante (“A presença entre nós de estrangeiros como Berger, Ghioldi, Léon Vallée, Barron e outros, todos eles com funções de relevo junto a Luiz Carlos Prestes, orientando a revolução de novembro ultimo...”⁷⁹). Neste quadro, os argumentos anti-semitas sensibilizaram grupos sociais

⁷⁶ Em outro trabalho empreendemos análise mais detida desta convergência entre anti-semitismo e anticomunismo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. *Revista de História*, nº 138. São Paulo, Humanitas Publicações-FFLCH/USP, 1998. pp. 93-105.

⁷⁷ BARROSO, Gustavo. *Comunismo, cristianismo e corporativismo*. Rio de Janeiro: ABC, 1938. p.39.

⁷⁸ *O Estado de São Paulo*, 9/01/36, p.1.

⁷⁹ *A Noite*, 8/04/36 (Edição Final), p.1.

mais amplos. No jornal *Estado de Minas*, por exemplo, órgão dos “Diários Associados”, saiu um artigo dizendo que “o comunismo foi a flor de monturo dos ‘ghetos’ (...)”⁸⁰.

Após as prisões dos envolvidos na tentativa revolucionária, os anti-semitas tiveram ocasião de confirmar seus temores e reunir argumentos para recarregar suas baterias contra os “judeu-comunistas”. A polícia realizou prisões de algumas dezenas de comunistas de origem judaica, noticiadas com destaque pela imprensa⁸¹. No Rio de Janeiro, foi detido um grupo de judeus responsáveis por uma organização (Brazcor) ligada ao PCB, que mantinha cozinhas populares e uma biblioteca⁸². Quando houve a detenção de Harry Berger, a maior parte dos jornais⁸³ destacou nas manchetes que o elemento do *Komintern* era judeu (“Preso no Rio o judeu Harry Berger, logar-tenente de Stalin, no Brasil”⁸⁴), como a querer confirmar as advertências de que o “perigo comunista” estava relacionado ao “perigo judaico”.

O “Plano Cohen” é um exemplo eloqüente da influência das representações associando comunismo e judaísmo naquele momento. A trama comunista descoberta pelo Estado-Maior do Exército, na verdade um texto redigido pelo então Capitão Olympio Mourão Filho⁸⁵, oficial do Exército e membro do serviço de informações da AIB, foi divulgada com estardalhaço pela imprensa nos primeiros dias de outubro de 1937. Cohen

⁸⁰ Autoria de J.E. de Macedo. *Estado de Minas*, 10/01/36, p.2.

⁸¹ A expulsão do território nacional de parte do grupo deu ensejo a manchetes espalhafatosas na imprensa anti-semita, que costumava publicar as fotos dos indivíduos expulsos. Ver, por exemplo, *A Offensiva*, 16/07/36, p.10.

⁸² Este documento da polícia apresenta a relação dos presos acusados de ligação com a “Brazcor”:
“27 de novembro de 1935. Ilmo Sr. Dr. Director da Casa de Detenção:

De ordem do Exmo Sr. Chefe de Polícia, faço-vos apresentar os comunistas: Abraão Rosemberg, Jayme Gardelsran, Waldemar Gutnik, Jacob Gria, Rubens Goldberg, Armando Guelman, Henrique Jviblaski, Jayme Sterneberg, José Hachternwaker, Waldemar Roiteberg, Nicolau Marinoff, Joseph Fridman, Carlos Garfunkel, José Veveiss, Matias Janosai, Moisi Lipes, Cesar Zibenberk, David Lerer, Sgulin Seko Vrabel, Moyses Kava, Nute Goifman, João Schachter e Baruh Zell, os quaes ahi ficarão recolhidos, á disposição daquela autoridade, afim de serem expulsos do territorio nacional, por perigosos á ordem publica e nocivos aos interesses do paiz.

Ass. Affonso Henrique de Miranda Corrêa (Delegado Especial de Segurança Política e Social).
DOPS/RJ. Prontuário nº 15.709.

⁸³ Para sermos justos, é preciso dizer que nem todos órgãos da imprensa cederam ao anti-semitismo. *O Estado de São Paulo* foi um dos que resistiu aos argumentos anti-semitas.

⁸⁴ *O Diário*, 7/01/36, p.1. Na verdade, Harry Berger era um cidadão norte-americano (de origem judaica) cujo passaporte foi utilizado por Arthur Ernst Ewert, nome verdadeiro do homem preso pela polícia.

⁸⁵ Mourão reconheceu, anos mais tarde, a autoria do “Plano Cohen”, embora declarasse não ter sido responsável por sua manipulação política. De acordo com sua versão o trabalho serviria apenas para treinamento interno dos militantes integralistas, tendo sido enviado às altas patentes militares sem seu consentimento. SILVA, Hélio. *A Ameaça Vermelha: o Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

é um dos sobrenomes judaicos mais comuns e, talvez, exatamente por isso tenha sido escolhido. Inicialmente, Mourão Filho assinalou Bela Kuhn como o autor do plano. Era o nome de um conhecido comunista europeu de origem judaica (seu nome aparecia na imprensa com frequência), líder da fracassada Revolução húngara de 1919. Contudo, Mourão rabiscou a primeira versão e optou pela forma Cohen, somente. Parece evidente que a intenção era vincular a atividade dos comunistas a uma conspiração de proporções internacionais e, ao mesmo tempo, associar sua imagem ao “judaísmo internacional”.

A importância do anti-semitismo nesta fase da história brasileira se revela na atitude tomada pelas autoridades na gestão da política imigratória. A entrada do elemento judaico no país foi restringida pelo Ministério do Exterior, em circular secreta de junho de 1937⁸⁶. Os judeus foram tachados de indesejáveis por serem considerados de difícil assimilação cultural. Supostamente, teriam propensão para atividades urbanas e demonstrariam pouco interesse em fixar-se no campo (o governo desejava que os imigrantes colonizassem o interior); além do mais, revelariam inclinação para aceitar as idéias comunistas. Em 1936, um jornal católico manifestou-se contrário à imigração judaica, afirmando que milhares de refugiados judeus da Alemanha pretendiam se fixar no Brasil. Quantos comunistas não viriam entre eles, perguntava?⁸⁷ Não se poderia correr semelhante risco, num momento em que o Brasil acabava de debelar uma tentativa revolucionária comunista. Manifestações anti-semitas semelhantes apareceram em outros veículos da imprensa, convergindo com a postura de intelectuais e políticos para formar uma corrente de pressão sobre o governo, decisiva para que a restrição imigratória fosse adotada⁸⁸.

Nas décadas posteriores o anti-semitismo se enfraqueceu, acompanhando a tendência de declínio das representações que apontavam os imigrantes como responsáveis pelo comunismo. À medida que os estrangeiros se assimilavam à população brasileira a insegurança que causavam diminuía, assim como a percepção de que poderiam significar perigo para o país. No caso particular dos judeus, a divulgação mundial das atrocidades

⁸⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.270. Outras circulares tratando do mesmo assunto seriam emitidas nos anos subsequentes.

⁸⁷ *O Diário*, 21/04/36, p.4.

⁸⁸ Cf. LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*. Imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995. pp.159 e 160.

nazistas contribuiu para desmoralizar o anti-semitismo, cuja imagem ficou associada a Hitler e ao Holocausto. Algumas manifestações anticomunistas explorando o vínculo judeu-comunista continuaram a aparecer após a guerra, mas tratou-se de casos isolados⁸⁹.

No período da Guerra Fria, a ameaça estrangeira continuou presente no imaginário anticomunista, só que restrita à caracterização do comunismo como sinônimo de imperialismo soviético. Predominavam denúncias contra a influência dos russos sobre o P.C. brasileiro - eventualmente auxiliados por seus “países satélites” -, algumas vezes acompanhadas pelo tom picante das histórias de espionagem⁹⁰.

Não poderíamos terminar esta parte sem mencionar que o anticomunismo de acento xenofóbico produziu algumas situações curiosas, para não dizer risíveis. No auge da mobilização contra os comunistas no pós-35, quando a população era bombardeada diariamente com informações espetaculares sobre prisões, descoberta do envolvimento estrangeiro na “Intentona” etc, alguns jornais apareceram com uma notícia curiosa. A polícia teria prendido, em Santos, um importante personagem estrangeiro implicado no levante: tratava-se do Príncipe russo Igor Dolgonuki, que seria um dos governantes do Brasil caso os comunistas fossem vitoriosos⁹¹. Parece que não ocorreu aos jornalistas o paradoxo da situação, um membro da nobreza russa trabalhando para os revolucionários que destruíram sua classe. Previsivelmente, nunca mais se ouviu falar no caso e os jornais que noticiaram o “furo” optaram por deixar o assunto morrer, pois não publicaram qualquer desmentido.

Outra situação curiosa aconteceu logo após a vitória do movimento militar de março de 1964. Autoridades navais apreenderam um cargueiro russo que se encontrava em águas territoriais brasileiras, acreditando que trazia em seus porões armas para

⁸⁹ Mesmo considerando o caráter residual, impressiona a persistência do anti-semitismo em alguns grupos anticomunistas. Em 1979, o paranaense Berek Krieger recebeu uma carta enviada pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC). No envelope havia a fotografia de um casal, acompanhada do texto: “Camarada Berek! Saudações! Eis uma foto que preve como será a sua fuga e de sua mulher para a Rússia. Isto se deixarmos, judeu/comunista!”.DOPS/RJ - Setor Confidencial/251/folha 602.

⁹⁰ A revista carioca *Maquis*, dirigida pelo então jornalista Amaral Netto, tinha especial empenho em publicar matérias denunciando a espionagem comunista no Brasil. Cf. *Maquis*, nº 73, nov./1958, pp.38 e 39. Este periódico não tinha como bandeira exclusiva o anticomunismo. Batia-se também contra o “populismo”, quer dizer, fazia oposição cerrada aos governos ligados à aliança PSD/PTB. Começou como publicação quinzenal e depois passou a semanal. No auge, tirava 90.000 exemplares, segundo os editores.

⁹¹ *Jornal do Brasil*, 5/12/35 e *Estado de Minas*, 6/12/35, p.2. Na versão do jornal mineiro o sobrenome do Príncipe é Bolgoruki.

municiar os comunistas. Inspecionado o navio nada se encontrou, além do petróleo que transportava, para constrangimento dos militares envolvidos na operação⁹².

DESAFIO À MORAL

Dentre o amplo arco de representações que compõe o imaginário anticomunista a temática moral ocupou papel destacado, tendo contribuído em muito para o sucesso das mobilizações contra o comunismo. Neste caso a influência do discurso religioso foi marcante, uma vez que os comunistas foram apresentados como adversários irreconciliáveis da moralidade cristã tradicional. Os líderes católicos mostraram especial denodo em propagandear o caráter imoral ou amoral dos revolucionários, apesar de não terem sido os únicos a fazê-lo.

Do ponto de vista cristão, a ameaça que a ação comunista significava para a manutenção dos valores da “boa sociedade” era um desdobramento lógico de seu empenho diabólico em destruir a Igreja. Para minar as forças do catolicismo seria necessário corromper os costumes e afastar o povo dos ensinamentos da moralidade cristã. Segundo esta visão, os seguidores de Lênin sabiam que a religião opunha um dique formidável a seus planos de ocupar o poder, e então estabeleceram a estratégia de abalar os alicerces da devoção popular à Igreja. Sobretudo, os revolucionários desejariam destruir o pilar básico do edifício cristão, a família, que constituía a base da instituição religiosa e da própria sociedade.

Por outro lado, se os comunistas representavam o mal, nada mais natural que suas ações levassem ao caminho do crime e do pecado, e fossem incompatíveis com o bem e os valores cristãos. Da suposta ameaça à moral representada pelos comunistas decorria eles serem tachados de dissolutos, sedutores, corruptos, mentirosos, cínicos, caluniadores e assassinos, dentre outros atributos. Vejamos alguns exemplos:

⁹² *Manchete*, 25/04/64, pp.27-29. A matéria é acompanhada por fotos que mostram oficiais da Marinha brasileira a bordo do *Ljubotin*. No que tange a manifestações risíveis do anticomunismo, deixamos de mencionar episódios mais conhecidos, como a proibição do Ballet Bolshoi, nos anos 70.

Para o comunista, amor é instinto só. Não deve ter limitação nenhuma, nenhuma lei. Porta aberta a tôdas as paixões sexuais. Assim, tudo o que favorece a exibição de sexo, como jornais, revistas, filmes, certos programas de TV, concursos de beleza, tudo é um convite ao amor livre. Preparação para o comunismo.⁹³

Se se trata de uma môça, o mais corrente é ser algum militante de partido ou facção comunista, destacado para fazer-lhe a côrte. Aceita esta, aos poucos vai a môça sendo atraída, até apaixonar-se pelo recrutador. Não raro, facilidades levam a jovem a perder-se; a partir daí (...) torna-se juguete nas mãos do amante que a transforma, em curto prazo, em instrumento do grupo.⁹⁴

Ora, desse desregramento de costumes, produzido pelo jogo, aproveitam-se os agentes communistas, explorando a situação de miséria de uns, a ambição de dinheiro de outros, procurando tudo corromper, para, afinal, apresentar o comunismo como a única salvação do paiz⁹⁵.

(...) auxiliar os leitores brasileiros a pesquisar e descobrir a Verdade sôbre a Rússia. (...) será um dique formidável e intransponível às mentiras capciosas e cínicas de que se alimenta o comunismo na Terra de Santa Cruz.⁹⁶

(...) permite ganhar adeptos para o comunismo entre os simplórios e de boa-fé, que, enleados pelas mais despidoradas *mentiras* se deixam impressionar pelos que sabem *mentir* com tanta desfaçatez e audácia!⁹⁷

As tendencias malignas da doutrina revolucionaria são (...) corruptoras, aviltantes e degradantes. O plano sinistro (...) não é apenas desarticular o organismo social e subverter a ordem (...) mas, consiste principalmente em negar a noção do dever, da justiça e da moral. Para o materialismo marxista o homem deve descer e descer cada vez mais, entregando-se aos instintos mais baixos e sanguinarios, esquecendo-se de Deus, da alma, da consciencia, da vida futura, deturpando todo sentimento de bondade e de humanidade, para poder assim realizar em pouco tempo o seu ideal tenebroso de saquear, incendiar e matar.⁹⁸

Partindo do suposto que as ações e planos dos comunistas entravam em choque com a moral dominante nas sociedades “cristãs e ocidentais”, a qual, em última instância, os revolucionários pretendiam extirpar, algumas versões extremadas consideravam o comunismo um retorno à barbárie, pois ele iria de encontro aos valores fundamentais da

⁹³ *Por Um Mundo Melhor*, nº 44, ago./1961, p.3.

⁹⁴ LIGA DA DEFESA NACIONAL. *Brado de aletta*. Campanha de esclarecimento da juventude; infiltração comunista na família. Belo Horizonte, 1973.

⁹⁵ Trecho de ofício da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, dirigido ao Ministro da Justiça, solicitando o fechamento das casas de jogo. Rio de Janeiro, 6/03/36. Arquivo Nacional (AN), Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), caixa 76, pasta 163/36.

⁹⁶ “Nota Introdutória”. In ISTRATI, Panait. *16 meses na URSS*. Rio de Janeiro: Alerta, 1946.

⁹⁷ CRUZADA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA, *Op.cit.* (1961a), p.53. Os itálicos são do texto original.

⁹⁸ *O Diário*, 24/04/36, p.4. Artigo do Pe. Sebastião Fújol.

civilização⁹⁹. O comunismo significaria um desafio à sobrevivência da própria sociedade civilizada, ameaçada em seus fundamentos por estes bárbaros do mundo contemporâneo. Não é sem motivo que os bolcheviques foram comparados às “invasões mongóis”, chamados de “horda vandálica”¹⁰⁰ e “tártaros”. Tratava-se de recorrer às representações do imaginário europeu ocidental sobre as invasões bárbaras, tidas como origem da “Era das Trevas” subsequente à destruição da civilização romana.

Boa parte das preocupações dos anticomunistas voltava-se para a preservação da moral sexual e da estrutura familiar, que a pregação subversiva estaria colocando em risco. Neste caso, o foco das atenções apontava para a URSS, que além de ser a fonte de inspiração do comunismo mundial passara por uma revolução comportamental simultânea às transformações na estrutura social e econômica. Os bolcheviques foram acusados de transformar a velha Rússia num espetáculo de degradação de costumes e excessos sensuais pior que o mundo pagão (“Roma pagã não baixou tanto no nível da corrupção e da degenerescência”¹⁰¹), e temia-se que se chegassem ao poder em outros países o mesmo iria acontecer. Foram responsabilizados pela ocorrência de orgias, estupros, incestos e até mesmo pela “socialização de mulheres”. Vicente Rao, em obra já mencionada, ajudou a divulgar a versão de que na URSS as mulheres teriam sido transformadas em propriedade coletiva:

(...) nenhuma duvida real é mais possível sobre a existencia dos famosos decretos de ‘socialização das mulheres’. (...) Um desses decretos, o da cidade de SAROLOFF, logrou atingir o mais alto grau de despudôr, dispondo como adeante se segue:

“(...

6.Em virtude do presente decreto, todas as mulheres são declaradas livres da propriedade privada, tornando-se propriedade nacional;

(...

9.Os cidadãos não terão direito a maior uso da mulher do que o de tres vezes por semana e por tres horas cada vez (...)

15.A mulher grávida será dispensada de suas funções durante quatro mezes, tres antes e um depois do parto;”¹⁰²

⁹⁹ “É um livro ditado pelo momento historico que atravessamos (...). É um brado (...) de repulsa à barbárie que ameaça a civilização hodierna”. “Prefácio”. In EM GUARDA! (Contra o comunismo). Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1937.

¹⁰⁰ DELAMARE, Alcibíades. *A bandeira de sangue (combatendo o comunismo)*. Rio de Janeiro: Tipografia Jornal do Commercio, 1932. p.16.

¹⁰¹ MARTINS, *Op.cit.*, p.67.

¹⁰² RAO, *Op.cit.*, pp.59-63. O autor ressaltou que os decretos eram casos isolados, que não contavam com a aprovação do governo de Moscou. Mas os divulgadores anticomunistas mais dramáticos não se

Relatos deste tipo, narrando barbaridades que seriam práticas correntes no país dos soviets, foram muito comuns nos primeiros anos após a ascensão dos bolcheviques, levando à cristalização de uma imagem terrificante sobre a URSS (“Em época nenhuma a Historia registrou cenas tão horripilantes de degradação moral, de dissolução de costumes ...”¹⁰³).

Assim que assumiram o controle do país dos czares, os revolucionários deram início a um programa de reformas que visaria destruir a família, corromper a juventude e demolir as noções de decência e comedimento. A nova legislação matrimonial introduzida pelos dirigentes soviéticos teria aberto “(...) a porta a toda as immoralidades”¹⁰⁴. Além de terem tornado o matrimônio um ato exclusivamente civil, sem intermediação religiosa, eles permitiram a prática do divórcio através de um ritual sumário. A facilidade com que as uniões conjugais se faziam e desfaziam teria levado ao surgimento de verdadeiros “barbas azuis”, homens que se uniam e abandonavam sucessivamente dezenas de mulheres. O resultado era a destruição do conceito de família como instituição sagrada, baseada no vínculo indissolúvel do casamento¹⁰⁵.

Outro golpe sério na família tradicional: os comunistas investiam contra a hierarquia “natural”, questionando o poder paterno dentro do núcleo familiar e o papel do homem na sociedade¹⁰⁶. Pretendiam “libertar a mulher” da sua secular submissão e de sua tradicional função doméstica, estimulando-a a buscar igualar-se ao homem. Ao contrário de manter-se como esteio do lar, guardiã dos valores da família, a mulher deveria desvencilhar-se das atividades domésticas e abraçar o trabalho profissional. O Estado comunista se propunha a substituir parte do trabalho doméstico, abrindo creches, escolas

preocuparam com este detalhe, falando da URSS como se fosse um grande bordel (“... um país relegado á idade das cavernas; mas, de cavernas que, ao mesmo tempo, são lupanares”. CHESSIN, *Op.cit.*, p.6).

¹⁰³ BRITTO, Alberto de. *A Questão social e a Republica dos Soviets*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1932. p.160.

¹⁰⁴ Eis a continuação do excerto, que mostra o eurocentrismo e o racismo típicos da época: “Entre os povos selvagens da Africa, Asia e America não há nenhum que apresente uma degradação equal. A Russia actual fica abaixo do nivel dos selvagens negros”. BECKER, *Op.cit* (1931), p.49.

¹⁰⁵ “Um dos aspectos de immoralidade de situação soviética, mais frisantes, está na organização do divórcio, cuja indecorosa largueza praticamente avilta no paiz o instinto sentimental e suprime o senso da familia”. *A Noite*, 3/11/27, p.8.

¹⁰⁶ No século XIX o papado já advertia contra o ataque dos revolucionários à família. Cf Leão XIII, *Op.cit.*(1951), p.4.

e cozinhas coletivas. No fundo, os governantes comunistas pretenderiam retirar da família sua razão de ser básica, na medida em que as crianças estariam, do berço até a idade de entrar no mundo do trabalho, sob os cuidados do Estado¹⁰⁷.

Os anticomunistas brasileiros ficavam igualmente enfurecidos com as informações de que os soviéticos introduziram educação sexual nas escolas. Consideraram a medida uma indignidade, que resultaria na transformação dos jovens em “garotos perversos”, sem freios para conter seus “excessos de libidinagem”¹⁰⁸. A permissão do aborto na URSS, sacramentada pelos códigos legais soviéticos, gerou escândalo semelhante. Em páginas carregadas de revolta e indignação, a literatura anticomunista descreveu em cores fortes o resultado da descriminalização das práticas abortivas, que ocasionou a interrupção de milhares e milhões de gestações¹⁰⁹. Aquele país só poderia mesmo ser o local escolhido pelo Anti-Cristo para iniciar sua ofensiva apocalíptica.

Divórcio, libertação da mulher, educação sexual e aborto, estas medidas adotadas pelos bolchevistas serviam para conferir verossimilhança às afirmações de que o comunismo visava destruir a família e solapar a moral. Daí derivavam as acusações do anticomunismo brasileiro, pródigo em representar os comunistas como sedutores, devassos e inimigos da família, em uma palavra, imorais. É curioso que a própria atividade de proselitismo das propostas comunistas fosse freqüentemente classificada de sedutora (“livrar o operario da sedução comunista”¹¹⁰; “a sedução do comunismo”¹¹¹; “sujeito ao namôro sedutor dos comunistas”¹¹²), como se o próprio ato de envolver-se com as “idéias exóticas” tivesse uma conotação sensual e pecaminosa. E aqui retorna o tema do demônio, pois tradicionalmente o “maligno” era considerado um grande tentador e sedutor, além de mentiroso e embusteiro¹¹³, tal como o comunismo.

¹⁰⁷ MARTINS, *Op.cit.*, pp.180,181,187 e 188.

¹⁰⁸ BECKER, *Op.cit.*, p.50.

¹⁰⁹ MARTINS, *Op.cit.*, p.182.

¹¹⁰ *Estado de Minas*, 15/10/37, p.2.

¹¹¹ “Por tudo isto, fica bem claro para todos nós que o Comunismo essencialmente representa uma sedução, para muitos fortíssima”. “Apresentação” In RIDEAU, Emile. *Sedução comunista, reflexão cristã*. Belo Horizonte: Colégio Loyola, 1962.

¹¹² SCHWARZ, Fred. *O comunismo: diagnóstico e tratamento*. Belo Horizonte: [s.n.], 1963. p.15.

¹¹³ DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. (1300-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp.240 e 255.

Tendo em vista as representações correntes sobre a imoralidade comunista, não surpreende que tantas vezes tenham aparecido referências ao comportamento indecente dos revolucionários brasileiros. Quando ocorreu o levante de 1935, por exemplo, surgiram notícias de que durante a curta vigência do “soviete” de Natal os comunistas “(...) violaram virgens inermes (...)”¹¹⁴. Um autor anticomunista, padre, revelou qual seria a motivação real de alguns rapazes que aderiam às idéias marxistas e defendiam a implantação do modelo soviético no Brasil, e, conseqüentemente, propugnavam pelo controle estatal sobre a educação da juventude:

(...) qual será o futuro dessas pobres criaturas separadas da protecção de seus paes e entregues ao dominio de homens sem moralidade, sem temor de Deus e sem consciencia? O campo é inteiramente livre para elles, quem resistirá á forte tentação?
Que sorte tão triste a dessas meninas innocentes: perderem a virgindade tão cedo (...).
Comprehendemos tambem agora porque é que alguns dos nossos intellectuaes (...) querem ser communistas¹¹⁵.

No Plano Cohen, documento que revelaria uma suposta trama comunista, há uma passagem interessante. Na parte onde se descreve a participação da massa popular na insurreição comunista afirma-se que os populares deveriam ser conduzidos aos bairros elegantes, para aí efetivarem depredações e saques. A excitação da massa seria insuflada, conferindo à sua ação violenta “(...) um sentido nitidamente sexual”¹¹⁶, ou seja, sugere-se que os comunistas iriam promover estupros.

Um último exemplo, retirado da imprensa. Adalberto Biringi, um dos presos por envolvimento com a “Intentona”, foi acusado de ser, além de chefe comunista, agente da organização judaica Zwi Migdal, grupo criminoso internacional que explorava a prostituição. Encaminhado por via marítima à capital federal a fim de ser expulso do país, Biringi teria seduzido “(...) varias moças a bordo da nau allemã, inclusive uma senhorita

¹¹⁴ *O Diário*, 2/01/36, p.4. De acordo com fontes confiáveis, esta acusação é inteiramente fantasiosa. Quase quarenta anos depois, versões semelhantes ainda circulavam: “Os descontroles foram generalizando-se, criando um verdadeiro pânico no seio das famílias quando foi anunciado que um desfile de moças seria realizado na cidade para que os chefes rebeldes escolhessem três concubinas”. ARAGÃO, José Campos de (Gal.). *A Intentona Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973. pp.54-56.

¹¹⁵ MARIA, *Op.cit.*, pp.183 e 184.

¹¹⁶ *Apud* SILVA, Hélio. *A Ameaça Vermelha: o Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p.281.

que vinha com destino ao Rio”¹¹⁷. Enfim, os comunistas eram seres ruins, inimigos da moral e da família.

Importante observar que estas representações sofreram poucas alterações ao longo do tempo. Nos anos 60, o imaginário anticomunista continuou a abordar o tema da ameaça à família, embora se evitasse imagens mais fortes e pouco verossímeis àquela altura, como a “socialização das mulheres”. Os católicos, especialmente, persistiram em advertir sobre os riscos morais implicados no “perigo” revolucionário (“... o comunismo ensina a dissolver as famílias, a violentar as mulheres dos povos que não são comunistas e a respeitar as ‘famílias’ dos que o são”¹¹⁸). Segundo algumas versões, não se tratava de dizer que o comunismo criava os problemas morais, mas que tirava proveito deles:

Por conseguinte, é urgente que todos os católicos se unam para denunciar êstes males que são a prostituição, a pornografia, o alcoolismo, o uso de entorpecentes. Pois, além de instilarem no homem o pecado, são fatores que enfraquecem sobremaneira as forças da resistência e da reação contra o perigo comunista¹¹⁹.

Mas outros setores sociais usaram imagens semelhantes, como a própria imprensa leiga, que em algumas ocasiões afirmou que os comunistas colocavam “a família brasileira em perigo”¹²⁰. Na mobilização anticomunista que precedeu a eclosão do movimento militar de 1964, as representações sobre a ameaça à família tiveram destaque¹²¹, sensibilizando principalmente às mulheres das classes médias¹²². Basta lembrar que o marco maior daquela campanha e símbolo da arregimentação contra o comunismo dava destaque à preservação da instituição familiar: Marchas com Deus pela Família e Liberdade.

A força e perenidade das representações do comunismo como inimigo da moral, se revelam quando observamos a reação conservadora a um desafio que a “revolução

¹¹⁷ *A Noite*, 1/05/37 (Edição das 14 horas), p.1.

¹¹⁸ SIGAUD, Geraldo de Proença (Dom). *Catecismo anticomunista*. São Paulo: Vera Cruz, 1962. p.13.

¹¹⁹ SCHOOYANS, Michel. *O comunismo e o futuro da Igreja no Brasil*. São Paulo: Herder, 1963. p.61

¹²⁰ Título de editorial, que analisava os perigos da infiltração comunista na educação. *O Globo*, 30/11/63, p.5.

¹²¹ Num livro escrito para denunciar a “infiltração” na UNE, a autora acusa os estudantes comunistas de cometerem imoralidades, práticas “antifamiliares” e usarem a sedução com objetivos políticos. SEGANFREDO, Sônia. *Une, instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963. pp. 19,81,95,99 e 102.

¹²² “Sem dúvida, as mulheres foram conquistadas (...) para a ação política a partir de sua religiosidade, do seu moralismo e do seu medo de desagregação da família pelo ‘estado totalitário’”. SIMÕES, *Op.cit.*, p.71.

cultural” dos anos 60 opôs aos padrões de comportamento tradicionais: a generalização do consumo de drogas entre os jovens. Coerentes com a crença de que seus inimigos pretendiam solapar os fundamentos morais da ordem social, alguns setores anticomunistas interpretaram o problema das drogas como mais uma ofensiva revolucionária contra o “mundo ocidental”. A conspiração comunista estaria por trás do tráfico de entorpecentes, que teria por objetivo “amolecer o vigor mental e físico do mundo livre, fornecer vítimas fáceis para chantagear e que, assim, se transformam em agentes ‘amarrados’ e ganhar dinheiro para a propaganda dos Partidos Comunistas (...)”¹²³.

O General Ferdinando de Carvalho, que após 1964 chefiou o IPM (Inquérito Policial Militar) dedicado ao Partido Comunista, publicou no fim da década de 1970 alguns livros de natureza anticomunista. Embora as obras tivessem caráter ficcional, segundo o autor ele se baseara em seu conhecimento sobre o comunismo para prevenir os “desavisados das perversidades humanas”. Num dos livros há um diálogo interessante, em que dois personagens falam a respeito da ação comunista nos meios estudantis:

- O senhor tem razão, concordou Osvaldo. Quase metade dos estudantes de minha Faculdade fumam cigarros de maconha. Alguns usam mesmo tóxicos ainda mais fortes. As drogas e o sexo são explorados para desfibrar a juventude e torná-la alvo mais fácil para a doutrinação dos comunistas. Eles começam a impregná-la com idéias muito atraentes, acenando com a perspectiva de um regime de liberalidade e de prazeres, onde todos são felizes com um mínimo de sacrifícios, onde a vida é um mar de rosas sem restrições legais, tornando os moços descontentes contra as imposições da sociedade atual¹²⁴.

A fidelidade dos anticomunistas à moralidade tradicional não se mostra somente nas representações, mas também nas ações. Mencionaremos, brevemente, dois exemplos. Durante o regime militar, os funcionários da Censura Federal proibiram manifestações culturais consideradas imorais, com empenho igual ou superior ao demonstrado em relação aos temas políticos. Numa relação de 500 obras censuradas os títulos denotando conteúdo “erótico” superam os de natureza política¹²⁵. Um outro grupo de “censores”, do tipo que gosta “fazer justiça com as próprias mãos”, adotou procedimento semelhante. Os

¹²³ LABIN, *Op.cit.*, p.63.

¹²⁴ CARVALHO, Ferdinando de (Gal.). *Os sete matizes do rosa*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978. p.31. Conferir também, do mesmo autor, *Os sete matizes do vermelho*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

grupos terroristas anticomunistas, responsáveis pela onda de atentados à bomba entre 1980 e 1981, escolheram as bancas de revistas como alvos privilegiados. Atacaram prioritariamente locais que vendiam publicações “subversivas”, porém, os pontos de venda de revistas eróticas também foram visados¹²⁶.

INFERNO SOVIÉTICO

Entramos, a partir de agora, na análise de representações relativas a personagens e acontecimentos ligados ao comunismo, começando pelo imaginário construído em torno da União Soviética. Dado o fator internacional presente no embate comunismo/anticomunismo, as versões divulgadas sobre o que seria a realidade vivida na URSS e nos outros países socialistas tornou-se questão fundamental. Pode-se dizer que foi travada uma verdadeira batalha em torno das representações relacionadas à “pátria do socialismo”.

Boa parte do apelo das propostas comunistas advinha da imagem da URSS como Estado proletário, onde a desigualdade e a exploração teriam sido erradicadas. Após a II Guerra Mundial, também foram explorados os sucessos do Estado soviético como potência, especialmente a vitória sobre os nazistas e a conquista do espaço sideral. No início dos anos 60, a estrela maior da aventura espacial soviética, o cosmonauta Yuri Gagarin - primeiro homem a entrar em órbita em torno da terra - recebeu homenagens e viajou por todo o mundo, para glória da propaganda comunista. Até praticamente o fim da URSS, os comunistas brasileiros (da linha russófila) utilizaram-se das realizações soviéticas como estratégia de proselitismo político.

No quadro desta guerra de propaganda, os anticomunistas se empenharam em atacar os países socialistas, apontando neles a existência de toda sorte de misérias. O objetivo, evidentemente, era esvaziar o argumento dos comunistas, os quais afirmavam que a utopia igualitária não só era viável, como já estava em prática na terra dos soviets,

¹²⁵ SILVA, Deonísio da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989. pp.295-308.

¹²⁶ DECKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1964-1980*. São Paulo: Ícone, 1988. p.106

o “mundo da paz e do socialismo”. Os anticomunistas procuraram destruir o mito do “paraíso socialista”, opondo-lhe uma contra-imagem, a do “império do mal” ou “inferno vermelho”¹²⁷:

É a vós, operários do Brasil, que dediquei este livro.

Estou certo de que, se lestes com atenção (...) estareis, por certo, mais que convencidos de que o ‘Paraíso Bolchevista’, com que vos acenas os agentes de Moskou, não passa de uma burla, pois o que se esconde por detrás do fascinante letreiro é um inferno dantesco (...) ¹²⁸.

A guerra em torno do imaginário sobre a URSS teve pequenas batalhas interessantes, que tiveram livros como personagens centrais. Algumas obras simpáticas à experiência socialista causaram muita celeuma, colocando seus autores no meio de renhidas disputas ideológicas. Uma delas foi escrita pelo médico e professor universitário Maurício de Medeiros, que apresentou um relato de sua viagem à União Soviética. O tom predominante é a moderação, na medida em que faz elogios e críticas à experiência soviética. Não lhe agradou o clima de ausência de liberdade (“me produziu uma impressão de asphyxia mental!”), nem o alto grau de alcoolismo que observou entre os russos. Mas apreciou bastante a postura “científica” das autoridades no que respeita à autorização do aborto e no tratamento da questão sexual, bem como aprovou as facilidades concedidas à prática do divórcio. No geral, predominou a simpatia, pois Medeiros acreditava que a URSS poderia evoluir para uma sociedade democrática. Entretanto, suas posições “progressistas” e “científicas” não foram apreciadas por todos e alguns jornais o acusaram de comunista¹²⁹. Agastado, ele ironizou seus críticos dizendo que a quantidade de lendas criadas sobre o comunismo seria tão grande, que o fato de voltar da Rússia “(...) sem dizer que os homens andam de pernas para o ar e as casas têm os alicerces na cumieira, é um sinal de suspeita solidariedade com o regimen (...)”¹³⁰.

¹²⁷ “O inferno soviético”. *O Diário*, 3/12/35, p.2.

¹²⁸ BRITTO, *Op.cit.*, p.169.

¹²⁹ Foi atacado também num livro anticomunista, embora seu nome não tenha sido mencionado diretamente: “(...) subreptícia e perniciososa propaganda que certo professor de medicina insidiosamente faz das excellencias e das virtudes do communismo, através das paginas de um livro mirabolante, ha pouco dado á publicidade (...)”. DELAMARE, *Op.cit.*, p.41.

¹³⁰ MEDEIROS, Maurício de. *Russia*. Notas de viagem - impressões - entrevistas - observações sobre o regimen soviético. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1931. p.209.

Por volta do final da II Guerra, outro livro virou objeto de polêmica, desta vez uma tradução de obra publicada originalmente em inglês. Trata-se de *O Poder Soviético*, escrito pelo reverendo Hewlett Johnson, Deão de Canterbury. Não tivemos acesso ao livro do Deão, mas ficamos sabendo de sua existência pela reação que gerou nos meios anticomunistas. O trabalho foi publicado no momento em que a URSS ganhava a guerra contra os nazistas, fator que conferiu ao país uma imagem internacional bastante positiva. Aparentemente, o Deão Johnson louvava os feitos dos russos, exaltando as realizações econômicas da revolução e os sucessos no campo de batalha. Traduzido no Brasil quase de imediato, “O Poder Soviético” causou impacto, contribuindo para mudar a tradicional imagem negativa da URSS¹³¹.

Para rebatê-lo publicou-se *A URSS do Deão*, obra que contradizia os argumentos apresentados pelo religioso britânico e tentava mostrar que o país comunista continuava a ser o “inferno soviético”. Segundo o autor anticomunista, o livro do Deão “(...) publicado em português a toques de zabumbas, fanfarras e clarins, é um livro impatriótico e de insidiosa propaganda comunista, embora mal-feita e exageradíssima”. O autor da réplica anticomunista se manifestara ao perceber o “estrago” causado por seu desafeto simpático aos russos (“Não foi só o jovem estudante (...) que encontrei entusiasmado com ‘O Poder Soviético’. Ouvi da boca de homens maduros, cultos e experimentados na vida, palavras encomiásticas ao livro”), e resolvera escrever um libelo mostrando que a realidade soviética se assemelhava a um “cáos negro”¹³², nada tendo de bom a oferecer ao Brasil.

A importância da URSS para o imaginário anticomunista era tal, que grande parte das campanhas de propaganda devotadas a desacreditar o comunismo concentrava-se em atacar aquele país. Nos anos 30, no auge da ofensiva do Estado *varguista* contra as idéias revolucionárias, as agências oficiais dedicaram-se a distribuir à imprensa matérias jornalísticas de caráter anticomunista. Boa parte do material era sobre a realidade soviética, tal como a viam e representavam seus inimigos. Um dos órgãos governamentais que se ocuparam da tarefa de “municiar” os jornais foi o Departamento de Polícia do

¹³¹ Monteiro Lobato, intelectual que foi simpatizante do PCB, afirmou que o livro do Deão contribuiu para desfazer as “noções falsas” prevalecentes sobre a URSS: “Foi o primeiro livro honesto que li sobre a Rússia”. *Apud* BANDEIRA, *Op.cit.* (1967), p.250.

¹³² ALBANO, Ildefonso. *A URSS do Deão*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1944. Respectivamente, pp. 295, 296 e 303.

Distrito Federal, através do Serviço de Divulgação, subordinado ao Chefe Filinto Müller. A polícia forneceu à imprensa matérias com títulos do tipo “A criança, a maior vítima do comunismo”, “Verdades positivas sobre o ‘paraíso soviético’”, “Como a Rússia combate a religião” e “Salários e preços na Rússia”¹³³.

O Departamento Nacional de Propaganda (DNP) foi outra repartição federal empenhada em colocar os meios de comunicação a serviço da luta contra os “vermelhos”¹³⁴. Em 1938 o DNP publicou, na forma de livro, uma coletânea dos artigos que distribuiu à imprensa, na maioria dedicados a desacreditar a União Soviética (“Instintos sanguinários”, “Paraíso desaparecido”, “Fracasso do ensino”, “Decadência da música nos ‘soviets’”, “Técnica anti-cristã”, “O operário na Rússia e o operário no Brasil”, entre outros). Segundo o próprio DNP, sua tarefa propagandística foi cumprida a contento, já que os comunicados enviados foram bem acolhidos pelos “(...) milhares de jornais de todo o país. Mesmo nos mais longínquos rincões, a campanha anti-comunista se faz sentir em tôda a sua intensidade”¹³⁵.

Pode-se dizer que o grosso das representações anti-soviéticas concentrava-se em torno de quatro temas principais: moral, ateísmo, violência e condições sociais. Sobre o primeiro ponto falamos há pouco, os comunistas tinham contra si a pecha de inimigos da moral. Os revolucionários teriam transformado a Rússia na “Sodoma e Gomorra” dos tempos modernos, pois ali imperava a devassidão e o desregramento sexual (“... os membros mais influentes da casta soviética local ... entregaram-se durante anos a phantasias deste genero: desvios de dinheiro, roubos, raptos, orgias e estupros collectivos...”¹³⁶). Foram acusados de conspirar pela destruição da família (“A dissolução

¹³³ Matérias publicadas no *Jornal do Brasil*, respectivamente em 2/11/37, 4/12/37, 17/12/37 e 24/12/37 (sempre na página 11).

¹³⁴ Ressalve-se que a maioria das empresas jornalísticas simpatizava com a causa anticomunista e normalmente publicava também material próprio, independente da influência do governo. Em alguns casos tratava-se de matérias compradas de agências noticiosas estrangeiras.

¹³⁵ BRASIL. Departamento Nacional de Propaganda. *20 anos de trágica experiência*. A verdade sobre a Rússia Soviética. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p.4. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 a partir da estrutura do DNP, absorveu as atividades do Serviço de Divulgação da Chefia de Polícia. Cf. GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990. pp.57-62.

¹³⁶ MARION, Paul. *O paraíso Moscovita*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931. pp.208-209. Ressalve-se que este autor não se alinhava entre os anticomunistas mais radicais. Porém, a forma como seu livro foi utilizado no Brasil fez com que as nuances desaparecessem.

da família naquelle paiz infortunado constitue uma verdade inilludível”¹³⁷) e provocar a degradação da mulher, ao contrário das promessas de “libertação feminina”¹³⁸.

Mas, as vítimas maiores da degradação moral seriam as crianças, que teriam um destino terrível sob o domínio dos bolcheviques. Afirmava-se que as crianças e jovens eram arrancados do convívio familiar, para serem mais bem adestradas e controladas pelo Estado soviético. Cenas terríveis eram relatadas, como histórias dando conta da existência de milhões de menores abandonados vagando pela URSS, marginais que os comunistas deixavam largados à própria sorte. Dos novos padrões morais dizia-se que estariam levando à formação de uma geração de monstros, para quem nada seria proibido nem existiriam regras:

Um dos mais dolorosos aspectos das devastações da ideologia comunista na alma é o que diz respeito à infância (...).

Não falaremos da educação promiscua com seus indecentíssimos resultados, nem da prostituição de crianças impuberes. Não nos referiremos tão pouco às notícias mais recentes acerca da precocidade maternal das meninas russas¹³⁹.

Está hoje em operação um programa maligno como o fôssô do inferno, onde êle foi gerado. Tôda a geração nova do mundo comunista está sendo cientificamente bestializada, de modo que não sòmente desejarão matar, mas, também, terão prazer em fazê-lo. Se fôr necessário, êles mutilarão e trucidarão (...)¹⁴⁰.

Nas vésperas do dia dos pais de 1962, um jornal carioca publicou matéria sobre a história do garoto russo Pavlik Morozov, personagem conhecido por ter denunciado o pai à polícia política. A intenção era mostrar o abismo existente “entre o comunismo e a democracia”, e acentuar a importância da mobilização de todos contra a doutrina “nefanda”, para impedir que o Brasil adotasse um regime onde crianças que denunciam os próprios pais são consideradas heróis¹⁴¹.

¹³⁷ *A Offensiva*, 29/03/36, p.1.

¹³⁸ Argumentava-se que a liberalização sexual e o divórcio teriam sido ruins para as mulheres, pois teriam sido transformadas em objeto descartável do prazer masculino. Além de perderem a dignidade, teriam perdido também a estabilidade e a proteção proporcionada pela família tradicional. Cf. MARTINS, *Op.cit.*, p.322.

¹³⁹ “Infância comunista”. *O Diário*, 2/06/37, p.4.

¹⁴⁰ SCHWARZ, *Op.cit.*, p.36.

¹⁴¹ “Um herói soviético”. *O Globo*, 11/08/62, p.1.

O tema da “infância comunista”, ou seja, da situação das crianças nos países comunistas foi explorado com grande intensidade. Certamente, o objetivo era tocar num dos pontos mais fortes da sensibilidade humana, o amor e o carinho pelas crianças. Se os comunistas eram seres capazes de retirar as crianças do conforto do lar para maltratá-las e transformá-las em autômatos a serviço de sua causa, quem poderia duvidar que se tratava de gente má? No imaginário cristão, os pactos demoníacos invariavelmente passam pelo sacrifício ritual de crianças¹⁴². Considerando a associação operada entre comunistas e “forças das trevas” é factível supor que a insistência em falar do suposto sofrimento infantil nos países socialistas visava reforçar o caráter maligno atribuído ao comunismo¹⁴³.

As denúncias sobre perseguições à religião constituíram-se num dos pilares das representações relativas ao “inferno soviético”. Durante largo período, da década de 20 aos anos 60, os comunistas foram apresentados como perseguidores cruéis da religião, a qual pretendiam sacrificar em holocausto à sua sanha revolucionária e iconoclasta. A estratégia soviética, cujo fim último seria obter a total descristianização do mundo, passava pela adoção de medidas que asfixiariam paulatinamente a Igreja: fomento à propaganda anti-religiosa; proibição do ensino religioso; proibição de publicações de caráter religioso; estatização dos bens da Igreja; fechamento de templos e cobrança de altos aluguéis das igrejas remanescentes; aprisionamento, torturas e execução de religiosos que se recusassem a cooperar; tentativa de criar dissidências religiosas fiéis aos governantes comunistas¹⁴⁴.

Na imprensa e na literatura anticomunista, o ateísmo e as perseguições religiosas na URSS tiveram destaque nas décadas de 20 e 30, sendo que neste último período, a partir de 1936, os acontecimentos da guerra civil na Espanha tomaram conta do noticiário. Após a Segunda Guerra, o foco se deslocou para os países da Europa oriental, onde a ascensão dos comunistas ao poder provocou a luta entre Estado e Igreja. Os

¹⁴² DELUMEAU, *Op.cit.*, pp. 288 e 289.

¹⁴³ Na nossa pesquisa não nos deparamos com nenhuma representação sobre “comunistas comendo criancinhas”. Mas encontramos referências jocosas ao tema, usadas para ridicularizar os exageros dos anticomunistas (“... criaturas que têm a mente obumbrada e vêem russos barbudos comendo criança crua em cada esquina da cidade”. DUTRA, Eloy. *IBAD*: sigla de corrupção. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.p.67.). É possível que a imagem tenha surgido como uma “gozação” da esquerda contra seus adversários.

¹⁴⁴ Cf. GALTER, Albert. *O livro vermelho da Igreja perseguida*. Petrópolis: Vozes, 1958.

personagens mais célebres neste contexto foram o Arcebispo Stepinac (Iugoslávia) e o Cardeal Mindszenty (Hungria), perseguidos pelos respectivos governos. O anticomunismo explorou fartamente a prisão destes líderes religiosos, transformados em símbolos da perseguição anti-religiosa comunista do pós-guerra¹⁴⁵.

No início dos anos 60, com a eclosão da Revolução Cubana, as atenções voltaram-se para o Caribe. O governo de Fidel Castro foi acusado de perseguir a Igreja católica cubana, prendendo padres e fechando templos. Em agosto de 1963, *O Globo* publicou uma série de reportagens, com chamadas e fotografias na primeira página, mostrando o que chamou de profanação religiosa. Os comunistas cubanos estariam encerrando templos e capelas, dando-lhes destinação profana. Uma fotografia mereceu tratamento jornalístico especial: no altar de uma capela cubana, as imagens católicas foram substituídas por um painel revolucionário, que trazia ao centro uma foto de Fidel¹⁴⁶. O profanador não se contentava em destruir a Igreja, queria também substituir a religião no coração dos cubanos, atraindo para si a devoção popular.

A violência foi outro tema com presença forte no conjunto das representações atinentes ao “inferno vermelho”. Os governos comunistas teriam como característica intrínseca o exercício da violência, praticada com “prazer satânico” de acordo com alguns propagandistas. Denunciou-se que os bolcheviques cometiam carnificinas sem conta¹⁴⁷; exilavam, martirizavam e trucidavam aos montes¹⁴⁸; praticavam brutalidades inimagináveis¹⁴⁹ e possuíam instintos sanguinários¹⁵⁰. Chegou-se a comparar a URSS à “idade das trevas”:

O bolchevismo (...) ultrapassa a tudo que se possa imaginar de barbaro e deshumano; as proprias guerras de religião, em que o odio desencadeia os impulsos mais sangrentos e implacaveis não superam essas monstruosidades inominaveis, que o proprio obscurantismo da Idade Média desconheceu¹⁵¹.

¹⁴⁵ POWERS, *Op.cit.*, pp.194 e 227.

¹⁴⁶ *O Globo*, 13, 14 e 15/08/63.

¹⁴⁷ *Estado de Minas*, 30/08/35, p.2.

¹⁴⁸ *Estado de Minas*, 7/01/36, p.2.

¹⁴⁹ *Estado de Minas*, 12/02/36, pp.1 e 2.

¹⁵⁰ NICOLAEVICH, *Op.cit.*, p.246.

¹⁵¹ LEÃO, Cleon de. *Os dois mundos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1938. p.202.

Mas o “inferno comunista” teria mais um componente importante, a situação social. Neste aspecto, o imaginário anticomunista tocava num ponto sensível da propaganda revolucionária, que enfatizava as conquistas sociais alcançadas na “pátria do socialismo” como exemplo do que a revolução poderia oferecer aos operários. Afinal, a principal justificativa do projeto bolchevista era a transformação social, o que significava que se a URSS não apresentasse avanços nesta área o apelo do discurso comunista sofreria golpe mortal.

Exatamente por isto, os anticomunistas investiram pesado para mostrar que, ao contrário das promessas de igualdade e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o regime bolchevista ofereceria, concretamente, miséria e exploração. Muita tinta e papel foram gastos para convencer os brasileiros que na União Soviética “(...) os operários têm a pior vida do mundo inteiro, têm salário mais baixo (...), moram nas piores casas, se vestem mais andrajosamente e vivem em tudo, a pior e mais trágica das existências”¹⁵². O tão decantado socialismo não passaria de burla, pois os líderes comunistas viveriam tão luxuosamente quanto as antigas classes dominantes¹⁵³. A prometida libertação feminina teria sido outro engodo comunista, pois as mulheres do “mundo livre” viviam com mais conforto e desfrutavam de comodidades materiais que as russas sequer sonhavam possuir¹⁵⁴.

Em suma, além de ser ditatorial, ateu, imoral, assassino e diabólico o comunismo também traria miséria e exploração aos infelizes povos que caíam sob suas garras. Longe das utopias generosas com que se apresentaria para enganar os ingênuos, a realidade nos países comunistas estaria mais para inferno que paraíso.

A “INTENTONA COMUNISTA”

¹⁵² *Estado de Minas*, 21/07/36, p.2. Artigo de Mario Pinto Serva.

¹⁵³ “Dirigentes vivem no luxo; o povo vive na miséria!”. *O Globo*, 26/06/63, p.1.

¹⁵⁴ “A mulher russa ignora as amenidades da vida”. *O Globo*, 13/07/61, p.2.

Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem a uma verdadeira *legenda negra* em torno da “Intentona Comunista”. O levante foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas. Segundo as versões construídas por seus adversários, durante os quatro dias da revolta¹⁵⁵ os seguidores de Prestes teriam cometido uma série de atos condenáveis, considerados uma decorrência necessária dos ensinamentos da “ideologia malsã”. O relato mitificado do evento foi sendo reproduzido ao longo das décadas seguintes, num processo paulatino de construção e elaboração. No início dos anos 60 já encontramos o mito cristalizado, contendo uma narrativa consolidada acerca de “35”.

As vantagens embutidas na exploração propagandística da “Intentona” são evidentes: tratava-se de um caso real, ocorrido no Brasil, e não de informações relativas a terras longínquas. O comunismo deixava de ser uma abstração e adquiria perfil definido, concreto e próximo da realidade brasileira; o anticomunismo passava a ter um apelo forte, sensibilizando setores significativos da sociedade que até então não davam ouvidos às advertências sobre o “perigo vermelho”. A “Intentona Comunista” possuía característica típica dos mitos modernos, a capacidade de provocar a mobilização social. Procurava-se mobilizar a sociedade contra os “comunistas” através da advertência de que, se não fossem detidos, cometeriam de novo as supostas vilezas praticadas em 1935.

Vejamos agora como se deu o processo de construção das representações sobre a “revolução” de 1935, bem como os elementos que compõem sua estrutura. Em primeiro lugar, é preciso observar que a adoção do termo “intentona” não se deu de imediato. Alguns políticos e jornalistas utilizaram a expressão nos dias seguintes à revolta, mas a generalização e a oficialização de “Intentona Comunista” para designar o levante de novembro de 1935 só se consolidou muitos anos depois.

A adoção daquela expressão pela memória oficial decorreu das necessidades estratégicas da luta anticomunista, na medida em que se tratava de desqualificar a

¹⁵⁵ Contando a partir do dia 23, quando o movimento estourou em Natal, até 27, data da eclosão no Rio.

tentativa revolucionária de 1935. Intentona significa intento louco, motim insensato e é exatamente esta a idéia que se pretende associar ao evento, representado desde então como um “capítulo negro” da história brasileira. O termo não foi cunhado especialmente para a ocasião, ele já fazia parte do vocabulário político brasileiro. Encontramos na imprensa referências a “intentonas” anteriores ao episódio comunista. Em abril de 1932, uma tentativa de sublevação num quartel do Exército foi chamada intentona¹⁵⁶, assim como um conflito, ocorrido a fevereiro de 1935, opondo grupos políticos rivais alagoanos¹⁵⁷. Por outro lado, mesmo após o levante de novembro a alcunha não se tornou exclusividade comunista, pois o golpe integralista perpetrado a maio de 1938 também foi chamado “intentona”¹⁵⁸. De qualquer modo, na memória e na historiografia oficiais a única intentona que permaneceu foi a comunista, marcada pelo opróbrio e zelosamente lembrada a cada ano.

Como já foi dito, a expressão não “vingou” imediatamente, apesar de ter aparecido já nos dias seguintes à insurreição. No dia subsequente ao levante no Rio de Janeiro, o jornalista e empresário Assis Chateaubriand, num artigo/editorial em que elogiava a atuação de Getúlio Vargas na repressão, referiu-se às “intentonas urbanas” praticadas pelos comunistas¹⁵⁹. Numa reunião ministerial realizada para discutir as medidas anticomunistas a serem adotadas pelo governo, a 7 de dezembro, o termo também foi utilizado: Filinto Müller, em relatório policial apresentado ao Presidente, chamou o movimento de “intentona comunista”¹⁶⁰. Mas, a verdade é que no primeiro momento outras expressões prevaleceram como revolta, levante, insurreição e movimento extremista, relegando “intentona” para segundo plano.

Nos anos seguintes, apesar de ocorrerem referências constantes na imprensa sobre a “revolução”, pouco se utilizou “intentona”. Nos nove jornais pesquisados relativos ao período entre 1936 e 1937, somente em um caso encontramos a utilização de “intentona”;

¹⁵⁶ “A fracassada intentona de Quitaúna”. *Jornal do Brasil*, 6/04/32, p.7. Tratava-se do 4º RI (Regimento de Infantaria).

¹⁵⁷ O governo de Alagoas “(...) descobriu a preparação de uma intentona, que visava convergir do interior para a Capital grupos armados (...)”. *O Diário*, 17/02/35, p.1.

¹⁵⁸ “A malograda Intentona Integralista e a ação do governo”. *Jornal do Brasil*, 13/05/38, p.7.

¹⁵⁹ *O Jornal*, 28/11/35, p.2. De acordo com Fernando Morais teria sido Assis Chateaubriand o responsável por colocar em circulação o termo intentona. MORAIS, *Op.cit.*, p.362.

a maioria optou por usar outras expressões. O quadro se apresenta diferente quando colocamos em foco o período 1961/64. Neste momento, “Intentona Comunista” está consolidada como designação formal para o levante de 1935, predominando no discurso dos veículos de imprensa consultados. As expressões correlatas praticamente desapareceram, cedendo lugar à adoção praticamente unânime de “intentona”. Constatase que o processo de construção do mito já estava consolidado no início da década de 1960, sendo factível considerar que tal cristalização ocorreu em algum momento entre o final dos anos 30 e a virada dos 50.

Passemos à análise dos principais elementos que compõem a mitologia construída em torno do levante. Primeiramente, o alegado caráter comunista da insurreição deve ser, no mínimo, nuançado. O programa defendido pelos revolucionários não era exatamente bolchevique, embora estivesse de acordo com a estratégia emanada do *Komintern*. Baseava-se no tripé antiimperialismo, antifascismo e antilatinfudismo, o que explica a participação de elementos não-comunistas no levante, outro indicador de que a realidade era mais complexa do que a versão anticomunista faz crer. Mas é inegável que a ação foi dirigida pelo PCB, o que implicaria provavelmente num governo hegemônico pelos comunistas no caso de vitória. Inquestionável também foi a presença do “dedo de Moscou”, participação que a abertura recente dos arquivos soviéticos veio comprovar¹⁶¹, mesmo que a discussão sobre o grau de subordinação dos comunistas brasileiros aos líderes estrangeiros ainda esteja aberta.

Um elemento de destaque nas versões correntes acerca da “Intentona” é o argumento de que teria sido uma traição, ou melhor, uma dupla traição. Por um lado, os insurretos seriam traidores da corporação militar da qual eram membros e contra a qual ousaram levantar suas armas. Além de ser apresentado como uma agressão específica à instituição militar, o levante comunista, supostamente, significaria também um ataque a

¹⁶⁰ “Para encerrar a rápida exposição retrospectiva (sic) dos acontecimentos que determinaram a intentona comunista (...)”.GV 35.12.03/3 – XX-87, p.11. AGV, CPDOC/FGV.

¹⁶¹ W. Waack provocou celeuma ao trazer à baila dados retirados das fontes soviéticas. Seu livro tem limitações, bem como pontos questionáveis e polêmicos. Mesmo assim, não se lhe pode negar o mérito de contribuir com informações preciosas para o aprofundamento do debate sobre os acontecimentos de 1935. WAACK, William. *Camaradas*. Nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

valores caros à corporação, os quais os revolucionários levariam de roldão se tivessem alcançado a vitória:

As Forças Armadas e as Polícias Militares não poderão esquecer jamais as páginas de traição, covardia e luto com que os comunistas tentaram violentar os conceitos de pátria, companheirismo e honra, que se encontram tão arraigados entre os nossos oficiais e praças¹⁶².

Por outro lado, teriam traído a pátria, na medida que empreenderam um levante armado agindo sob as ordens de potência estrangeira (“... o povo, o Exército e a Armada estão unidos e em guarda ... contra os que tiveram a coragem de trair a sua Pátria ...”¹⁶³; “É uma data de traição e vergonha ...”¹⁶⁴). É curioso que as semelhanças entre o levante de 1935 e os episódios de 1922, 1924 e 1930 foram convenientemente esquecidas. Se os militares que revoltaram seus quartéis em novembro de 1935 traíram as Forças Armadas, os “tenentes” mereceriam exatamente a mesma qualificação.

Para reforçar a imagem de traição atribuída aos comunistas, envidaram-se esforços no sentido de representar os militares fiéis ao governo mortos no combate como heróis. Os que morreram na defesa do regime foram elevados ao “panteão” da pátria, pois os homens responsáveis por sua morte eram apátridas por natureza. Divulgou-se a idéia que de um lado, o do governo, alinhavam-se homens de bem, bons patriotas e cidadãos dignos, enquanto do lado revolucionário encontravam-se indivíduos vis e bandidos, seres desqualificados, uma verdadeira malta¹⁶⁵. O combate não teria sido apenas uma luta opondo patriotas a comunistas, mas testemunhara também o medir de forças entre bravura e perfídia¹⁶⁶:

(...) herois que descansam na Eternidade, envoltos em aureola de gloria (...) souberam morrer com dignidade para salvar o Brasil da horda sacrílega (...). Os interesses superiores da ordem publica, da moral, da religião e da familia, apanagios da nossa civilização, índice da nossa cultura, só não foram de roldão naquela hora tragica da nossa historia politica porque á torpeza dos processos empregados para vence-los se opuzeram, viril e bravamente, a energia, o sangue frio e a bravura dos heroicos representantes das nossas forças armadas (...)¹⁶⁷.

¹⁶² GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil, sempre*. Porto Alegre: Tchê, 1986. p.28.

¹⁶³ Trecho de discurso de Getúlio Vargas. *Jornal do Brasil*, 23/09/37, p.9.

¹⁶⁴ Trecho de discurso de Roberto Marinho transmitido pela “Rêde da Democracia”. *O Globo*, 9/11/63, p.3.

¹⁶⁵ ARAGÃO, *Op.cit.*, pp.55.

¹⁶⁶ “(...) atos individuais de bravura que contrastaram com a perfídia de falsos companheiros amotinados”. ARAGÃO, *Op.cit.*, p.6.

¹⁶⁷ *Jornal do Brasil*, 22/09/37, p.7.

Não nos cabe questionar a bravura ou o patriotismo dos militares que perderam a vida combatendo os revolucionários. Mas podemos apontar o maniqueísmo das construções anticomunistas, que reservam todas as virtudes para os defensores da ordem, como se os comunistas não pudessem ser corajosos - e é preciso muita coragem para começar uma sublevação - ou patriotas, coerentes com sua crença na necessidade de libertar o Brasil do imperialismo capitalista¹⁶⁸.

O caráter dito traidor dos comunistas atuantes na “Intentona”, especialmente no que respeita à suposta traição à corporação militar, recebeu um argumento forte nas versões sobre assassinatos de oficiais que dormiam no momento da insurreição. Matar gente dormindo não significava somente traição, mas também covardia, como podemos ver neste poema anticomunista:

Mataram-nos à traição quando dormiam,
E foram companheiros que os mataram
Não foi a guerra, foi o crime que os matou.
Dormiam no quartel, de madrugada,
Mas a seu lado,
Em sinistra vigília,
Companheiros sem alma conspiravam,
Sem alma porque a tinham vendido
ao estrangeiro de vestes vermelhas ...
Eram os filhos malditos de Caim¹⁶⁹.

A versão de que os militares revolucionários do Rio de Janeiro mataram, na madrugada de 27 de novembro, colegas que dormiam em suas camas, constituiu-se num dos pontos mais importantes da *legenda negra* criada em torno da “Intentona”. Até hoje o assunto é polêmico, pois a crença na veracidade deste fato ainda é corrente em alguns segmentos das Forças Armadas¹⁷⁰. É interessante notar que, nos dias imediatamente

¹⁶⁸ Algumas versões chegam a apontar uma total incompatibilidade entre a condição de militar e o comunismo: “Militar, na acepção de defensor da pátria e de cultor de um elevado Código de Honra, e comunista, sem pátria, ateu, cruel e escravizador (...) são duas coisas que necessariamente se repelem”. Trecho de entrevista concedida pelo Almirante Carlos Penna Botto. *Maquis*, nº 7, ago./1956, p.21.

¹⁶⁹ Excerto do poema “Toque de Silêncio (Canto em memória dos Soldados assassinados em 1935)”, composto por Carlos Maul em 1961. *Apud* ARAGÃO, *Op.cit.*, pp.141-143.

¹⁷⁰ Numa entrevista concedida em 1993, o ex-Presidente Ernesto Geisel afirmou: “(...) os revoltosos mataram inclusive companheiros que estavam dormindo (...)”. D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p.74.

subseqüentes aos acontecimentos, a maioria dos relatos publicados acerca da insurreição não menciona o assunto. Raras referências apareceram na imprensa, como se houvesse dúvida quanto à veracidade da versão¹⁷¹. Anos mais tarde, quando o mito se encontrava consolidado, as narrativas sobre 1935 incorporaram quase unanimemente a história dos “mortos dormindo”. Na onda anticomunista de 1961/64, o tema quase sempre vinha à baila quando estava em pauta a “Intentona”, como no excerto jornalístico que segue, extraído de veículo da grande imprensa:

A intentona comunista de 1935 é uma noção indelevel de deslealdade, de infidelidade, de traição, de crueldade em nossa história política. Jamais, em toda a vida brasileira, houve algo tão monstruoso como o do fuzilamento de inocentes à traição, como o do aniquilamento, à bala, de oficiais e soldados durante o sono. Jamais assistimos a sede tão anormal de sangue, não conseguimos sequer imaginar nada mais repelente do que o frio assassinio em massa de inocentes (...)¹⁷².

Considerando os dados existentes sobre os acontecimentos da “Intentona”, o exagero de tais imagens é flagrante¹⁷³. Parece não haver dúvidas que os relatos inspirados no anticomunismo deturpam grosseiramente os fatos. No inquérito dirigido pelo Delegado Bellens Porto, uma das principais fontes de informação sobre o desenrolar da insurreição no Rio de Janeiro, não há nenhuma menção a assassinatos em massa, menos ainda a vítimas trucidadas em pleno sono. Mas, ao que parece, ocorreu um ato de violência contrário aos padrões da ética militar. Segundo os testemunhos recolhidos pelos investigadores, tudo indica ter havido a execução de um oficial legalista que se encontrava preso e desarmado, o Tenente Benedito Bragança¹⁷⁴. A vítima teria sido baleada por um oficial comunista, que o mantinha sob guarda no interior de um veículo. Provavelmente, este episódio deu origem às histórias sobre crimes bárbaros atribuídos aos

¹⁷¹ Entre os jornais pesquisados mencionaram o assunto apenas *O Estado de São Paulo* (29/11/35, p.2) e o *Jornal do Brasil* (3/12/35, p.2. Artigo de Rosalina Coelho Lisboa).

¹⁷² *O Estado de São Paulo*, 27/11/62, p.3.

¹⁷³ Para reforçar a imagem de inocência atribuída aos oficiais mortos pelos rebeldes, um jornal afirmou que alguns dormiam e outros liam: “No quartel do Terceiro R.I. soldados assassinavam companheiros que dormiam ou liam, distraídos”. *O Diário*, 26/11/36, p.4. É difícil acreditar que alguém estivesse dormindo naquela madrugada no quartel da Praia Vermelha, pois estava em vigor o estado de prontidão. A insurreição havia estourado no Nordeste dias antes e o governo estava informado que haveria um levante nas guarnições do Rio. Segundo vários relatos, o clima de tensão era muito forte.

¹⁷⁴ Cf. PORTO, Eurico Bellens. *A insurreição de 27 de novembro*. Rio de Janeiro: Polícia Civil do Distrito Federal/Imprensa Nacional, 1936. pp.112 e 113.

comunistas¹⁷⁵. É razoável supor que as narrativas anticomunistas transformaram em regra geral um ato isolado, praticado por um dos revolucionários, e o deturpam a fim de representar os comunistas como assassinos frios e cruéis.

Esta suposição é reforçada pela existência de versões publicadas à época, que afirmavam estar o tenente Bragança dormindo no momento de sua execução: “O tenente Benedicto Lopes Bragança (...) foi assassinado a pistola por um sargento, quando dormia tranquilamente no quartel do 3º RI”¹⁷⁶. Se tomarmos como confiável o inquérito policial, que não tinha nenhum interesse em omitir os atos praticados pelos rebeldes, este relato jornalístico apresenta uma série de equívocos, demonstrando a maneira atabalhoada, para dizer o mínimo, como a imprensa divulgou os fatos. Primeiro, o tenente não estava dormindo; encontrava-se preso e sob vigilância, sentado no banco traseiro de um veículo (como poderia alguém dormir sob a mira de uma arma?). Segundo, a cena se deu na Escola de Aviação e não no 3º RI. Terceiro, o executor tinha a patente de Capitão.

De maneira geral, as representações anticomunistas apresentaram como um acontecimento de violência e crueldade inusitadas uma rebelião que diferia pouco do padrão dos levantes militares anteriores, exceto quanto aos objetivos. Imagens superlativas foram utilizadas (“O estupro, o assassinio, o saque, a destruição, - foram as primeiras brutalidades postas em pratica”¹⁷⁷; “... os assassinatos, os saques, as violencias selvagens de Natal, Recife e Rio de Janeiro ...”¹⁷⁸), com o fito de apresentar a tentativa revolucionária como um ato hediondo. Muitos exageros foram cometidos também na apreciação do custo em vidas da insurreição, na tentativa de apresentá-la como um acontecimento mais grave do que realmente foi. Algumas fontes anticomunistas chegaram a afirmar, por exemplo, que cerca de 450 pessoas morreram nos combates¹⁷⁹. Estimativas mais confiáveis apontam para um número entre 60 e 100 vítimas fatais (contando as baixas dos dois lados), o que não é pouco, evidentemente, mas longe dos exageros da propaganda anticomunista.

¹⁷⁵ Esta opinião é partilhada também por Reynaldo Pompeu de CAMPOS (*Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982. pp.66-70.).

¹⁷⁶ *O Estado de São Paulo*, 29/11/35, p.2.

¹⁷⁷ LEÃO, Cleon de. *Op.cit.*, p.192.

¹⁷⁸ *O Diário*, 26/11/36, p.4.

¹⁷⁹ “7 dias de terror, sangue e saques”. *Maquis*, nº 13, set./1956, pp.24-29. Exagerou também na duração do levante, como se pode ver no título da matéria.

As comemorações oficiais da “Intentona” se constituíram em momento privilegiado no que tange ao processo de constituição e reprodução das representações sobre o acontecimento. A tradição de realizar “romarias cívicas” aos túmulos dos mortos das forças legalistas no Rio de Janeiro começou já no ano seguinte ao levante. No dia 27 de novembro de 1936 teve lugar a primeira edição da “festividade”, que no primeiro momento não contou com grande empenho do governo, embora o Ministro da Guerra tenha feito publicar uma ordem do dia dedicada ao acontecimento, e mandado rezar missa pela alma dos mortos. Tudo indica que os integralistas tiveram grande participação na preparação das comemorações de 1936. A AIB decretou que todos os seus núcleos provinciais comemorassem a data e seus jornais divulgaram-na com destaque¹⁸⁰, em contraste com o pouco interesse demonstrado pela grande imprensa. É interessante observar que este tipo de comemoração se combinava bem com o apreço dos camisas-verdes a manifestações ritualísticas, para não falar do conteúdo nacionalista e anticomunista evocado pela ocasião. Por outro lado, desde 1934 os integralistas estabeleceram o culto aos militantes mortos nos confrontos com os comunistas, que recebiam tratamento de heróis e mártires¹⁸¹.

Já a partir de 1937, no entanto, observa-se que o Estado resolveu conferir às comemorações caráter oficial, talvez devido à percepção do potencial propagandístico a ser explorado. O “27 de novembro” tornou-se data comemorativa oficial das Forças Armadas e ao ato cívico passam a comparecer altas personalidades da República, tanto civis como militares, sendo que invariavelmente o próprio Presidente participava pessoalmente. Em 1938, o governo decidiu investir mais na celebração anticomunista, abrindo créditos para a construção de um monumento aos mortos que lutaram ao lado da ordem contra os revolucionários.

O mausoléu, inaugurado oficialmente a 27/11/40, veio resolver um problema que empanava um pouco o brilho da solenidade. Até então se fazia duas romarias cívicas, pois os mortos haviam sido enterrados em locais diferentes: os restos dos oficiais se encontravam no cemitério São João Batista, enquanto os túmulos dos subalternos estavam no São Francisco Xavier. Com a construção do monumento no São João Batista os restos

¹⁸⁰ Ver *A Offensiva*, 27/11/36 e *Acção*, 27 e 28/11/36.

mortais foram, “democraticamente”, reunidos no mesmo lugar, como convinha a uma ditadura de forte conteúdo populista. A partir daí, a romaria passou a ser uma só¹⁸².

O monumento, destinado a fixar a memória oficial sobre o levante, tornou-se palco principal do ato cívico relativo à “Intentona”, conferindo-lhe colorido especial. A celebração de 27 de novembro continuou a acontecer regularmente no decorrer das décadas seguintes, momento privilegiado de proselitismo dos ideais anticomunistas. O ritual, mais do que prantear os mortos, visava preservar na memória da sociedade o compromisso com os valores anticomunistas. Como disse o Ministro da Justiça, Francisco Campos, no ato de inauguração do Mausoléu: “Este monumento é apenas um sinal. Dele não precisavam os mortos. Ele se dirige sobretudo aos vivos”¹⁸³.

O impacto das comemorações se fez sentir com mais força entre a oficialidade das Forças Armadas, um dos principais alvos da celebração. A própria ritualística do evento possuía caracteres típicos das homenagens aos militares mortos em defesa da pátria, uma pompa fúnebre que passava pelo pronunciamento de discursos oficiais e pelo oferecimento de coroas de flores em memória dos heróis¹⁸⁴. Na festividade cívica, os membros das FFAA eram convidados a lembrar-se dos colegas de armas “assassinados pelos vermelhos” e, desta forma, renovar os votos de empenho anticomunista. Nas palavras de um General, testemunha ocular da tradição das romarias de 27 de novembro:

Iniciou-se, a partir de 35, essa peregrinação anual ao monumento dos mortos, primeiro no Cemitério do São João Batista, depois na Praia Vermelha. Essa intoxicação mental que as Forças Armadas passaram a sofrer foi por influência desse período cesarista. Terrível doutrinação antimarxista, absolutamente intolerante e radical, que não admitia nenhuma meia-luz, nenhuma medida de compreensão¹⁸⁵.

¹⁸¹ Ver *A Offensiva*, 11/10/34, p.1 e 29/10/34, p.1.

¹⁸² *Jornal do Brasil*, 27/11/38, p.7.

¹⁸³ *O Diário*, 29/11/40, p.4.

¹⁸⁴ Existem registros fílmicos das comemorações realizadas junto ao Monumento. A Agência Nacional costumava filmar as celebrações e as inseria na programação do seu Cine Jornal Informativo. Para o período compreendido entre os anos 1950 e 1970, localizamos várias filmagens deste tipo, preservadas em fitas VHS. Considerando o alcance do Cine Jornal, podemos imaginar a importância deste veículo como divulgador da mensagem anticomunista. O material encontra-se no Arquivo Nacional: CDA/SDS; EH/FIL 0054, 0261, 0295, entre outros.

¹⁸⁵ Depoimento do General Octávio Costa In D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio A.D. & CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.77.

A rememoração dos fatos ocorridos em 1935, melhor dizendo, das versões sobre eles, tornou-se uma arma importante da propaganda anticomunista, que para tanto cunhou a expressão “lembrai-vos de 35”¹⁸⁶. Evidentemente, as comemorações da “Intentona” adquiriam maior relevo nos momentos em que as campanhas anticomunistas se faziam mais intensas. No quadro da crise do período 1961-64, como veremos, o tema foi muito explorado e as “romarias” ao São João Batista tornaram-se atos políticos de grande repercussão.

O “CAVALEIRO DA DESESPERANÇA”

Sem nenhuma dúvida, Luiz Carlos Prestes foi a figura mais importante da história do comunismo brasileiro. Quando aderiu ao PCB, nos anos 30, já trazia na bagagem prestígio considerável, alcançado graças à sua participação destacada nas revoltas “tenentistas”. A liderança exercida num dos episódios mais célebres da epopéia revolucionária conferiu ao então jovem capitão grande notoriedade. Estamos falando, evidentemente, da Coluna militar que se embrenhou pelo interior do Brasil entre 1924 e 1927, fugindo à perseguição das forças legalistas e tentando levar a chama revolucionária aos mais distantes rincões. A imprensa batizou o pequeno exército rebelde “Coluna Prestes”, em homenagem ao militar gaúcho que a comandava¹⁸⁷. Os jornais insatisfeitos com o fraco desempenho do regime republicano em vigor e, portanto, simpáticos à causa radical acabaram por transformar Prestes em mito: O Cavaleiro da Esperança. Ele passou a encarnar os anseios daqueles setores da população brasileira que consideravam urgente transformar as estruturas políticas e sociais do país. Prestes tornou-se o herói principal da luta contra os “carcomidos”, ou seja, os políticos ligados à situação dominante.

¹⁸⁶ A expressão apareceu, por exemplo, na capa da edição de novembro de 1962 (nº 62) da revista *Ação Democrática*: “Lembrai-vos de 35! Comunistas assassinaram brasileiros em pleno sono. Participante da traição de 35 é secretário do presidente João Goulart”.

¹⁸⁷ Na verdade, o comando era exercido conjuntamente com Miguel Costa, oficial da Força Pública de São Paulo. De início, o nome de Costa também foi associado à coluna, mas aos poucos predominou a referência exclusiva a Prestes.

Se, no início, Luiz Carlos Prestes possuía ideais moderados a incursão pelo interior do Brasil e a descoberta da situação miserável da maioria do povo levaram-no a abraçar posturas mais radicais que a maioria dos “tenentes”. Convidado a participar da “Revolução de 1930” declinou, considerando que se trataria de mera disputa interoligárquica. No mesmo ano, divulgou manifesto onde declarava sua adesão ao marxismo-leninismo e, em 1931, seguiu para a URSS, no intuito de conhecer a “pátria do socialismo”. Retornou ao Brasil, no início de 1935, na condição de membro da Comissão Executiva da Internacional Comunista, e foi aclamado Presidente de Honra da recém formada ANL.

A adesão de Prestes significou um grande trunfo para o até então pouco expressivo Partido Comunista. O Cavaleiro da Esperança trouxe consigo parte de seu prestígio, contribuindo bastante para o crescimento do PCB. E o partido soube explorar a imagem popular do líder. Durante décadas ele foi comemorado, homenageado e cultuado, trabalho cuidadoso de cultivação de um mito que gerava dividendos políticos rendosos. Apresentou-se Prestes como a encarnação dos ideais dos revolucionários brasileiros, síntese máxima das virtudes e das promessas do comunismo. Sua imagem foi utilizada em flâmulas e pôsteres, e estampou jornais, revistas e livros. O culto chegou a tal ponto, que o partido estabeleceu a comemoração oficial da data de aniversário do grande líder¹⁸⁸.

Os anticomunistas, ao que parece, se convenceram da eficácia do processo de construção do mito de Prestes, pois trataram de combatê-lo e esvaziá-lo. Ao mito *prestista* - em parte apropriado, em parte construído pelos comunistas - opuseram representações contrárias, retratando o “Cavaleiro” com caracteres negativos. A frequência com que aparecem construções “antiprestistas” revela o esforço despendido para destruir a imagem positiva propagandeada pelo PCB sobre o líder. Ao mito elaborado pelo inimigo os anticomunistas procuraram opor uma mitologia contrária.

Se, para os revolucionários, Prestes era o “Cavaleiro da Esperança”, para os anticomunistas ele estava mais para “Cavalleiro da lua”¹⁸⁹, “cavaleiro da desesperança”¹⁹⁰ ou, numa versão escatológica, “cavaleiro do apocalipse”:

¹⁸⁸ Cf. FERREIRA, Jorge Luiz. Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). São Paulo, 1996 (Tese de Doutorado, USP).pp.342 e 343.

¹⁸⁹ Título de artigo de Assis Chateaubriand. *O Jornal*, 6/07/35, p.2.

Neste momento, o Brasil respira aliviado. A figura torva, a figura de pesadelo que era a do novo cavaleiro do Apocalipse sae das brumas da lenda para a realidade meridiana: Luiz Carlos Prestes, o delegado de Stalin, o inimigo nº 1 do Brasil, vae prestar contas do mal que tem feito ao seu paiz¹⁹¹.

Enquanto os admiradores viam nele um repositório de qualidades, os detratores o identificavam como representante perfeito das características maléficas do comunismo. Ele seria um traidor do Brasil (“Calabar”¹⁹²), não um herói popular, pois se vendera ao ouro de Moscou¹⁹³. Questionando o heroísmo atribuído ao ex-Capitão do Exército (“Há ainda quem veja no sr. Luiz Carlos Prestes um heroe ...”), um jornal mineiro afirmou, em tom grave: “(...) não ha herois com um sacco de rublos nas mãos (...)”¹⁹⁴.

Como seria de se esperar, Prestes foi acusado de possuir a covardia que seria típica dos comunistas. O episódio envolvendo sua prisão, em março de 1936, se prestou a farta exploração por parte da imprensa. A atitude assumida por Prestes de não resistir à prisão gerou afirmações de que se tratava de um homem “(...) sem nenhuma coragem pessoal”¹⁹⁵. E mais, o ato de Olga Benario, que se colocou à frente do líder comunista para evitar que os policiais atirassem, suscitou outro argumento para a representação de Prestes como covarde: ele era “(...) um homem que se escondia atrás de uma mulher (...)”¹⁹⁶.

Além de covarde, o ex-Cavaleiro da Esperança seria um assassino frio e cruel, aliás, características associadas à covardia. Segundo algumas versões, a violência assassina do “surto comunista” de 1935 não decorreria apenas das técnicas comunistas importadas da Rússia. Grande parte da responsabilidade sobre o que ocorreu se deveria à inspiração do líder máximo da insurreição, Luiz Carlos Prestes, “(...) um homem que não

¹⁹⁰ “O ‘Cavaleiro da Desesperança’ já não mais consegue iludir, mesmo aos mais ingênuos e ignorantes, porquanto ele já se definiu e se confessou servo fiel da Rússia Vermelha”. LUÍS, *Op.cit.*, p.140.

¹⁹¹ Trecho de editorial que comenta a prisão de Prestes. *O Diário*, 6/03/36, p.4.

¹⁹² Título de um artigo de Assis Chateaubriand dedicado a atacar Prestes. *O Jornal*, 10/01/36, p.2. Cf. também “A traição de Luiz Carlos Prestes”. *O Diário*, 9/07/35, p.2.

¹⁹³ Nos anos 60, a moeda usada pelos comunistas poderia ser outra. “Deputado denuncia: Preste recebe dólares da Rússia”. *O Globo*, 23/05/62, p.5.

¹⁹⁴ *Estado de Minas*, 30/06/36, p.2.

¹⁹⁵ “A coragem de Luiz Carlos Prestes”. *Estado de Minas*, 11/03/36, p.2.

¹⁹⁶ RIBEIRO, Fernando Bastos. “O comunismo e o Brasil”. *A Ordem*, fev./1938, p.172.

vê obstáculos para alcançar o que quer e que manda matar os que se lhe oppuzerem, mesmo quando dormem”¹⁹⁷.

Para obter maior eficácia no processo de destruição do mito de Prestes, o anticomunismo tratou de investir contra a lenda originadora do “Cavaleiro da Esperança”, a narrativa dos feitos da “Coluna Prestes”. O heroísmo e as realizações notáveis atribuídas à Coluna nada mais seriam do que uma burla. A famosa marcha não teria passado de mero *raid* militar, incursão ao interior do Brasil sem maiores conseqüências, pois que as tropas revolucionárias evitavam o confronto com as forças do governo, graças à covardia do líder rebelde que “(...) fugia, a unhas de cavallo (...)”.

O efeito real da Coluna teria sido disseminar o terror entre as populações camponesas, saqueadas e assassinadas pelos homens de Prestes que fugiriam covardemente dos soldados do governo. Um líder responsável por tais atos não poderia jamais trazer esperança e, tampouco, mereceria ser chamado cavaleiro uma vez que era covarde, cruel e traidor. A mensagem é clara: Prestes fora mau no passado tanto quanto era no momento da “Intentona”. Nada de bom deveria se esperar de tal figura:

Não sejamos idiotas. Não calunniemos a palavra esperança. O que elle trouxe, consigo, na epica carreira do passado, foi a desolação, a miseria e a morte. Matou, saqueou, desgraçou, fugiu. O que elle traz, consigo, na arrancada deste anno, foi ainda a desolação, a miseria e a morte, com tresdobrada virulencia. E, para que se lhe não ponha em duvida a identidade, mascara-se, esconde-se e foge, de novo e com perfeição.

(...)

Cavalleiro da Esperança?

Não: monstro encapuzado”¹⁹⁸.

A associação de Prestes à imagem de monstro recebeu um toque especial na utilização de um personagem da literatura: Frankenstein. Tal como o médico da obra de Mary Shelley, Prestes reunira pedaços de cadáveres para formar um monstro. A única diferença é que o cérebro anormal para comandar a criatura ele o buscara em Moscou. A figura monstruosa criada pela versão brasileira do “cientista louco” era a ANL (Aliança Nacional Libertadora), que esconderia, por trás de uma mão amável acenando para o

¹⁹⁷ “A lenda de Prestes”. *Estado de Minas*, 10/03/36, p.2.

¹⁹⁸ “O Cavalleiro da Esperança”. *Estado de Minas*, 3/12/35, p.2. É interessante observar o paradoxo da situação: os mesmos setores da imprensa que, nos anos 20, contribuíram para criar o mito do “Cavaleiro da Esperança”, uma década depois estavam empenhados em destruí-lo.

proletariado com lindas promessas, “(...) a garra asphyxiadora do monstro de Frankenstein”¹⁹⁹.

Por falar em “cientista louco”, a loucura também foi uma “qualidade” que alguns adversários enxergaram no líder comunista. Houve quem atribuísse ao ex-capitão atitudes típicas de doente mental. Num livro inteiramente dedicado a demolir a imagem de Prestes lemos o seguinte:

Confesso que Carlos Prestes me causa dó. Pudessem eu considerá-lo um louco e não um servo consciente de Stalin, e talvez encontrasse um meio honesto de pedir para êle a comiseração do povo. Oxalá não passe mesmo de um paranoico em crise, de um insano mental em delírio, capaz de um dia recuperar a razão. Concedo que seja um enfermo para compreender suas atitudes de renúncia ostensiva aos sentimentos mais caros aos homens de bem²⁰⁰.

Em suma, o imaginário anticomunista demonstrou notável empenho em acabar com o mito de Luiz Carlos Prestes. Não se pouparam adjetivos nem acusações no intuito de macular a imagem do líder que durante décadas foi a figura mais popular do comunismo brasileiro. Como veremos no próximo capítulo, Prestes também ocupou espaço privilegiado nas representações iconográficas inspiradas no anticomunismo.

Fazendo uma reflexão final sobre o tema abordado no capítulo impõe-se a conclusão de que os anticomunistas representaram seus inimigos de maneira deformada e algumas vezes grotesca, no intuito evidente de desacreditar a militância dos revolucionários comunistas. Porém, não se deve supor que tal processo decorreu apenas de cálculo político e manipulação consciente. Em determinadas situações, e por estarem dominados pelo medo e/ou ódio – sem esquecer a influência de convicções religiosas e ideológicas -, os anticomunistas pareciam acreditar nas imagens terríficas que divulgavam sobre o “perigo vermelho”.

Por outro lado, também não é correto acreditar que tais imagens derivassem de simples invenção ou fantasia dos anticomunistas. Parte, ao menos, das representações anticomunistas se inspirava em fragmentos do real, notadamente no que se refere aos acontecimentos da União Soviética. Neste sentido, algumas das imagens construídas

¹⁹⁹ “A volta de Frankenstein”. *O Diário*, 23/11/35, p.2 (Artigo de Lucilio Mariano).

²⁰⁰ MERGULHÃO, Benedicto. *O bagageiro de Stálin*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1946. p.69.

acerca dos comunistas não eram pura fabulação, mas versões caricaturadas de dados reais. Evidentemente, em situações limite como a da demonização, por exemplo, a discussão sobre o que venha a ser realidade deve ser nuançada. Neste caso, real era a crença dos religiosos na existência do “maligno” e em sua incansável atividade para produzir desgraças e sofrimentos.

Capítulo 5

ORGANIZAÇÕES ANTICOMUNISTAS

Nesta parte da tese, vamos analisar as entidades brasileiras criadas com o fim de combater o comunismo. Trata-se de um aspecto importante para a compreensão do problema, pois as referidas organizações tiveram papel expressivo na divulgação da bandeira anticomunista. Ao estudá-las pode-se perceber a seriedade com que alguns indivíduos e grupos encararam o “desafio comunista”, dedicando o melhor de seus esforços e energias à luta contra os inimigos revolucionários. É verdade que durante a maior parte do tempo tais entidades ocuparam posição minoritária no cenário político nacional. Porém, nos momentos de polarização política aguda, quando o temor anticomunista se alastrou por setores sociais mais amplos, as organizações passaram a contar com mais espaço e audiência.

No interregno entre as fases de grande intensidade, ou seja, nos períodos em que o comunismo não era percebido como ameaça grave, as entidades anticomunistas tentaram manter acesa a “chama” da luta, envolvendo-se em pequenas batalhas que serviam para aprestar as forças para os grandes combates. Elas cumpriram função mais efetiva na esfera da propaganda, pois garantiram a reprodução dos valores e argumentos

anticomunistas; mantiveram, assim, viva, uma tradição que foi retomada pelo conjunto dos setores sociais conservadores nas fases de medo mais agudo à “ameaça”.

Deve se ressaltar que a análise vai privilegiar organizações que, além de serem sistematicamente anticomunistas, também o eram inteiramente, ou seja, que tinham nesta “bandeira” sua principal razão de ser. Por isto não vamos tratar aqui da Igreja e das Forças Armadas, instituições marcadamente comprometidas com o anticomunismo. Tampouco falaremos da Ação Integralista, já que esta também não era exclusivamente anticomunista, embora o fosse intensamente. Os integralistas combatiam com igual vigor comunismo e liberalismo, propondo uma transformação para o Brasil em bases espiritualistas. De resto, a importância destas instituições para o estabelecimento da tradição anticomunista brasileira foi analisada em capítulos anteriores.

Para compreender a dinâmica do surgimento e funcionamento das organizações anticomunistas é necessário destacar a influência do contexto histórico. Quanto maior o medo ao comunismo, mais forte a tendência a que surgissem entidades dedicadas a combatê-lo. Sendo assim, seria de se esperar uma incidência mais intensa nos anos 1935/37 e 1961/64, marcos das duas grandes ondas anticomunistas ocorridas no Brasil. Na realidade, contudo, a hipótese se aplica melhor ao segundo caso. Diferentemente do que ocorreu nos anos 60, não se observa na década de 1930 uma grande proliferação de organizações dedicadas à luta contra o comunismo. No decorrer da pesquisa localizou-se apenas um punhado delas e, aparentemente, a maioria teve existência efêmera.

Em meio à documentação do Ministério da Justiça, por exemplo, existem informações sobre as atividades de uma certa Liga Nacional Progressista Suburbana. No mês de outubro de 1937 seu Presidente enviou ofício ao governo, dando conta de providências tomadas pela “(...) Liga contra um grupo de adeptos do credo de Moscou (...)”¹, acusados de sabotarem as redes de abastecimento de água dos subúrbios cariocas.

Sabemos da existência de outras duas entidades através do noticiário da imprensa, Defesa Social Brasileira e Frente Universitária de Combate ao Comunismo. A primeira tornou público um manifesto de fundação, onde se apresenta como organização destinada a auxiliar o governo na manutenção da ordem e na preservação da família. O combate ao

¹ AN, MJNI, caixa 297, pasta 505/37.

comunismo seria feito no plano da propaganda, mostrando “(...) ao povo brasileiro as misérias e a depravação a que conduziria fatalmente (...)”² aquela ideologia. Pretendiam também fazer um trabalho de prevenção anticomunista, através de atuação no plano educacional. A proposta era incentivar a coletividade, tanto as massas como as elites, especialmente os jovens, a amarem as instituições políticas brasileiras e as tradições da nacionalidade. A Defesa Social Brasileira anunciou a criação de um departamento feminino, com o qual esperava dinamizar suas atividades³. Pela mesma época noticiou-se a criação da Frente Universitária de Combate ao Comunismo, que reunia estudantes da Capital Federal. Neste caso, igualmente, a proposta era realizar trabalho auxiliar ao governo, na defesa da ordem e das instituições⁴.

Mencione-se, também, o caso da Liga da Defesa Nacional, única entre as entidades anticomunistas com atuação no período a apresentar raízes orgânicas mais sólidas. A Liga, articulada em 1936 sob a liderança do General Newton Cavalcanti, pretendia ser a continuação da antiga LDN criada, por Olavo Bilac, em meio ao surto nacionalista da Primeira Grande Guerra. No contexto dos anos 30, agregando um enfoque anticomunista ao nacionalismo original, a LDN pretendia fazer um trabalho de propaganda e assistência social junto às massas trabalhadoras, de modo a afastá-las da “doutrina perigosa”⁵.

Curiosamente, três das quatro entidades mencionadas surgiram em outubro de 1937, num momento em que a opinião conservadora ainda vivia sob o choque da “descoberta” do Plano Cohen. O esboço de mobilização anticomunista representado pela formação destes grupos, certamente, foi uma reação ao temor de que os comunistas estivessem preparando nova investida. Uma característica presente na postura destas organizações ajuda a explicar porque foram frágeis e pouco numerosas. Todas se colocavam como linha auxiliar do governo, encarado como principal responsável no

² *Estado de Minas*, 2/11/37, p.3.

³ *Estado de Minas*, 20/10/37, p.1.

⁴ *Jornal do Brasil*, 16/10/37, p.7. No trabalho de DECKES há menção a outras duas entidades anticomunistas com atuação nos anos 30, cujo rastro infelizmente não foi possível localizar: Legião do Cruzeiro do Sul e Cravo Vermelho. De acordo com o autor tais organizações adotavam táticas terroristas. *Op.cit.*, p.17.

combate. Naquela conjuntura, os setores conservadores da sociedade tinham confiança no empenho anticomunista do governo e, portanto, não viam grande necessidade em se organizar por conta própria. Por outro lado, há que lembrar a frágil tradição associativa no Brasil, país com pouca vivência de participação social na política.

De qualquer modo, logo em seguida foi implantado o Estado Novo, cuja feição centralizadora não era de molde a incentivar a existência de grupos sociais organizados, mesmo que anticomunistas. A ditadura nasceu sob a promessa de combater o comunismo e, os meios ilimitados de que dispunha, tornavam dispensáveis os esforços auxiliares dos grupos sociais interessados.

No quadro da segunda grande onda anticomunista, nos anos 60, a situação foi bastante diferente. Durante a crise que antecedeu o golpe militar, dezenas de organizações anticomunistas surgiram no Brasil, uma profusão sem precedentes na nossa história. Elas tiveram papel expressivo nas campanhas políticas do período, contribuindo de modo marcante para o estabelecimento do quadro que levou à derrubada do governo Goulart. Duas características da conjuntura explicam porque o contraste com os anos 30. Em primeiro lugar, vivia-se sob a vigência da Constituição de 1946, cujas instituições liberais tornavam o momento favorável à organização e participação políticas.

Segundo, e mais importante, na primeira metade da década de 1960, ao contrário de situações anteriores, o governo não era visto como uma barreira ao comunismo. Na percepção dos setores conservadores, o Presidente Goulart não apenas descuidava do combate aos comunistas, mas os protegia e lhes dava cargos no aparato estatal. Nesta medida, o governo começou a ser visto como incapaz de enfrentar a “ameaça”. Para os mais radicais ele era até parte da trama comunista e, por isto, muitos grupos resolveram organizar entidades anticomunistas por conta própria. O auge deste movimento se deu entre 1962 e os primeiros meses de 1964, quando os referidos grupos organizados começaram a pulular por toda parte. Ressalte-se, muitas entidades anticomunistas surgiram e atuaram nos anos 40 e 50, veremos alguns exemplos adiante. No entanto, é no

⁵ CAMARGO, Aspásia *et alii*. *O golpe silencioso*. As origens da República corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p.61. Nos anos 60 e 70, como se verá adiante, a LDN voltou a apresentar atuação pública, comprometida novamente com a luta anticomunista.

decorrer da gestão presidencial de Goulart que encontramos maior incidência do fenômeno.

Um aspecto marcante em relação a tais organizações é o caráter efêmero da quase totalidade. Raramente chegaram a durar além de uns poucos anos, o que implicou em que a maioria tenha tido importância meramente conjuntural. Dentre as dezenas de grupos anticomunistas criados no Brasil entre os anos 30 e 60, pode se contar nos dedos as experiências que atingiram dez anos de existência. A pouca duração revela uma flagrante fragilidade e sugere uma constatação: na maior parte dos casos, as instituições foram criadas visando atuação em conjunturas específicas (apoiar o governo Vargas, desestabilizar Goulart), sem pretensão de alcançar efetivo enraizamento social.

Em alguns casos é difícil avaliar o papel desempenhado por tais grupos e sua organicidade, pois havia os que preferiam atuar de maneira discreta, fugindo à publicidade. Nos arquivos do DEOPS/SP, por exemplo, existe um registro interessante, relativo ao “Comité Anti-comunista do Brasil”, fundado no início de 1946. A diretoria era integrada por um padre, um tabelião, um diretor da *Light & Power*, um comerciante, um professor e um ferroviário⁶. O documento é um ofício dirigido ao Secretário de Segurança Pública de São Paulo, comunicando a estruturação do Comitê, cujo objetivo era - “(...) através de intensa e persuasiva propaganda escrita, fartamente divulgada por sua conta (...)” - demover o povo, especialmente os setores proletários, da crença no comunismo. A carta informava ainda que o grupo buscava tornar-se conhecido, com a devida reserva, dos líderes políticos, militares e intelectuais brasileiros que se notabilizassem por posturas anticomunistas. No final da carta, que é datada de 29/04/46, pede-se cuidado no caso de enviar correspondência para o Comitê, pois temiam o risco de atentados. Em outras palavras, a entidade não queria ser conhecida pelo público, pretendia fazer seu trabalho de proselitismo anticomunista de forma discreta, sem chamar atenção. Cabe a indagação, quantas organizações deste tipo, “discretas”, podem ter existido?

O exemplo anterior aponta para uma característica importante das organizações: a propaganda. Quase todas se dedicavam a atividades de divulgação do anticomunismo, a maioria se restringia a esta tarefa. *Grosso modo*, o trabalho consistia em editar e distribuir

cartazes, panfletos, livros, jornais, revistas, eventualmente usando o formato de histórias em quadrinhos, além de fornecer material “jornalístico” à imprensa comercial. Faziam trabalho deste gênero, por exemplo, entidades como uma tal ADC, tão misteriosa que em suas publicações não aparecia nem o significado da sigla, quanto mais endereços e nomes dos responsáveis. Localizamos um punhado de livretos distribuídos pela ADC no início dos anos 50, alguns dos quais mencionamos páginas atrás.

Por esta mesma época atuava também a “Cruzada Democrática Brasileira”, cujo diretor enviou ofício ao Ministro da Justiça solicitando apoio oficial. Segundo seu líder, a entidade pretendia fazer “intensiva campanha anti-comunista” em fábricas, escolas, repartições e logradouros, através da distribuição de cartazes, panfletos, volantes e da revista “Brasil Democrático”. Para comprovar a seriedade de seus propósitos anexou uma cópia do registro em cartório da organização, bem como exemplares de material de propaganda já produzido: um cartaz anti-soviético e uma história em quadrinhos de teor anticomunista⁷.

Entidades anticomunistas do gênero exclusivamente voltado para a propaganda podem ser encontradas também nos anos 60, como o “Centro Brasileiro da Europa Livre”. Esta instituição distribuía livretos com o auxílio da grande imprensa, que os colocava como encartes de seus diários. O material abordava, em tom de denúncia, a situação da Europa oriental, apresentada como um território sob ocupação do império soviético. A forma do texto e a sofisticação gráfica da composição, impressa em papel de excelente qualidade e ilustrada por numerosas fotografias, sugerem uma provável proveniência estrangeira⁸.

Por falar em vínculos internacionais, é interessante mencionar que alguns grupos anticomunistas mantiveram efetivo contato com organismos internacionais, seja sob a forma de filiação formal, seja através da participação em congressos. Há registros, por exemplo, sobre a presença da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) e da TFP

⁶ Aparentemente, a entidade tinha abrangência nacional, pois o grupo dirigia o “Sector São Paulo-Jundiaí-Santos-Sorocaba-Campinas” do Comitê. DEOPS/SP, Prontuário nº 73.655.

⁷ No livrinho, já mencionado anteriormente (“Terra da gente”, autoria de Sérgio MACEDO), aparece a informação de ter sido editado pela “Campanha de Educação Cívica Democrática”. Provavelmente, o grupo fundador da “Cruzada Democrática Brasileira” derivava da experiência anterior. DOPS/RJ - Setor Geral/82/Dossiê 5.

⁸ Cf. *O Globo*, 25/03/62. Esta edição veio acompanhada de um encarte sobre o muro de Berlim.

em conclave internacionais da *World Anti-Communist League*, respectivamente em Saigon, 1968⁹, e em Manilla, 1971¹⁰. Entretanto, a organização anticomunista brasileira que manteve contatos externos mais intensos, não só participando, mas organizando congressos, além de filiar-se a entidades internacionais foi a “Cruzada Brasileira Anticomunista”, que será abordada com mais vagar adiante.

Se havia grupos que restringiam suas atividades à propaganda, também existiam alguns com propostas de atuação mais ativa, adotando uma linha de combate mais militante. Nestes casos, além do proselitismo de idéias, fazia-se campanhas contra a “infiltração” comunista nas instituições públicas (às vezes na forma de “abaixo-assinados”), pelo fechamento de entidades legais vinculadas ao PCB, pela impugnação dos registros eleitorais de candidatos “comunistas” e coisas do gênero. Alguns grupos, mais extremados e violentos, interpretaram a proposta de combate ao comunismo no sentido literal, abraçando o terrorismo como estratégia.

Devido à impossibilidade de abordar todas as organizações que marcaram o anticomunismo brasileiro com suas ações, optamos por analisar alguns casos exemplares, considerados representativos do conjunto: Cruzada Brasileira Anticomunista, Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade e o terrorismo de inspiração anticomunista¹¹.

Ressalve-se o caráter lacunar e fragmentário da abordagem, decorrência da opção por um recorte sintético e, principalmente, da escassez de evidências documentais. A maioria das organizações não se preocupou ou não teve interesse em preservar sua memória. Algumas tiveram existência tão efêmera que nem houve tempo para que tal tipo de preocupação surgisse¹². De qualquer modo, mesmo no caso de entidades melhor organizadas prevalece a preocupação de cultivar uma certa reserva. Não é fácil a um pesquisador obter acesso a fontes internas. No caso do terrorismo anticomunista esta

⁹ SIMÕES, *Op.cit.*, p.204. A entidade carioca apresentou uma comunicação no evento.

¹⁰ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE (TFP). *Meio século de epopéia anticomunista*. 3 ed. São Paulo: Vera Cruz, 1980. p.355.

¹¹ Dado o seu grande número, optou-se por abordar as organizações anticomunistas criadas na conjuntura de 1961-64 no capítulo 8.

¹² Para o estudo da TFP dispomos de um volume maior de informações, já que a organização cuidou de elaborar narrativas oficiais sobre sua trajetória. Não é material suficiente para proporcionar um

dificuldade se faz particularmente grave, pois, devido a razões óbvias, além de não cuidarem da preservação de sua memória, os grupos procuraram apagar os indícios de suas ações. É devido a tais características que as fontes policiais assumem importância central.

CRUZADA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA

A Cruzada foi fundada em 1952 e tinha no Rio de Janeiro a sua principal base de atuação. O período áureo na vida da CBA se deu nos anos 50, quando suas investidas anticomunistas conferiram-lhe alguma notoriedade pública. Há indícios, porém, de que a Cruzada continuou a existir pelo menos até o início da década de 70, quando esteve vinculada a uma entidade “guarda-chuva” chamada Comando Supremo das Organizações Anticomunistas¹³.

A liderança do grupo era formada principalmente por oficiais da Marinha, cabendo destaque ao Almirante Carlos Penna Botto, fundador e animador maior da Cruzada. Na primeira década de funcionamento, Botto esteve à frente de todas as iniciativas da Cruzada, o que acabou por torná-lo tão ou mais conhecido que a própria organização sob seu comando. A maneira como as atividades do grupo eram conduzidas sugere que Penna Botto era um líder muito personalista, ou muito preocupado em tornar-se conhecido, quem sabe as duas coisas ao mesmo tempo. Nas campanhas empreendidas pela CBA o nome do Almirante sempre aparecia em destaque, seja na cobertura jornalística da grande imprensa, seja nas publicações da própria entidade. A identificação da imagem de Botto com a Cruzada foi forte a ponto de raramente serem mencionados nomes de outros integrantes do grupo.

conhecimento profundo de sua história, mas é um começo. A preocupação, neste caso, se desloca da escassez de fontes para o cuidado crítico.

¹³ Em 26/02/73 o Diretor do DOPS/GB recebeu convite para a posse da nova diretoria do Comando Supremo das Organizações Anticomunistas, cujo patrono era o Almirante Carlos Penna Botto. A Cruzada Brasileira Anticomunista figurava numa relação de entidades ligadas ao referido Comando Supremo, ao lado de grupos como “Movimento Patriótico Anticomunista”, “Legião Anticomunista”, “Legião Feminina Anticomunista” e “Comando Democrático Anticomunista”. DOPS/RJ - Setor DOPS/183/folhas 122 e 123.

O Almirante Carlos Penna Botto foi talvez o personagem anticomunista mais notório no Brasil dos anos 50, um período em que a grande maioria da população, incluindo os estratos superiores, encarava a luta contra o comunismo como questão secundária. Este oficial de carreira da Marinha de Guerra, antigo militante integralista, aparentemente gozava de grande prestígio entre os colegas de Arma, graças às suas qualidades militares. Pela mesma razão, também era muito respeitado pelas autoridades militares norte-americanas, o que pode explicar os vínculos estabelecidos entre a Cruzada e as agências anticomunistas dos Estados Unidos¹⁴.

A afinidade de Penna Botto com o anticomunismo *yankee* se revela nos argumentos e nas estratégias utilizadas, bem como na coincidência histórica com o *macartismo*. Exatamente por isto, seus adversários cunharam a expressão *penabotismo*, uma menção jocosa à semelhança entre o Almirante brasileiro e o Senador McCarthy. Algumas estratégias aplicadas por Botto lembravam o estilo de Joseph McCarthy, principalmente, a ênfase em denunciar infiltração comunista no governo e a atração pela polêmica jornalística¹⁵. Só que ao contrário de subir aos píncaros da popularidade, como sucedeu a McCarthy no início, as ações de Botto custaram-lhe algumas punições durante os governos Vargas e Kubitschek, como prisões e perda de cargos na Marinha.

Da mesma forma que o Senador norte-americano, Penna Botto se transformou em figura folclórica, objeto de críticas e gozações. *Penabotismo* tornou-se sinônimo de fanatismo, de anticomunismo exagerado e irracional:

(...) histeria que chega às raias da loucura ridícula e do penabotismo, vendo bolcheviques em baixo da cama, escondidos nas molas dos colchões para espionar, quando não dentro das escrivatinhas tomando pílulas que os fazem invisíveis (...).¹⁶

¹⁴ Nos arquivos do DEOPS há um relatório de 1953 sobre Penna Botto, elaborado no calor de um choque entre o Almirante e o governo federal. Ele acabava de ser demitido do cargo de Diretor Geral de Portos e Costas, após irritar o governo com suas denúncias de que havia comunistas infiltrados na administração. Segundo o autor do documento, Botto tinha grande prestígio junto à alta oficialidade militar dos EUA, a ponto de considerar que a sua demissão iria repercutir mal entre os norte-americanos. Relatório Reservado, 30/11/53. DEOPS/SP, 50-D-7/52.

¹⁵ Deve-se destacar, contudo, que o senador americano visava retirar dividendos eleitorais de sua “caçada” aos comunistas. No caso de Penna Botto é mais provável que predominassem razões ideológicas. Sobre o *macartismo* ver FRIED, Richard. *Nightmare in red*. The McCarthy era in perspective. New York: Oxford University Press, 1990. Após alguns anos de sucesso McCarthy caiu no ostracismo, na segunda metade dos anos 50, acusado de inventar indícios de infiltração comunista e prejudicar pessoas inocentes.

E é interessante notar que a expressão chegou a ser utilizada inclusive por adeptos da doutrina anticomunista, como o deputado Amaral Netto, que em discurso proferido na Assembléia Legislativa da Guanabara afirmou: “Haverá alguém que possa pôr em dúvida que sou anticomunista por excelência, mas que não quero e me recuso a confundir anticomunismo com penabotismo?”¹⁷.

As ações associadas à imagem de Botto pareciam pouco confiáveis e recomendáveis até mesmo a setores da oficialidade que participaram do golpe militar de 1964¹⁸. Talvez Botto tenha pagado o preço de ter lançado seu movimento numa época em que o anticomunismo ocupava importância marginal. Se tivesse concentrado sua atuação na década seguinte, talvez tivesse desfrutado de mais prestígio e poder. Seja como for, sua participação nos acontecimentos político-militares de 1964 foi apagada, o que se deveu a seu perfil polêmico e ao fato de estar àquela altura fora do serviço ativo da Marinha.

O início das atividades da Cruzada foi marcado pelo lançamento do “Manifesto à Nação”, texto publicado em veículos da grande imprensa e distribuído também na forma de livreto. Trata-se de uma declaração de princípios da organização e um convite ao povo para que aderisse e apoiasse suas atividades. O Manifesto apresenta argumentação típica da época sobre os “perigos” do comunismo: o foco propagador na Rússia; o caráter internacional da conspiração; a incompatibilidade do marxismo com os valores cristãos e democráticos etc. Em seguida, aborda a situação particular do Brasil no contexto da “ameaça comunista”, usando imagens exageradas que se tornariam uma constante no discurso da Cruzada:

Só no Estado de Minas Gerais o Exército apátrida é seguramente avaliado em 18.000 guerrilheiros, armados, concentrados na sua mór parte no chamado Triângulo Mineiro. Muitos milhares de agentes subversivos soviéticos entraram no Brasil, nos últimos anos, sobretudo em 1951, com o propósito de orientar e deflagrar o levante comunista. São agentes treinados na Rússia, ou países a ela subordinados, para tal gênero de atividades.

¹⁶ DUTRA, *Op.cit.* (1963), p.40.

¹⁷ *Maquis*, nº221, set./1961, pp.22-24.

¹⁸ Sobre o Almirante afirmou o ex-Presidente Geisel: “Era um visionário e um obcecado contra o comunismo. Vivia também no mundo da lua”. D’ARAUJO, *Op.cit.* (1997), p.134.

O Brasil está verdadeiramente ameaçado de ser apunhalado pelas costas; apunhalado pelos traidores brasileiros e pelos aventureiros russos (...) ¹⁹.

Se os argumentos fortes e as cifras superlativas visavam impressionar o público pelo medo, certamente devem ter provocado também muitas reações de incredulidade entre os mais esclarecidos, contribuindo para a origem do termo *penabotismo*. No final, o texto apresenta o programa de ação da Cruzada para combater o comunismo, uma combinação de repressão, educação anticomunista para o povo e reformas sociais de inspiração democrática e cristã.

Nos anos seguintes, a organização fez o que pode para cumprir seu compromisso anticomunista. A principal atividade desenvolvida foi de cunho propagandístico, mas houve também algum empenho em intervir de forma efetiva no processo político. Vejamos em primeiro lugar as atividades de propaganda.

Para efeito da divulgação de seus ideais anticomunistas, a Cruzada procurou tanto ocupar espaços na grande imprensa como utilizar recursos de publicação próprios. No intuito de explorar o potencial comunicativo dos diários jornalísticos a entidade enviava com frequência cartas às redações, tratando de assuntos candentes. A 14 de outubro de 1955, por exemplo, alguns jornais publicaram uma polêmica mensagem de Penna Botto, onde ele defende que os candidatos eleitos para ocupar a Presidência (J.Kubitschek e J.Goulart) fossem impedidos de tomar posse ²⁰. O argumento do líder da Cruzada, igualmente brandido por outros setores anticomunistas, explorava o notório apoio comunista aos vitoriosos. Como o PCB era ilegal, os votos comunistas recebidos por Kubitschek tornariam ilegítima sua vitória. Diversas outras mensagens assinadas por Botto saíram nas páginas da imprensa, principalmente durante a ofensiva contra o governo Kubitschek, fase de atuação mais intensa da Cruzada.

No que tange a publicações próprias, a organização distribuía pequenas brochuras contendo títulos como “Planos russos visando o domínio mundial”, “Como se desenvolve a ofensiva comunista” e “O que é comunismo”, bem como editava histórias em

¹⁹ CRUZADA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA. *Manifesto à Nação*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1952. p.15.

²⁰ DULLES, John W.F. *Unrest in Brazil*. Political-Military Crises (1955-1964). Austin: University of Texas Press, 1970. p.26. Penna Botto fazia também eventuais conferências pelo rádio. DOPS/RJ - Setor Estados/11/folha 906.

quadrinhos²¹. O objetivo era não apenas atrapalhar o proselitismo das idéias marxistas, mas também fornecer um conhecimento útil aos que se apresentassem para a luta: “É preciso bem conhecer o inimigo para poder combatê-lo de modo eficaz”²².

A partir de 1957, a Cruzada começou a publicar um órgão informativo próprio, o tablóide mensal *Tribuna de Notícias*. Só conseguimos localizar uma edição deste periódico, encontrada junto aos arquivos do DEOPS paulista²³. Trata-se do número referente a março de 1958, contendo 16 páginas e com tiragem de 20.000 exemplares. A maior parte do conteúdo, previsivelmente, se compõe de críticas contra a URSS e seu expansionismo comunista. Também não causa surpresa o enorme destaque conferido a Penna Botto, cuja fala está presente em toda parte e cuja obra é exaltada com reverência. Aparecem matérias denunciando infiltração nas Forças Armadas e o apoio financeiro concedido por empresários ao PCB, cujos nomes são publicados juntamente com as cifras que teriam doado²⁴. No final há uma parte interessante, que permitiria fazer uma análise melhor sobre a militância da Cruzada caso estivessem disponíveis mais números do jornal: uma seção contendo cartas de sócios e leitores.

Além de publicar textos e manter polêmicas na imprensa, as atividades de propaganda da Cruzada passavam pela distribuição de cartazes e panfletos. No capítulo anterior reproduzimos um destes panfletos, no qual aparecem Prestes e o soviético Malenkov. Quanto aos cartazes, muitas vezes contendo propaganda de ênfase anti-soviética, eram colados em muros e paredes das grandes cidades. No início de 1962 realizou-se uma “Exposição Soviética” no Rio de Janeiro, um desdobramento da política externa adotada pelo governo Jango de abertura em direção ao “leste”. O evento, consistindo numa grande mostra da cultura e das realizações tecnológicas soviéticas, provocou a ira dos anticomunistas, que viam naquilo mera camuflagem para a

²¹ RODEGHERO localizou um exemplar no Rio Grande do Sul e o analisou em seu trabalho. A história gira em torno de “Zé Caipira”, cujas aventuras são narradas ao longo dos quadrinhos. O personagem vive uma série de peripécias (visitou a URSS, foi espancado por comunistas), cujo sentido é mostrar as “desgraças” relacionadas ao comunismo. *Op.cit.*, pp.35 e 36.

²² CRUZADA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA. *O que é comunismo*. Petrópolis: Vozes, 1961(b). p.3.

²³ DEOPS/SP, 50-D-65/814.

²⁴ Exemplos: as editoras Calvino Filho e José Olímpio teriam dado aos comunistas 60 mil e 50 mil (cruzeiros), respectivamente, enquanto os industriais Jaffet deram 150 mil. Na lista dos “empresários” aparece também o arquiteto Oscar Niemeyer, acusado de dar 200 mil ao PCB. Esta estratégia de pressão sobre os empresários foi repetida nos anos 60 pelo IBAD. Ver nota 100, do capítulo 2.

propaganda do comunismo. A Cruzada respondeu com contra-propaganda, mandando afixar pela cidade cartazes anti-soviéticos com os seguintes títulos: “Exposição do Maior Império Colonialista”, “Não nos Deixaremos Fisgar” e “Cuidado - Penetração Através da Exposição Soviética”²⁵.

No que respeita à intervenção política mais direta, embora seja empobrecedor considerar a propaganda mera forma indireta, a entidade presidida por Penna Botto notabilizou-se por denunciar comunistas e solicitar punições às autoridades competentes. Numa ocasião, exemplo particularmente interessante por envolver o mundo acadêmico, a organização enviou carta a *O Estado de São Paulo* denunciando a presença de comunistas nos quadros do Departamento de Física da USP. Entre os nomes mencionados como membros da célula comunista destaca-se o Prof. Mário Schemberg²⁶. Cerca de um ano antes, em 1955, a Cruzada acionou a polícia contra uma entidade chamada Liga de Emancipação Nacional, acusada de acobertar em seus quadros comunistas clandestinos²⁷. As autoridades policiais abriram inquérito contra a Liga, dirigida pelo Deputado Federal Vieira de Melo, do PSD, que acabou sendo fechada. Como último exemplo de perseguição a comunistas “encobertos” pode se mencionar uma ação impetrada junto à justiça eleitoral do Rio de Janeiro, em setembro de 1958. A Cruzada entrou com recurso solicitando a impugnação de alguns candidatos às eleições daquele ano, aos quais acusava de manterem vínculos com o ilegal Partido Comunista²⁸.

Uma faceta importante das atividades da organização é a questão dos vínculos com grupos anticomunistas internacionais. Principalmente através da atuação de Penna Botto, a Cruzada manteve estreitas relações com organizações congêneres estrangeiras. Não só participava de eventos internacionais, como chegou a organizar um Congresso no Brasil, o “Segundo Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina”,

²⁵ A relação está numa correspondência da Cruzada enviada ao indivíduo responsável pela colagem do material, datada de 27/04/62. O documento, provavelmente cópia do original, foi arquivado pela polícia. DOPS/RJ - Setor Preventivo/3/Dossiê 4.

²⁶ 24/10/56. DEOPS/SP, 50-D-65/2. No mesmo ano, fez denúncias contra “infiltração comunista” no funcionalismo federal. *Maquis*, nº 10, set./1956, p.26.

²⁷ DOPS/RJ - Setor Inquéritos/14/Dossiê 1. O inquérito foi registrado sob o número 336/55.

²⁸ DEOPS/SP, 50-D-65/813.

realizado em agosto de 1955, no Rio de Janeiro²⁹. Botto dirigiu os trabalhos do conclave, o que deve ter lhe dado o cacife necessário para ocupar a presidência de uma organização chamada Cruzada Anticomunista da América Latina, título que passou a ostentar meses depois³⁰. Posteriormente, no início dos anos 70, a Cruzada Brasileira Anticomunista encontrava-se filiada a outra entidade intercontinental, a “Confederação Interamericana de Defesa do Continente”³¹.

O estilo das organizações referidas, suas formas de ação e mesmo suas denominações sugerem uma provável ligação com as agências estatais norte-americanas dedicadas à luta contra o comunismo. Os órgãos de informação dos EUA, notadamente a CIA, empenhavam denodados esforços para coordenar a atuação de grupos anticomunistas na América Latina. Para tanto, forneciam suporte material, político e ideológico³². Quando se tornava necessário, procuravam estimular a criação de tais grupos nos países onde não existissem. Por sua participação em congressos anticomunistas latino-americanos, mas também levando em conta a linguagem e as posturas ideológicas adotadas pelo grupo, muito próximas ao universo mental *yankee* (“democracia”, “mundo livre”, “cruzada”), é razoável supor que a organização dirigida pelo Almirante Penna Botto fosse um dos principais pontos de contato das agências de informação norte-americanas no Brasil.

Alguns autores sustentam que a existência de tais vínculos, mais que hipótese, era um fato. A Cruzada recebia material de propaganda anticomunista distribuído na América Latina pela USIA³³ (United States Information Agency) e um de seus diretores seria agente da CIA³⁴. A suposição de que a Cruzada mantinha laços com a “comunidade de informações” sai fortalecida quando observamos o conteúdo de suas publicações. Em

²⁹ Segundo Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina. Documento convocatório. BN, II-266,7,19, nº 18.

³⁰ *Maquis*, nº 8, ago./1956, p.4.

³¹ DOPS/RJ - Setor DOPS/183/folhas 122 e 123.

³² Cf. AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia” - Diário da CIA*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

³³ O papel da USIA era atuar na propaganda, convencendo os países aliados dos EUA da iminência do perigo comunista. De acordo com HUGGINS (*Op.cit.*, p.98), a Cruzada Brasileira Anticomunista era filiada à USIA.

³⁴ “Joaquim Miguel Vieira Ferreira, Secretário-Geral da Cruzada Brasileira Anticomunista e agente do Serviço de Informações da Marinha (...), conhecido pelo pseudônimo de Victor, recebia Cr\$300.000,00 do serviço secreto norte-americano (...)”. BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p.33.

mais de uma ocasião, os textos demonstram conhecimento sobre dados sigilosos da vida interna do PCB, informações típicas do trabalho de investigação empreendido pelas agências de inteligência³⁵.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE

A decisão de abordar a TFP implica em romper um pouco com os parâmetros estabelecidos para este capítulo, pois a organização não tinha um caráter exclusivamente anticomunista, embora este fosse um ponto central de seu programa. Mas a escolha se justifica pela importância assumida pela TFP no quadro da luta anticomunista dos anos 60 e 70, e também por fornecer um exemplo de engajamento contra-revolucionário inspirado na doutrina católica³⁶. Ela oferece um contraponto interessante e um complemento à análise sobre a Cruzada Brasileira Anticomunista, grupo mais próximo aos meios militares. A atuação das duas entidades, Cruzada e TFP, serve de comprovação à tese de que militares e religiosos representaram a coluna dorsal do anticomunismo brasileiro.

A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade foi fundada em 1960, constituída por um grupo que já vinha atuando junto há duas décadas, sob a coordenação de Plínio Correa de Oliveira. Não é possível compreender a trajetória *tefepista* sem destacar o papel desempenhado por Oliveira, que exerceu uma liderança forte sobre o grupo. A formação intelectual deste pensador e líder político católico foi

³⁵ Num dos livretos, por exemplo, foi publicado um quadro bastante acurado da estrutura organizativa do PCB, contendo referências aos comitês regionais e ao número de militantes atuantes em cada área. CRUZADA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA. *Op.cit.* (1961a), pp.85-88.

³⁶ Outros dois grupos católicos atuaram aproximadamente na mesma época da TFP e com posições doutrinárias semelhantes, especialmente a devoção anticomunista: “Permanência”, ligado a Gustavo Corção, e “Hora Presente”, cujas figuras de proa eram Miguel Reale e Lenildo Tabosa Pessoa. Cf ANTOINE, Charles (Pe). *O integrismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Mencione-se também o já referido Movimento por um Mundo Cristão, sediado em Belo Horizonte, que teve atuação anticomunista destacada nos anos 50 e 60. Cf. STARLING, *Op.cit.*, pp.216-226.

muito influenciada por duas tendências: o integrismo europeu do final do século XIX³⁷ e o movimento de renovação católica, conduzido por Jackson de Figueiredo nas primeiras décadas do século XX.

Plínio começou suas atividades de militante católico leigo no final dos anos 20, quando ingressou na Congregação Mariana de Santa Cecília, São Paulo. Em 1932 ajudou na fundação da Liga Eleitoral Católica, elegendo-se no ano seguinte deputado constituinte. Teve participação importante no núcleo paulista da Ação Católica, da qual se afastou na primeira metade dos anos 40. O rompimento foi provocado pela emergência de tendências “progressistas” no seio dos movimentos católicos. Conservador e tradicionalista, Oliveira viveu um momento de ostracismo, discordando das posturas renovadoras que no seu entender estavam invadindo a Igreja. Reuniu um grupo de amigos e colaboradores como ele, leigos católicos de idéias tradicionalistas, e montaram uma sede em São Paulo para realizar encontros regulares.

Na segunda metade da década de 1940, as tendências conservadoras voltaram a dar o tom na Igreja, sob a influência da guerra fria. A nomeação de Bispos conservadores para o Brasil foi recebida com euforia pelo grupo de Plínio Oliveira, que entendeu estar terminando para eles o “tempo das catacumbas”. A indicação de Dom Antonio de Castro Mayer para a diocese de Campos, ao lado de Dom Geraldo de Proença Sigaud um dos clérigos mais próximos a Plínio Oliveira, abriu caminho para que o grupo ampliasse seu raio de influência além de São Paulo. Sob os auspícios da diocese de Campos fundaram o mensário *Catolicismo*, cuja direção foi entregue a Oliveira (1951). Contando agora com uma tribuna própria, que posteriormente se tornaria o órgão oficial da TFP, o grupo ganhou ânimo redobrado. Os laços de afinidade entre os participantes foram se estreitando com o passar do tempo e suas posições doutrinárias e políticas ganharam um veículo de divulgação.

Momento marcante desta “proto-história” da TFP foi a publicação do texto *Revolução e Contra-Revolução*, de autoria do prolífico Plínio Oliveira, que saiu como suplemento de *Catolicismo*, numa das edições de 1959. Ali estavam colocados os

³⁷ “O integrismo, que está na origem da TFP e de outros grupos da extrema-direita católica (...) defendia a imutabilidade e a intangibilidade da posição tradicionalmente dominante da Igreja no seio da sociedade

pressupostos ideológicos da organização que seria fundada no ano seguinte, o seu programa de ação. O argumento central é a idéia de que o mundo cristão, a boa ordem, passava por um processo de destruição cujo início se dera na longínqua idade média. Desde então, a cristandade vinha sendo atacada pela Revolução, num processo em que se sucederam luteranos, iluministas, jacobinos e comunistas, todos imbuídos do mesmo objetivo básico, destruir a Igreja. Na verdade, estas “seitas” estavam ligadas a uma trama principal, a uma seita-mestra, da qual nada mais eram que auxiliares: a maçonaria. Os maçons seriam a fonte do mal, agentes sagazes que manipulavam secretamente todas as conspirações revolucionárias³⁸.

Nomeado o inimigo principal da Igreja, a Revolução, especialmente na figura da última aparição revolucionária, o comunismo, Oliveira passa a expor e defender um programa contra-revolucionário (“a Contra-Revolução é, no sentido literal da palavra uma re-ação”). O objetivo é uma espécie de retorno à Idade Média, no que ela significava de predomínio da Igreja sobre a sociedade. Não se falava num retorno puro e simples, o que em vários aspectos seria impossível, mas numa restauração dos fundamentos principais da antiga ordem cristã:

Se a Revolução é a desordem, a Contra-Revolução é a restauração da Ordem. E por Ordem entendemos a paz de Cristo no reino de Cristo. Ou seja, a civilização cristã, austera e hierarquica, fundamentalmente sacral, antiigualitarista e antiliberal.
 (...) a Ordem nascida da Contra-Revolução deverá refulgir, mais ainda que a da Idade Média, nos três pontos capitais em que esta foi vulnerada pela Revolução:
 .Um profundo respeito dos direitos da Igreja e do Papado (...);
 .Um espírito de hierarquia marcando todos os aspectos da sociedade e do Estado (...);
 .Uma diligencia no detectar e no combater o mal em suas formas embrionárias ou veladas (...)³⁹.

E como a consecução de uma tal tarefa implicava em atos de ordem civil, prossegue o texto, seria preciso uma organização que transbordasse a esfera eclesiástica, embora

contra as adaptações que um grupo chamado ‘moderno’ queria introduzir no seu papel, segundo as fórmulas de um ‘catolicismo social’”. ALVES, *Op.cit.*, pp.227-229.

³⁸ OLIVEIRA, *Op.cit.* (1959), p.27. Nas representações contra-revolucionárias de inspiração católica o tema do suposto vínculo entre maçons e comunistas foi bastante recorrente: “(...) o perigo comunista não é especificamente distinto do perigo maçônico. Proponho-me chamar a atenção dos católicos para este lado de importância capital: onde quer que a Maçonaria se instalou e goza da liberdade suficiente para executar o seu plano secreto, aí se acha, vivo, palpitante, ameaçador, o perigo comunista”. FEITOSA, Antônio (Pe). *O comunismo e a maçonaria*. 2 ed. Salvador: Editora Mensageiro da Fé, 1955. p.9.

³⁹ OLIVEIRA, *op.cit.* (1959), p.42.

mantendo fidelidade ao magistério e ao poder doutrinal da Igreja. Em outras palavras, urgia formar uma entidade fora da estrutura clerical, ao mesmo tempo independente nas ações e fiel na doutrina.

Daí decorre o surgimento da TFP, ela seria o instrumento necessário à consecução da ordem contra-revolucionária imaginada por Oliveira. A organização proporcionaria a força organizada apta a ser aplicada nas lutas contra-revolucionárias e, com o passar do tempo, cada vez mais em lutas contra os revolucionários. A TFP mantinha contato próximo com alguns membros do clero, porém sem afetar seu caráter de organização independente e externa à hierarquia católica. Os membros da organização eram militantes católicos extremamente dedicados, mas eram todos leigos, ou seja, não pertenciam aos quadros da Igreja.

Ainda quanto ao ideário, é necessário destacar que a entidade tinha outros inimigos além dos comunistas. Ela pretendia combater o modernismo como um todo, seja o divórcio, o aborto ou as mudanças de comportamento. Mas, na sua acepção, o desregramento nos costumes decorria da mesma fonte básica do mal moderno, a Revolução. E no interior desta o comunismo assumia posição de destaque, no papel de inimigo atual da cristandade e adversário mais perigoso dos valores cristãos. A importância do comprometimento anticomunista da TFP pode ser observada num detalhe. Um livro dedicado a narrar a história do grupo, dos primórdios da militância de Plínio Oliveira até 1980, recebeu o sugestivo título *Meio século de epopéia anticomunista*.

O empenho anticomunista da TFP se fazia ainda maior graças à sua interpretação sobre a origem do “progressismo” no interior da Igreja. Para os *tefepistas*, as tendências esquerdistas nos meios católicos, cuja influência aumentou em intensidade a partir dos anos 60, resultavam de um trabalho de infiltração comunista. Os perversos revolucionários conseguiam invadir com suas idéias a principal fortaleza do anticomunismo, procurando assim destruir por dentro o maior “dique” protetor da civilização e da ordem⁴⁰.

⁴⁰ Cf. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Um Homem, Uma Obra, Uma Gesta*. Homenagem das TFPs a Plínio Corrêa de Oliveira. São Paulo: Edições Brasil de Amanhã, 1989. pp.64, 65 e 136. É importante destacar ainda, no campo do ideário da TFP, a importância da devoção mariana. A Virgem, por sinal, era considerada um grande símbolo da luta anticomunista. Este aspecto foi abordado no capítulo anterior, na análise da FIG.6.

Uma das características mais significativas da TFP é sua militância organizada, constituída por jovens rapazes, provenientes, na maioria, de escolas católicas. Escolhidos após um processo seletivo cuidadoso, os *tefepistas* passam a conviver coletivamente em casas de propriedade da entidade. A vida destes jovens é controlada de maneira rigorosa, submetidos a um código de comportamento espartano: não se vê televisão, livros e jornais são previamente selecionados pela organização, deita-se às 10 horas, pijamas devem ser abotoados até o pescoço, entre outros preceitos. O enfoque conservador dado à formação dos aderentes é particularmente visível nos detalhes de sua apresentação pessoal, caracteristicamente tradicional: andam sempre trajando ternos e trazem os cabelos curtos. Além de cursos voltados para o aprendizado da doutrina da TFP, os militantes freqüentavam aulas de judô, karatê e defesa pessoal, muito reveladoras da compreensão que se tinha de como travar a luta contra-revolucionária⁴¹. Ao que parece, no auge de sua atuação a entidade chegou a possuir 1.500 militantes, divididos em 38 cidades espalhadas por 15 estados⁴².

Apoiada nesta estrutura, cuja modéstia aparente era compensada pela dedicação e pelo fato de concentrar-se nos principais centros urbanos, para não falar na disponibilidade de vultosos recursos financeiros, a TFP logrou alcançar significativa notoriedade. O impacto causado por suas atividades, em especial no período que vai do fim da década de 60 ao início de 80, decorreu em grande medida do caráter público e espetacular das ações. As campanhas de rua constituíam-se na forma típica de atuação *tefepista*, principalmente a coleta de abaixo-assinados. Mas também se dava destaque a incursões de equipes volantes em viagens de propaganda pelo interior do país, iniciativas que resultavam, segundo fontes da própria TFP, na venda de centenas de milhares de publicações⁴³.

As campanhas públicas promovidas pelos seguidores de Plínio C. de Oliveira ficaram célebres devido a seu caráter exótico e barulhento. Os militantes faziam uso de megafones, clarins, estandartes (leão dourado sobreposto a um fundo vermelho) e faixas.

⁴¹ ALVES, *Op.cit.*, p.229.

⁴² ANTOINE, *Op.cit.*, p.24. Destaque-se que a TFP inspirou a formação de entidades congêneres em diversos países, principalmente na Europa e América Latina.

⁴³ Segundo a TFP, entre 1970 e 1980 suas caravanas ao interior realizaram 12.594 visitas a cidades e venderam mais de 1.500.000 exemplares de publicações diversas (incluindo jornais). SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Op.cit.* (1980), pp.220 e 221.

Nota-se o apreço por formas simbólicas que remetem ao universo medieval, como o leão, símbolo de nobreza, e os clarins. Em algumas ocasiões, os membros da TFP apareciam portando enormes estandartes e usando túnicas e botas, manifestação evidente de admiração por modelos medievais⁴⁴. Certas manifestações simbólicas sugerem referências aos valores monárquicos, como o próprio leão e a flor-de-lis, ocasionalmente presente nas representações da TFP. Teria isto algo a ver com a simpatia de membros da família real brasileira pela organização⁴⁵?

A notoriedade pública atingida pelas campanhas de rua dos *tefepistas* deveu-se, também, aos episódios de violência delas derivados. Diversas vezes ocorreram conflitos de rua nas grandes cidades, envolvendo os militantes da TFP e simpatizantes da esquerda. Nestes momentos de confronto os *tefepistas* - qual cruzados do século XX - não hesitavam em usar força física na defesa de suas convicções religiosas e políticas, colocando em prática as artes marciais aprendidas nas sedes da entidade.

As principais ofensivas políticas e propagandísticas da TFP se deram: em 1961, na campanha contra a reforma agrária; nos primeiros meses de 1964, contra os setores esquerdistas da Igreja (JUC e Ação Católica), principalmente em Belo Horizonte; em 1966, mobilização contra o estabelecimento do divórcio, através da coleta de abaixo-assinado (1 milhão de assinaturas); e em 1968, novo abaixo-assinado, agora contra a infiltração comunista na Igreja (1,6 milhões de assinaturas). Nos anos seguintes, a TFP parece ter se concentrado mais na realização de caravanas de propaganda que nas campanhas de coleta de assinaturas. Mas, ainda assim, continuou a enfatizar a temática anticomunista, principalmente denunciando a infiltração na Igreja, no plano interno, e as vitórias comunistas no sudeste asiático e no Chile (a eleição de Allende), no plano externo.

Observando a trajetória da organização nota-se um claro crescimento após 1964, sendo que atingiu o auge durante a fase mais repressiva do regime militar, entre 1968 e

⁴⁴ Num livro em que defendia a TFP de acusações feitas por um dissidente, Oliveira não esconde a admiração nutrida pela Idade Média, embora afirmasse não pretender restaurá-la inteiramente. OLIVEIRA, Plínio Correa de. *Guerreiros da virgem*. A réplica da autenticidade: a TFP sem segredos. São Paulo: Vera Cruz, 1985. p.237.

⁴⁵ A flor-de-lis, símbolo da monarquia francesa, aparecia ornando a ponta de muitos estandartes da TFP. Segundo a própria entidade, D. Luís e D. Bertrand de Orleans e Bragança eram abnegados colaboradores. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Op.cit.* (1989), p.44.

1973. Várias razões podem explicar o fenômeno, entre elas a existência de um provável vínculo entre setores do governo militar e a TFP. Afinal, havia grandes afinidades ideológicas entre o grupo de Oliveira e os militares⁴⁶, especialmente a disposição anticomunista militante. Seria de se esperar que os governantes apoiassem organizações dispostas a combater os inimigos do regime. Alguns autores apontam para a existência de indícios de colaboração entre os órgãos de repressão do Estado e os militantes *tefepistas*⁴⁷.

O crescimento do grupo foi também estimulado por outro fator, o fenecimento das outras organizações anticomunistas atuantes no início dos anos 60, que na maioria perderam o entusiasmo após o golpe militar, acreditando que seu papel já estava cumprido. A TFP, ao contrário, interpretou 1964 como uma vitória parcial e não esmoreceu na luta, criticando a desmobilização baseada na “(...) ilusão de que o perigo comunista jamais voltaria”⁴⁸. O recuo dos grupos congêneres acabou por beneficiar aos seguidores de Plínio Oliveira, que se viram na situação de praticamente único grupo civil importante brandindo a bandeira do anticomunismo. O prestígio da TFP naquela conjuntura pode ser aquilatado por um fato revelador: a partir de 1969 e durante vários anos seguidos, o líder máximo da entidade dispôs de uma coluna semanal num dos maiores órgãos de imprensa do país, o jornal *Folha de São Paulo*.

A crise do regime militar no início dos anos 80, significativamente, coincidiu com a decadência da TFP. Cercado de polêmicas e de críticas, enfraquecido por dissensões e deserções, o grupo passou a se concentrar nos problemas internos, descuidando das atividades públicas. Mas as mudanças no cenário político e a crise interna não abalaram a disposição anticomunista da organização, embora tenham provocado uma mudança de enfoque. Constatando a fraqueza dos partidos comunistas recém-legalizados pela “Nova

⁴⁶ Ambos, por exemplo, davam grande importância às comemorações da “Intentona”. Em 1979, um agente do DEOPS paulista acompanhou uma missa celebrada pela TFP em homenagem às vítimas de 1935. Além de estranhar o exotismo do ritual (a missa foi rezada no dialeto melquita), o policial notou a presença do comandante do II Exército, prestigiando a celebração organizada pela TFP. Relatório datado de 27/11/79. DEOPS/SP, 20-C-44/7183.

⁴⁷ ALVES, *Op.cit.*, p.231 e ANTOINE, *Op.cit.*, p.37. O último fala numa tendência à militarização da TFP após 1970.

⁴⁸ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Op.cit.* (1989), p.81.

República” (1985), o líder *tefepista* vaticinou que a partir daí a esquerda católica passava a representar o principal risco de penetração soviética no Brasil⁴⁹.

Porém, a estas alturas a TFP não demonstrava mais o vigor de outros tempos. As palavras parecem ter sido as únicas armas que restaram para lançar contra os comunistas. A morte de Plínio Correa de Oliveira (1995) representou outro duro golpe, abalando até à base uma estrutura já enfraquecida. O falecimento do líder e fundador, já um ancião, foi particularmente grave por não haver ninguém com o mesmo carisma para substituí-lo. A entidade ainda existe, mas desapareceu quase completamente do cenário público. Talvez, os seguidores do Prof. Plínio encontrem consolo no fato de que os principais inimigos da TFP também estejam vivendo fase de decadência.

ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS

De início, deve-se fazer uma observação sobre as fontes documentais, ou melhor, sobre a ausência delas. As informações disponíveis relativas ao funcionamento e estrutura interna das organizações terroristas são muito exíguas. A pesquisa nos arquivos policiais alterou apenas ligeiramente este quadro, servindo mais do que tudo para revelar o desinteresse da polícia em investigar tais grupos. Sabe-se mais sobre as ações empreendidas, principalmente ameaças, pichações, atentados e bombas, do que sobre as próprias organizações. Tudo indica que esta situação só seria alterada na hipótese improvável de surgirem depoimentos dos envolvidos⁵⁰ ou, eventualmente, se existir documentação relevante sob a guarda de arquivos oficiais ainda não abertos à pesquisa.

Em que pese a escassez aludida, implicando necessariamente numa abordagem ligeira, ainda assim acreditamos valer a pena discutir o tema. Trata-se de uma faceta importante das manifestações anticomunistas no Brasil, que revela a profundidade assumida pelo fenômeno em nosso país. A adesão de alguns grupos ao anticomunismo adquiriu um grau de tal radicalismo, que eles se dispuseram a adotar táticas terroristas

⁴⁹ OLIVEIRA, *Op.cit.* (1985), pp.10 e 109-112.

contra os inimigos. Analisar o assunto, mesmo superficialmente, é indispensável para que se possa elaborar um quadro representativo do anticomunismo brasileiro.

Antes de prosseguir, uma última observação de caráter introdutório. É preciso esclarecer que o terrorismo abordado a seguir refere-se às atividades de grupos privados. A ressalva se faz necessária, porque a atuação repressiva do Estado contra os comunistas adquiriu também, em certas condições, características terroristas. Isto não implica, porém, em pressupor uma separação nítida entre tais grupos e o aparato estatal. Muitas vezes, os adeptos do terrorismo eram membros do aparelho repressivo do Estado, notadamente policiais e militares, e em determinadas ocasiões operaram sob o manto protetor de algumas autoridades públicas. Mas, se é um equívoco supor independência total, também não se pode cair no extremo oposto, que seria confundir as duas esferas. Se houve conjunturas em que as ações do terrorismo estiveram afinadas com as políticas estatais, realizando um trabalho, pode-se dizer, complementar, também existiram momentos de tensão e de ruptura, quando os grupos terroristas procuraram atingir o próprio Estado.

Neste sentido, é significativo que as entidades terroristas tenham sido criadas a partir da percepção de que o Estado não estaria reprimindo devidamente os comunistas, como dele se esperava. O terrorismo anticomunista, propriamente dito, surgiu no Brasil no início dos anos 60⁵¹, momento em que setores conservadores da sociedade resolveram se mobilizar por conta própria contra o comunismo. Na perspectiva de tais setores o governo “esquerdista” de João Goulart protegia os comunistas e, portanto, caberia aos próprios grupos sociais interessados organizarem-se para realizar o trabalho de repressão.

O Movimento Anticomunista (MAC) foi o primeiro grupo a aparecer, organizado na caudal dos protestos provocados pelo reatamento de relações diplomáticas com a URSS, em novembro de 1961. No mês seguinte o MAC fez sua primeira aparição pública, pichando muros do Rio de Janeiro com inscrições anticomunistas. Tratou-se de uma ação inofensiva, é bem verdade, mas os *slogans* pichados já revelavam a disposição belicosa do grupo: “Morte aos Traidores Prestes e Julião”; “Fuzilemos, Brasileiros, os

⁵⁰ Há um livro redigido com base no depoimento de um militar envolvido em atividades terroristas, mas a narrativa confusa impede o bom aproveitamento das informações reveladas. ARGOLO, José Amaral *et alii*. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

⁵¹ Existem indícios sobre a existência de grupos terroristas anticomunistas na década de 30 (ver a nota 4 deste capítulo). Contudo, se é que realmente atuaram, deixaram poucas marcas.

Lacaios de Moscou”; “Fogo nos Comunistas”; “Fuzilamento Para a Quinta-Coluna Comunista”; “Guerra de Morte ao PCB”⁵².

Nas ações seguintes o MAC mostrou verdadeiramente a que veio, dando um recado bem mais “incisivo”. No início de janeiro de 1962 foram desfechados ataques contra alvos “comunistas”: a sede da UNE foi metralhada no Rio de Janeiro e uma bomba foi jogada num escritório do jornal *Última Hora*⁵³. A ofensiva gerou preocupação em vários setores da sociedade e no próprio governo, que também era alvo dos anticomunistas. As instituições reagiram através da Assembléia Legislativa do Rio, que solicitou providências à polícia carioca, e do Ministério da Justiça, que determinou a realização de investigações. A pressão sobre o MAC levou à divulgação de uma versão fantasiosa sobre os eventos, com o provável objetivo de desviar as atenções e livrar os anticomunistas da pecha de terroristas. De acordo com esta versão o MAC seria uma invenção dos próprios comunistas que assim, arditamente, tentariam desacreditar o anticomunismo aos olhos da população⁵⁴.

Analisando alguns relatórios policiais produzidos neste momento a instâncias das autoridades públicas, tem-se a impressão de uma patente falta de empenho em investigar o grupo. Os relatórios parecem ter sido elaborados apenas para cumprir uma exigência burocrática. Numa das averiguações o responsável disse que tentaram localizar o registro em cartório do MAC (!), nada conseguindo, e em outra se lamenta que apesar dos policiais terem empregado os “melhores esforços” não foi possível identificar os indivíduos que lançavam bombas em comícios da esquerda⁵⁵.

É interessante observar que em momentos posteriores, quando ocorreram outras ondas de terrorismo anticomunista, notadamente em 1968 e 1980-81, a pressão pública levou o governo federal a acionar novamente a polícia. Mas nos dois casos as investigações realizadas também produziram resultados anódinos. Nos arquivos policiais

⁵² *Manchete*, 16/12/61, pp.8-11. Sob o impacto das pichações do MAC, a revista publicou uma extensa matéria onde se analisa o crescimento do apelo anticomunista. O tom é de preocupação com os riscos para a democracia implicados na radicalização da direita.

⁵³ *Correio da Manhã*, 9/01/62, p.6; *Jornal do Brasil*, 7/01/62, p.1 e 9/01/62, p.1.

⁵⁴ “(...) ‘atentados’ atribuídos a um MAC - hipotético movimento de direita, com que os comunistas procuram desmoralizar e comprometer os anticomunistas (...)”. Entrevista com o Dep. João Mendes. *Ação Democrática*, nº 35, abr./1962, pp.12 e 13.

⁵⁵ DOPS/RJ - Setor Gera/85/Dossiê 13.

a maior parte do material referente aos grupos de direita é constituída de recortes de jornal. Os raros relatórios que aparecem trazem dados superficiais e declarações sobre a impotência dos agentes da lei em elucidar os atentados⁵⁶. Uma das poucas coisas interessantes encontradas sobre o MAC nos relatórios é uma menção aos ritos para aceitação de novos aderentes:

O MAC é uma organização secreta, com rito proprio e cerimoniaes especiais para a aceitação de um novo elemento. Cada proposta de admissão de um leigo é apreciada pelos iniciados durante três meses, período em que se aprecia as tendências políticas, aptidão física, situação financeira e profissional do candidato⁵⁷.

Voltando às ações do MAC em 1962, embora os arquivos da polícia não contenham registros importantes, a imprensa da época noticiou que as autoridades conseguiram identificar os nomes dos envolvidos com o grupo. Uma das fontes de informação teria sido o padre Leopoldo Brentano, militante anticomunista de longa data, responsável pela formação dos Círculos Operários católicos nos anos 30. Brentano foi convidado, juntamente com outras personalidades, a participar de uma reunião onde seria discutida a formação do MAC. Tomou parte no encontro, mas quando percebeu que seriam utilizados métodos terroristas negou-se a colaborar⁵⁸. Apesar das especulações da imprensa, nenhuma personalidade influente foi responsabilizada. Uma coluna (não assinada) publicada pelo *Jornal do Brasil* afirmou que o governo já tinha identificado os nomes dos orientadores e dos financiadores do MAC, sugerindo que o assunto vinha sendo mantido em sigilo por haver “gente graúda” envolvida⁵⁹.

Os responsáveis terminaram impunes, nada de concreto se fez e o assunto sumiu da imprensa em pouco tempo. Mas a pressão contra a organização terrorista, tudo indica,

⁵⁶ “(...) nada se pode afirmar concretamente pois até a presente data não foi possível a determinação de autoria ou prisão de algum elemento envolvido nesses lamentáveis episódios, não obstante, os esforços das autoridades policiais a nível estadual e federal; ainda não foi possível a obtenção de qualquer dado positivo que levasse à solução desses casos (...)”. DEOPS/SP, 30-Z-160/16803. Este relatório não está assinado nem datado, mas lendo o texto percebe-se que é de 1981.

⁵⁷ Relatório de 12/11/68. DEOPS/SP, 50-C-22/2910.

⁵⁸ *O Globo*, 19/01/62, p.1.

⁵⁹ *Jornal do Brasil*, 19/01/62, p.3. Entre a gente miúda mencionada estava um Tenente da reserva da Marinha, que seria militante da Cruzada Brasileira Anticomunista. Talvez por isto tenha se falado no envolvimento do Alm. Penna Botto. A imprensa também mencionou os nomes do Gal. Batista Teixeira e do empresário Jorge Bhering Matos, mas tais especulações não foram confirmadas. *A Gazeta*, 5/02/62.

ao menos resultou num recuo do MAC, que suspendeu os ataques. As autoridades teriam abafado o caso em troca de uma promessa de trégua? Seja como for, só se voltará a ouvir falar novamente do grupo em 1968, quando foi rearticulado para fazer frente ao crescimento das esquerdas⁶⁰.

O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) foi outra organização que se destacou no campo do terrorismo de direita. Surgiu no auge da mobilização anticomunista contra o governo Goulart, nos primeiros meses de 1964. A estrutura do CCC nasceu em São Paulo, diferentemente do MAC, cuja base principal se encontrava no Rio de Janeiro. A origem social dos fundadores é interessante, apresentando um padrão discrepante em relação às interpretações correntes sobre o papel preponderante de militares e policiais no terrorismo anticomunista. O CCC foi fundado por estudantes universitários, sendo sua base original proveniente da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco⁶¹. Antes do golpe suas atividades se resumiram a confrontos com os estudantes de esquerda, disputas travadas geralmente no próprio espaço universitário. Um episódio marcante desta fase foi um protesto violento contra a visita de João Pinheiro Neto, autoridade federal responsável pela realização da reforma agrária, à tradicional Escola do Largo de São Francisco. O conflito terminou em pancadaria generalizada e destruição⁶².

O CCC passou a atuar de maneira mais intensa após 1966, quando foi reorganizado para combater as forças esquerdistas então retornando ao espaço público. Neste momento, a base estudantil do CCC se ampliou para outras escolas, recrutando militantes notadamente entre alunos da Universidade Mackenzie. A estrutura também foi ampliada no plano nacional, com a formação de núcleos em outros estados da federação. O auge das atividades desta fase se deu em 1968, quando o grupo ocupou papel de destaque na emergente onda de terrorismo anticomunista. A maior parte dos atentados à

⁶⁰ No ano de 1962 ocorreram pelo menos mais dois atos terroristas, aparentemente sem vínculos com o MAC. No início de fevereiro, explodiu uma bomba no escritório comercial russo no Rio (*O Globo*, 1/02/62, p.6) e, em maio, mais um ataque a alvo soviético, neste caso um acontecimento mais grave, apesar de ter sido um atentado frustrado. Foi colocada uma bomba-relógio no pavilhão onde se realizaria a Exposição Soviética, mas o petardo foi encontrado pela polícia antes da detonação. Entre o grupo de suspeitos, que aparentemente nada tinha a ver com o MAC, um nome que voltaria à tona nos anos 80, novamente acusado de terrorismo: Ronald James Watters. *Jornal do Brasil*, 29/05/62, p.1.

⁶¹ DEOPS/SP, 50-C-22/2910.

⁶² *Jornal do Brasil*, 17/03/64, p.1.

bomba, seqüestros, invasões de teatros e universidades, agressões e pichações cometidos em 1968 foi obra do CCC⁶³.

O grupo esteve envolvido num dos episódios mais célebres da conflagração política de 1968, a “Batalha da Maria Antônia”, conflito de rua opondo estudantes próximos à esquerda, provenientes da Faculdade de Filosofia da USP, a alunos de inclinação conservadora abrigados na Universidade Mackenzie. Quadros do Comando de Caça aos Comunistas estiveram à frente dos “combatentes direitistas” e, ao que consta, usaram armas de grosso calibre⁶⁴. Também estiveram envolvidos nos atos terroristas de inspiração anticomunista praticados em 1968, embora com importância secundária, o MAC e um grupo chamado Frente Universitária Revolucionária (FUR)⁶⁵.

No início da década de 1980, o país assistiu à eclosão de outro surto de terrorismo direitista, provocado pela insatisfação de alguns grupos com a abertura política empreendida pelo regime militar. A suspensão do AI-5, a anistia e o retorno dos exilados, medidas que trouxeram novo ânimo à atuação dos partidos de esquerda, deixaram exasperados os militantes da direita radical, alguns dos quais trabalhavam no próprio aparato repressivo estatal. A resposta violenta dos anticomunistas radicais tinha dois objetivos: além de aterrorizar os grupos de esquerda visando enfraquecê-los, pretendiam impedir o sucesso das reformas democratizantes do governo. Nesta conjuntura observa-se o aparecimento de novas organizações anticomunistas, que dividiram com o CCC (ainda o mais ativo) e o MAC a autoria dos atentados então praticados. Surgem nomes como Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC), Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), Grupo Anticomunista (GAC), Falange Pátria Nova (FPN), Comando Delta, Movimento de Renovação Nazista (MRN) e Frente Anticomunista⁶⁶.

Os métodos de ação, na maioria dos casos, continuaram os mesmos do surto anterior: principalmente seqüestros e atentados à bomba. As bombas que explodiram na OAB, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e no Riocentro deixaram marcas mais

⁶³ DECKES, *Op.cit.*, 127-134. O autor apresenta um quadro dos atentados de direita realizados entre 1964-1980 que mostra a proeminência do CCC em 1968.

⁶⁴ A batalha resultou na morte de um aluno da Faculdade de Filosofia. DECKES, *Op.cit.*, pp.50-52.

⁶⁵ Segundo um relatório policial, a FUR “(...) tem sede no Rio de Janeiro e é composta quase exclusivamente por estudantes anti-comunistas”. O documento coloca CCC, MAC e FUR, nesta ordem, como os grupos anticomunistas mais ativos naquele momento (11/1968). DEOPS/SP, 50-C-22/2910.

⁶⁶ DOPS/RJ - Setor Confidencial/251/folha 602; DEOPS/SP, 30-Z-160/16803.

fortes, por envolverem espaços públicos e provocarem mortes e mutilamentos. Mas ocorreram dezenas de outros casos menos célebres, que atingiram políticos, líderes populares, líderes religiosos, editoras e livrarias. Grande número de bancas de revista se transformou em alvo dos terroristas, que atacavam estabelecimentos acusados de venderem jornais de esquerda e publicações eróticas. Afinal, como já se demonstrou em passagens anteriores, a luta dos anticomunistas tinha também motivações morais, ou seja, eles queriam preservar a moralidade tradicional das investidas “revolucionárias”.

A determinação precipuamente anticomunista de tais grupos terroristas é revelada não apenas nas siglas das organizações, mas nos manifestos que distribuía no momento dos atentados. Num dos pacotes explosivos enviados ao escritório da OAB do Rio foi encontrado o seguinte panfleto:

A OAB está dominada totalmente pelos comunistas que fazem da entidade uma agência de trabalho de Moscou contra os interesses do Brasil. Esta vergonha vai ter que terminar e aqui está o nosso primeiro alerta. A próxima já será contra estes cachorros moscovitas que à sombra desta entidade traem o Brasil. Por isto pagarão com a morte. Morte à canalha comunista, Viva o Brasil - AAB - Aliança Anticomunista Brasileira⁶⁷.

Nas cartas ameaçadoras que enviavam aos inimigos, também podem ser encontrados indícios inequívocos de sua disposição anticomunista. Tais cartas, que representavam um método de ação comumente adotado pelo terrorismo, visavam desmobilizar pelo terror os militantes de esquerda. Nos arquivos da polícia política paulista há um exemplar do gênero, correspondência enviada a um cidadão pelo “Comando Delta”, grupo que segundo a mesma fonte teria reivindicado a autoria do atentado ao Riocentro. Diz a carta, grafada em letras maiúsculas: “LEIA O TEXTO COM BASTANTE ATENÇÃO. REFLITA E DEIXE DE SER COMUNISTA ENQUANTO HÁ TEMPO. VOCÊ ESTÁ INTEGRANDO A NOSSA RELAÇÃO DE COMUNISTAS INIMIGOS DO BRASIL”⁶⁸.

Apesar do isolamento dos terroristas em relação à sociedade, o fato é que causaram bastante barulho e conturbação no ambiente político, para não mencionar o sofrimento impingido às vítimas. Sua opção por táticas de “ação direta” acabou

⁶⁷ *Apud* DECKES, *Op.cit.*, p.103.

⁶⁸ DEOPS/SP, 30-Z-160/16813.

significando mais um desserviço que um préstimo à causa, pois contribuíram para associar o anticomunismo a uma imagem violenta. Com o amadurecimento do processo democrático os terroristas viram seu espaço de atuação ser cada vez mais reduzido, a ponto de praticamente desaparecerem. No entanto, o fato dos responsáveis não terem sido detidos pelas autoridades competentes deixa uma dúvida: o terrorismo de direita estará aposentado definitivamente ou existiria o risco de um eventual retorno?

Capítulo 6

“INDÚSTRIA” DO ANTICOMUNISMO

A expressão “indústria do anticomunismo” foi cunhada para designar a exploração vantajosa do “perigo vermelho”. Industriais do anticomunismo seriam aqueles manipuladores que tiravam proveito do temor ao comunismo. Normalmente, tal operação implicava em supervalorizar a influência real do Partido Comunista e dos supostos objetivos imperialistas da URSS, criando uma imagem propositadamente deformada da realidade. Em certas situações não se tratava de criar, mas apenas de explorar um medo já existente. O objetivo era aproveitar-se do pavor provocado pelo comunismo, seja convencendo a sociedade da necessidade de determinadas medidas, seja colocando-se na condição de campeão do anticomunismo para daí auferir vantagens.

O fenômeno era tão notório que até na grande imprensa surgiram ocasionais denúncias contra os exploradores do “fantasma comunista”. Em 1962, por exemplo, o *Jornal do Brasil* abordou o tema num editorial de título “Fantasmas rendosos”. Analisando a mobilização anticomunista ocorrida durante as eleições daquele ano, o editorialista comentou que o flagrante exagero da campanha acabou por desmoralizar os responsáveis. O desempenho eleitoral dos comunistas foi “(...) tão píffio que os industriais do anticomunismo acabaram por se dominar, agora, de um pânico real: a impossibilidade

de continuarem a se nutrir do combate a um espantinho que se desmoralizou e os desmoralizou”¹. As críticas à “industrialização” referida se davam de forma tão freqüente, que alguns líderes anticomunistas sentiam necessidade de afirmar a sinceridade de seus compromissos. Falando num encontro da TFP paulista, o Cel. Erasmo Dias, candidato a deputado nas eleições de 1978, disse o seguinte: “Nunca fui industrial do anticomunismo. Sou anticomunista por convicção, por fé, por formação, por ideologia e ... inclusive por já ter pago na carne o preço de ser anticomunista”².

A manipulação oportunista do medo ao comunismo assumiu características diferentes ao longo do tempo e se prestou a objetivos diversos. Vários agentes sociais exploraram o anticomunismo: o próprio Estado, a imprensa, grupos e líderes políticos, órgãos de repressão e mesmo a Igreja. E é interessante observar, os dividendos hauridos da indústria anticomunista variavam de natureza. Os ganhos podiam ser políticos, na forma de votos, por exemplo, ou apoio popular a medidas de governo; num sentido genérico, crescimento do prestígio de algumas instituições que se colocavam como campeãs na luta contra os “vermelhos”, como no caso da Igreja; e às vezes havia até ganhos pecuniários, quando alguns grupos extorquiam dinheiro dos segmentos sociais abastados a título de combaterem os comunistas.

E isto para não mencionar o aspecto mais óbvio, as manobras empreendidas visando combater o próprio comunismo. As representações propositalmente deformadas do comunismo e dos perigos a ele relacionados foram executadas, em grande medida, para dificultar, pelo opróbrio, o proselitismo dos ideais revolucionários. Certa feita, abordando os acontecimentos da “Intentona”, o editorialista de *O Estado de São Paulo* afirmou:

(...) ainda se não apagou do espirito da nossa gente o horror daquela tragedia. E é bom que se não apague jamais. Esse horror precisa ser cultivado no coração dos brasileiros com o maior carinho”³.

¹ *Jornal do Brasil*, 14/10/62, p.6. Não obstante, menos de dois anos depois o mesmo jornal apoiou a derrubada do governo Jango, ação justificada por argumentos anticomunistas.

² SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE, *Op.cit.* (1980), p.396.

³ Grifos nossos. *O Estado de São Paulo*, 24/09/37, p.3.

A forma mais conhecida e, certamente, mais importante da “indústria” foi a utilização do anticomunismo para justificar intervenções autoritárias na vida política nacional. A alegação era que as instituições liberal-democráticas não forneceriam os meios adequados para conjurar os riscos de subversão revolucionária, tornando urgente, portanto, a adoção de medidas extraordinárias. Com algumas adaptações e modificações, este roteiro básico foi encenado no Brasil duas vezes, em 1937 e 1964, para não falar de ensaios menores, que não chegaram ao palco principal da política brasileira. Em 1964, apresentou-se um argumento adicional à tradicional crítica sobre a suposta fraqueza das instituições para combater o comunismo: a fragilidade da democracia não estaria apenas na incapacidade de prover a repressão necessária, mas na facilidade com que permitia a infiltração comunista no aparelho do Estado. A importância do anticomunismo para a implantação dos regimes autoritários não será aprofundada aqui. Voltaremos com vagar ao tema nos dois próximos capítulos, quando serão analisadas as conjunturas políticas relacionadas aos golpes de 1937 e 1964.

A prática de macular a imagem de adversários, atribuindo-lhes o rótulo de comunista, foi uma das manifestações mais comuns da industrialização do anticomunismo. Ocorrências deste tipo foram recorrentes notadamente nos anos 30, como notou um observador contemporâneo: “O título de comunista (...) hoje é um sinal de ignominia e até mesmo uma arma com que o inescrupulo dos homens tenta tísar a dignidade dos que odeiam”⁴. Inúmeros homens públicos foram acusados de envolvimento com o Partido Comunista por desafetos que, numa época de caça às “bruxas”, pretendiam jogá-los às “feras”.

Para nos ater ao mesmo período histórico, após 1935 vários políticos de projeção receberam ataques do gênero, denunciados como comunistas. Líderes da oposição foram os mais visados (“O ex-deputado comunista Café Filho autorizado a regressar ao Brasil?”⁵), mas não escaparam nem governadores de Estado, como o pernambucano Carlos de Lima Cavalcanti, que chegou a ser denunciado ao Tribunal de Segurança

⁴ *Estado de Minas*, 3/09/36, p.2.

⁵ Título de matéria publicada pelo diário integralista, cuja intenção certamente era fazer pressão contra o retorno ao Brasil do político potiguar. *A Acção*, 19/04/38, p.1.

Nacional (TSN)⁶, nem Ministros do próprio governo, como Agamenon Magalhães, que foi acossado por um parlamentar caçador de comunistas⁷. Na campanha presidencial de 1937, mobilização em torno de um pleito que jamais aconteceria, ocorreu um fato risível. Os dois principais candidatos, José Américo e Armando de Salles, se acusaram mutuamente de comunistas, no afã de livrar-se de qualquer suspeita de ligação com a “doutrina maldita”.

Também podemos enquadrar neste gênero de manipulação a prática de utilizar o rótulo comunista com “liberalidade”, aplicando-o a todos indivíduos com inclinações esquerdistas. Durante décadas esta manobra foi comum no Brasil, a tática de nomear como comunistas os anarquistas, os socialistas moderados, os trabalhistas, os nacionalistas radicais, os populistas de esquerda, a esquerda católica e, em determinadas conjunturas, até mesmo os liberais avançados. A aplicação indiscriminada da expressão comunista aos indivíduos pertencentes aos diversos matizes da esquerda, praticada de maneira mais freqüente pelos anticomunistas conservadores e reacionários, tinha como objetivo desacreditar todo e qualquer processo de mudança social. Denunciando à sociedade como comunistas embuçados a todos os esquerdistas, alcançava-se o efeito de lançar desconfiança sobre as propostas reformadoras. Amedrontada pelas sinistras representações do comunismo divulgadas e cristalizadas ao longo do tempo parte da população tendia a encarar com reserva o discurso “progressista”.

Além disso, a tática era útil para os que almejavam criar condições favoráveis à efetivação de intervenções autoritárias na vida política nacional. Para atingir este propósito era interessante criar um ambiente de polarização política, uma impressão de conflito grave e decisivo opondo comunistas a anticomunistas. Evidentemente, a fim de tornar convincente tal construção era imprescindível que os “comunistas” fossem numerosos, de modo a que a sociedade aceitasse como necessário o golpe nas instituições liberal-democráticas.

Não se pode descartar, porém, a possibilidade de que alguns setores anticomunistas acreditassem realmente no suposto vínculo da esquerda moderada com o

⁶ CAMARGO, *Op.cit.*, p.139.

⁷ O Deputado Adalberto Correia, que se tornou célebre após presidir a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. *O Estado de São Paulo*, 17/01/37, p.1. Voltaremos ao tema no próximo capítulo.

comunismo. Quanto mais radicais as posições conservadoras e reacionárias, tanto maior a tendência a execrar qualquer mudança como “coisa de comunista”. E o fato de comunistas e progressistas possuírem determinados valores em comum, por exemplo, entusiasmo pelas propostas nacionalistas e insatisfação com respeito ao predomínio tradicional da Igreja, tornava mais fácil o estabelecimento de uma percepção que fundia num só corpo identidades essencialmente distintas.

Mas, a motivação para rotular um desafeto de comunista não precisava ser necessariamente política. Houve muitos casos em que cidadãos “se tornaram” comunistas devido a querelas de natureza pessoal. Em 1958, o DOPS carioca resolveu depurar os arquivos sobre o PCB, que acumulara desde 1922 fichas referentes a 800.000 comunistas (!). A revisão visava fazer uma triagem para separar os comunistas verdadeiros das pessoas fichadas por falso testemunho. Esperava-se limpar os nomes dos que constavam como comunistas devido a vinganças pessoais e chantagem, registros que aparentemente eram numerosos. Um dos casos que se pretendia corrigir dizia respeito a um guarda-civil, servidor público prejudicado em sua carreira (perdera promoções) por ter ficha de comunista. O homem havia sido denunciado por um policial, seu vizinho, que assim se vingara dele após terem brigado⁸.

Há um outro exemplo interessante de utilização do rótulo comunista como mácula, envolvendo uma disputa entre órgãos da imprensa mineira dos anos 30. Havia na época um diário católico, por sinal muito dedicado ao anticomunismo, que disputava espaço com os veículos dos “Diários Associados” publicados em Belo Horizonte. Não se tratava de mera disputa comercial, pois a maior fonte do ódio devotado pela imprensa católica aos concorrentes provinha de motivações filosóficas. Os editores de *O Diário* não aceitavam o “modernismo” ao estilo Assis Chateaubriand dos adversários, sua pouca preocupação com os valores tradicionais e com os preceitos religiosos. Daí a chamarem os concorrentes de auxiliares dos comunistas foi um passo curto. Na edição de 22 de março de 1936, o jornal católico estampou uma foto de Dario de Almeida Magalhães, editor do *Estado de Minas*, com a seguinte legenda: “Director dos jornaes bolchevizantes

⁸ *Manchete*, 27/12/58, pp.88-91.

da capital”. Poucos dias depois voltou à carga, publicando em boxe a nota: “O ‘Estado de Minas’ e o ‘Diário da Tarde’ fazem uma sorradeira propaganda bolchevista”⁹.

A intenção, claro, era jogar o público leitor contra os jornais adversários, num momento em que a propaganda anticomunista estava no auge. Curiosamente, alguns anos depois o mesmo jornal criticou a manipulação anticomunista operada pelos regimes fascistas, sem se dar conta do paradoxo de sua situação. O pecado, eles só o percebiam nas atitudes dos outros:

Porque o comunismo, em nossa época, não tem sido tratado apenas como ‘inimigo’. As vezes, o comunismo não passa de um pretexto. Um pretexto político. (...) A anterior campanha anti-comunista era um pretexto para a ascensão ao poder¹⁰.

A exploração vantajosa do medo ao “perigo vermelho” também se manifestou nas estratégias adotadas por algumas instituições, que tiraram proveito da postura de combatentes anticomunistas. Um dos exemplos mais candentes é a Ação Integralista, que procurou explorar ao máximo sua condição de adversária dos marxistas. Desde o início de suas atividades, a AIB se caracterizou por enfatizar a propaganda anticomunista. Porém, após os eventos de 1935 a utilização do tema se tornou mais intensa. Tratava-se de aproveitar o estado de espírito dos setores da sociedade aterrorizados pela “Intentona”, colocando a AIB no papel de campeã na luta contra os comunistas.

Acompanhando os principais veículos da imprensa integralista notamos um fenômeno curioso e revelador. Mesmo nos momentos em que o interesse da maioria da imprensa em relação ao assunto diminuía, os jornais integralistas continuaram a dedicar-lhe largos espaços. Detenções realizadas pela polícia envolvendo meia dúzia de revolucionários eram apresentadas de forma sensacionalista, como se grandes tramas acabassem de ser descobertas (“Novo ‘complot’ comunista em S. Paulo”¹¹; “O comunismo prepara nova jornada de sangue”¹²). Numa manobra que demonstra a

⁹ *O Diário*, 22/03/36, p.1 e 31/03/36, p.7, respectivamente.

¹⁰ Trata-se de um editorial (“O inimigo e o pretexto”) bastante interessante. Na verdade, o alvo a criticar era o governo Vargas. Mas, a situação política exigia o tom velado e o estratagema sutil de referir-se à realidade européia. *O Diário*, 29/11/40, p.4.

¹¹ *A Offensiva*, 1/02/36, p.1.

¹² *Acção*, 30/09/37, p.1.

preocupação em manter o tema em destaque nas manchetes, os jornais publicavam notícias “requeentadas”, ou seja, que já tinham saído em edições anteriores¹³.

No decorrer do ano de 1937, a campanha aumentou de tom, em decorrência da disputa pela sucessão presidencial. A AIB tentou a todo custo manter-se em evidência, fosse para concorrer às eleições com Plínio Salgado, fosse para participar com vantagem nas confabulações golpistas então em andamento. Para este efeito, era conveniente convencer a sociedade da gravidade do perigo (“Brasileiros, alerta! Tudo indica iminente golpe do comunismo”¹⁴), mesmo que na ocasião o PCB se encontrasse inteiramente incapaz de representar ameaça. A imprensa integralista empenhou-se em pintar um quadro terrível da situação, apontando que a atividade comunista aumentava e a cada momento o perigo tornava-se maior. Pois se havia um “inimigo” terrível rondando a sociedade, necessário se fazia apoiar a única força capaz de derrotá-lo:

O comunismo é um mal político que só pode ser tratado com um remédio também político. O comunismo é uma mystica que só pode ser efficientemente combatido por uma outra mystica.

Estamos deante de um dilemma: ou temos ou não temos uma idéa para oppôr á idéa dissolvente dos bolchevistas. Si não temos não adeantam as grades da cadea, pois ninguem consegue prender o pensamento.

É por este motivo que fóra do Integralismo não há possibilidade de salvar o paiz da mystica destruidora de Moscou¹⁵.

Plinio Salgado é o candidato do Brasil porque é o maior inimigo, talvez o único inimigo que Moscou respeita, em nossa Patria ameaçada!¹⁶

Quando o governo anunciou a “descoberta” do Plano Cohen, no início de outubro de 1937, os integralistas exultaram de contentamento. Os fatos estariam lhes dando razão, já que vinham denunciando a iminência do “perigo” há meses. Evidentemente, trataram de explorar propagandisticamente a questão, principalmente em proveito da imagem do

¹³ Por exemplo, numa ocasião publicaram matéria sobre um grupo de comunistas presos, acompanhada de fotografias, que já havia saído cerca de um mês antes. *A Offensiva*, 4/09/36, p.10.

¹⁴ *A Offensiva*, 8/06/37, p.1.

¹⁵ Grifos nossos. *Acção*, 8/10/37, p.1. O texto é de Plínio Salgado.

¹⁶ *A Offensiva*, 28/09/37, p.3. A manipulação do perigo vermelho propiciava um recurso adicional aos elementos da AIB, a possibilidade de inibir a ação dos adversários, quaisquer que fossem suas posições políticas, ameaçando-os com a pecha ‘comunista’: “Hostilizar o sigma é fazer em publico profissão de fé comunista”. *A Offensiva*, 5/06/37, p.1.

seu líder (“O Brasil deu razão a Plínio Salgado”¹⁷), que desde agosto vinha falando na existência de uma grande trama comunista em preparação¹⁸. Aqui temos um caso interessante de profecia auto realizada, dado o envolvimento de militantes integralistas na elaboração do Plano Cohen.

Muitos anos após o fechamento da AIB, Plínio Salgado continuou se aproveitando da bandeira do anticomunismo. No contexto da redemocratização de 1945 ele fundou um novo partido, o PRP, através do qual se elegeu várias vezes para o parlamento. A imagem apresentada ao eleitorado afiançava uma continuidade em relação aos velhos compromissos anticomunistas (“Marcando na cedula única o nome do grande brasileiro - Presidente Nacional do PRP - você estará votando no maior líder anticomunista do Brasil”¹⁹). Entretanto, neste momento a postura parecia não passar de retórica eleitoral, uma vez que o PRP se aliou sem constrangimento a candidatos apoiados pelos comunistas, como Juscelino Kubitschek. Talvez seja por esta razão que Salgado não teve papel de relevo nas mobilizações anticomunistas dos anos 50 e 60.

A Igreja católica foi outra instituição a retirar benefícios da luta contra o comunismo. Não se trata, é claro, de negar a sinceridade de seu repúdio às propostas revolucionárias, elemento que de resto também não faltava ao anticomunismo da AIB. Mas há fortes indícios apontando para o caráter providencial, para utilizar linguagem religiosa, da emergência da questão comunista. O aumento do temor ao comunismo, nos anos 30, surgiu num momento em que a Igreja buscava reconquistar espaços perdidos desde o início da República. O advento republicano foi acompanhado de uma reação até certo ponto anticlerical, que implicou na redução do papel social tradicionalmente ocupado pelas instituições católicas. A mobilização anticomunista contribuiu para que tal tendência de declínio fosse revertida.

Apresentando-se como instituição capaz de neutralizar as ações do proselitismo comunista entre o povo, a Igreja credenciava-se a merecer de novo a proteção do Estado,

¹⁷ *A Offensiva*, 3/10/37, p.1.

¹⁸ “O documento apprehendido pelo Estado Maior do Exercito e referente ao plano baixado pelo Komintern para um golpe contra as instituições da República, veio mostrar á Nação que o Integralismo só tinha em vista o bem público quando alertou o paiz, em agosto ultimo, pela voz de Plínio Salgado, denunciando as actividades communistas”. *Acção*, 1/10/37, p.1.

¹⁹ Texto de propaganda eleitoral de Plínio Salgado, candidato a deputado federal em 1962. *O Estado de São Paulo*, 29/09/62, p.6.

ao mesmo tempo em que restabelecia o prestígio perdido junto a parcelas das elites sociais. Numa Carta Pastoral anticomunista publicada no início da década de 30 encontra-se uma passagem interessante, um chamado aos governantes do país. Após descrever os males e riscos associados à doutrina comunista, o Bispo fala da importância do ensino religioso como barreira à “doutrina bárbara”. E adverte: “*Videant consules*, vejam os dirigentes da Nação! A religião é a columna mais forte da ordem e da prosperidade da patria”²⁰. A utilização de tal tipo de argumento tornou-se mais comum depois da Intentona, como no exemplo que segue, excerto do pronunciamento público de um intelectual católico:

“E os governos se convençam de que sem o auxilio da força espiritual da Igreja, mais dia, menos dia, a onda vermelha a todos submergirá. (...) Vigiem, pois, e oremos, para que, na segunda tentativa de revolta comunista, a Igreja esteja, como esteve, erecta e forte, para oppor a barreira de sua doutrina e de sua fé, aos barbaros que vêm do Oriente”²¹.

Note-se a referência a uma futura segunda revolta comunista, apresentada como uma certeza, e não como possibilidade. Era importante afiançar que o perigo maléfico não passara, pois de outro modo os serviços oferecidos pelas “forças do bem” não seriam tão necessários. A existência da “ameaça comunista” não servia somente para cobrar apoio do Estado, mas para atrair de volta ao seio da Igreja as ovelhas desgarradas, ou seja, para chamar à responsabilidade aqueles fiéis afastados da vivência religiosa. Afinal, diziam os propagandistas católicos, a presença de uma comunidade cristã bem estruturada e ciosa quanto à observação das práticas e valores da religião se constituía em barreira formidável ao avanço do comunismo²².

²⁰ BECKER, *Op.cit.*, p.78. Na verdade, esta argumentação vinha sendo usada pelo Vaticano desde o século anterior, quando surgiram as primeiras manifestações tentando convencer os poderes seculares de que o enfraquecimento da Igreja, sob influxo das idéias liberais, fora um erro, pois a religião era a única capaz de derrotar o socialismo. Referindo-se aos chefes de Estado afirmou Leão XIII: “(...) quando reconhecerem que, para afastar esta peste do socialismo, a Igreja possui uma força como nunca tiveram nem as leis humanas, nem as repressões dos magistrados, nem as armas dos soldados, tratarão de restituir logo à Igreja a condição e liberdade tais, que possa exercer esta força tão salutar para o bem comum do toda a sociedade humana”. Leão XIII, *Op.cit.* (1951), p.14.

²¹ *O Diário*, 27/02/37, p.4. Artigo de Oscar Mendes.

²² *O Diário*, 30/06/36, p.4.

A utilização do anticomunismo se prestava também a reforçar outra frente de combate da Igreja, a luta contra a “imoralidade” dos novos tempos. A licenciosidade de costumes, o carnaval, o desregramento da moda, os vícios em geral, eram denunciados pelo discurso religioso como a ponta de lança do trabalho de destruição operado pelos revolucionários. Segundo essa perspectiva, combater o “relaxamento” moral era dever dos partidários da manutenção da ordem, pois estariam lutando contra o próprio comunismo²³.

Pode-se dizer que a ofensiva de “recristianização” operada nos anos 30, marcada pela reintrodução do ensino religioso, aproximação entre Estado e Igreja e crescimento da influência dos valores religiosos entre as elites sociais e intelectuais, deveu parte de seu sucesso à afirmação da instituição católica no papel de guardião da ordem contra o comunismo.

Os grupos ligados ao aparato repressivo do Estado foram responsáveis pela criação de uma modalidade específica de indústria do anticomunismo. Em algumas ocasiões, policiais e militares ligados às atividades de repressão fabricavam “provas” de recrudescimento das atividades comunistas. Procuravam manter o tema em evidência na imprensa e torná-lo alvo de preocupação constante dos governantes, mesmo em momentos de baixa intensidade da atuação comunista. O objetivo almejado era valorizar seu papel no interior do aparelho de Estado e aumentar seu cacife nas disputas internas de poder, ao passo que tentavam convencer a todos da indispensabilidade da sua presença. Frequentemente, tal estratégia visava também angariar vantagens materiais para as pessoas envolvidas e/ou para suas corporações:

Houve companheiros nossos que ‘cobravam’, a título de segurança, favores do empresariado às suas unidades. (...) Instilavam temores de falsa instabilidade, riscos de subversão além dos reais, supostas greves. Enfim, exageravam o quadro e procuravam insinuar que as necessidades da organização militar que comandavam, desde que atendidas, aumentariam sua eficiência”²⁴.

Os integralistas adotaram prática similar, só que lançando mão de um subterfúgio mais ardiloso. Para facilitar a arrecadação de fundos junto a setores arredios do

²³ *O Diário*, 15/06/37, p.4.

²⁴ Depoimento do General Gustavo Moraes Rego Reis In D’ARAUJO, *Op.cit.* (1994), p.49.

empresariado, eles fabricavam evidências do aumento do “perigo comunista”. O estratagema, que apresenta características típicas de extorsão, funcionava da seguinte maneira: protegidos pela escuridão da noite, militantes da AIB cobriam os muros das residências dos empresários de quem se pretendia coletar dinheiro com pichações “comunistas”. Amedrontados com o que tomavam por indícios da proximidade do “perigo vermelho”, tais vítimas ingênuas se mostravam mais receptivas aos pedidos de ajuda financeira para o partido do *sigma*²⁵.

Em meio à documentação da polícia política há o registro de um curioso episódio de exploração do anticomunismo com fins pecuniários, ocorrido no início dos anos 1950. Neste caso, há a peculiaridade de que o dinheiro arrecadado em nome do combate ao comunismo não se destinava a entidades políticas, mas a forrar os bolsos de espertalhões decididos a lucrar com o medo alheio. Uma dupla de falsários, um deles se passando por Major do Exército, estaria se apresentando a empresários como agentes da Cruzada Brasileira Anticomunista. Utilizando-se de credenciais forjadas, tais indivíduos pediam contribuição financeira para a causa e depois desapareciam com o dinheiro. Exemplo claro de extorsão, o golpe rendera Cr\$ 100.000,00 só em Belo Horizonte. A denúncia à polícia foi apresentada pelo chefe da Cruzada, Almirante Carlos Penna Botto, certamente movido pela preocupação de preservar a imagem de sua organização dos prováveis prejuízos que seriam causados se os golpistas continuassem a agir²⁶.

Voltando ao aproveitamento político da indústria do anticomunismo, uma dimensão importante a analisar é a atuação de lideranças políticas que exploravam o tema em busca de notoriedade, popularidade e votos. Sem nenhuma dúvida, havia anticomunistas convictos, indivíduos que realmente acreditavam na existência do perigo e agiam em consonância com esta crença. Podem até ser chamados de tolos ou fanáticos, mas no seu caso não se aplica o adjetivo “manipuladores”. Seu conservadorismo era sincero. Porém, em se tratando do anticomunismo, o oportunismo político foi uma prática bastante corrente.

²⁵ TRINDADE, *Op.cit.*, p. 186 (nota 45).

²⁶ Penna Botto enviou ofício ao Chefe de Polícia de São Paulo, pedindo providências contra os estelionatários, em 11/12/52. DEOPS/SP, Prontuário nº 123665.

Veja-se o caso de Ademar de Barros, líder político de extração populista com atuação em São Paulo. Na primeira vez que se candidatou ao governo de seu Estado, logo após o fim da ditadura *varguista*, estabeleceu aliança pública com o PCB, tendo inclusive aparecido ao lado de Luiz Carlos Prestes em comícios de campanha, fato registrado em diversas fotografias. O sucesso da aliança, consagrado pela vitória nas urnas, levou a que fosse reeditada em outras situações. Uma destas ocasiões se deu no pleito de 1958, quando Ademar disputou novamente o governo de São Paulo com apoio dos comunistas. Desta feita, porém, o resultado foi a derrota, destruindo as expectativas de uma vitória fácil do líder populista. E o mais interessante: o anticomunismo jogou papel significativo no fiasco. Setores anticomunistas, principalmente da Igreja e da imprensa, atacaram violentamente a candidatura Ademar, denunciando seu acordo com o PCB²⁷.

É bem provável que Barros, após refletir sobre as causas da derrota, tenha chegado à conclusão que a mobilização anticomunista pesou no resultado. Tal especulação faz sentido quando observamos seu comportamento posterior. De aliado dos comunistas, Ademar se transforma em seu inimigo feroz. Possivelmente, o faro do político sentiu no ar a chegada de novos tempos, a emergência de uma conjuntura em que o caminho certo para quem almejasse o poder não seria à esquerda. O fato é que na eleição seguinte ao governo estadual, travada em 1962, vamos encontrá-lo brandindo enfaticamente a bandeira anticomunista, como se tivesse nascido enrolado nela (“Ademar de Barros promete lutar contra a comunização do Brasil”²⁸). A vitória colhida na ocasião deve tê-lo convencido do acerto da nova postura diante do comunismo.

Porém, a nova roupagem de Barros reluziu com mais intensidade na crise pré-golpe de 1964. O surgimento, em 1963-64, de poderosa onda anticomunista que arrastou parcelas expressivas da população, especialmente as sempre influentes classes médias, encontrou o político paulista no papel de lutador incansável contra os “vermelhos”. Na sua posição de Governador de São Paulo, ele participou ativamente na mobilização contra Goulart e os “comunistas”.

Logo após o golpe, ele apareceu numa reportagem da revista *Manchete* dedicada ao levante militar de 31 de março. Ademar, apresentado como um dos principais líderes

²⁷ Ver FIG.22.

da “Revolução” surge em destaque numa fotografia onde, ladeado de policiais, mostra documentos e publicações comunistas apreendidas. Em primeiro plano, sobre a mesa, um grande retrato de Stalin, para não deixar dúvidas sobre o conteúdo do material coletado pela polícia. Explicando para o repórter a motivação da “Revolução”, afirmou:

O seu caráter foi aquele da nossa campanha de 1962 (...): caráter ideológico, luta anticomunista. A grande conquista, obtida nesta primeira fase da luta, é a libertação nacional do jugo bolchevista. (...) a bandeira brasileira continuará a ser auriverde e a cruz não será substituída pela foice e o martelo²⁹.

O caso de Ademar de Barros foi observado mais detidamente por representar um exemplo clássico de exploração oportunista do anticomunismo. Mas houve outros políticos que se aproveitaram do tema para alcançar notoriedade e votos. Um dos mais célebres foi Fidélis Amaral Netto, que se projetou para a política através da organização do “Clube da Lanterna”³⁰ e do lançamento do periódico direitista *Maquis*. De jornalista Amaral Netto passou a parlamentar, eleito deputado para a primeira legislatura da Assembléia da Guanabara, em 1960. Carlos Lacerda afirmou em suas memórias que Amaral viveu durante largo tempo da indústria do anticomunismo³¹. E ele devia saber o que estava falando, pois conhecia bem Amaral Netto, de quem tinha sido mentor político. O diretor de *Maquis* deveu sua entrada na carreira parlamentar, em grande medida, à popularidade de Lacerda: Amaral foi eleito deputado sob o abrigo da candidatura vitoriosa do primeiro ao governo da Guanabara. Além de ser beneficiado pelo crescimento do *lacerdismo*, o jornalista pode contar com o espaço de propaganda proporcionado pela revista *Maquis*, que divulgou bastante o nome de seu diretor³².

²⁸ *O Globo*, 15/10/62, p.1

²⁹ *Manchete*, 18/04/64, p.66. A utilização da imagem de Stálin revela o caráter artificial do cenário montado para a fotografia, pois na década de 60 o antigo líder da URSS já havia caído em desgraça e não era mais referência para o PCB.

³⁰ A entidade surgiu na esteira da campanha de Carlos Lacerda contra o governo Vargas, em 1954, mas logo foi fechada pela polícia. Enfatizava a luta contra o legado político de Vargas, mas também batia na tecla anticomunista (distribuía panfletos anti-soviéticos). *Maquis*, nº 14, dez./1956, pp.30 e 31.

³¹ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. p.59.

³² As eleições ocorreram em outubro, mas em janeiro a revista já lançava, com estardalhaço, a candidatura Amaral Netto. *Maquis*, nº 135, jan./1960. A propósito da exploração eleitoral do anticomunismo, este periódico fornece um exemplo curioso. Nas eleições de 1958, após muito empenho em atacar as candidaturas “comunistas”, a revista *Maquis* comemorou, euforicamente, a derrota dos candidatos apoiados pelos seguidores de Prestes. Na edição subsequente à divulgação dos resultados, largo espaço foi dedicado

Alçado à condição de parlamentar, Amaral Netto não abandonou a retórica anticomunista que tinha ajudado a projetá-lo. Ao contrário, sua condição de adversário militante dos “vermelhos” se intensificou na proporção em que, no decorrer do governo Goulart, a radicalização foi se aguçando. Certamente notando a emergência de uma forte onda anticomunista, que por sinal ajudou a criar, o deputado carioca tratou de aproveitá-la. Pode-se perceber o empenho de Amaral através das manchetes de jornais simpatizantes, que reverberaram as ações de sua campanha. Alguns exemplos: “O líder Amaral Netto promete combate sem tréguas ao comunismo”³³; “Amaral Neto enfrenta os comunistas em Recife”³⁴; “Comunistas agridem Amaral Neto provocando conflito na Central”³⁵.

Observe-se que não havia espaço para dúvida ou nuance na identificação dos adversários: todos eram indistintamente comunistas. O contexto no qual surgiu o pronunciamento mencionado na primeira manchete ajuda a elucidar o caráter instrumental da bandeira anticomunista. Atuando como líder do Governador Lacerda na Assembléia Legislativa, Amaral aparentemente facilitara a eleição do deputado comunista Hércules Correia para a Mesa da Casa. A desconcertante postura gerou desagrado nos círculos anticomunistas, provocando a ira do próprio Governador. Na tentativa de apagar a má impressão, Amaral tratou de fazer o pronunciamento referido, para afiançar que seu compromisso com o combate ao comunismo não se arrefecera.

O evento mencionado na última manchete proporcionou ao parlamentar valiosa oportunidade para se apresentar como herói anticomunista. Um comício realizado na Estação Central do Brasil terminou em briga quando os comunistas tentaram impedir o tribuno carioca de falar. A assessoria do deputado divulgou um comunicado à imprensa afirmando que ele ficara ferido na refrega com os comunistas, razão pela qual teria de se

a comentar o insucesso e a fragilidade eleitoral dos comunistas. Mas então, ao que parece notando o risco de estar matando a “galinha dos ovos de ouro”, a revista publicou uma pequena nota em destaque, sem demonstrar qualquer embaraço em relação ao argumento paradoxal: “Prestes está liquidado como grande eleitor. Mas o perigo comunista está maior do que nunca”. *Maquis*, nº 71, out./1958, p.33.

³³ *O Globo*, 14/03/62, p.1.

³⁴ *O Globo*, 24/08/62, p.1.

³⁵ *O Globo*, 26/09/62, p.1.

afastar por alguns dias das atividades públicas³⁶. Agora ele podia brandir um argumento a mais em favor de sua militância, a imagem do sacrifício físico.

Por falar em comícios, Amaral Netto realizou vários entre 1962 e 1964, sempre explorando a temática anticomunista. Em algumas ocasiões, tais eventos foram convocados por jornais de grande circulação, através de notas na forma de boxe. Eis dois exemplos:

Hoje, 20 horas, Laranjeiras
 AMARAL NETTO (proibido em TV)
 mesmo com chuva
 na Praça Ben Gurion
 -em defesa do Governador
 -contra o golpe comunista³⁷.

-Em resposta à provocação nazi-comunista da Central
 -Pela UNIÃO contra o comunismo e seus cunhados
 -Em defesa do CONGRESSO e da FAMÍLIA
 -Porque é inarredável a candidatura AN-GB-65

Comunismo combate-se na rua. Prove que somos maioria. Vá, leve a família e seus amigos.
 Proteste antes que seja tarde³⁸.

Nota-se que há um detalhe importante distinguindo as duas convocações. No primeiro caso, se propõe uma mobilização em torno do Governador Lacerda contra o comunismo. Já no segundo, encontramos Amaral Netto em franca campanha para concorrer ao governo da Guanabara (AN-GB-65). Ele tenta tirar proveito do clima de agitação anticomunista contra o governo Goulart, que naquele momento estava no auge (março de 1964), colocando-se na posição de defensor das instituições democráticas e da família. De certo, esperava que o crescente pavor ao comunismo demonstrado por segmentos expressivos da sociedade o catapultasse para o centro do cenário político, pavimentando seu caminho em direção ao poder.

Não é possível falar de Amaral Netto e omitir o papel desempenhado por Carlos Lacerda, sob cuja liderança vicejou aquele e outros tribunos anticomunistas. Abordar o caso de Lacerda numa discussão sobre a exploração política oportunista do

³⁶ *Jornal do Brasil*, 29/09/62, p.3

³⁷ *O Globo*, 4/10/63, p.1.

³⁸ *O Globo*, 17/03/64, p.7. Neste caso o comício se daria no Largo do Machado, também às 20 horas.

anticomunismo é problema delicado. Sua polêmica personalidade durante muito tempo esteve envolvida pelo véu de violentas paixões políticas, não se prestando facilmente a análises equilibradas. No que toca ao anticomunismo, é tarefa difícil distinguir até que ponto manipulação e convicção prevaleceram uma sobre a outra, ou se combinaram.

A se acreditar em suas memórias, ele pertenceria ao setor “ilustrado” ou “reformador” do anticomunismo, que lutava contra os “homens de Moscou” mas não defendia idéias conservadoras. Lacerda referiu-se ironicamente aos membros da alta sociedade (“aqueles senhores do Jockey Club”³⁹). Apoiavam-no por verem nele um líder talhado para derrotar os comunistas, mas, seriam incapazes de perceber seu objetivo real. Segundo Lacerda, ele lutava de fato contra os comunistas, mas não pela manutenção do *status quo*. Seu anticomunismo não seria reacionário, como muitos erroneamente acreditaram⁴⁰. Daí suas rugas com Amaral Netto, que em sua opinião se aproveitara da popularidade dele, Lacerda, para se projetar como líder. Amaral teria usado seu nome, sem consultá-lo, para lançar o “Clube da Lanterna”, uma organização “fascistóide”. Ainda segundo Lacerda, elementos deste tipo se aproximaram devido a sua liderança no campo anticomunista, mas isto não apagaria as diferenças que os separavam⁴¹.

Em que pese a complexidade da personalidade política de Lacerda, não há como negar que sua militância contra o comunismo também teve caráter instrumental. Neste sentido, as críticas feitas a Amaral Netto, acusado de industrial do anticomunismo, soam falsas, como se ele próprio não tivesse retirado dividendos políticos do mesmo negócio. Desde o início da carreira política, como deputado federal, Lacerda se destacou por desferir ataques vigorosos contra as atividades dos comunistas no Brasil. Da tribuna da Câmara dos Deputados denunciou as supostas intenções imperialistas dos soviéticos em relação ao Brasil; criticou a nomeação de militares “comunistas” para comandos importantes do

³⁹ LACERDA, *Op.cit.* (1978), p.59. Não é uma biografia no sentido clássico, mas um depoimento coletado a partir de uma entrevista a um grupo de jornalistas.

⁴⁰ “Houve muita gente que - tanto de um lado como de outro, dos dois lados - não compreendeu por que tomei uma posição decididamente anticomunista, da qual não me arrependo um minuto e que voltarei a tomar toda vez que for necessário. Muitos confundiram minha posição com o reacionarismo, enquanto que outros acharam ótimo eu ser reacionário. Acho que ambos se enganaram”. LACERDA, *Op.cit.* (1978), p.224.

⁴¹ LACERDA, *Op.cit.* (1978), pp.58 e 59. Amaral teria sido integralista, enquanto a iniciação política de Carlos Lacerda, ao contrário, se dera no próprio Partido Comunista. Por sinal, a forma como se deu o

Exército; atacou a proposta de reatamento de relações comerciais com a URSS; e acusou autoridades do governo Kubitschek de facilitarem a infiltração comunista⁴².

Mas foi a partir da campanha para o governo da Guanabara, em 1960, que ele assumiu com ênfase o papel de cruzado anticomunista. É verdade que a hostilidade da esquerda à candidatura, manifestada através de tumultos provocados em algumas atividades públicas do “corvo” (como passaram a chamá-lo os adversários), alimentou sua indisposição contra os comunistas. Mas, parece claro que os seguidores de Lacerda tiraram proveito da situação, pois trataram de apresentá-lo como o inimigo maior e alvo principal dos comunistas. Ao invés de tentar amainar as tensões eles jogaram “água na fervura”, provocando a esquerda e procurando galvanizar o apoio do eleitorado conservador.

A retórica anticomunista não arrefeceu com a vitória. Após a divulgação dos resultados, a revista *Maquis* trouxe estampada na capa a seguinte manchete: “Lacerda venceu o comunismo internacional”⁴³. No momento da posse no novo cargo, Lacerda fez uma declaração bombástica à imprensa, num tom entre triunfalista e ameaçador: “Guanabara não tolerará nem comunismo de assassinatos nem comunismo de nacionalismo”⁴⁴.

O estilo agressivo do Governador tornava-o ainda mais odiado pela esquerda, que o atacou sem trégua durante toda a gestão. Os setores *lacerdistas*, por seu turno, encontraram na oposição esquerdista uma conveniente justificativa para as dificuldades enfrentadas na gestão da máquina estadual. Os comunistas foram acusados de sabotar os planos do novo governo, cujo sucesso pretendiam impedir a todo custo. Eles seriam responsáveis por tentativas de derrubar o Governador (“Plano vermelho é êste: tirar Lacerda do govêrno”⁴⁵) e estariam por trás de manobras visando jogar o Poder Judiciário

afastamento de Lacerda do PCB alimentou sua animosidade contra os comunistas. Ele teria sido expulso (1939) e em seguida caluniado publicamente pelo partido.

⁴² LACERDA, Carlos. *Discursos parlamentares*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. Pp. 167, 169, 280 e 499. Os discursos foram proferidos entre 1957 e 1959.

⁴³ *Maquis*, nº175, out./1960, capa.

⁴⁴ *Maquis*, nº 183, dez./1960, p.18

⁴⁵ *Maquis*, nº 238, jan./1962, capa.

contra o governo (“Lacerda diz que Juiz Osni é instrumento de manobra dos comunistas”⁴⁶).

Além disso, o “perigo vermelho” foi usado para inibir críticas à gestão financeira do Estado. Colocar em dúvida a lisura administrativa do governo Lacerda seria colaborar com os planos comunistas: “O deputado pessedista Augusto do Amaral Peixoto adverte: rejeitar as contas de Lacerda é dar o primeiro passo para pôr a Nação sob o domínio comunista”⁴⁷. Também se podia jogar nas costas dos “vermelhos” a responsabilidade pelos insucessos políticos do Governador. Em 1962, realizaram-se eleições para Vice-Governador da Guanabara. Lacerda, por razões óbvias, tinha muito interesse em eleger um aliado para o cargo e com este intuito lançou a candidatura de Lopo Coelho. Derrotado pelo candidato das esquerdas, Eloy Dutra, ele não hesitou em encontrar os culpados do resultado adverso: “Lacerda ao embarcar: traição e comunismo derrotaram Lopo”⁴⁸. Enfim, o comunismo se prestava bem ao papel de “bode expiatório” do governo.

No plano nacional, Lacerda buscou preencher espaço político semelhante ao que ocupava no Rio de Janeiro. Ele desempenhou papel destacado na oposição ao Presidente Goulart, procurando chamar para si não só a função de principal opositor do governo federal, mas também de adversário maior da conspiração comunista supostamente em curso. Durante o período 1961/64, a estratégia de Lacerda foi galvanizar a atenção do público através da mídia, efeito que era atingido com a criação de fatos políticos e declarações bombásticas à imprensa. Acompanhando os principais jornais da época, notadamente os mais conservadores, pode-se encontrar dezenas de manchetes alusivas ao empenho anticomunista do Governador carioca. Alguns exemplos: “Lacerda: a Petrobrás foi assaltada pelos comunistas”⁴⁹; “Lacerda proíbe o Congresso pró-Cuba”⁵⁰; “Lacerda: comunistas já têm cabeça de ponte no País”⁵¹; “Lacerda em Curitiba: quer-se a desordem

⁴⁶ *Jornal do Brasil*, 21/07/61, p.1.

⁴⁷ *O Globo*, 12/11/63, p.1.

⁴⁸ *Correio da Manhã*, 11/10/62, p.3.

⁴⁹ *O Estado de São Paulo*, 12/12/62, p.5.

⁵⁰ O ato do Governador proibindo a realização, na Guanabara, de um Congresso de Solidariedade a Cuba causou grande celeuma à época. Acirrou a luta da esquerda contra o “corvo”, ao mesmo tempo em que mantinha seu nome em evidência na mídia. *O Globo*, 26/03/63, p.1.

⁵¹ *O Estado de São Paulo*, 15/12/63, p.5.

para se chegar a implantar o comunismo”⁵²; “Lacerda denuncia trama comunista”⁵³; “Diz Lacerda em Pôrto Alegre: ou salvamos o Brasil agora do avanço do comunismo ou não teremos eleições em 1965”⁵⁴.

A última manchete faz menção ao fator que, provavelmente, explica grande parte do furor anticomunista do político carioca: o pleito presidencial, previsto para 1965. A estratégia de Lacerda de ocupação da mídia, ornamentado com uma imagem de combatente destemido dos comunistas, o credenciava a atrair votos dos setores da população amedrontados pelo crescimento da presença da esquerda no cenário político. Neste campo, Lacerda disputava espaço com o Governador de São Paulo, Ademar de Barros, igualmente empenhado em explorar recursos de mídia para se mostrar ao público como lutador anticomunista. Mas, nesta disputa, o líder carioca parecia levar nítida vantagem, o que se devia, talvez, ao fato de ser mais jovem e menos desgastado que Ademar, ou quem sabe pelo fato do discurso anticomunista em sua boca parecer mais autêntico. De qualquer modo, os dois acabaram se dando mal. A onda anticomunista que ajudaram a criar terminou por se voltar contra ambos, pois o regime militar egresso da agitação antiGoulart cancelou a eleição presidencial pela qual tanto ansiavam.

Os três líderes abordados (Amaral, Barros e Lacerda) compõem apenas uma pequena amostragem do fenômeno. Dezenas de políticos brasileiros utilizaram o discurso anticomunista em suas carreiras, compondo um universo muito extenso para ser tratado em detalhe aqui. Optou-se por analisar casos e situações que pudessem fornecer um quadro representativo do conjunto. Deve-se ter o cuidado de evitar generalizações abusivas, que implicariam em considerar a totalidade dos políticos anticomunistas meros manipuladores. A ressalva feita para Lacerda se aplica também a outros personagens: nem sempre é fácil distinguir na atuação de tais lideranças os elementos manipuladores, portanto típicos à industrialização referida, da motivação propriamente ideológica. Dizendo de outro modo, é complicado saber até que ponto estes líderes agiam por convicção ou simplesmente exploravam politicamente o anticomunismo.

⁵² *O Globo*, 29/04/63, p.5.

⁵³ *O Estado de São Paulo*, 26/03/64, p.5.

⁵⁴ *O Globo*, 22/07/63, p.1.

Esta reflexão faz lembrar o caráter complexo da manifestação anticomunista e a cautela que se deve observar no intuito de empreender uma interpretação acurada do fenômeno. Parte da bibliografia a abordar o tema tende a reduzir o anticomunismo à sua expressão oportunista. De fato, houve mistificação do “perigo comunista”, muitas vezes apresentado de maneira exagerada e claramente manipuladora, como já foi apontado. Entretanto, parece-nos insuficiente caracterizar os anticomunistas brasileiros como sendo compostos, de um lado, por líderes oportunistas e, de outro, por uma massa de tolos ou fanáticos que se deixaram enganar pelas artimanhas dos primeiros. O comunismo não se resumia a um fantasma criado e manipulado por alguns “espertalhões” interessados em conduzir uma massa ingênua. O “perigo” tinha algo de real e, certamente, o medo a ele era concreto.

Muitas vezes, prevalece uma visão simplista sobre os anticomunistas, que tende a uniformizá-los, como se eles compusessem um só bloco. Pouca atenção tem sido prestada a suas motivações diferenciadas, que em muitos casos revelam uma repulsa convicta e coerente ao comunismo. Veja-se o caso dos católicos fiéis. É natural e compreensível que pessoas cuja formação espiritual e moral tenha sido estruturada com base no catolicismo enxergassem no comunismo um inimigo. Os comunistas de fato pretendiam destruir a Igreja e atacar seus valores essenciais, substituindo-os por uma moral comunista ou “proletária”. Embora em algumas conjunturas os PCs tenham estabelecido políticas de “mão estendida” na direção dos católicos, a realidade de perseguição aos religiosos e fiéis nos países sob governo comunista não era de molde a inspirar confiança nos seguidores da Igreja romana⁵⁵. O mesmo raciocínio pode ser feito para os liberais - o comunismo realmente significava o fim da propriedade privada e a implantação de ditaduras políticas - e para os nacionalistas - o Partido Comunista era efetivamente subserviente em relação à União Soviética, de onde provinham orientação ideológica e parte dos recursos necessários para suas atividades, e sua eventual vitória poderia implicar no alinhamento internacional do Brasil com o “país dos soviets”.

Os diversos grupos anticomunistas tinham razões para recusar o modelo soviético, cuja eventual implantação no Brasil temiam sinceramente. O medo demonstrado nas

conjunturas de mobilização anticomunista, se de um lado possuía uma faceta de exploração oportunista, de outro revelava a existência de um temor efetivo. Nos momentos em que emergiu o “grande medo”, nem todos os atores anticomunistas estavam dissimulando, mesmo porque em tais quadras a influência do PC mostrava-se significativa. Por sinal, com uma certa frequência desferiam ataques contra os que desdenhavam ou ironizavam o “perigo comunista”. Para os anticomunistas militantes, tolos eram os que duvidavam do perigo: “É ingenuidade não acreditar no perigo comunista”⁵⁶.

Após os acontecimentos de novembro de 1935, ocorreu uma reação interessante entre alguns propagandistas. Houve quem exultasse de satisfação, pois o levante seria a confirmação de que suas advertências sobre a “ameaça comunista” estavam corretas, enquanto caíam em descrédito as opiniões que minimizavam a importância do “problema comunista”. Em editorial inflamado, certo jornal católico resolveu tripudiar sobre os céticos: os fatos teriam mostrado o acerto das previsões anticomunistas e revelado quão beócios eram os que duvidavam da existência do perigo⁵⁷. Houve também quem ironizasse os setores da opinião nacional pouco receptivos às denúncias dos anticomunistas. Um periódico conservador, que circulava nos anos 50 e 60, criou uma “comenda” para agradecer as personalidades públicas reticentes em relação aos argumentos do anticomunismo, a “Ordem da Avestruz”. Foram “premiados”, entre outros, Juscelino Kubistchek e João Goulart⁵⁸.

Portanto, o temor de muitos agentes sociais ao comunismo era sincero, e não instrumental. Mas teria fundamento tal medo? Qual o “grau de periculosidade” efetivamente apresentado pelos comunistas, em outras palavras, em que medida sua atuação representou ameaça real à ordem social dominante? Estes questionamentos só podem ser analisados no cotejamento com a dinâmica histórica, observando as conjunturas específicas em que se defrontaram os atores políticos envolvidos. É o que

⁵⁵ Tampouco a qualquer outra religião. Sobre a perseguição religiosa nos países comunistas ver GALTER, *Op.cit.* e CURTISS, *Op.cit.*

⁵⁶ Transcrição de discurso radiofônico de D. Jaime Câmara, Cardeal do Rio de Janeiro. *O Globo*, 15/02/64, p.1.

⁵⁷ *O Diário*, 26/11/35, p.2.

⁵⁸ *Por Um Mundo Melhor*, nº 101, maio/1966, p.7.

tentaremos fazer nos dois próximos capítulos, onde serão abordadas as maiores erupções do anticomunismo brasileiro. A análise procurará mostrar como surgiram as respectivas ondas anticomunistas, a forma como as crises políticas decorrentes caminharam, ou foram encaminhadas para rumos autoritários e o papel efetivamente desempenhado pelos comunistas nos contextos referidos. A partir da observação dos processos históricos específicos será possível aquilatar melhor o modo como se relacionaram e combinaram as diferentes dimensões assumidas pela “ameaça comunista”, que teve caracteres de perigo inventado, perigo imaginado e “perigo” real.

Capítulo 7

A PRIMEIRA GRANDE “ONDA” ANTICOMUNISTA: 1935/37

No que concerne à percepção conservadora acerca do comunismo como ameaça à ordem social, a Revolução de 1930 representou um marco. O quadro político instalado após aquele evento implicou na intensificação das manifestações anticomunistas, como já se analisou em passagem anterior¹.

Mas a temperatura política começou a subir de forma mais séria a partir de 1934, com o crescimento das atividades de grupos situados à esquerda e à direita do espectro político. A polarização mundial opondo fascismo a comunismo e o retorno à normalidade institucional, propiciado pela promulgação da nova Constituição, estimularam o aumento da militância política radical, para não falar no desgaste do Governo Vargas², que já ocupava o poder havia quatro anos. A instabilidade também era alimentada por interesses regionalistas, que pressionavam o poder central (significativamente, não se conseguiu estruturar um sistema partidário nacional) e por conspirações emanadas da esfera militar.

¹ Ver capítulo 1, pp. 26-28.

² Cf. PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35). Petrópolis: Vozes, 1997. pp.25-33.

O crescimento da influência comunista se fez sentir através da eclosão de uma série de greves, que afetaram as principais capitais brasileiras. De abril a dezembro de 1934, diversas categorias de trabalhadores cruzaram os braços, entre elas: ferroviários, marítimos, telegrafistas, bancários, padeiros, funcionários de cartórios, trabalhadores em transportes, funcionários dos correios e eletricitários. O recrudescimento dos movimentos paredistas trouxe grande preocupação aos dirigentes do país, como pode ser observado nos registros deixados por Vargas em seus diários. Vivamente impressionado pelos indícios de que as greves eram dirigidas por comunistas, o Presidente realizou algumas reuniões com auxiliares próximos para tratar do assunto³. O governo estava igualmente preocupado com informações dando conta do aumento da presença comunista nas Forças Armadas, notadamente no Exército.

Ainda em 1934, os militantes do PCB engajaram-se em outra forma de atividade que contribuiu para aumentar sua visibilidade política, a luta antifascista. Principalmente no segundo semestre daquele ano, os comunistas dedicaram-se a organizar entidades e eventos antifascistas, para tanto procurando atrair a cooperação de outros segmentos da esquerda. Um dos momentos mais célebres desta ofensiva ocorreu a 23 de agosto, com a realização do “1º Congresso Nacional Contra a Guerra, a Reação e o Fascismo”. O evento, promovido nas dependências do Teatro São Caetano, Rio de Janeiro, terminou em violência policial, contabilizando-se 4 mortos e dezenas de feridos⁴. Preocupada com o crescimento do fascismo, cujo representante maior no Brasil, a Ação Integralista, encontrava-se em fase de franca expansão, a esquerda procurava superar velhas arestas e se unir. Movidos pela ojeriza a um inimigo comum, os socialistas moderados, anarquistas e trotskistas se acercaram do PCB, que ocupava naquele momento o papel de principal força esquerdista.

Curiosamente, se a AIB tirou proveito do anticomunismo, ganhando adeptos à base de seu empenho em combater os comunistas, o Partido Comunista se beneficiou do antifascismo, transformando-se em pólo de atração para os adversários do integralismo. A aguda polarização ocorrida na década de 1930 interessava às forças postadas nos

³ Ver VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. Rio de Janeiro: FGV, 1995. Volume I. pp. 283, 288, 305, 306, 321 e 347.

⁴ Sobre o movimento antifascista nesta conjuntura ver PRESTES, Anita. *Op.cit.*, pp.54-62.

extremos do espectro político, que se viam transformadas em centros de aglutinação. O crescimento de um grupo implicou no fortalecimento do outro e, assim, comunistas e integralistas viram suas organizações aumentarem, ao mesmo tempo em que se engalfinhavam.

No final de 1934, a tensão política entre os dois grupos tornou-se muito forte, dando origem a conflitos de rua e tiroteios. O incidente mais grave ocorreu na capital paulista, a 8 de outubro. A Praça da Sé, local escolhido para realização de uma concentração integralista foi palco de cenas de grande violência. Ao que parece, as autoridades municipais teriam se recusado a autorizar uma manifestação esquerdista, programada para a mesma data e local. Enfurecidos, os “comunistas” atacaram a tiros os militantes integralistas que se dirigiam para a Praça e várias pessoas morreram no combate que se seguiu⁵. Novos embates violentos tiveram lugar nos meses seguintes, geralmente resultando em mortos e feridos, de ambos os lados.

A radicalização dos “extremistas”, uma expressão que entrou em voga à época e, dependendo do contexto, podia significar somente comunismo ou os dois extremos (comunismo e integralismo) ao mesmo tempo, levou o Estado a considerar necessário editar uma legislação específica para a defesa da ordem, a Lei de Segurança Nacional (LSN)⁶. Na verdade, ainda que alguns círculos governamentais encarassem com desconfiança os seguidores de Plínio Salgado, o objetivo principal era restringir a ação do Partido Comunista. Durante a tramitação no Congresso parlamentares de oposição procuraram dar um enfoque equânime à lei, emendando-a de forma a atingir também a AIB⁷.

O novo instrumento repressivo legal se tornou útil ao governo em pouco tempo, a partir do momento em que a esquerda aumentou sua presença no cenário político, com a

⁵ Segundo números oficiais, a “Batalha da Sé” resultou em 5 mortos e vários feridos. *Estado de Minas*, 09/10/34, p.1.

⁶ Estudos preparatórios à elaboração da lei começaram ainda em outubro de 1934. A proposta governamental foi enviada ao Congresso em janeiro de 1935 e a redação final foi aprovada pelos parlamentares no final de março. A sanção presidencial se deu a 4/04/35. *O Diário*, 5/04/35, p.2.

⁷ Um registro nos diários de Vargas, feito a 28/03/35, é revelador no que tange à postura do governo em relação à AIB: “Passou a Lei de Segurança. Enxertaram nela uma disposição contra o integralismo. Estou em dúvida se sanciono ou veto este dispositivo. O integralismo é uma forma orgânica de governo e uma propaganda útil no sentido de disciplinar a opinião. Contudo, não confio muito nos seus dirigentes, nem eles têm procurado se aproximar do governo de modo a inspirar confiança”. VARGAS, *Op.cit.*, p.373.

criação da Ação Nacional Libertadora (ANL), no início de 1935. A entidade era um desdobramento das ações antifascistas empreendidas no segundo semestre do ano anterior, que reuniram comunistas e esquerdistas de diversos matizes. Aliás, a tramitação da LSN serviu de estímulo à estruturação da nova entidade. As primeiras atividades da ANL (janeiro de 1935) foram de protesto contra a “Lei Monstro” acusada de, sob inspiração do capitalismo estrangeiro, destruir as liberdades populares. Mas, somente em março se deu o lançamento oficial da Aliança.

A frente política reunida em torno da ANL tinha como fundamentos ideológicos, além do antifascismo, a bandeira antiimperialista e antifeudal. Embora haja controvérsias sobre o papel desempenhado pelos comunistas na fundação da ANL, pouco se questiona o papel dirigente assumido pelo Partido Comunista na condução das atividades da frente *aliancista*. Além de exercer forte influência sobre as posições ideológicas da entidade, em pouco tempo o partido passou a ditar sua orientação política. O predomínio dos comunistas é explicável em grande parte pelo prestígio de Luiz Carlos Prestes, aclamado como Presidente de Honra da ANL. Por outro lado, eles compunham o grupo organizado mais numeroso e disciplinado a atuar no interior da frente.

Os setores anticomunistas, por seu turno, nunca demonstraram dúvida quanto à presença dos “vermelhos” na Aliança Nacional Libertadora. Desde o início, denunciaram a influência do comunismo sobre a ANL (“A Aliança Nacional Libertadora, nome com que aparece no cartaz da política nacional o partido comunista ...”⁸), identificado principalmente na pessoa de Luiz Carlos Prestes⁹. Os próprios comunistas forneceram argumentos de peso para os adversários. Discursos proferidos no decorrer dos trabalhos do VII Congresso do *Komintern*, realizado em julho de 1935, fizeram referência ao papel desempenhado pelo PCB na constituição da ANL. O dirigente comunista chinês Van Min chegou a falar que “Essa aliança foi criada sob a orientação secreta, mas direta do Partido Comunista Brasileiro (...)”¹⁰. Poucos dias após o conclave da Internacional Comunista, a

⁸ *O Diário*, 7/02/35, p.2. Uma edição posterior deste mesmo jornal ironizou a existência de vínculos entre ANL e PCB. Em editorial com o curioso título “Chapelinho vermelho e o lobo”, critica-se o caráter disfarçado da atuação comunista no interior da ANL, que seria semelhante ao lobo da história infantil. Ao final, uma advertência: “Chapeuzinho já não é tão ingênua, seu lobo ...”. *O Diário*, 30/06/35, p.2.

⁹ Ver, por exemplo, a matéria “Trechos de ouro da carta de Luiz Carlos Prestes à Aliança Nacional Libertadora”. *A Offensiva*, 18/05/35, p.1.

¹⁰ *Apud* SILVA, *Op.cit.* (1969), p.117.

polícia brasileira divulgou, através da imprensa, as menções à ANL feitas durante o evento, principalmente num discurso do líder comunista búlgaro G. Dimitrov.

Desta maneira, foram se acumulando argumentos apontando para o caráter “subversivo” da entidade, o que tornou mais fácil o processo de torná-la ilegal. A ocasião se apresentou quando foi divulgado um manifesto assinado por Luiz Carlos Prestes, a 5 de julho de 1935, data simbólica por evocar as revoltas tenentistas de 1922 e 1924. Naquele documento, que se tornaria célebre, o líder comunista pinta um quadro grave da situação nacional, vislumbrando uma polarização política radical. Conclama o povo oprimido a se mobilizar contra o fascismo e o imperialismo, alinhando-se ao lado dos que se propunham a libertar a nação. Usando expressões fortes e imagens superlativas, Prestes praticamente propõe a derrubada do governo:

O duelo está travado. Os dois campos definem-se cada vez com maior clareza para as massas. De um lado, os que querem consolidar no Brasil a mais brutal ditadura fascista, liquidar os últimos direitos democráticos de nosso povo e acabar a venda e a escravização do País ao capital estrangeiro. Dêste lado – o integralismo, como brigada de choque terrorista da reação. De outro, todos os que, nas fileiras da Aliança Nacional Libertadora, querem defender de tôdas as maneiras a liberdade nacional do Brasil, pão, terra e liberdade para o seu povo.

(...)

A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se ativamente para o momento do assalto. A idéia do assalto amadurece na consciência das grandes massas. Cabe aos chefes organizá-las e dirigi-las.

(...)

Brasileiros!

Todos vós que estais unidos pelo sofrimento e pela humilhação em todo o Brasil! Organizai vosso ódio contra os dominadores, transformando-o na força irresistível e invencível da Revolução Brasileira! Vós que nada tendes para perder e a riqueza imensa de todo o Brasil a ganhar! Arrancai o Brasil das garras do imperialismo e de seus lacaios! Todos à luta pela libertação nacional do Brasil!

Abaixo o fascismo!

Abaixo o governo odioso de Vargas!

Por um governo popular nacional revolucionário!

Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!”¹¹

O texto, que foi lido na íntegra durante encontro realizado na sede da Aliança, permitiu ao governo acionar a Lei de Segurança contra a entidade¹². A ANL foi declarada

¹¹ *Apud* SILVA, *Op.cit.* (1969), p.188.

¹² O caráter provocativo do manifesto levou alguns autores à suposição de que o objetivo da liderança comunista era exatamente obter o fechamento da ANL. Seria uma estratégia para acirrar os ânimos e provocar o clima de radicalização necessário à realização de um levante. A este respeito, ver WAACK, *Op.cit.*, pp.158 e 159.

ilegal a 12 de julho, seguindo-se o imediato fechamento de todas suas representações e escritórios. O ato de força do governo foi precedido de uma ofensiva de “esclarecimento” empreendida pelas autoridades policiais. A Polícia do Distrito Federal distribuiu à imprensa informações sobre os “planos comunistas”, enquanto o Chefe Filinto Müller completava o trabalho dando entrevistas aos jornais de maior circulação sobre o “perigo” decorrente das atividades políticas da ANL¹³. A grande imprensa acolheu o fechamento da Aliança com simpatia e, em alguns casos demonstrou alívio. O poderoso proprietário da rede dos “Diários Associados” aplaudiu a ação do governo, dedicando-lhe um editorial de título “Golpe certo”¹⁴.

A repressão estatal desencadeada contra a ANL não decorria apenas do propalado temor ao comunismo. O problema era que, além de possuir vínculos com os comunistas, a entidade vinha apresentando grande vitalidade. No curto espaço de tempo decorrente entre o lançamento oficial, em março, e o início de julho, a ANL experimentou um crescimento considerável, encontrando adesões principalmente nos maiores centros urbanos. No momento em que foi fechada, a organização possuía 1.500 núcleos estruturados Brasil afora, com mais de uma centena de milhar de aderentes. Somente na Capital Federal, consta que havia aproximadamente 50.000 *aliancistas*. A receptividade ao programa da frente mostrava-se maior entre militares, estudantes, intelectuais e trabalhadores¹⁵. A capacidade demonstrada pela ANL de crescer e empolgar segmentos importantes da sociedade provocava ansiedade nos setores conservadores. Temia-se o potencial disruptivo encerrado na atuação da organização, ainda que o programa oficial pouco tivesse a haver com comunismo, restringindo-se a combater fascismo, imperialismo e latifúndio. Num país praticamente sem tradição de participação política popular, qualquer tentativa de mobilizar os “de baixo” provocava tremores nas elites.

No entanto, para além da secular prevenção devotada por Estado e elites contra os movimentos de feição popular, duas características da ANL a tornavam mais ameaçadora. Primeiro, o fato de ter empolgado parcelas expressivas das Forças Armadas, atraídas principalmente pelo carisma do (ex) Capitão Prestes. A adesão de muitos oficiais e praças

¹³ Ver, por exemplo, *Jornal do Brasil* (12/07/35, p.7) e *O Jornal* (12/07/35, p.1).

¹⁴ *O Jornal*, 13/07/35, p.2.

¹⁵ VIANNA, *Op.cit.*, pp.124 e 125.

tornava sério o risco de uma sublevação militar inspirada na pregação *aliancista*, coisa que acabou por acontecer. Segundo, as autoridades tinham motivos para acreditar que o Partido Comunista comandava secretamente a ANL, usando-a como fachada para encobrir sua ação e atrair aliados na esquerda. A propaganda conservadora certamente exagerou no tom anticomunista, apresentando a frente como mero apêndice do PCB e omitindo o papel dos militantes de orientação ideológica diversa. Mas, o fato de haver manipulação não implica em que tivessem simplesmente inventado a presença comunista na ANL, ou que o temor a ela fosse inexistente. O medo de que a entidade servisse de instrumento para o comunismo era verdadeiro, embora se exagerasse propositalmente na avaliação do risco, visando facilitar a aceitação popular das medidas de repressão.

Após o fechamento da ANL, a mobilização anticomunista pareceu ter arrefecido, a julgar pelo pouco interesse demonstrado pela grande imprensa em relação ao tema a partir de julho. Apenas os jornais ligados a setores anticomunistas militantes, notadamente católicos e integralistas, mantiveram a ênfase no combate aos revolucionários. Quanto ao Estado, embora o assunto tenha aparentemente deixado de ser prioridade, o mais provável é que as autoridades tenham optado por monitorar as atividades dos revolucionários e esperar para ver até onde iam seus planos. Além de documentos apreendidos pela polícia brasileira e do trabalho dos informantes, dando conta da existência de um plano revolucionário comunista em marcha, o governo contava com informes repassados por serviços de informação estrangeiros. Vargas recebeu, em fins de junho, a visita do Embaixador britânico, que o avisou sobre o aumento da atividade da Internacional Comunista no Brasil. Segundo o diplomata inglês, Prestes já se encontrava no Brasil, acompanhado por um grupo de agentes soviéticos¹⁶. Embora o governo estivesse informado sobre a preparação de um levante revolucionário, e por conseqüência se mantivesse atento, provavelmente não contava com dados detalhados. É o que se depreende da análise da dinâmica dos acontecimentos, como se verá adiante.

¹⁶ VARGAS, *Op.cit.*, p.397.

O LEVANTE

O objetivo da tese não é analisar a tentativa revolucionária de 1935 e sim a onda anticomunista que ela provocou. Entretanto, é difícil falar dos desdobramentos do evento sem mencioná-lo de alguma forma, ainda que ligeira e sinteticamente. Mesmo porque a proposta não é estudar as representações anticomunistas de forma isolada, mas cotejá-las com a “realidade” histórica, ou seja, com a interpretação dos acontecimentos que as fontes permitem fazer e supor como mais próximas da verdade¹⁷.

Por outro lado, uma das metas é avaliar se tinham fundamento as denúncias sobre o “perigo comunista” e, para tanto, é preciso dirigir um breve olhar para a tentativa dos revolucionários de tomar o poder. Ressalte-se, não se pretendeu apresentar uma narrativa completa da insurreição. Abordaram-se apenas os aspectos necessários ao desenvolvimento dos argumentos da tese¹⁸.

Em que pese ter contado com apoio de elementos civis, a insurreição de 1935 foi um ato basicamente militar, uma “quartelada” na expressão de observadores mais críticos. Tal característica se deveu, em grande medida, à influência de Luiz Carlos Prestes, cuja adesão ao comunismo abriu para o partido um grande espaço de atuação nas FFAA. Mas, não foi somente o prestígio do antigo comandante da “Coluna Invicta” que atraiu os militares para as posições esquerdistas, outros fatores devem ser considerados. Havia a tradição *tenentista* da jovem oficialidade, o elã rebelde e reformador que inspirara as rebeliões de 1922, 1924 e 1930. Os elementos que aderiram ao PCB e/ou à ANL em meados dos anos 1930 representavam, em grande medida, uma continuação do *tenentismo* da década anterior¹⁹. É bem verdade que se tratava de uma versão particularmente radical do legado dos “tenentes”, mas ainda assim os vínculos estavam

¹⁷ Não se trata de acreditar, ingenuamente, na objetividade do conhecimento, ou na possibilidade de chegar à verdade absoluta. Bem sabemos que, no fundo, tudo o que temos são representações sobre os acontecimentos, mesmo quando nos esforçamos em aplicar um “olhar” científico. Entretanto, consideramos que adotar o relativismo é um equívoco. Os instrumentos de que dispõe o historiador possibilitam realizar análises relativamente acuradas, em outras palavras, construir representações mais ou menos verossímeis sobre a história. Sobre este debate conferir PROST, Antoine. *Douze leçons sur l'histoire*. Paris: Seuil, 1996. pp.285-293.

¹⁸ Existem bons trabalhos sobre a insurreição de 1935. O trabalho de VIANNA (*Op.cit.*) apresenta a análise mais abrangente e Homero COSTA (*A insurreição comunista de 1935*. Natal, o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio, 1995) realizou uma abordagem perspicaz do levante em Natal.

presentes. Para esta ala de oficiais esquerdistas o governo egresso da Revolução de 1930 não atendera às expectativas de regeneração nacional, o que tornava necessária nova revolução. Neste sentido, a ANL e o Partido Comunista representavam a possibilidade de dar continuidade ao esforço revolucionário iniciado nos anos 20.

Questões internas à corporação também contribuíram para aproximar os militares às posições da esquerda. Havia inquietação no Exército devido a mudanças que o governo vinha realizando na instituição, entre elas a redução de quadros e o fechamento da possibilidade aos sargentos de entrarem no oficialato. A insatisfação provocada por tais medidas, associada a demandas por aumentos salariais, facilitou o trabalho de proselitismo da ANL/PCB nos quartéis²⁰.

A liderança do militar Prestes, a facilidade encontrada pelos revolucionários para estruturar células nas unidades militares, a influência da tradição dos levantes da década de 1920, tudo somado às concepções estratégicas da Internacional Comunista para os países “coloniais e semicoloniais”²¹, conduziram o levante de 1935 a assumir características de “quartelada”. Na verdade, a participação das massas populares, ou seja, de civis estava prevista e chegou a acontecer. Nas três capitais onde o movimento teve lugar, grupos civis foram mobilizados e participaram dos combates. Mas a primazia da ação cabia aos militares, de quem se esperava que dominassem os quartéis e colocassem as tropas nas ruas para fazer a revolução. Só num segundo momento os elementos civis entrariam em ação, quando os portões dos quartéis fossem abertos e armas distribuídas aos populares. E as coisas se passaram exatamente desta forma, à exceção do Rio de Janeiro, pois ali os revolucionários foram bloqueados e não conseguiram sair de suas unidades. Em Natal e Recife revolucionários civis foram armados e tomaram parte das ações como força auxiliar.

Alguns autores que estudaram o movimento de 1935 preferem falar em levantes, ao invés de usar a expressão no singular. Entendem que o caráter descoordenado da insurreição não permite tratá-la como se constituísse uma unidade. Por outro lado, há quem prefira não chamar o levante de “comunista”, devido à participação de elementos

¹⁹ PRESTES, Anita. *Op.cit.*, pp.98 e 99.

²⁰ PRESTES, Anita. *Op.cit.*, pp.100-102.

aliancistas sem vínculos com o PCB e dado o programa relativamente moderado dos revolucionários (antiimperialismo e antilatifúndio). Nossa opção é por considerar aceitável o rótulo “levante comunista”, devido às considerações que seguem.

O movimento começou no início da noite de 23 de novembro, um sábado, em Natal. Razões locais levaram os comunistas potiguares a começarem uma insurreição independente de autorização superior. O motivo é que o comando do 21º BC (Batalhão de Caçadores), unidade do Exército estacionada em Natal, iria dar baixa em alguns soldados e cabos. A dispensa, que atingiria os elementos ligados ao PCB, teria lugar na segunda-feira, dia 25. Por esta razão, a célula comunista do batalhão resolveu levantar o quartel. Pressionada, a direção local do partido aceitou apoiar os militares, ainda que não contasse com aprovação superior²². Militantes civis foram mobilizados para atuar como força de apoio e o levante no quartel teve sucesso. Em poucas horas, a cidade foi dominada e as autoridades do governo estadual se refugiaram em consulados estrangeiros. A única resistência efetiva foi oferecida por um quartel da força policial do Estado, que fez frente ao ataque dos rebeldes até a manhã do dia seguinte, quando se rendeu. Constituiu-se um “governo popular”, à base dos ideais da ANL e da liderança de Prestes. Tropas foram enviadas ao interior para expandir o movimento e tomaram várias cidades nos dias seguintes, aumentando o raio de influência dos revolucionários.

Embora o levante tenha se dado sob a bandeira da ANL²³, a verdade é que foi preparado e desencadeado pelos comunistas locais. Os militares tomaram a iniciativa e de certo modo colocaram o partido “contra a parede”. Contudo, sua ação foi afinal apoiada e auxiliada pelas organizações partidárias. Significativamente, a junta governativa que assumiu o poder era integrada por quadros do PCB. Quando soube do levante em Natal, o órgão dirigente do Partido Comunista em toda a região, o Secretariado do Nordeste, sediado em Recife, foi apanhado de surpresa. Os potiguares começaram uma revolução sem consultar o comitê ao qual estavam subordinados na hierarquia partidária. Os

²¹ Sobre as concepções da IC em relação ao papel dos militares na revolução brasileira ver PINHEIRO, *Op.cit.* pp.63-68.

²² COSTA, *Op.cit.* (1995), pp.141-143.

²³ É importante mencionar que injunções da política estadual (rivalidade entre duas facções políticas) facilitaram o êxito dos revolucionários, notadamente no que respeita à adesão de municípios do interior. VIANNA, *Op.cit.*, pp.185 e 186.

membros do Secretariado reuniram-se às pressas na noite de 23 e, diante do fato consumado, ordenaram um levante imediato na região. Agindo assim acabaram por desprezar também a hierarquia, pois tomaram decisão tão grave sem consultar a direção nacional do PCB. Determinou-se que em Recife a ação começaria às 9 da manhã seguinte, domingo, 24 de novembro²⁴.

Neste caso, como no anterior, os militantes comunistas decidiram e tomaram a iniciativa, apesar da retórica *aliancista*. O principal foco da rebelião se concentrou no 29º BC, cuja guarnição aderiu majoritariamente à palavra de ordem dos rebeldes. Civis foram mobilizados pelo partido e o arsenal do quartel foi distribuído entre os populares. Estimase que entre mil e cinco mil pessoas foram armadas pelos revolucionários, embora seja pouco provável que todas tenham feito uso efetivo do armamento recebido. Enquanto parte da tropa ficou no quartel, dando combate a um grupo de militares que ainda resistia, entrincheirado no Pavilhão de Comando, colunas foram despachadas em direção à cidade, onde se engajaram em renhido tiroteio contra tropas da Brigada Militar estadual. Alertado, o governo federal despachou para Recife tropas do Exército sediadas nas vizinhas Paraíba e Alagoas, que começaram a chegar no dia 25. Atacados simultaneamente por forças do Exército e da polícia pernambucana, os rebeldes não tiveram como resistir por muito tempo. Uma parte tentou se retirar em direção ao interior do Estado para continuar a luta, mas não teve sucesso. Os últimos a serem localizados foram presos no dia 27.

Neste mesmo dia acabava a rebelião no Rio Grande do Norte, sufocada pela ação de tropas irregulares sob o comando do “Coronel” Dinarte Mariz, que atacou os rebeldes no interior, e pela convergência de tropas federais em direção à capital do Estado. Notícias sobre a derrota em Recife desempenharam importante papel na derrocada do governo “popular” de Natal, na medida em que não se acreditava na possibilidade de uma resistência isolada. O pânico se instalou e os líderes começaram a fugir tentando escapar à inevitável repressão.

Curiosamente, e significativo para entender a ausência de coordenação nacional dos revolucionários, o levante no Rio de Janeiro teve início no momento em que as forças

²⁴ VIANNA, *Op.cit.*, pp.222 e 223.

da ordem triunfavam no Nordeste. A liderança do partido no Rio de Janeiro tomou conhecimento dos acontecimentos somente na noite de 24, e se reuniu para avaliar a situação no dia seguinte, segunda-feira. Naquele momento ainda era incerto o desfecho dos combates, bem como escassas as informações. Embora tenham sido surpreendidos, os líderes nacionais do PCB reagiram, no geral, de maneira otimista²⁵, entendendo que era o começo da revolução brasileira pela qual tanto ansiavam. Avaliava-se que a influência do partido nas unidades militares estacionadas no Rio de Janeiro era grande a ponto de tornar possível uma vitória. Por outro lado, havia a preocupação de não deixar isolados os companheiros do Nordeste. A opção pela insurreição foi tomada em duas reuniões sucessivas. Na primeira, tiveram assento os dirigentes da Internacional Comunista no Brasil, Arthur Ewert e Rodolpho Ghioldi, e mais Prestes e Antônio Maciel Bonfim, Secretário-Geral do PCB. A segunda reunião envolveu os membros do Bureau Político do PCB, que referendaram a posição assumida no encontro no qual tomaram parte os homens do *Komintern*.

Tomada a decisão pelo levante, Prestes despachou ordens para Minas e Rio Grande do Sul, além de baixar instruções para os quadros militares na própria Capital Federal. Estabeleceu-se que a sublevação no Rio se daria na madrugada de 27, contando com a adesão do 3º RI, na Praia Vermelha; da Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos; do 2º RI e Batalhão de Transmissões, estacionados na Vila Militar; do CPOR e Grupo de Obuses (São Cristóvão); e mais algumas unidades da Marinha e da força policial municipal. No momento aprazado somente se levantaram o Regimento da Praia Vermelha e a Escola de Aviação, embora ocorressem tentativas frustradas em outras unidades. Tal como em Natal e Recife, as organizações do partido se encarregaram de mobilizar grupos de apoio formados por militantes civis. Entretanto, eles não chegaram a entrar em ação, seja pela desorganização, seja pela rápida derrota dos levantes nos quartéis. Também deve ser mencionado que na ocasião já não se contava mais com o fator surpresa: a polícia estava mobilizada e prendeu dezenas de militantes do partido nos dias subseqüentes às insurreições no Nordeste.

²⁵ VIANNA, *Op.cit.*, pp.246 e 247.

Em poucas horas, os rebeldes foram dominados pelas tropas fiéis ao governo. A insurreição do 3º RI, que durou mais, terminou por volta do meio-dia, após o quartel começar a ser bombardeado pela artilharia e por aviões militares. Cercados e sem contar com o prometido apoio de outras tropas do Rio, o quartel em chamas, os rebeldes liderados pelo Capitão Agildo Barata não viram sentido em continuar lutando e renderam-se.

Os acontecimentos não deixam dúvidas quanto ao fato do comando das ações ter pertencido aos comunistas. É verdade que o programa da rebelião não era comunista, mas *aliancista*, e que nem todos os participantes eram militantes do PCB, e sim filiados à ANL. Além disso, o movimento iniciado em Natal foi provocado por motivos fortuitos e não por um planejamento prévio dos revolucionários. No entanto, é inquestionável o papel dirigente assumido pelos comunistas nos três episódios: as ações foram decididas, planejadas e executadas pelos homens do Partido Comunista. O líder máximo, Prestes, que certamente assumiria o governo em caso de sucesso, simplesmente fazia parte do Comitê Executivo da Internacional Comunista. Evidentemente, o objetivo final seria implantar o socialismo no país, ainda que se tornasse necessário estabelecer políticas transitórias e concessões a eventuais aliados moderados. Em tais condições, não pode ser considerado inapropriado qualificar a “Revolução de 1935” como comunista.

Quanto à fraca coordenação nacional da insurreição, bem como o perfil improvisado de muitas decisões tomadas naqueles dias, tais características não autorizam a interpretação dos episódios de Natal, Recife e Rio de Janeiro como atos isolados. Fica evidenciada a precária preparação do levante, mas não que inexistissem planos insurrecionais, ao contrário. A maneira como a liderança comunista em Recife e no Rio de Janeiro reagiu à precipitação dos potiguares é reveladora. Poucas horas após tomarem conhecimento dos sucessos de Natal decidiram-se por lançar-se ao assalto. Teriam tomado tal atitude se a insurreição já não estivesse na ordem do dia? Seria casual a existência de um padrão semelhante nos acontecimentos ocorridos nas três capitais, qual seja, a conjugação de levantes nos quartéis secundados pela mobilização de brigadas civis? Qual o significado da ênfase do partido nos meses anteriores em intensificar o trabalho de proselitismo entre os militares? Finalmente, por que a Internacional

Comunista deslocou para o Brasil tantos agentes de uma só vez - mais de 10, entre eles especialistas em bombas e em rádio transmissões - quando o normal até então era manter no país um ou dois “assistentes”²⁶? São muito fortes as evidências de que os comunistas estavam organizando um levante de grandes proporções, cuja eclosão foi precipitada pelo episódio de Natal. Neste sentido, é mais factível usar “levante” no singular e não no plural.

Considerando os fatos, não se pode interpretar como fantasiosas as versões conservadoras que qualificaram (e denunciaram) o episódio de 1935 como tentativa comunista de assalto ao poder. O que se pode questionar é o conteúdo das representações anticomunistas construídas sobre o evento, elaboradas no intuito de transformá-lo em “mácula sangrenta”. Tal manipulação já foi analisada em capítulos anteriores, o processo de construção do mito “Intentona Comunista”, que implicou em associar a imagem da ação revolucionária a violência, assassinatos covardes e estupros.

Para além da dimensão da *legenda negra*, que representou uma versão consideravelmente distorcida da “realidade”, há outro aspecto importante das interpretações anticomunistas sobre 1935 a ser analisado. A propaganda conservadora, movida por razões evidentes, pintou um quadro grave dos acontecimentos, afirmando que o levante comunista colocou em sério perigo a ordem. Neste caso, como dimensionar a relação entre mito e “realidade”? Boa parte dos autores que abordaram o tema tende a considerar a reação anticomunista inteiramente desproporcional a pouca significação do levante. Entre 23 e 27 de novembro 1935 teriam ocorrido “inexpressivas quarteladas”²⁷, sem a menor chance de sucesso, cujo único efeito prático foi oferecer ao Estado justificativa para aumentar seus poderes. A nosso ver esta interpretação se equivoca ao minimizar excessivamente a seriedade do movimento. Em alguns casos preocupada primordialmente em criticar a inépcia do PCB, em outros movida pela tendência a relativizar a responsabilidade dos comunistas no episódio, parte da historiografia exagera na caracterização da debilidade do movimento, a fim de comprovar seus pontos de vista. Em determinados momentos chega-se quase a ridicularizar os insurretos. Como diria

²⁶ Sobre a atuação da IC no Brasil da década de 30 conferir WAACK, *Op.cit.*

²⁷ LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas, os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.195.

Astrojildo Pereira, os derrotados são sempre patéticos. Nosso argumento, explorado a seguir, é que a tentativa revolucionária de 1935 significou uma ameaça à ordem mais séria do que geralmente se supõe.

Considere-se, em primeiro lugar, o número de mortos nos combates. O número exato é desconhecido e dificilmente será possível algum dia elucidar esta dúvida, dada a natureza dos eventos. A escassez de informações sobre as mortes ocorridas no interior do Rio Grande do Norte e nas cercanias de Recife provavelmente jamais será alterada. Consta que na capital pernambucana, as forças da ordem fuzilaram dezenas de revolucionários após a derrota²⁸. É razoável supor a ocorrência de muitas baixas em Recife, já que foram travados duelos de metralhadora pesada no centro da cidade e centenas de populares foram armados durante os dois dias de combate. Fontes da época estimaram em 60 mortos e 250 feridos²⁹ as baixas de Recife. No caso do Rio de Janeiro também não há exatidão. O bombardeio do 3º RI, onde estavam aquartelados cerca de 1.500 soldados, produziu um saldo de muitos mortos. Alguns cadáveres encontrados sob os escombros, desfigurados, não puderam ser reconhecidos. Sem dúvida, o número de baixas fatais no Rio de Janeiro ascende à casa das dezenas, sendo que o total deve ter oscilado entre 30 e 50³⁰. Significativamente, no único local onde os comunistas efetivamente tomaram o poder a violência foi menor: calcula-se que em Natal morreram apenas quatro pessoas.

Levando em conta os dados acima e mais, considerando que o Estado reconheceu oficialmente 31 militares mortos em defesa da ordem³¹, pode-se concluir, numa estimativa conservadora, que a insurreição de novembro resultou num total aproximado entre 60 e 100 mortos, além de algumas centenas de feridos. Tendo em vista a curta duração do movimento, não há como fugir à impressão de que foi um episódio violento.

²⁸ Vários autores mencionam a ocorrência de fuzilamentos em Recife. Segundo SILVA, um sobrevivente do massacre testemunhou o fato em inquérito militar. SILVA, *Op.cit.* (1969), p.306.

²⁹ *O Jornal*, 29/11/35, p.2. CARNEIRO apresenta a pouco crível cifra de 750 mortos em Recife. CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. 2 vol. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965, p.424.

³⁰ O Hospital Central do Exército registrou a entrada de 28 corpos, mas alguns autores consideram mais aceitável um número próximo a 50. LEVINE considera que só na Praia Vermelha morreram mais de 50 (*Op.cit.*, p.181), enquanto um autor anticomunista fala em 59 mortos na cidade (SOARES, Antônio Carlos Otoni. *Os 50 anos da primeira intentona comunista*. São Paulo: Edição do autor, 1985, p.202).

³¹ Os homenageados no Mausoléu da Intentona, cujos nomes estão gravados no monumento.

Ressalte-se, não se trata de confirmar as acusações sobre a “violência inerente ao comunismo”. Mesmo porque, tudo indica ter havido mais mortes do lado rebelde e, além do mais, o caráter relativamente incruento dos fatos ocorridos na capital potiguar depõe contra as teses anticomunistas. Trata-se de constatar a gravidade dos acontecimentos decorrentes do levante. Para uma simples quartelada, morreu muita gente, inclusive um montante desconhecido de civis.

As notícias sobre combates violentos causaram considerável impacto na opinião conservadora, provocando enorme pavor. O medo foi particularmente intensificado devido ao fato, inusitado, dos revolucionários marxistas terem tomado o poder em uma das unidades da federação brasileira. É verdade que o Rio Grande do Norte estava longe de ser um Estado importante, mas isto não diminuiu a importância simbólica do evento. Por outro lado, a revolução esteve perto de dominar a maior cidade e centro militar do Nordeste, Recife, o que teria conseqüências decisivas para o desenrolar da insurreição. Não constituía absurdo, portanto, sob o ponto de vista anticomunista, encarar como sérios os acontecimentos.

Até que ponto a ação dos comunistas representou uma ameaça à ordem? O levante tinha alguma possibilidade real de obter êxito? Tentar interpretar o desenrolar da história em termos de possibilidades é entrar decididamente em terreno minado. Analisar os processos históricos fazendo uso do “se” implica no risco da especulação. Entretanto, supor que os acontecimentos tenham tido um rumo necessário significa incorrer numa posição igualmente problemática, o determinismo. De qualquer modo, o ponto a ser defendido não é que a insurreição tinha grande probabilidade de sucesso, mas que tinha potencial para causar “estrago” maior. Em outras palavras, dificilmente o levante conseguiria alçar Prestes ao poder, mas ele poderia ter trazido dissabores ainda maiores aos defensores da ordem.

Avaliando a força do Partido Comunista à época, mesmo somada aos remanescentes da ANL, é difícil acreditar na possibilidade de êxito. As forças ao lado da ordem eram imensamente superiores, inclusive porque se uniram classes altas e médias em apoio ao governo. No setor onde os revolucionários poderiam encontrar sustentação, os grupos populares, a reação ao levante foi marcada pela indiferença. Havia condições,

no entanto, que tornavam o projeto insurrecional uma opção aceitável para os comunistas, que não eram lunáticos ou imbecis. A elite política do país encontrava-se dividida, engolfada em batalhas regionais. Por esta razão, o governo não possuía um bloco de sustentação sólido e vivia lutando contra a falta de estabilidade política. Acrescente-se a isto o desgaste de Vargas, encarado por muitos como incapaz de cumprir as promessas redentoras da Revolução de 1930. As Forças Armadas, notadamente o Exército, estavam em ebulição, fracionadas de cima a baixo e envolvidas em querelas internas e disputas pelo poder. Exatamente por isto o PCB tinha grande facilidade em encontrar adeptos entre militares, aproveitando-se do clima de agitação nos quartéis. Greves importantes sacudiam o país de tempos em tempos, como o episódio célebre dos ferroviários da *Great Western* em Pernambuco, ocorrido pouco antes do levante. A formação de uma frente política esquerdista, a ANL, demonstrou que segmentos expressivos da população estavam receptivos a propostas transformadoras.

Avaliando tal quadro, os líderes comunistas entenderam que havia condições favoráveis para uma insurreição. Consideravam que o governo, frágil e impopular, não teria forças para fazer frente a um levante reunindo parcelas das Forças Armadas e grupos populares³². Só não contavam com a irrupção prematura do movimento, que impediu uma ação coordenada em plano nacional e destruiu a vantagem do fator surpresa. Observando mais de perto o episódio do Rio poderemos explorar melhor o argumento. A insurreição foi lançada num contexto inteiramente adverso, o que torna surpreendente o fato dos revolucionários ainda assim terem logrado revoltar duas unidades militares. As autoridades sabiam o que estava para acontecer e se prepararam. O Estado de Sítio foi aprovado pelo Congresso no dia 25 e com isto a polícia pode prender dezenas de quadros do PCB. As tropas estavam de prontidão nos quartéis, mobilizadas para qualquer eventualidade, o que dificultava o trabalho conspirativo. A vigilância aumentou e os militares tidos como suspeitos foram colocados em observação. Considerando o quadro, não é difícil imaginar a coragem e determinação dos homens que tomaram em armas naquela madrugada.

³² A Embaixada inglesa também considerava a situação de Vargas delicada. Num relatório datado de 18/10/35, o embaixador Hugh Gurney afirmou que o descontentamento em relação a Vargas chegara a

Algumas horas antes da rebelião, no início da noite do dia 26, foi preso um tenente que tentava aliciar camaradas do Quartel-General, no Ministério da Guerra. Através do militar detido ficou-se sabendo que a ação começaria na madrugada seguinte³³. Alertados, os comandantes das unidades tomaram medidas de precaução. Talvez isto seja a explicação para o fato, ainda não esclarecido, de que outros militares comprometidos com o movimento nada tenham feito. A adesão restrita a duas unidades das FFAA frustrou as expectativas da liderança comunista e impediu qualquer chance de sucesso³⁴.

Na Escola de Aviação, os oficiais reconhecidamente revolucionários foram excluídos da prontidão e enviados para dormir em suas casas. Por esta razão, tiveram de invadir a unidade de carro (os vigias facilitaram sua entrada) para poder revoltá-la. No 3º RI, o comandante determinou que os suspeitos fossem vigiados. Além disso, mandou um oficial de confiança montar uma metralhadora dominando o pátio, visando com isto impossibilitar qualquer tentativa de rebelião. Acontece que o tal oficial estava do lado revolucionário e ajudou seus companheiros a tomar o quartel. Ainda assim, houve alguma luta devido à resistência de oficiais legalistas, o que atrasou a saída das tropas em cerca de 2 horas. A missão do 3º RI, atribuída pelo Comando Revolucionário, era deslocar tropas para ocupar pontos estratégicos da cidade. A demora em dominar o quartel, no entanto, permitiu a chegada de tropas legalistas e o estabelecimento do cerco³⁵.

O que teria acontecido se os 1.500 soldados do 3º RI, à época uma das unidades melhor equipadas do Exército, tivessem conseguido cumprir o plano original? Um dos batalhões recebera a incumbência de encaminhar-se para o Palácio do Catete, situado a pouca distância da Praia Vermelha. Embora o objetivo desta ação não tenha sido

ponto de “(...) se cristalizar agora numa forma concreta o suficiente para tornar possível sua queda e uma mudança de governo”. *Apud* WAACK, *Op.cit.*, p.194.

³³ PORTO, *Op.cit.*, pp.167 e 168.

³⁴ É curioso que dois dos quadros militares do PCB mais importantes, Paulo Carrion e Soveral Ferreira de Sousa (o primeiro era do Comitê Revolucionário Militar), não tenham tido qualquer participação conhecida nos acontecimentos. Ambos serviam na Vila Militar, maior concentração de tropas da capital. VIANNA, *Op.cit.*, p.260 e WAACK, *Op.cit.*, 190 e 220.

³⁵ Outra medida de precaução do Comandante do 3º RI também dificultou a saída dos revolucionários. Ele mandou colocar um pelotão do lado de fora do quartel, que atirou na tropa rebelada quando houve tentativas de ganhar a rua. A topografia do local, um corredor espremido entre os morros da Urca e Babilônia, tornava fácil imobilizar qualquer deslocamento de tropas. BARATA, *Op.cit.*, p.289.

esclarecido pelos protagonistas³⁶, evidentemente a intenção só poderia ser ocupar o Palácio Presidencial. Como as coisas teriam se passado se a insurreição tivesse eclodido simultaneamente e contado com preparo adequado? Certamente, teria provocado uma conflagração muito mais séria do que houve, demandando maior tempo e esforço das forças da ordem para controlar a situação. Mesmo se tudo tivesse corrido conforme os melhores sonhos de Prestes, no entanto, dificilmente os revolucionários teriam escapado à derrota³⁷. Mas teriam, sem dúvida, causado maior dano e prejuízo aos donos do poder.

A REAÇÃO

A justificativa para termos especulado sobre possíveis cenários alternativos aos fatos que se passaram, se prende ao esforço de avaliar o potencial das forças revolucionárias e dimensionar a intensidade da reação anticomunista. Os defensores da ordem não estavam exagerando totalmente quando denunciaram o “perigo comunista”. A situação era de molde a causar uma reação de temor sincero ao comunismo, considerado um inimigo ativo e perigoso.

Por outro lado, os homens no poder não estavam simplesmente mentindo quando falavam em “perigo vermelho”. Um indício neste sentido pode ser inferido da maneira como Vargas referiu-se ao levante em sua correspondência. Ele teria ficado apreensivo com a seriedade do movimento e, na medida em que as cartas tinham natureza privada, não há porque supor a existência de preocupação em exagerar. Escrevendo a Oswaldo Aranha, em 14/12/35, afirmou o Presidente:

Foram, em verdade, momentos de apreensão, os que vivemos nos últimos dias de Novembro. Ninguém seria capaz de supor que as toxinas da propaganda subversiva houvessem ganho

³⁶ Agildo Barata assim comentou as ordens recebidas de Prestes: “Finalmente, o terceiro batalhão deveria deslocar-se para as proximidades do Palácio do Catete, então sede do Governo; a este batalhão não se precisava qual seria a sua missão”. BARATA, *Op.cit.*, p.262.

³⁷ Inclusive por causa de suas debilidades organizativas e fraca preparação. Por exemplo, no levante em Recife ninguém se lembrou de cortar as ligações telefônicas do quartel do 29º BC, o que permitiu aos oficiais legalistas alertar as autoridades. Por esta razão, as forças estaduais foram mobilizadas rapidamente contra os rebeldes.

tanto terreno, a ponto de determinarem um movimento de articulação extensa e sériamente ameaçador para a estabilidade das instituições e da ordem pública³⁸.

O caráter manipulador da campanha anticomunista neste contexto deve ser relativizado. O pânico anticomunista emergente na seqüência aos acontecimentos de novembro de 1935, em grande medida, foi motivado em primeiro lugar pelo desejo de reprimir o comunismo. As manipulações propriamente ditas, seja visando criar justificativas para o autoritarismo, seja usando o rótulo comunista para combater outros inimigos, num primeiro momento tiveram importância secundária.

Veja-se, por exemplo, a atitude do governo Vargas em relação ao levante. Há quem considere que o Presidente manipulou os conspiradores revolucionários desde o início, empurrando-os para uma ação armada³⁹. No entanto, há fortes indícios contra esta hipótese. É mais provável que Vargas tenha tirado proveito de acontecimentos alheios à sua vontade, e não que tenha maquiavelicamente produzido-os. A versão de que a insurreição teria sido precipitada por agentes provocadores do governo circula há vários anos. Ela contribuiu para a composição da imagem de *virtuose* política atribuída a Vargas, adquirindo verossimilhança a partir da constatação dos inegáveis ganhos políticos oferecidos ao governo pela rebelião. A análise dos fatos, porém, demonstra a fragilidade da hipótese.

Uma das versões mais correntes, a suposição de que a fagulha inicial de tudo, a revolta em Natal, teria sido provocada pelo chefe de polícia local foi refutada, de maneira convincente, em trabalho recentemente publicado⁴⁰. Teria sido uma situação no mínimo curiosa: o homem que montou um estratagema para precipitar a revolta, portanto controlando tudo dos bastidores, não se escondeu e acabou preso pelos rebeldes! Também não avisou ao Governador, seu superior, que se divertia tranqüilo no teatro quando o movimento começou. A teoria conspirativa sofre de uma debilidade mais séria, pois

³⁸ GV 35.12.14 – XX-60; AGV, CPDOC/FGV. Podemos citar outro depoimento contemporâneo, especialmente interessante por provir de observador estrangeiro cujos compatriotas são famosos pela moderação e objetividade. Num relatório escrito em março de 1936, o chefe da seção americana do *Foreign Office* britânico, John Troutbeck, afirmou: “Parece ter sido por pouco que o movimento não teve êxito no Rio de Janeiro. Contudo, a combinação de sorte e atitude resoluta viraram o dia em favor do governo”. *Apud* WAACK, *Op.cit.*, p.306.

³⁹ O argumento foi desenvolvido, principalmente, em BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. 4 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. Vol. 4, pp.77-82.

supõe que Vargas comandava tudo do Rio de Janeiro. Ora, nesta época o governo federal não dispunha de instrumentos policiais de alcance nacional; as forças repressivas atuavam subordinadas aos executivos estaduais. Após o levante esta questão foi considerada uma debilidade grave e só então começou a ser esboçada uma estrutura policial mais centralizada.

No caso de Recife, se os agentes de Vargas sabiam do que estava para acontecer, não informaram nem às autoridades federais nem às estaduais, colhidas de surpresa pelos acontecimentos: o Governador estava na Europa, o Comandante da Brigada Militar se encontrava no Rio Grande do Sul e a principal autoridade do Exército, o Comandante da Região Militar, sediada em Recife, também estava ausente. Convenhamos, não teria sido mais razoável preparar a reação? Ironicamente, a eclosão do movimento, no momento e na forma como ocorreu, surpreendeu a todos, tanto ao governo quanto aos próprios líderes comunistas.

Quanto ao episódio do Rio já não se pode dizer o mesmo, os atores em cena estavam totalmente alertas. Neste quadro, a possibilidade de ter havido manipulação é maior. Segundo alguns autores, Vargas foi informado dos planos dos revolucionários e deliberadamente deixou-os agir, visando explorar o impacto sobre a sociedade⁴¹. Porém, também nesta hipótese “algumas peças não se encaixam”. De fato, há indícios cabais de que o governo recebeu informações sobre a hora do levante. Contudo, provavelmente não sabia exatamente onde iria ocorrer, nem quem seriam os protagonistas. Se Vargas tivesse certeza sobre os planos de revoltar o 3º RI teria ficado no Palácio presidencial, ao alcance dos rebeldes?

Como já foi dito, a principal medida adotada, além de prender os comunistas conhecidos da polícia, foi instruir os comandantes das unidades a manterem prontidão rigorosa e vigilância sobre os suspeitos. Não havia certeza sobre a identidade dos participantes da conspiração, embora circulassem boatos sobre o envolvimento de alguns oficiais. O que mais poderia ser feito? Um dos oficiais revolucionários mais comprometidos, Agildo Barata, estava inclusive detido no quartel do 3º RI, o que não

⁴⁰ COSTA, *Op.cit.* (1995), pp.127-130.

impediu sua participação como líder do levante. Aliás, as autoridades parecem ter considerado negligente a ação dos militares no comando do Regimento da Praia Vermelha, pois vários oficiais legalistas foram punidos por apresentarem desempenho insatisfatório durante a luta⁴². O Comandante do Regimento na ocasião, Coronel Afonso Ferreira, que inclusive foi ferido gravemente durante o bombardeio, parece ter ficado desprestigiado no Exército, pois não recebeu mais nenhum comando. Afastou-se do serviço ativo em maio de 1937⁴³.

O talento de Vargas como grande manipulador apareceu verdadeiramente após a insurreição, não antes⁴⁴. Ele soube explorar com maestria, em proveito do fortalecimento do governo, o pânico gerado pelo movimento comunista. Fortaleceu-se a ponto de, dois anos depois, instaurar um regime ditatorial escudado no compromisso anticomunista. O levante de 1935, não há dúvida, foi um presente para o Presidente gaúcho. Ele contribuiu para reverter a situação de instabilidade e fragilidade política vivenciada pelo governo. Vargas saiu da crise extremamente fortalecido, enaltecido como o chefe de governo que conseguiu derrotar a “revolução” comunista. O Presidente registrou em seu diário, no dia seguinte ao movimento armado, o aumento no número das visitas de lideranças políticas ao Catete, dando-lhe a impressão “(...) de que o prestígio do governo havia realmente crescido”⁴⁵.

Os setores sociais amedrontados com o levante emprestaram apoio decidido ao Presidente, ato considerado indispensável para efeito do sucesso das campanhas anticomunistas. Insistentes apelos foram feitos em nome da União Nacional (ou União Sagrada como a chamou Assis Chateaubriand⁴⁶) contra o comunismo, geralmente significando uma articulação das “forças vivas da nação” em torno de Vargas.

⁴¹ Este argumento é sustentado por VIANA, Francisco. O dia em que o trem da história atrasou ou a armadilha de 1935. In TAVARES, José Nilo (org.). *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985. p.29.

⁴² Foram reformados 12 oficiais que serviam no 3º RI, acusados de não reagirem aos rebeldes. Sobre eles pairou a sombra de comportamento covarde. *Jornal do Brasil*, 12/04/36, p.9.

⁴³ SILVA, Hélio. *1937: todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p.136.

⁴⁴ Opinião semelhante é sustentada em TAVARES, José Nilo. Reavaliação de análise. In TAVARES, *Op.cit.*, pp.72-74.

⁴⁵ VARGAS, *Op.cit.*, p.447. Alguns veículos da imprensa elogiaram a conduta do Presidente, afirmando que a coragem por ele demonstrada aumentara o prestígio do governo. Cf. *O Jornal*, 28/11/35, p.2 e *Jornal do Brasil*, 28/11/35, p.7.

Conclamações deste gênero apareceram na maioria dos órgãos da grande imprensa, criando a impressão de mobilização nacional para sustentar o governo e combater os comunistas⁴⁷. A ameaça pairando sobre a ordem social seria grave a ponto de suscitar o esquecimento de velhas rivalidades, notadamente indisposições contra o governo, transformadas em assunto secundário pela emergência do “perigo comunista”. Urgia, principalmente, promover a unificação das frações políticas até então ocupadas em suas pequenas disputas pelo poder, pois o comunismo destruiria a todas, independente da cor partidária⁴⁸.

É importante observar o papel desempenhado pela imprensa na criação da onda anticomunista. Os jornais ajudaram a criar o ambiente de pânico que medrou no interior de alguns grupos sociais após o levante. Ressalve-se, a reação inicial não foi idêntica. Nos dias imediatamente seguintes à insurreição, quando as informações ainda eram confusas, parte da imprensa preferiu chamar o movimento de “extremista”. Parecem ter optado pela cautela devido à inexistência de evidências cabais sobre a origem dos envolvidos, mesmo porque na época havia diversos outros grupos, além dos comunistas, interessados em tomar o poder à força. Já outra parcela dos jornais, desde o primeiro momento, não hesitou em qualificar o levante como comunista⁴⁹. De qualquer modo, por volta do início de dezembro o discurso da grande imprensa encontrou um tom único, unanimemente anticomunista. Tal processo de “afinamento de tom” decorreu tanto da acumulação de evidências sobre o envolvimento comunista, quanto da opção de dar sustentação à ofensiva repressiva do governo.

A cobertura jornalística, para dizer o mínimo, carregou nas tintas. As ações dos revolucionários foram tratadas de forma superlativa, apresentando um quadro grotesco de violência, destruição e barbárie. Os comunistas teriam cometido atos hediondos, que os tornavam indivíduos alienados da comunidade nacional brasileira. Assaltaram,

⁴⁶ Este tema já foi abordado no capítulo 2, pp.58 e 59. Chateaubriand deu o título “União Sagrada” a um editorial no qual defende o apoio ao governo na luta anticomunista. *O Jornal*, 12/12/35, p.2.

⁴⁷ Algumas manchetes da imprensa, a título de exemplo: “Solidários com o regime”, *Jornal do Brasil*, 1/12/35, p.6; “A palavra do guia”, *Estado de Minas*, 2/01/36, p.2; “O Presidente da República prega a união de todos os brasileiros para a defesa do regime”, *A Noite*, 11/05/36, p.1.

⁴⁸ *O Estado de São Paulo*, 10/12/35, p.3.

⁴⁹ Entre os jornais pesquisados, *Jornal do Brasil* e *Estado de Minas* adotaram postura mais cautelosa. Já *O Estado de São Paulo* e *O Jornal* denunciaram o caráter comunista da rebelião desde a primeira hora.

estupraram, mataram gente dormindo e etc. E mais, mesmo derrotada a insurreição não desistiam dos intentos sinistros. As prisões realizadas pela polícia estariam trazendo à tona documentos relativos a planos terríveis. Um jornal de Belo Horizonte divulgou que, entre os papéis encontrados com o secretário do PCB, detido em janeiro de 1936, havia material comprovando a existência de “(...) novas e sinistras actividades dos communistas, no sentido de promover no Rio uma noite de S. Bartholomeu com actos de terrorismo ainda desconhecidos da população (...)”⁵⁰. Notícias deste gênero apareceram cotidianamente na imprensa durante os primeiros meses pós-insurreição, de uma forma tão recorrente que seria cansativo reproduzir⁵¹. Por um longo período, o público leitor e os ouvintes de rádio foram bombardeados com informações sobre o caráter nefasto das atividades comunistas, processo que levou à cristalização de uma imagem maniqueísta do comunismo.

Um aspecto importante da reação jornalística ao levante foi a pressão sobre o Estado no sentido de endurecer a repressão. Houve diversas manifestações da imprensa exigindo dureza na punição aos rebeldes (“O comunismo infernal! Fôgo nele!”⁵²), que não deveriam em nenhuma hipótese ser tratados com tibieza⁵³. Advogou-se o uso da força, sob o argumento que a gravidade do momento tornaria bizantinas as discussões sobre os meios jurídicos necessários às ações repressivas⁵⁴. Esta postura da grande imprensa explica, parcialmente, porque era necessário mostrar o comunismo como movimento bárbaro e monstruoso. Quanto mais feio o inimigo, menor a piedade:

Não é possível enfrentar adversários tão despostos (sic) e tão sanguinarios com punhos de seda e espadachins florentinos. A reacção deve estar á altura da aggressão. E os extremistas que são partidarios do terror e da força, não têm de que se queixar por serem tratados com dureza⁵⁵.

(...) o governo iniciou a sua acção punitiva, saneadora e repressiva. Permitta Deus que taes propósitos de energia e de severidade, não degenerem em sentimentalismos hystericos, em enternecimentos de amnistias geraes, em perdões chorosos

⁵⁰ Tratava-se de Antônio Maciel Bonfim, identificado pelo nome falso de Adalberto Fernandes. *Folha de Minas*, 17/01/36, p.1.

⁵¹ Há aqui, também, a preocupação em evitar repetições, uma vez que as representações anticomunistas sobre a “Intentona” já foram analisadas em capítulos anteriores.

⁵² “Combatamos o mal”, por Azeredo Neto. *Jornal do Brasil*, 2/01/36.

⁵³ *O Estado de São Paulo*, 6/12/35, p.3.

⁵⁴ “Questão de força”, por Assis Chateaubriand. *O Jornal*, 15/12/35, p.2.

⁵⁵ *Estado de Minas*, 8/12/35, p.2.

para os que assassinaram fria e covardemente os proprios companheiros de armas (...) os que violaram virgens inermes, os que saquearam bancos e casas commerciaes, fazendo honra aos exemplos e lições de Stalin e Litvinoff⁵⁶.

A imprensa, por sua ação, ao mesmo passo em que apoiou os esforços repressivos do governo, convencendo o público sobre a seriedade do quadro, pressionou-o a não esmorecer na luta anticomunista. A influência do discurso jornalístico foi fundamental para que o Parlamento aprovasse as reformas institucionais solicitadas pelo poder Executivo. As vozes discordantes em relação ao processo de fortalecimento do Estado foram isoladas, e a maioria dos parlamentares emprestou apoio aos projetos governamentais. Este valioso auxílio foi reconhecido pelo Presidente Vargas, que agradeceu publicamente o apoio da imprensa⁵⁷.

A dimensão evidentemente manipulatória desta campanha, no entanto, não implica em considerar o “perigo comunista” como mera invenção. As informações sofreram deturpação, os revolucionários foram caricaturados com traços exagerados e muitas representações anticomunistas fantasiosas foram construídas. Entretanto, os dirigentes jornalísticos, como de resto toda a elite social do país, temiam verdadeiramente a ação dos revolucionários. Se eles estruturaram uma campanha visando aterrorizar o público e ajudaram a fortalecer o poder discricionário do Estado, fizeram-no justamente para criar melhores condições de repressão aos comunistas.

Há um recurso interessante para se tentar observar a reação da sociedade à insurreição e a forma como se deu a recepção popular à campanha anticomunista. Referimo-nos a cartas redigidas por cidadãos preocupados com a “ameaça comunista”, dirigidas aos jornais e às autoridades estatais. No caso das missivas enviadas ao poder

⁵⁶ *O Diário*, 2/01/36, p.4. Num momento posterior, quando começaram a surgir denúncias sobre as torturas infligidas aos presos políticos, alguns jornais defenderam as autoridades, ora duvidando da veracidade das informações, ora sugerindo que os comunistas não tinham direito a reclamações. “Os communistas (...) teem sido tratados com benignidade”. *Estado de Minas*, 14/05/36, p.2.

⁵⁷ Trecho de uma entrevista concedida por Vargas: “Nesta acção da imprensa salienta-se não só o trabalho de collaboração com o governo á repressão do communismo, com tambem o de manter o espirito publico num ambiente de receptividade afim de que este conserve sempre o esforço alem de o espírito de reacção contra o commmunismo, e o dever de collaborar com o governo nas medidas de repressão”. *O Diário*, 10/01/36, p.1.

público, os principais destinatários foram o próprio Presidente da República e o homem encarregado da repressão, o Chefe de Polícia Filinto Müller.⁵⁸

Tais missivas, que no total constituem um volume considerável, demonstram a forte reação anticomunista despertada pela “Intentona” em largos setores da população. O governo recebeu centenas de manifestações (telegramas, cartas, cartões e bilhetes) de apoio, provenientes tanto de entidades coletivas, como sindicatos e associações patronais, quanto de simples cidadãos. No caso das correspondências individuais, os missivistas tinham origem social diversa: eram operários, donas de casa, padres, profissionais liberais, entre outras. A maioria das mensagens visava, simplesmente, parabenizar as autoridades pelas medidas tomadas na repressão ao comunismo. É o caso do operário José Francisco de Rezende, que enviou carta a Müller em 24/12/35. Sua origem humilde fica evidenciada nas incorreções do texto: “(...) grassa a bom deus a coragem de V. Ex. e do Presidente Getúlio Vargas e Sr. Ministro da Guerra abafaram este covarde que querem prantar o terror no Paiz católico”⁵⁹.

Mas, em muitos casos, as pessoas desejavam demonstrar seu empenho anticomunista com ações práticas, colaborando com as autoridades no trabalho de repressão. Houve dezenas de denúncias contra elementos suspeitos de envolvimento com o comunismo, na maioria, apresentadas por colegas de trabalho e vizinhos. Os casos denunciados referiam-se a regiões diversas do país, por exemplo, Maceió-AL⁶⁰, Montes Claros-MG⁶¹ e Rio de Janeiro⁶², envolvendo notadamente operários e intelectuais. Naturalmente, os informantes esperavam que o governo tomasse providências contra os indivíduos apontados como comunistas. Em tais situações é difícil saber ao certo se os denunciados eram efetivamente comunistas, supostamente comunistas, ou simplesmente desafetos dos denunciantes. O caráter anônimo de algumas correspondências pode significar que a última opção não deve ser descartada. De qualquer forma, a recorrência

⁵⁸ Uma análise das cartas de conteúdo anticomunista enviadas a Vargas foi feita por CANCELLI, *Op.cit.*, pp.93-96. Elas foram encaminhadas pela assessoria de Vargas ao Ministério da Justiça, em cujos arquivos podem ser encontradas. A correspondência recebida por Müller consta do acervo preservado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

⁵⁹ FM 33.02.21, AFM, CPDOC/FGV.

⁶⁰ Em 21/12/35. FM 33.02.21, AFM, CPDOC/FGV.

⁶¹ Em 28/02/36. AN, MJNI, caixa 297, pasta 1238/36.

das denúncias demonstra a intensidade da mobilização anticomunista levada a efeito naquele momento.

Alguns cidadãos se dispunham a colaborar de outras maneiras na luta contra o inimigo. Uma dona de casa residente no bairro do Méier (RJ), por exemplo, sugeriu ao Chefe de Polícia a adoção de medidas educativas, especialmente através da utilização do cinema⁶³. Um senhor de 70 anos, dizendo-se um “velho republicano”, colocou-se às ordens para a luta, apesar da idade⁶⁴. Num caso particularmente curioso, José Caetano Faria enviou cartão a Müller, solicitando audiência. Pretendia expor uma nova teoria que descobrira, “(...) por meio da qual destroe, pela logica e pela razão, toda a teoria dos comunistas russos (...)”⁶⁵. Certos missivistas, ao que parece, pretendiam auferir alguma vantagem de sua dedicação à causa. Tendo em vista o envolvimento de estrangeiros na conspiração comunista, um cidadão ofereceu à polícia seus serviços como intérprete, já que falava várias línguas, entre elas o alemão⁶⁶.

O material mencionado, somado às numerosas cartas e telegramas de apoio ao governo enviados às redações de alguns jornais, constitui um bom indicador do impacto da campanha anticomunista sobre a população. Não se trata, é claro, de supor uma recepção unívoca do público ao discurso do governo e imprensa, acreditando que todos brasileiros partilharam do mesmo pavor anticomunista. Contudo, são fortes os indícios de que parcela bastante expressiva da sociedade, possivelmente majoritária, alinhou-se ao lado da Ordem e deixou-se empolgar pelo anticomunismo em ascensão. E este grupo não deve ser entendido como composto exclusivamente pelas elites sociais. Pelo que se vê nas cartas, também foram afetados elementos egressos das camadas baixas.

Seria simplista imaginar as manifestações provenientes da sociedade como mero reflexo da manipulação do discurso jornalístico. O melhor seria considerar o fenômeno

⁶² Em 16/12/35, FM 33.02.21, AFM, CPDOC/FGV.

⁶³ FM 33.02.21, AFM, CPDOC/FGV.

⁶⁴ *Idem*.

⁶⁵ Em 6/12/35, FM 33.02.21, AFM, CPDOC/FGV.

⁶⁶ Em 3/12/35, FM 33.02.21, AFM, CPDOC/FGV. Não resistimos à tentação de mencionar uma carta enviada a Vargas neste contexto, devido a seu caráter inusitado e até certo ponto cômico. Durval Greca escreveu ao Presidente, a 11/05/37, declarando-se comunista convicto. Por ser pobre e não ter onde trabalhar, ele pediu que fosse deportado para Paris ou Moscou. O funcionário do Ministério da Justiça responsável por analisar o documento sugeriu que fosse arquivado, considerando que deveria se tratar de gracejo. AN, MJNI, caixa 297.

como uma relação de mão dupla: se, por um lado, a reação do “público” foi moldada pelas manchetes dos jornais, por outro, a imprensa também foi influenciada e reverberou a repulsa ao comunismo demonstrada por alguns segmentos sociais. O importante é que as vozes da grande imprensa e dos setores sociais aterrorizados em consequência do levante, juntas, representaram um formidável coro a pressionar na direção de medidas anticomunistas. Simultaneamente, davam sustentação às ações repressivas do Estado e pressionavam-no a não aliviar a carga sobre os revolucionários.

As Forças Armadas constituíram-se em outra poderosa fonte de pressão no sentido de exigir tratamento duro para os revolucionários, bem como a adoção de medidas drásticas de natureza anticomunista. Poucos dias após a insurreição, a 3 de dezembro, ocorreu uma reunião de generais no gabinete do Ministro da Guerra. Entre muitos oficiais legalistas grassava um sentimento de indignação, passionalismo alimentado pelo conservadorismo e pela morte de alguns companheiros. Alguns pareciam estar querendo vingança. Indicativo deste estado de espírito é o fato de surgirem boatos dando conta de ter havido a intenção de fuzilar os rebeldes presos no Rio. Aparentemente, o próprio Ministro da Guerra teria demonstrado tal intento no calor do ataque ao 3º RI, mas foi convencido a não fazê-lo⁶⁷.

A reunião dos generais, portanto, teve lugar sob um clima passional e marcado pelo radicalismo. Durante algumas horas, 25 oficiais generais em serviço no Rio de Janeiro, representando a maioria da cúpula do Exército, se encontraram para analisar as consequências do levante. O tom da discussão foi dado pelo Ministro da Guerra, General João Gomes, que falou da preocupação em relação ao encaminhamento da punição aos rebeldes. Havia insatisfação quanto à tramitação do processo judicial, considerada lenta demais, e à brandura das penas previstas em lei no caso da condenação dos réus. Segundo o General Gomes, os rebeldes receberiam no máximo seis anos e meio de prisão, pena que considerava modesta frente ao crime cometido. Vários generais deram sua opinião durante a discussão, quase todos reclamando punições mais severas do que o estabelecido na legislação em vigor. Alguns lembraram da necessidade de obedecer às leis, de respeitar as prerrogativas do Congresso e dos poderes constituídos; mas não faltou quem fizesse

ameaças veladas às instituições, caso não fosse fortalecida a capacidade repressiva do Estado.

Ao final do encontro os presentes votaram uma moção de apoio ao Ministro, que significava um respaldo dos colegas de farda para “agir junto aos poderes competentes para que a punição dos crimes praticados se processe o mais rapidamente e energicamente possível”⁶⁸. O Gal. João Gomes não demorou a entrar em ação. Logo na seqüência à reunião enviou ofício ao Presidente, com sugestões para um projeto de lei contendo medidas punitivas aos militares revolucionários, os quais teriam se “tornado indignos da farda que vestem”⁶⁹, e por esta razão deveriam ser imediatamente degradados e expulsos do Exército.

Demonstrando que o governo estava sensível à pressão dos setores anticomunistas, Vargas anotou em seu diário, no mesmo dia da reunião dos generais: “Continua a pressão das forças militares e da população civil para um castigo exemplar aos rebeldes”. A insurreição ajudou o governo a estabelecer sólida maioria no Congresso, mas ainda assim havia um grupo de parlamentares dispostos a resistir às pressões em favor do aumento das prerrogativas do Executivo. Três dias depois do registro anterior, a 6 de dezembro, Vargas escreveu: “Já se nota uma certa impaciência da opinião pública, através da imprensa, pela demora na punição dos culpados”⁷⁰. Movido por convicção e interesse, o governo tratou de tomar a iniciativa, pois não pretendia ser ultrapassado pelos acontecimentos e ficar na delicada posição de ser acusado de fraqueza.

Para aprimorar a ação governamental no terreno da repressão anticomunista, a 7 do mesmo mês foi convocada uma reunião do ministério. O Presidente chamou sua equipe para coordenar e unificar a atuação do Estado no tratamento da “questão comunista”. Também esteve presente o Chefe de Polícia, que fez uma explanação sobre a marcha da conspiração responsável pelo levante comunista. Müller concluiu a exposição afirmando que a vigilância não deveria ser afrouxada, pois o Partido Comunista

⁶⁷ Segundo um dos assessores de Vargas, o Presidente mandou dizer ao Gal. João Gomes que não toleraria fuzilamentos. A versão é contestada por outros. Cf. SILVA, *Op.cit.* (1969), pp.449 e 450.

⁶⁸ Acta da reunião dos Srs. Generaes presentes nesta Capital, realisada no dia 3 de dezembro de mil novecentos e trinta e cinco. GV 35.12.03/3 – XX-49; AGV, CPDOC/FGV.

⁶⁹ *Apud* SILVA, *Op.cit.* (1970), pp.97 e 98.

⁷⁰ VARGAS, *Op.cit.*, pp.449 e 450, respectivamente.

continuava forte e não desistira da tática golpista⁷¹. Da reunião ministerial, certamente a primeira vez que a cúpula do governo brasileiro era mobilizada para tratar exclusivamente do comunismo, saíram sugestões de encaminhamento e uma disposição reforçada de reprimir os revolucionários. As autoridades presentes sugeriram diversas medidas de inspiração anticomunista, entre elas: melhorar as condições de vida, naturalmente visando acalmar o descontentamento social; criar um órgão de propaganda voltado para anular os esforços do proselitismo comunista; e estruturar mecanismos judiciais direcionados à repressão aos revolucionários⁷².

Nos dias seguintes foram definidas as reformas institucionais a serem solicitadas ao Congresso, no intuito de oferecer meios ao Executivo para viabilizar a repressão ao comunismo. O Estado de Sítio, em vigor desde 25 de novembro, e as punições previstas na LSN eram considerados instrumentos insuficientes. Em primeiro lugar, o governo elaborou um projeto alterando a Lei de Segurança, com a intenção de torná-la mais rigorosa, em termos punitivos, e mais ágil quanto à tramitação processual. O segundo conjunto de medidas visava reformar a própria Constituição. Foram propostas três emendas ao texto constitucional. A emenda nº1 permitia ao Executivo, mediante prévia autorização do Congresso, equiparar o Estado de Sítio a Estado de Guerra. A distinção era importante, pois o Estado de Guerra dava ao Presidente poder ainda maior que o fornecido pelo Estado de Sítio, suspendendo, por exemplo, garantias constitucionais como a imunidade parlamentar⁷³. A emenda nº 2 possibilitava excluir das Forças Armadas militares tidos como comunistas, e a nº 3 permitia exonerar sumariamente funcionários públicos civis. As emendas constitucionais e a reforma na LSN foram aprovadas pelos parlamentares em meados de dezembro, após sofrerem fortes pressões do governo e da imprensa. A oposição tentou protelar a discussão das matérias, mas foi atropelada pela onda anticomunista então em pleno crescimento⁷⁴.

⁷¹ O relatório, de 11 páginas, encontra-se arquivado em GV 35.12.03/3 - XX-87; AGV, CPDOC/FGV.

⁷² Daí saíram esboços do que viriam a ser o Departamento Nacional de Propaganda, futuro DIP, e o Tribunal de Segurança Nacional. CAMPOS, *Op.cit.*(1982), pp.42 e 43. Sobre a transição entre o DNP e o DIP conferir também GOULART, *Op.cit.* pp.56-61.

⁷³ DULLES, John W.F. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp.42 e 43.

⁷⁴ *O Jornal*, 18/12/35, p.1; CAMPOS, *Op.cit.*(1982), p.38.

Armado com os novos dispositivos o Estado empreendeu a maior campanha de repressão política jamais vista no Brasil. Prendeu inimigos aos milhares⁷⁵, produzindo uma chusma de presos políticos que abarrotou as antigas prisões e as novas instalações especialmente construídas para a ocasião. Os critérios “elásticos” utilizados para identificar os comunistas levaram à prisão milhares de esquerdistas de vários matizes, além de alguns indivíduos cujo único crime era possuir desafetos poderosos e inescrupulosos. A ocasião proporcionada pela perseguição anticomunista permitiu ao Estado afastar do convívio social outros inimigos da ordem: vagabundos e delinquentes comuns caíram também nas malhas da repressão e foram arrastados às prisões⁷⁶. Inúmeros presos políticos foram detidos sem acusação formal ou processo, o que é revelador do caráter discricionário da atuação policial no período. É verdade que a maioria acabou sendo liberada após alguns meses, mas isto não apaga o sofrimento passado nas infectas cadeias brasileiras. Graciliano Ramos deixou um testemunho cruelmente realista do cotidiano nas prisões políticas naquele momento, narrando as misérias enfrentadas pelos inimigos do regime⁷⁷. Além das péssimas condições de higiene e alimentação, a tortura foi adotada com muita frequência. O caso mais célebre foi o de Arthur Ewert, um dos enviados do *Komintern*, que enlouqueceu na prisão em decorrência da tortura. Muitos morreram nas mãos dos algozes policiais.

A escalada repressiva continuou ao longo de 1936, principalmente após ser colocada em prática a equiparação do Estado de Sítio a Estado de Guerra, em fins de março⁷⁸. Com as imunidades parlamentares suspensas, a polícia procedeu à prisão de quatro Deputados e um Senador, acusados de ligação com a ANL⁷⁹. Pouco depois, em julho, foi proposta a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), instrumento

⁷⁵ Há quem fale em até 20.000 presos. HUGGINS, *Op.cit.*, p.52.

⁷⁶ Na verdade, tal prática já era uma tradição republicana. Nas várias revoltas políticas ocorridas nos 30 anos anteriores a polícia invariavelmente aproveitou o ensejo para “limpar” as grandes cidades dos marginais. Cf. PINHEIRO, *Op.cit.*, pp.87-116 e 308-326.

⁷⁷ RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 28 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

⁷⁸ DULLES, *Op.cit.* (1985), p.43.

⁷⁹ A propósito, uma anotação no registro de Vargas mostra que o Presidente não comandava todas as ações repressivas, ao contrário do que comumente se pensa: “À hora do almoço, soube que haviam prendido um senador e três deputados comprometidos na campanha comunista. Mandeí indagar ao chefe de Polícia e tive a confirmação de que não podia deixar de prendê-los à vista do que havia descoberto”. VARGAS, *Op.cit.*, p.490. Não foram três, mas quatro os deputados presos (João Mangabeira, Domingos Velasco, Otávio da Silveira e Abgvar Bastos), além do Senador Abel Chermont.

concebido para julgar os revolucionários⁸⁰. O aparecimento do TSN, aprovado pelo Congresso em setembro, derivou da desconfiança dos setores anticomunistas em relação à justiça comum. Temiam que as instituições judiciárias fossem demasiado brandas na punição aos comunistas e pressionaram o Estado a estabelecer uma “justiça” especial para os presos políticos. Como os juizes do TSN seriam nomeados diretamente pelo Presidente, ficava fácil garantir a indicação de indivíduos comprometidos com os grupos anticomunistas mais intransigentes. E o Tribunal de exceção não desapontou seus idealizadores, tendo uma atuação muito rigorosa contra os acusados de envolvimento com o comunismo. Da criação até a extinção, em 1945, o TSN condenou mais de 4.000 pessoas, embora nem todas tenham sido julgadas por crime de subversão à ordem⁸¹.

Outra iniciativa visando aperfeiçoar o trabalho de repressão se deu com a realização do “Congresso das Polícias”, em outubro de 1936. O evento reuniu os chefes de polícia estaduais no intuito de coordenar as ações de combate ao comunismo, que até então vinham acontecendo de forma isolada. Na ausência de um organismo policial de âmbito nacional, que por sinal foi proposto por setores do governo, resolveu-se aproximar as autoridades policiais dos Estados, para obter a cooperação mútua. O evento, comandado pelo Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, redundou na criação de mecanismos de troca de informações entre os diversos organismos. Em cada Estado deveriam ser organizados fichários completos sobre as atividades comunistas, arquivos cujo acesso seria facultado às autoridades policiais das outras unidades da Federação⁸². Desta forma, ficava mais fácil acompanhar as ações dos militantes do PCB, que usavam como tática passar de um Estado a outro para fugir à ação policial.

Um capítulo bastante interessante e pouco conhecido da campanha anticomunista pós-35 teve lugar com a criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo

⁸⁰ A imprensa continuou a apoiar o governo, defendendo a necessidade do novo instrumento repressivo. Cf. *Estado de Minas*, 4/07/36, p.2.

⁸¹ Quando os inimigos políticos do regime começaram a escassear, o TSN passou a julgar crimes contra a economia popular e, durante a Guerra, condenou também alguns espões. Deve ser lembrado que os integralistas tornaram-se subversivos após maio de 1938, muitos tendo ido parar nas barras do TSN. Uma das melhores análises sobre a trajetória do Tribunal encontra-se em CAMPOS, *Op.cit.*(1982).

⁸² Entrevista com o Ministro da Justiça, Vicente Rao. *Acção*, 31/10/36, p.1. Em 1951, teve lugar o 2º Congresso Nacional de Polícia, que também colocou em destaque a repressão ao comunismo. Cf. VIEIRA, H. e SILVA, O. *História da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1955. É importante mencionar que a polícia federal só foi criada após a segunda grande onda anticomunista, em 1965.

(CNRC), em janeiro de 1936. O órgão, composto pelo Deputado Adalberto Corrêa (Presidente), pelo General Coelho Neto e pelo Almirante Paes Leme, subordinava-se ao Ministério da Justiça. Sua função era fazer investigações sumárias sobre os envolvidos em atividades de subversão à ordem, auxiliando o Executivo a localizar os elementos perigosos. A Comissão deveria sugerir ao Ministério da Justiça a abertura de processos administrativos ou judiciários para punição dos implicados no levante. Suas atividades de investigação deveriam ser facilitadas pelos órgãos subordinados à União, notadamente a Polícia do Distrito Federal. A CNRC foi concebida originalmente para facilitar o cumprimento das emendas constitucionais nºs 2 e 3, que dispunham sobre a exoneração dos comunistas do serviço público militar e civil. Seu trabalho era apontar ao governo os culpados, para que fossem punidos de pronto⁸³. O procedimento sumário das “investigações” e o clima de radicalismo da época nos levam a imaginar quantos abusos devem ter sido cometidos, em nome da urgência de combater o comunismo.

Poucos dias após a edição das primeiras instruções, o titular da Justiça baixou normas complementares para balizar as atividades da CNRC, que implicaram em tornar mais amplo o escopo de sua atuação. O artigo 1º das instruções complementares estabeleceu um objetivo ambicioso: “(...) a comissão de repressão ao comunismo extenderá sua acção em todo o territorio nacional (...)”⁸⁴. Para contornar a dificuldade de atingir tal meta autorizava-se a Comissão a nomear delegados para atuarem nas outras unidades da Federação. O 2º artigo repetia instrução anterior, determinando às autoridades colaboração no trabalho de investigação. Em seguida aparece a parte mais importante do documento, as atribuições da CNRC:

Art. 3º - Poderá a comissão:

- a) - propôr ao Governo Federal o afastamento provisorio dos respectivos cargos ou funcções, de quaesquer funcionarios civis ou militares, da União ou do Districto Federal, bem como sua prisão, ou detenção;
- b) - propôr a prisão ou detenção de qualquer pessoa cuja actividade seja reputada prejudicial ás instituições politicas e sociaes;
- c) - propôr iguaes medidas com relação ás demais pessoas indicadas pelas instrucções anteriores;

⁸³ Instruções do Ministro da Justiça aos membros da Comissão, 9/01/36. GV 35.12.03/3 – XXI-10; AGV, CDPOC/FGV.

⁸⁴ Instruções complementares do Ministro da Justiça à Comissão de Repressão ao Comunismo, 18/01/36. GV 35.12.03/3 – XXI-21; AGV, CPDOC/FGV.

- d) - propôr medidas tendentes a evitar a propaganda de ideias subversivas pela imprensa, ou, de modo geral, pela palavra ou através de publicações de qualquer natureza e requisitar a apreensão e destruição das edições ou publicações;
- e) - organizar, quanto antes, um plano tendente a uniformisar, em todo o país, as medidas de repressão ao comunismo⁸⁵.

Como se percebe, a intenção era conferir à Comissão um poder bastante amplo. Além de atuar em plano nacional, o órgão teria poder para mandar prender quem bem entendesse e afastar das funções servidores da União. Neste caso, continuava a valer a instrução anterior, que conferia poderes à Comissão para apontar os funcionários acusados de comunistas a serem exonerados. Atribuía-se ainda à CNRC tarefas de censura às publicações e o encargo de planejar a repressão em âmbito do país. Como se não bastasse, o 4º e último artigo do documento assinado pelo Ministro Rao trazia um detalhe muito significativo. O *caput* estabelecia que a Comissão deveria encaminhar suas ações ao Governo por intermédio do Ministério ao qual estava subordinada. No entanto, dizia o parágrafo único: “As requisições de prisão, ou detenção, quando de natureza urgente, poderão ser encaminhadas directamente ao Chefe de Polícia”⁸⁶.

Ficava aberto o caminho para o órgão se autonomizar em relação às autoridades superiores, articulando-se directamente com a polícia. A concessão de tão amplos poderes deve ter influído na forma como se conduziu a CNRC, que demonstrou prepotência e excesso de zelo em sua caçada aos comunistas. Durante sua breve existência, a Comissão teve uma atividade intensa, solicitando prisões e fazendo sugestões para o encaminhamento das políticas repressivas. No que tange aos pedidos de prisão, além de previsivelmente voltar-se contra militantes operários⁸⁷, a Comissão deu uma demonstração de seu inabalável radicalismo: solicitou a demissão (e posterior investigação) de juizes federais acusados de colocarem em liberdade comunistas presos⁸⁸. Além disso, ocupou-se em mandar apreender livros subversivos⁸⁹ e, numa atitude em que mostrava estar preocupada também com a segurança externa do Brasil frente ao

⁸⁵ *Idem.*

⁸⁶ *Idem.*

⁸⁷ A 4/03/36, por exemplo, a Comissão pediu a prisão de um grupo de ferroviários da Noroeste do Brasil, acusados de comunismo. AN, MJNI caixa 76, pasta 162/36.

⁸⁸ Em 15/02/36. AN, MJNI, caixa 76, pasta 368/36.

⁸⁹ A 4/02/36, a Comissão envia ofício ao Ministro solicitando apreensão de literatura comunista vendida no Rio de Janeiro. AN, MJNI, caixa 76, pasta 369/36.

comunismo, pediu ao governo vigilância redobrada na fronteira do Paraguai, pois o governo do Coronel Rafael Franco seria de orientação comunista⁹⁰. Outro exemplo revelador do ânimo anticomunista característico aos membros da CNRC: chegaram a ponto de solicitar o fechamento das casas de jogo, alegando que a corrupção e a degradação moral serviam aos propósitos do comunismo⁹¹.

A atuação da Comissão produziu grande tensão no interior do governo, levando à extinção do órgão. Os excessos cometidos contribuíram para colocar em xeque o trabalho do grupo, mas também foi importante o choque provocado em disputas no interior do aparato governamental. Algumas autoridades do Estado sentiram-se incomodadas com a desenvoltura da Comissão, principalmente com o Deputado Adalberto Corrêa, que tentava ganhar muito espaço e poder. No auge da sua influência, Corrêa chegou a participar de reuniões ministeriais, opinando sobre a repressão ao comunismo⁹². As tensões aumentaram a partir do momento que os membros da CNRC começaram a exigir do governo acatamento obrigatório a suas solicitações.

Mas a crise mais grave se deu quando foi requerida a prisão de pessoas próximas ao círculo palaciano. No início de fevereiro, a Comissão reclamou a detenção dos seguintes cidadãos: Pedro Ernesto Baptista, Prefeito do Distrito Federal, seu filho Odilon Baptista, o político Maurício de Lacerda, o educador Anísio Teixeira, o Coronel Felipe Moreira Lima e o médico Eliezer Magalhães, irmão do governador da Bahia⁹³. A questão tornou-se um problema político sério, pois alguns destes personagens acusados de envolvimento com os comunistas tinham protetores no governo. Além de Eliezer, naturalmente defendido por seu irmão Juracy Magalhães, havia um outro com “costas-quentes”: Pedro Ernesto era bem quisto pelo próprio Presidente, que não o indicara à toa para o cargo de administrador da Capital Federal. O médico Pedro Ernesto ajudara a Primeira-Dama a se restabelecer de grave acidente automobilístico e este fato certamente influenciara no seu prestígio junto a Vargas. Acompanhando as anotações em seu diário,

⁹⁰ Em 5/03/36, AN, MJNI, caixa 76, pasta 151/36.

⁹¹ Em 6/03/36, AN, MJNI, caixa 76, pasta 163/36. Um excerto deste documento foi citado no Capítulo 3, nota 96.

⁹² Carta de Adalberto Corrêa a Vargas, 2/04/36. GV 36.04.02/2 – XXII-3; AGV, CPDOC/FGV.

⁹³ Ofício da CNRC enviado ao Ministro da Justiça em 5/02/36. GV 35.12.03/3 – XXI-38; AGV, CPDOC/FGV.

pode-se perceber como o Presidente hesitou e resistiu a “entregar a cabeça” de Pedro Ernesto⁹⁴.

A crise decorrente do caso colocou o governo frente a uma situação delicada, pois a Comissão ameaçou demitir-se se o pedido de prisão não fosse aceito. A força da mobilização anticomunista naquela conjuntura era tal, que correram boatos sobre a possibilidade de um golpe militar se a CNRC se extinguisse e os “comunistas” acusados não fossem para a prisão⁹⁵. Usando sua célebre habilidade política, Vargas manobrou em meio às tensões⁹⁶ e evitou a explosão de uma crise incontornável. Após uma série de *démarches*, a demissão do órgão presidido por Adalberto Corrêa foi finalmente aceita, mas em compensação o grupo de Pedro Ernesto foi preso, no início de abril.

A extinção da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo decorreu de brigas internas no governo e não da falta de disposição deste em combater os revolucionários. Deve se considerar também o gigantismo das tarefas atribuídas ao órgão, que dificilmente poderiam ser cumpridas com a pouca estrutura disponível. Há quem atribua a tais dificuldades a extinção da Comissão⁹⁷. De qualquer modo, o episódio não alterou o ritmo da campanha anticomunista movida pelo Estado que, conduzida através de outras formas e instrumentos, continuou intensa.

A trajetória da CNRC, embora curta, é bastante ilustrativa do clima de pavor anticomunista que tomou conta das elites do país no contexto pós-35. E ela teve outro desdobramento interessante: serviu para projetar um personagem curioso, o Deputado Adalberto Corrêa. O presidente da Comissão adquiriu súbita notoriedade nacional,

⁹⁴ Já em julho de 1935 a polícia avisou Vargas que Pedro Ernesto estava se articulando com os revolucionários, mas ele encarou a informação como intriga comunista. Após o levante foram apreendidas cartas de Prestes ao Prefeito, consideradas um indício da participação deste no levante. Vargas começou a cogitar da hipótese de Pedro Ernesto estar sendo manobrado pelos comunistas, embora resistisse em aceitar sua prisão: “(...) apesar de meu desejo de salvá-lo, estou achando que sua situação se complica (...)”. VARGAS, *Op.cit.* pp. 407 e 489.

⁹⁵ Vargas foi avisado que o pedido de demissão da CNRC seria a senha para a deflagração de um movimento militar para derrubá-lo, sob o argumento de que o governo não era enérgico na luta anticomunista. Preocupado, o Presidente tentou protelar a extinção da Comissão. VARGAS, *Op.cit.*, pp.484 e 485.

⁹⁶ Setores anticomunistas da imprensa procuraram reverberar as pressões sobre Vargas, cobrando dureza da parte do governo na repressão aos revolucionários, sem protecionismos. Cf. “O dever do governo”, editorial da edição de 2/04/36 (p.4) de *O Diário*.

⁹⁷ Esta opinião foi defendida num artigo do jornal *Estado de Minas*, 11/03/37, p.2.

alavancada por suas investidas vigorosas contra o “comunismo”⁹⁸. Corrêa foi uma espécie de McCarthy *avant la lettre*, pois usou estratégias semelhantes às que o Senador norte-americano adotaria no início dos anos 50. Notabilizou-se por denunciar, de modo exagerado e algo sensacionalista, a presença comunista em toda parte. No início de 1937, começou a assestar suas baterias contra o próprio governo, acusando a existência de infiltração comunista em escalões do aparato governamental. Numa ocasião, subiu à Tribuna da Câmara para acusar o Ministro da Justiça (interino) Agamenon Magalhães de ter vínculos com os comunistas⁹⁹. De outra feita, apontou seu dedo acusador contra a polícia, segundo ele, também infiltrada: “O sr. Adalberto Corrêa reafirma as suas declarações (...) acrescentando que a Central de Polícia do Rio é um ninho de comunistas”¹⁰⁰. Tal como McCarthy, o deputado brasileiro se aproveitou do pânico anticomunista. Nos dois casos, convicção ideológica e interesse oportunista se misturaram de maneira complexa, sendo difícil distinguir uma motivação da outra.

O trabalho dos membros da CNRC, somado às investigações dos órgãos policiais, permitiu ao Estado colocar em prática uma faceta da repressão que causou muito prejuízo aos cidadãos acusados de ligação com o Partido Comunista: a demissão. Quando se fala na onda repressiva subsequente à “Intentona”, geralmente destacam-se as prisões, torturas e assassinatos. Mas a remoção do emprego também foi um aspecto importante da perseguição estatal aos “comunistas”, uma maneira ao mesmo tempo de punir e afastar os elementos perigosos do convívio social, na tentativa de anular o risco de “contagiar” outras pessoas com a “doutrina maldita”. Milhares de cidadãos foram demitidos, principalmente servidores públicos civis e militares, que se viram exonerados sumariamente de seus cargos. O governo federal empenhou-se em expurgar a fundo seus

⁹⁸ Nos bastidores, ele era ainda mais radical. Numa reunião com ministros do governo (19/03/36), Corrêa teria defendido a aplicação da pena de morte contra os comunistas. Sugeriu ainda a possibilidade de um golpe de Estado, no intuito de obter reformas institucionais para fortalecer o governo no combate ao comunismo. VARGAS, *Op.cit.*, p.488.

⁹⁹ *O Diário*, 10/03/37, p.4. Nesta polêmica há uma questão financeira envolvida, a qual não conseguimos deslindar inteiramente. Pela mesma época em que Corrêa o estava atacando, o Ministro da Justiça determinou a realização de um levantamento sobre as verbas oficiais recebidas pela CNRC. É possível que o Ministro estivesse procurando armas para contra-atacar. Por outro lado, também há a hipótese de que as diatribes de Corrêa contra o Ministro fossem uma retaliação a um pedido de verbas negado. Cf. CAMPOS, *Op.cit.* (1982), p.36. Em abril de 1937, foi montada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as atividades da CNRC. Mas a CPI encerrou seu trabalho sem chegar a qualquer resultado. Cf. CAMARGO, *Op.cit.*, p.150.

quadros e para tanto lançou mão das prerrogativas contidas nas emendas constitucionais. Nos primeiros meses de 1936, numerosos funcionários administrativos foram afastados do serviço¹⁰¹, além de centenas de militares envolvidos nos levantes.

Em meio à “operação limpeza” promovida, o expurgo de um grupo gerou especial celeuma, o magistério. Os setores anticomunistas guardavam particular rancor em relação aos professores esquerdistas, considerando-os perigosos propagadores das idéias revolucionárias. Temia-se o contato dos “mestres comunistas” com os jovens estudantes, que poderiam ser levados a abraçarem as “doutrinas exóticas” por influência de tais professores. Neste caso, como em tantos outros, o adjetivo comunista foi utilizado de modo impreciso, abrangendo intelectuais que não tinham qualquer relação com o PCB. Logo na seqüência ao levante começaram a se ouvir as primeiras vozes cobrando das autoridades o afastamento dos docentes indesejáveis: “(...) não se deve permittir (...) nas cathedras de nossas escolas o apostolado communista. Queremos que o sr. Getulio Vargas se valha desta oportunidade para um justo ‘trriage’”¹⁰². Quando as punições vieram, meses depois, a atitude “saneadora” do governo foi entusiasticamente comemorada pela imprensa conservadora¹⁰³, que reverberava a satisfação da opinião anticomunista.

Embora os servidores públicos tenham se constituído em vítimas privilegiadas das perseguições, os trabalhadores da iniciativa privada também foram afetados. A Lei de Segurança Nacional, alterada pela reforma a que foi submetida em dezembro de 1935, autorizava a demissão, sem indenizações, de trabalhadores considerados subversivos. Bastava o empregador solicitar autorização ao Ministério do Trabalho, que, por sua vez, deveria pedir informações à autoridade policial. Confirmadas as suspeitas, o trabalhador com idéias comunistas era demitido sumariamente, perdendo qualquer indenização ou vantagem a que tivesse direito¹⁰⁴. Não é difícil imaginar quantos abusos podem ter sido

¹⁰⁰ Estado de Minas, 10/03/37, p.1.

¹⁰¹ “Por exercerem actividades subversivas – exonerados e afastados dos cargos varios funcionarios publicos. *Estado de Minas*, 4/04//36, p.1.

¹⁰² “A cathedra e o communismo”. *Estado de Minas*, 5/12/35, p.2

¹⁰³ “Saneando”. *O Diário*, 3/04/36, p.4. O principal alvo era um grupo de professores de direito do Rio de Janeiro, entre eles Hermes Lima, Leônidas de Rezende e Edgar Castro Rabelo.

¹⁰⁴ A nova LSN, Lei nº 136, foi sancionada em 14/12/35. Os procedimentos para demitir trabalhadores da iniciativa privada foram detalhados em uma circular do Ministério da Justiça, de 2/01/36: “Sobre a punição dos responsaveis pelo movimento subversivo das instituições politicas e sociaes”. GV 35.12.03/3 – XXI-2; AGV, CPDOC/FGV.

cometidos à sombra de tais dispositivos. O patronato não perdeu a oportunidade, pois algumas empresas receberam o aval do Ministro do Trabalho para expurgar funcionários suspeitos¹⁰⁵, provocando um montante de demissões difícil de precisar.

Paralelamente à escalada repressiva, desenvolveu-se uma igualmente intensa campanha de propaganda contra o comunismo. Na ótica dos grupos conservadores tratava-se não só de combater o inimigo pela força, mas também de “expeli-lo dos espíritos”¹⁰⁶. O levante teve o efeito de provocar um consenso entre as elites e o governo do país, que se convenceram da necessidade urgente de promover uma ofensiva propagandística de caráter anticomunista. Os agentes principais deste processo, Estado, imprensa e Igreja católica, eventualmente, acusaram-se mutuamente de falta de empenho, mas de maneira geral trabalharam em conjunto em prol da causa comum.

O aparato estatal tratou de organizar-se, a fim de estar em condições de cumprir a tarefa de “esclarecer” a população sobre os males do comunismo. Para este propósito foi significativa a criação do Departamento Nacional de Propaganda, que se tornou peça-chave na máquina de comunicação do governo federal. O DNP, reestruturado e rebatizado de DIP em 1939, além de produzir e publicar peças de propaganda distribuía seu material aos veículos de imprensa do país. Além disso, investiu esforços num veículo de comunicação ainda novo na época, e com um potencial extraordinário, o rádio. Notadamente a partir de 1937, no contexto da implantação do Estado Novo, as transmissões radiofônicas se tornariam importantes canais para divulgação de mensagens anticomunistas.

Quanto à Igreja, se já possuía indisposição tradicional contra o comunismo, os acontecimentos de 1935 tonificaram sua verve contra-revolucionária. A secular instituição aumentou sua mobilização anticomunista, lançando mão de sua força e suas “armas”: o púlpito era sua tribuna e o apostolado leigo seu exército. Neste contexto, deve-se ressaltar, é que se criou os Círculos Operários em âmbito nacional, bem como se organizou a segunda edição do Congresso Eucarístico. De maneira geral, envidaram-se esforços para aumentar a divulgação dos argumentos anticomunistas de base religiosa,

¹⁰⁵ “Demittidos como extremistas!” *A Noite*, 2/04/36, p.1; “O combate ao extremismo no paiz – foram demittidos numerosos funcionarios de companhias particulares (...)”. *Folha de Minas*, 3/04/36, p.1.

¹⁰⁶ *Estado de Minas*, 31/07/36, p.2.

trabalho que contou com o empenho não somente dos periódicos católicos, mas também com a colaboração da imprensa leiga. Movidos pelo temor ao comunismo, muitos jornais até então indiferentes às questões sagradas começaram a acolher com mais generosidade em suas páginas a opinião dos católicos. Como conseqüência, passaram a aparecer freqüentes menções a discursos do Papa, sempre condenando o “erro” comunista e proibindo os fiéis de aproximarem-se da “doutrina infernal”¹⁰⁷.

Coube à grande imprensa um papel de destaque na campanha de propaganda anticomunista que emergiu após a insurreição de 1935. Os jornais serviram de ponto de convergência para os diversos setores da opinião anticomunista, recebendo influxos provenientes do Estado, da Igreja e das elites sociais. Mas não se deve considerá-los mera correia de transmissão, como se apenas refletissem os interesses dos grupos tradicionais. A imprensa foi agente ativo e interveio nos embates políticos como força de pressão autônoma, influenciando decisivamente nos rumos tomados pelos acontecimentos. Ela reclamou uma presença mais agressiva do Estado na batalha de propaganda contra o comunismo¹⁰⁸, defendendo, por exemplo, a necessidade de um plano de ação no campo do ensino, a fim de “(...) criar, no Brasil, com a maior urgencia, uma verdadeira mentalidade anti-communista (...)”¹⁰⁹. E, para que alcançasse resultados satisfatórios, a proposta de atuar no ensino demandava, especificamente, uma “campanha anti-communista nas escolas superiores”¹¹⁰, para que houvesse uma contraposição eficaz ao proselitismo do marxismo (“Idéas contra idéas”¹¹¹).

O empenho dos jornais garantiu o sucesso da ofensiva anticomunista, que redundou na cristalização de representações aprofundando a gravidade do “perigo comunista”, bem como de um imaginário caracterizando os revolucionários marxistas como criaturas ruins e violentas, no limite, sinistras e maléficas. O eixo da campanha se baseou, em essência, na exploração dos fatos relacionados à “Intentona” e dos aspectos

¹⁰⁷ “O S. Padre encommendou ao mundo que ‘se conserve alerta contra as pretensas suducções do communismo e contra os falsos prophetas que pregam o erro (...)’”. *Folha de Minas*, 2/06/36, p.1.

¹⁰⁸ “Effectivamente, cumpre que se desdobre um largo programma de propaganda anti-communista (...)”. *Estado de Minas*, 18/03/36, p.2.

¹⁰⁹ *O Estado de São Paulo*, 26/03/36, p.3.

¹¹⁰ É o título de uma matéria, assinada por Edgar de Godoi. *O Diário*, 1/01/36, p.13.

¹¹¹ Título de uma matéria, onde se defende a “(...) criação de uma Faculdade de Sciencias Politicas e Economicas para um combate efficiente ao communismo”. *Estado de Minas*, 12/01/36, p.2.

negativos da experiência soviética. Como já foi analisado, tratou-se de apresentar aspectos da “realidade” de maneira deformada e deturpada. Para garantir a eficácia da campanha anticomunista, os jornais mais empenhados adotaram a estratégia de manter o assunto em evidência. Quase diariamente, publicava-se matérias criticando o comunismo, de modo a fixar no público a mensagem pretendida.

Além das frequentes referências às ações nefastas de novembro de 1935, sempre rememoradas, e das recorrentes menções às mazelas da Rússia soviética, havia outros tópicos a serem explorados no intuito de “engordar” a propaganda. Um dos temas mais comuns eram as notícias sobre expulsão de estrangeiros, que eram banidos sob acusação de terem participado no levante comunista. A maioria dos jornais publicava notas sobre o assunto, e foram muitas as levadas de estrangeiros expulsos do território nacional. Algumas vezes, apareciam junto às matérias fotografias dos homens e mulheres retirados à força do Brasil pelo governo, prática que invariavelmente era recebida com regozijo pela imprensa (“Bons ventos os levem ...”¹¹²).

A constante referência a prisões e “estouro” de células comunistas, se constituía em outra estratégia utilizada para manter o assunto na ordem do dia. Em muitos casos, percebe-se nitidamente a “maquiagem” do noticiário, que trata com alarde episódios de importância menor (“Preso o sucessor de Berger! Tramava-se novamente no Rio a insurreição bolchevista”¹¹³; “A polícia prendeu dois enviados do Komintern e localizou duas células comunistas, em Nictheroy e Olaria”¹¹⁴). De maneira semelhante, as manchetes falavam sempre de tramas e complôs comunistas descobertos pela polícia (“Descoberta de um plano comunista de subversão do Nordeste”¹¹⁵; “Persistem nos seus planos diabólicos”¹¹⁶), na tentativa de manter aceso na população o pavor ao comunismo.

No que respeita às notícias sobre prisões, uma observação curiosa: o comunismo e os comunistas tendem a ser tratados por parcela expressiva da imprensa como “caso de polícia”. Argumentos deste gênero chegaram a ser explicitados em alguns casos: “(...) o

¹¹² *Jornal do Brasil*, 16/12/37, p.11.

¹¹³ *A Noite*, 10/07/36, p.1.

¹¹⁴ *Folha de Minas*, 11/07/36, p.1.

¹¹⁵ *O Estado de São Paulo*, 12/07/36, p.2.

¹¹⁶ *A Noite*, 7/09/36 (Edição Final), p.1.

comunismo é, por excelência e antes de mais, um caso de cadeia pública (...)”¹¹⁷. Entretanto, mesmo em situações onde não ocorreu uma associação direta entre comunismo e delinquência, tal idéia podia aparecer de forma velada. Uma prática comum a muitos jornais é reveladora da concepção dominante acerca do comunismo: o noticiário relativo aos subversivos era publicado na página policial. Desta maneira, os comunistas não eram considerados e representados na qualidade de grupo político, mas como uma gangue de marginais.

O *Jornal do Brasil*, por exemplo, publicava o noticiário sobre o PCB na seção “Na polícia e nas ruas”. Numa das muitas matérias sobre prisão de subversivos (acompanhada das fotos dos detidos) saiu um comentário interessante, a reforçar a representação dos revolucionários como delinquentes comuns. Além de ser comunista, um dos elementos viveria do lenocínio, já que explorava uma companheira “decaída”¹¹⁸.

A identificação dos comunistas com a delinquência comum era facilitada pela prática, corrente em muitos jornais, de publicar fotografias dos presos. As fotos, tiradas na polícia e seguindo o estilo que lhe era peculiar, retratavam os revolucionários nos mesmos ângulos e poses utilizados para enquadrar os marginais. Os leitores das páginas policiais dos jornais não notariam nenhuma diferença entre os comunistas e os delinquentes. Os rostos inchados e marcados de hematomas, que algumas fotografias estampavam sem qualquer sombra de pudor, revelavam o tratamento dispensado aos comunistas nos cárceres.

Em suma, poucos meses após a insurreição de 1935, um vagalhão anticomunista havia se formado, trazendo em seu bojo dois desdobramentos principais. De um lado, as forças conservadoras articularam uma reforma institucional que armou o Estado com um formidável dispositivo de repressão, num processo correlato de fortalecimento do poder central. De outro, o pavor aos “vermelhos” deu origem a uma formidável campanha anticomunista, responsável por consolidar, em pouco tempo, um imaginário que associava o comunismo ao “mal” (demônio, doença, violência, imoralidade, etc). Neste quadro, emergiram representações intensamente maniqueístas da realidade, entendendo o mundo como uma oposição irreconciliável entre bem e mal. Se quanto à identidade do

¹¹⁷ *Jornal do Brasil*, 1/12/35, p.6.

mal não havia dúvidas, as forças postadas ao lado do bem poderiam variar dependendo da versão: cristianismo *versus* comunismo; Cristo *versus* Anti-Cristo; Roma *versus* Moscou; luz *versus* trevas; verdade *versus* erro; espiritualismo *versus* materialismo; integralismo *versus* comunismo; nacional *versus* estrangeiro. Mas, como se pode notar observando os pares antagônicos mais recorrentes do discurso anticomunista dos anos 30, a argumentação religiosa ocupou papel hegemônico nas representações contra-revolucionárias do período.

O GRANDE ENGODO

Após algum tempo de intensa mobilização, porém, a campanha anticomunista começou a arrefecer. A partir do final de 1936 é visível a redução da ansiedade em torno do tema, especialmente no que tange à grande imprensa. Provavelmente, isto ocorreu devido à percepção do sucesso alcançado: conseguiu-se consolidar na mentalidade popular uma imagem execrável dos comunistas e o Estado fora aparelhado para reprimir qualquer tentativa subversiva. Nestas condições, e lembrando que as organizações do PCB tinham sido em grande parte desestruturadas pela polícia, não parecia necessário manter uma pressão muito forte, pois tudo indicava que o perigo maior já passara e a ordem estava salva. Tal realidade é comprovada pelo fato de que os grupos anticomunistas mais radicais protestaram contra o esfriamento da campanha, notadamente os integralistas¹¹⁹ e os católicos radicais:

A marcha do communismo tem se processado entre nós com notavel rapidez. Só não a veem os monumentos historicos (...); os pan-politicos e pan-sexualistas, cujo numero é impossivel precisar; os mediocres intellectuaes sem estudos; os interessados na marcha da revolução vermelha, e os demais, cuja classificação é da competencia do prof. Lopes Rodrigues. Todos os outros notam a marcha rapida e progressiva do communismo no Brasil. Seria ingenuidade attribuir isto a uma só causa. As causas são muitas. Mas, sem duvida, a falta de anti-propaganda é dos melhores auxiliares das idéas mentirosas de Moscou¹²⁰.

¹¹⁸ *Jornal do Brasil*, 17/04/37, p.11.

¹¹⁹ “Os políticos podem ter esquecido a jornada tragica de 27 de novembro. Não a esquecerão (...) os que expuzeram a vida por este ideal”. *A Offensiva*, 17/01/37, p.1.

Em que pesem as reclamações dos grupos mais extremados, o fato é que a campanha efetivamente perdeu o vigor, embora não tenha desaparecido. Outros temas começaram a ocupar as atenções, como a corrida presidencial, por exemplo. Ainda assim, a ofensiva contra o comunismo que eletrizou o país entre o final de 1935 e a primeira metade do ano seguinte, foi vigorosa a ponto de enraizar um forte sentimento anticomunista na população, que foi manipulado pelos promotores do grande engodo de 37.

O arrefecimento da mobilização anticomunista trouxe desdobramentos políticos importantes. O poder excepcional conferido ao Presidente através do Estado de Guerra, que vinha sendo renovado continuamente desde novembro de 1935, terminou em junho de 1937. Os parlamentares se mostraram pouco receptivos à idéia de renovar por mais três meses o Estado de Guerra, e o governo preferiu não solicitar a prorrogação. Movia os políticos o desejo de retornar à normalidade institucional, a partir do entendimento de que não havia mais razão para manter o regime de exceção¹²¹. Por outro lado, as eleições presidenciais estavam marcadas para o início de 1938 e a campanha sucessória começava a ganhar as ruas. Os grupos ligados às candidaturas ansiavam por um clima de liberdade política, a fim de viabilizar as campanhas e a própria eleição¹²².

Por volta de meados de 1937, a situação parecia mesmo caminhar para a normalização institucional. Além da restauração das prerrogativas liberais e do início da corrida eleitoral, que se fez acompanhar de algumas práticas democráticas (mobilizações políticas e comícios, por exemplo), outros sinais sugeriam a chegada de um horizonte político menos carregado. No mesmo mês de junho, o Ministro da Justiça José Carlos de Macedo Soares, recentemente alçado ao cargo, começou a ordenar a soltura de presos políticos sem culpa formada até então. A “macedada”, nome pelo qual ficou conhecida

¹²⁰ *O Diário*, 8/06/37, p.5.

¹²¹ Dario de Almeida Magalhães, figura importante dos Diários Associados, comemorou o retorno à normalidade: “Não se justificava que, por mais tempo, continuássemos no regime de puro arbitrio governamental. (...) O trabalho de repressão se exerceu com energia e efficacia. Não surgiram outros focos graves de agitação vermelha”. *Estado de Minas*, 15/06/37, p.1.

¹²² Paradoxalmente, apesar de terem defendido o fim do Estado de Guerra sob o argumento de que o comunismo não representava mais perigo sério, os políticos em disputa pela presidência usaram argumentos anticomunistas na tentativa de atrair o eleitorado. Cf. VARGAS, *Op.cit.* (vol.2), p.67.

esta libertação em massa, devolveu às ruas algumas centenas de “hóspedes” da polícia, contribuindo assim para esvaziar os cárceres do governo¹²³.

Em meados de setembro, mais um bom augúrio: o Supremo Tribunal Militar (STM), agindo na qualidade de instância judiciária superior ao TSN, acolheu favoravelmente alguns recursos interpostos contra decisões tomadas por este. O STM anulou ou reduziu algumas penas originalmente imputadas pelo TSN. Foram beneficiadas personalidades importantes, como os parlamentares presos em março de 1936. Mas o caso mais rumoroso foi o de Pedro Ernesto. O ex-prefeito do Distrito Federal foi julgado culpado pelo TSN, mas o STM acolheu seu recurso e o absolveu¹²⁴.

A reação dos grupos anticomunistas não se fez esperar, revelando o quanto este clima de retorno à liberdade e ao Estado de Direito era frágil e efêmero. O anticomunismo radical reagiu de maneira irada às ações do Ministro da Justiça e do STM, fazendo acusações e prognósticos terríveis sobre os riscos de retorno da subversão. O jornal católico *O Diário*, por exemplo, atacando os grupos considerados indiferentes ao risco de recrudescimento da “ameaça comunista”, vaticinou que um pesadelo estava a caminho:

Não teremos muito que esperar. Novo golpe comunista reventará dentro em pouco. E então o silêncio será interrompido. Então os católicos emudecidos, os deputados silenciosos, a imprensa arrolhada, os governantes politiquieiros gritarão.

Gritarão na ponta da faca dos magarefes comunistas.

Gritarão diante de suas filhas e esposas violadas.

Gritarão diante de seus bens saqueados.

Gritarão diante de suas igrejas incendiadas e de seus altares profanados.

Gritarão sob o azorrague dos senhores comunistas, que tem pelo menos a sagacidade de não perder as ocasiões e de não se enternecer com os sentimentalismos, como bem o demonstraram em 1935. Esses luxos sentimentais ficam para os ministros de estado¹²⁵.

O Ministro Macedo Soares, mencionado de maneira discreta na última frase do excerto, se tornou o principal alvo dos ataques dos anticomunistas, que não perdoavam suas atitudes em benefício dos presos políticos. Numa matéria publicada pelo mesmo veículo poucos dias antes e dedicada a criticar, em termos ácidos, a “macedada”, sugeriu-se que as ações de Macedo Soares só podiam ser explicadas pela presença das forças malignas: “Que força demoníaca será essa que pode lançar um homem ao avesso das

¹²³ DULLES, *Op.cit.* (1985), p.110.

¹²⁴ CAMPOS, *Op.cit.* (1982), pp.54-57.

coisas ao lado de lá da razão, e da realidade?”¹²⁶. Como se vê, os grupos anticomunistas lançaram-se com vigor ao ataque, dispostos a fazer o máximo de pressão possível no sentido de impedir o processo de relaxamento da repressão. Seja por razões ideológicas, seja por conveniência política, ou as duas coisas ao mesmo tempo, a tímida liberalização política ensaiada a partir de meados de 1937 provocou a mobilização dos grupos anticomunistas radicais, notadamente integralistas, católicos e militares. E as relações entre tais grupos eram muito próximas, sendo comuns os casos de indivíduos pertencentes, simultaneamente, as três “confissões” referidas.

Agindo paralelamente à ofensiva dos católicos conservadores, a imprensa integralista também intensificou a campanha anticomunista. As manchetes dos jornais da AIB buscavam fazer retornar o pavor típico ao momento pós-“Intentona”, apresentando seguidas denúncias sobre a trama comunista em marcha. A julgar por tais fontes, o Brasil estaria na iminência de se tornar uma nova Espanha, andando em passos rápidos rumo à guerra civil. Em agosto de 1937, a campanha integralista atinge o clímax. Plínio Salgado faz uma declaração bombástica sobre a iminência de novo surto comunista, acusação sensacionalista que foi reverberada pelos jornais integralistas e por alguns “simpatizantes”¹²⁷. A manobra integralista chamou a atenção dos setores comprometidos com o processo de normalização institucional, que por sua vez denunciaram os seguidores de Plínio Salgado. Acusou-se o integralismo de inventar conspirações comunistas com o intuito de justificar medidas autoritárias (“Os adeptos do sigma divulgam material de propaganda comunista afim de facilitar a decretação do Estado de Guerra”¹²⁸), bem como de enviar agentes provocadores aos bairros operários na tentativa de criar tumultos, que serviriam igualmente como pretexto para um golpe¹²⁹.

A maneira como as coisas se passaram, entre agosto e setembro de 1937, parece realmente dar razão às suspeitas sobre a existência de um plano articulado pelos grupos conservadores e anticomunistas. Após as mudanças liberalizantes do final do primeiro

¹²⁵ *O Diário*, 27/06/37, p.2.

¹²⁶ *O Diário*, 17/06/37, p.4.

¹²⁷ *A Offensiva*, 6, 7 e 8/08/37 (1ª página) e *O Diário*, 8/08/37, suplemento literário.

¹²⁸ *Estado de Minas*, 21/08/37, p.1.

¹²⁹ “O sr. Café Filho afirmou na Câmara que agentes provocadores percorrem os centros operários fomentando movimentos que justifiquem um golpe integralista ou militar”. *Estado de Minas*, 29/08/37, p.1.

semestre teve lugar uma seqüência de acontecimentos convergindo para restabelecer no público o clima de pavor anticomunista, ambiente favorável à intensificação do autoritarismo estatal. Primeiramente, a já mencionada ofensiva da imprensa direitista, em julho/agosto, coordenada com o empenho propagandístico da AIB. Em seguida, em setembro, nova reação anticomunista, nesta ocasião detonada pelos julgamentos do STM favoráveis aos presos políticos. Desta feita, o descontentamento gerou a mobilização de setores expressivos das elites do país, notadamente as hierarquias militar e eclesiástica.

Em meados do mês de setembro, o episcopado brasileiro tornou público um documento pastoral coletivo, a *Carta Pastoral e Mandamento do Episcopado Brasileiro sobre o Comunismo Ateu*¹³⁰. A Carta, assinada por dezenas de bispos, arcebispos, além do Cardeal do Rio e do Primaz da Bahia, se constituía num ataque virulento ao comunismo. Lançando mão do arsenal costumeiro das representações anticomunistas cristãs, o documento insta os católicos a lutarem contra o desafio comunista, que é identificado ao mal absoluto. Genericamente, a manifestação dos bispos brasileiros estava calcada na Encíclica *Divinis Redemptoris*¹³¹, principal investida papal contra o comunismo, cujos argumentos centrais são comentados e repetidos.

Em princípio, não há surpresa nisto, pois a função do episcopado é traduzir para o clero sob sua responsabilidade as orientações papais, que por efeito desta “linha de transmissão” chegam aos fiéis. O curioso é que *Divinis Redemptoris* apareceu em março, enquanto a Carta do episcopado brasileiro saiu apenas em setembro, coincidindo justamente com a mobilização anticomunista então em curso. É razoável supor que a iniciativa do alto clero nacional tenha sido motivada pela intenção de convergir com a referida articulação, fortalecendo a posição dos grupos que pressionavam contra a desmontagem do aparato repressivo à disposição do Estado.

Poucos dias após a manifestação da hierarquia eclesiástica, outro fato de relevo teve lugar, agora envolvendo a cúpula das corporações militares. Convocou-se a realização de uma cerimônia cívica em homenagem aos mortos da “Intentona”, numa evocação que calava fundo no espírito dos militares. A marcha ao túmulo dos heróis foi

¹³⁰ *Op.cit.*(1938). A imprensa deu grande destaque à manifestação anticomunista coletiva dos bispos brasileiros. Cf, por exemplo, *Estado de Minas*, 18/09/37, p.1. e *O Diário*, 19/09/37, suplemento literário.

¹³¹ Pio XI, *Op.cit.*

marcada para o dia 23 de setembro, tendo alcançado ampla repercussão nacional. A iniciativa certamente partiu do meio castrense, mas recebeu apoio entusiástico de autoridades civis e do empresariado da Capital da República. Tomaram-se medidas visando transformar o evento numa manifestação política de peso. Para garantir a presença de público e assim alcançar o efeito desejado, as FFAA decretaram ponto facultativo nas unidades estacionadas no Rio de Janeiro, mesma atitude adotada pela prefeitura do Distrito Federal. O comércio e os estabelecimentos bancários da cidade também colaboraram, fechando suas portas no período da manhã, horário em que se daria a cerimônia. Um esquema especial de transporte foi montado, também com intuito de estimular a afluência de público. Analisando a cobertura da imprensa pode-se perceber que os esforços trouxeram algum êxito, pois as fotografias mostram uma pequena multidão no local da solenidade (Cemitério São João Batista)¹³². Várias autoridades falaram ao microfone, inclusive o próprio Presidente da República, e os discursos foram irradiados para todo o país pelos técnicos do Departamento de Propaganda.

Quando da convocação da “marcha cívica”, o Ministério da Guerra divulgou nota à imprensa afirmando que a idéia “(...) nasceu espontânea, nos diversos sectores de actividades publica e privada (...)”¹³³. Curiosa espontaneidade, já que a celebração foi preparada em detalhes para que causasse forte impacto, e contou inclusive com desdobramentos em outros Estados¹³⁴. Também não ocorreu aos envolvidos explicar a razão da antecipação da solenidade, uma vez que a insurreição ocorrera em novembro e não em setembro. O detalhe chama ainda mais atenção devido ao fato de no ano anterior, 1936, as autoridades militares terem realizado cerimônias no dia 27 de novembro, data que foi oficializada como o dia da “Intentona” e comemorada pelas décadas seguintes. Considerando as solenidades realizadas anualmente durante um período de aproximadamente meio século, apenas em 1937 o calendário comemorativo foi alterado.

¹³² O *Jornal do Brasil* apresentou uma cobertura detalhada e entusiasmada do acontecimento, de onde retiramos a maior parte das informações. Ver edições de 22/09/37 (p.7) e 23/09/37 (pp.9-13).

¹³³ *O Estado de São Paulo*, 22/09/37, p.1.

¹³⁴ Na mesma data foi realizada uma romaria ao túmulo do Tenente Bragança, em Belo Horizonte (*Folha de Minas*, 23/09/37, p.1). O principal promotor foi o Gov. Benedito Valladares, um dos maiores esteios civis do golpe perpetrado a 10 de Novembro.

A explicação mais provável para a antecipação: a “romaria cívica” foi realizada em setembro para engrossar o clima de mobilização contra o comunismo.

O recrudescimento da campanha anticomunista, em agosto/setembro, adubou o terreno para a “descoberta” sensacional do Plano Cohen. A opinião popular já estava há meses na expectativa de que os comunistas preparavam algo, razão pela qual as manchetes dos jornais de 1 de outubro (por exemplo: “Um plano terrorista do comunismo internacional para ser posto em execução no Brasil”¹³⁵) devem ter causado indignação e medo, mas não surpresa. Desta feita, as denúncias sobre a trama comunista ganharam uma consistência maior, pois até então se falou muito em conspirações, porém, sem apresentar evidências. O documento com a assinatura apócrifa “Cohen”, que muitos jornais publicaram na íntegra, conferiu materialidade à retórica dos setores anticomunistas. Agora, ficava mais fácil acreditar nas advertências sobre a volta do “perigo vermelho”.

Aproveitando-se do momento de comoção, o governo solicitou ao Congresso autorização para decretar o Estado de Guerra, objetivo almejado pelos grupos conservadores desde junho, quando a legislação de exceção expirara. A pressão sobre os parlamentares foi enorme, a ponto da matéria ter entrado em discussão e ser aprovada sem que tivessem acesso à documentação. As únicas fontes a orientar a apreciação parlamentar sobre o assunto foram informações publicadas pelos jornais!

No que se refere ao comportamento da imprensa, é interessante observar, não houve a mesma unanimidade observada após o levante comunista. Alguns órgãos importantes demonstraram ceticismo e mesmo desconfiança, temendo as conseqüências do novo quadro institucional para as eleições. O *Estado de São Paulo*, por exemplo, deixou claras suas dúvidas em editorial publicado a 2/10/37¹³⁶. O “Estadão” estava comprometido com a candidatura presidencial de Armando de Salles Oliveira e, por esta razão, temia que o retorno ao estado de exceção implicasse no cancelamento das eleições.

¹³⁵ *O Jornal*, 1/10/37, p.7. Alguns jornais divulgaram o furo no dia 30/09, jactando-se de possuírem boas fontes (“Está sendo preparada nova revolução comunista no Brasil”, *O Diário*, 3009/37, p.1), mas a maioria só o fez no primeiro dia de outubro. É interessante observar que os contemporâneos praticamente não usaram a expressão “Plano Cohen”. Sua adoção generalizada deu-se em período posterior.

¹³⁶ “Notas e informações”. *O Estado de São Paulo*, 2/10/37, p.3.

Mas em que pese o aparecimento de algumas manifestações cétricas, o grosso da imprensa apoiou o governo, acreditando ou fingindo acreditar na necessidade do Estado de Guerra.

O prestígio das autoridades militares ajudou a convencer a sociedade de que os propósitos do governo eram honestos. Os militares tinham uma imagem de isenção, de desinteresse pelas paixões políticas, e tranqüilizaram os temores dos cétricos. Foi o que aconteceu com *O Estado de São Paulo*. O diário da família Mesquita, poucos dias depois de levantar dúvidas sobre os reais propósitos do governo no episódio da decretação do Estado de Guerra, declarou que a desconfiança inicial havia se dissipado. A nova postura devia-se ao respeito devotado aos Ministros militares, notadamente ao General Dutra, que cancelavam com seu aval a autenticidade do plano comunista. Nestas condições, dizia o editorialista do jornal “(...) para combater o comunismo não recusaremos ao governo todas as providencias que a Constituição permite”¹³⁷.

O posicionamento da hierarquia militar frente à nova “trama comunista” foi explicitado na exposição de motivos apresentada ao Congresso. O documento governamental solicitando a decretação do Estado de Guerra foi elaborado pelos Ministros da Guerra, General Eurico Dutra, e da Marinha, Almirante Aristides Guilhen. Na mensagem, os dois comandantes das FFAA tentam convencer o Parlamento e a nação da necessidade urgente de conferir ao Estado poder extraordinário, tendo em vista a gravidade da ameaça pairando sobre as cabeças de todos:

Não é fantasia das autoridades, não é temor que nos domina os animos. Os documentos de origem comunista, vindos do exterior ou editados em nosso proprio territorio são copiosos e precisos. As atitudes agressivas dos elementos recentemente postos em liberdade são publicas e evidentes. (...).

A propaganda comunista invade todos os setores da atividade publica e privada. O comercio, a industria, as classes laboriosas, a sociedade em geral e a propria familia vivem em constante sobressalto.

Já conhece a Nação o plano de ação comunista desvendado pelo Estado Maior do Exército. (...).

Nada disto é fantasia.(...).

A policia (...) tem informações seguras de que a explosão se dará antes das eleições gerais de 3 de janeiro do ano vindouro, eleições cuja realização o comunismo deliberou impedir.

Mau grado essas informações, que são fidedignas e precisas, não poderá a policia fazer abortar o golpe que se prepara, pois as proprias leis atuais constituem obstaculo insuperavel á ação da autoridade e consequentemente um poderoso incentivo á pratica de delitos lesa-patria. (...)

¹³⁷ “Notas e informações”. *O Estado de São Paulo*, 7/10/37, p.3.

Em presença deste espetáculo ameaçador e lastimável todos podem emudecer - menos as Forças Armadas. (...)

As Forças Armadas constituem o único elemento capaz de salvar o Brasil da catástrofe prestes a explodir (...).

Impõe-se, contra a ação nefasta iminente, a ação honesta e salvadora das instituições nacionais. A luta será violenta, sem quartéis. E nela tudo é questão de iniciativas; quem perdê-la estará comprometido, pelo menos no primeiro momento. Lá está o exemplo da Hespanha, flagrante, expressivo, irrefutável.

Assim, é preciso agir, e agir imediatamente, sem parar ante as mais respeitáveis considerações.

Acima de tudo está a salvação da Pátria¹³⁸.

O quadro traçado por Dutra e Guilhen é terrível, a Pátria estaria a ponto de ser engolfada por violento golpe comunista. Para sensibilizar os que se preocupavam com o calendário eleitoral uma “isca”, revelando uma faceta cínica da manobra. O plano comunista visaria impedir as eleições e para garanti-las, portanto, seria indispensável entregar ao governo o poder de que necessitava para destruir a conspiração “vermelha”. As instituições estavam ameaçadas, mas elas próprias constituíam obstáculo à sua salvação. Urgia golpear as instituições, suspender seu funcionamento normal, a fim de que pudessem ser salvas! E a tradicional visão salvacionista das Forças Armadas se faz presente, colocando os militares no papel de única força sã e honesta da nação, campeões imaculados do bem e devotados a livrar a Pátria do inimigo nefasto. Cerca de 30 anos depois, como veremos adiante, cenário e drama semelhantes retornaram ao palco da política brasileira.

Criado o ambiente favorável e aprovado o Estado de Guerra, novo surto de anticomunismo generalizado teve lugar. A tendência de fenecimento da radicalização ideológica foi revertida e começou mais uma vez grande ofensiva contra os comunistas. Assim como ocorrera no momento pós-levante de 1935, o governo recebeu apoio de diversos setores sociais¹³⁹. Cartas e telegramas de felicitações enviadas por sindicatos, associações e indivíduos chegaram em profusão às redações de alguns jornais¹⁴⁰. Chegou-

¹³⁸ *Jornal do Brasil*, 5/10/37, p.7.

¹³⁹ “Toda e qualquer iniciativa tomada pelo governo central da Republica afim de combater o communismo tem sido recebida pela opinião publica com sympathia e mesmo enthusiasmo”. *Estado de Minas*, 19/10/37, p.2.

¹⁴⁰ Conferir, por exemplo: *Jornal do Brasil*, 14/10/37, p.7 e 16/10/37, p.7.

se mesmo a organizar algumas entidades sociais dedicadas a auxiliar os esforços anticomunistas do Estado¹⁴¹.

Entretanto, é visível que desta feita, ao contrário da fase anterior, a frente anticomunista era menos sólida e entusiástica. Havia alguma desconfiança “no ar”, fazendo com que alguns jornais, por exemplo, se limitassem a dar cobertura burocrática às ações oficiais. Nesta ocasião, a iniciativa da campanha anticomunista esteve, em grande medida, nas mãos do governo, que naturalmente precisava justificar a implantação do Estado de Guerra. Mas não se deve omitir um fato importante, sem o qual não é possível entender os acontecimentos. O recrudescimento da repressão estatal colocou em evidência e outorgou poder a personagens ideologicamente comprometidos com o anticomunismo, os quais não perderam a ocasião e atacaram com vigor o inimigo. A força da campanha anticomunista desencadeada em outubro/novembro de 1937 deveu-se, em grande parte, ao empenho de militantes convictos da causa. Mais uma vez, ideologia e interesse oportunista se combinaram.

A atuação dos anticomunistas militantes pode ser observada no trabalho da Comissão nomeada por Vargas para superintender a execução do Estado de Guerra, composta pelo Gal. Newton Cavalcanti, pelo Alm. Dario Paes Leme e por José Carlos Macedo Soares, Ministro da Justiça. Na segunda quinzena de outubro, a Comissão anunciou o fechamento das lojas maçônicas - “(...) ha provas de perigosas infiltrações comunistas na maçonaria”¹⁴² -, medida recebida com entusiasmo nos meios católicos e integralistas. A Comissão preocupou-se também em combinar repressão e “educação”. Os chefes comunistas deveriam ser encerrados em ilhas pertencentes à União, mas os elementos considerados recuperáveis cumpriram pena em colônias agrícolas e campos de concentração, sendo o primeiro caso destinado aos menos perigosos. Naqueles estabelecimentos, os presos receberiam uma “reeducação moral e civica”, de modo a que pudessem ser reintegrados à sociedade após purgarem sua culpa. Precavidos, os membros da Comissão propuseram medidas para evitar o risco de retorno do “vírus comunista” no

¹⁴¹ Tais entidades foram abordadas no capítulo 5, pp.182 e 183.

¹⁴² Excerto de uma declaração do Gal. Newton Cavalcanti. *Acção*, 24/10/37, p.1. Alegando-se razões semelhantes, dias depois foi anunciado o fechamento das casas espíritas.

futuro. Os filhos dos comunistas condenados seriam também reeducados pelo Estado, que para este fim deveria construir campos de concentração em moldes escotistas¹⁴³.

Tais propostas de inspiração fascista não vieram a ser colocadas em prática, felizmente. No entanto, o fato de que tenham sido formuladas por representantes do Estado e divulgadas ao público é por si revelador do “clima político” dominante à época. Também são significativas outras declarações bombásticas proferidas pelas mesmas autoridades. Prometeram, por exemplo, fuzilar os comunistas¹⁴⁴ e ameaçaram os defensores de posturas moderadas: “Quem não for contra o comunismo é comunista! Não são inimigos da Pátria apenas os adeptos ou simpatizantes do comunismo, mas, também, os indiferentes”¹⁴⁵.

A nova ofensiva repressiva implicou, como não poderia deixar de ser, numa intensificação do trabalho policial. Os agentes da ordem aumentaram a vigilância sobre os subversivos e incrementaram a estatística das detenções. No entanto, devido à fragilidade das organizações do PCB, resultado de dois anos de constantes perseguições, as novidades no setor da repressão propriamente dita foram escassas. Não havia muita gente a prender. O grosso da campanha anticomunista, por isto, concentrou-se na esfera da propaganda e da contra-propaganda, notadamente voltada para a apreensão de publicações “subversivas”.

Neste contexto, os livros tornaram-se alvos privilegiados da sanha purificadora dos defensores da ordem, preocupados em defender a juventude, “(...) desde muitos anos envenenada por uma literatura malsã e de fundo comunista”¹⁴⁶. Além de impedir a produção de novas obras suspeitas, as autoridades apreenderam e retiraram de circulação edições inteiras. A prática era semelhante ao que ocorria na Alemanha nazista, embora aqui os livros não tenham sido queimados em fogueiras. Se bem que não faltou quem defendesse a idéia de destruir a literatura perigosa, recorrendo inclusive ao imaginário medieval: “Contra essa força destruidora da unidade e da harmonia entre irmãos, só mesmo a implacabilidade medieval dos autos de fé”¹⁴⁷.

¹⁴³ *Jornal do Brasil*, 17/10/37, p.7.

¹⁴⁴ *Folha de Minas*, 5/11/37, p.1.

¹⁴⁵ *Acção*, 10/10/37, p.1.

¹⁴⁶ Matéria glosando declarações do Ministro da Justiça. *A Noite*, 10/12/37 (Edição Final), p.1.

¹⁴⁷ “Auto de fé”, por Mercedes Dantas. *Jornal do Brasil*, 28/10/37, p.5.

Numa das apreensões apareceram em destaque dois livros de Jorge Amado, *Capitães de Areia* e *Suor*, e mais *Lapa*, de Luiz Martins, e *Tarzan, o invencível*, de Edgard Burroughs¹⁴⁸. Como se vê, a caracterização da literatura comunista obedecia a critérios bastante flexíveis. Se nos outros casos o caráter subversivo é muito questionável, a apreensão do livro contendo as aventuras do “homem das selvas” raia ao ridículo. Certamente devido a esta razão a polícia divulgou, através da imprensa, uma explicação para a inclusão de *Tarzan* no índice das obras comunistas. Os censores anotaram trechos do livro onde os personagens criticam o capitalismo¹⁴⁹. O ímpeto dos censores não se restringiu a impedir a circulação de publicações suspeitas. Em alguns casos, voltou-se também contra os acervos das bibliotecas.

Em Belo Horizonte, a Prefeitura resolveu expurgar a Biblioteca Pública dos livros “(...) que por sua ideologia comunista ou de qualquer forma contrária ao regime, se tivessem tornado prejudiciais á educação popular”. Para este efeito, em outubro de 1937 o Prefeito nomeou uma comissão com poderes para identificar os livros perigosos. Alguns meses depois o trabalho ficou pronto: 21 obras foram consideradas comunistas ou comunizantes; 37 foram julgadas inconvenientes e 16 classificadas como de consulta reservada. Atendendo à recomendação da comissão, os livros comunistas e os inconvenientes foram trancados num caixote, sua leitura inteiramente proibida. Os de consulta reservada saíram das estantes e poderiam ser lidos apenas por pessoas expressamente autorizadas pelo Bibliotecário. Entre as obras consideradas comunistas constavam livros sobre a URSS e Stalin, além de literatura produzida por autores suspeitos (Hermes Lima e Abguar Bastos, por exemplo)¹⁵⁰.

Boa parte das energias dos agentes da ordem concentrou-se no campo da propaganda anticomunista propriamente dita. O Estado investiu no aperfeiçoamento de seu aparato de comunicação, fortalecendo o DNP (que criou uma seção exclusiva para a

¹⁴⁸ *Acção*, 10/12/37, p.1. Denúncia semelhante ocorreu duas décadas depois, embora não tivesse sido seguida de medidas punitivas. Um religioso publicou libelo contra a propaganda comunista disfarçada nos livros de Monteiro Lobato. Cf. BRASIL, Sales. (Pe.) *Literatura infantil de Monteiro Lobato ou comunismo para crianças*. Salvador: Aguiar & Souza Ltda, Livraria Progresso Editora, 1957.

¹⁴⁹ Os trechos mencionados realmente apresentam críticas ao sistema capitalista. Fica a dúvida se as evidências representam uma farsa policial, hipótese mais provável, ou se o tradutor alterou o conteúdo da obra. Cf. *Acção*, 14/12/37, p.16.

propaganda anticomunista) e criando um Serviço de Divulgação subordinado à Chefia de Polícia. Ambos dedicaram-se intensamente a divulgar propaganda anticomunista, lançando mão da imprensa tradicional e do rádio para popularizar as mensagens (“Só o Corpo Místico de Cristo, em que devemos viver cada vez mais integrados e unidos, poderá vencer a mística satânica do anticristo”¹⁵¹).

Logo, outra repartição pública lançou-se também em campanha, o Ministério do Trabalho. O Ministro Agamenon Magalhães mobilizou a estrutura sob seu comando para acionar a participação de sindicatos patronais e operários. Várias reuniões de trabalho envolvendo representantes das duas partes foram realizadas, ficando acertada uma estratégia para levar a propaganda anticomunista aos trabalhadores. Seriam confeccionados e distribuídos nas fábricas “(...) cartazes, livros, brochuras, boletins, revistas e publicações outras de propaganda contra o comunismo”¹⁵². Um dos cartazes distribuídos pelo Ministério do Trabalho tinha o seguinte texto:

Operários brasileiros: o comunismo é o inimigo comum. Ele quer a vossa miséria e a de vossa família; ele quer a destruição de nossa Pátria. Quer reduzir o Brasil a uma colônia da Rússia e transformar o trabalhador brasileiro em um escravo dos agentes de Moscou. Reajam sem tréguas contra o bolchevismo¹⁵³.

Além disso, os operários ouviriam preleções diárias com duração de 5 a 10 minutos, naturalmente de conteúdo anticomunista, que seriam proferidas por gerentes, chefes de seção e, eventualmente, por membros da própria categoria.

Os responsáveis pelo aparato educacional também deram sua contribuição ao esforço de vacinar os brasileiros contra o “vírus vermelho”, mesmo porque a maioria dos funcionários queria mostrar seu zelo anticomunista, dado o clima vigente de “caça às bruxas”. Atendendo a uma “recomendação” da Comissão Executiva do Estado de Guerra, o Ministério da Educação “(...) designou uma comissão para elaborar medidas de ordem

¹⁵⁰ “Eliminando os maus livros da Biblioteca Pública”. *O Diário*, 13/04/38, p.3. O livro de Mauricio de Medeiros, *Rússia*, que causara polêmica no início da década, encontrava-se entre os interditados.

¹⁵¹ Trecho final de discurso proferido por Alceu Amoroso Lima (“Os males do comunismo e os meios de combatê-lo”), transmitido na “Hora do Brasil”. Este programa, produzido pelo DNP, montou uma série de palestras radiofônicas de orientação anticomunista. *Jornal do Brasil*, 9/12/37, p.7.

¹⁵² *Estado de Minas*, 26/10/37, p.1. O furor demonstrado por Agamenon Magalhães deveu-se, em parte, à preocupação de mostrar-se um anticomunista convicto e militante. Pretendia, certamente, apagar as acusações, feitas meses antes, de que teria vínculos com o comunismo.

educativa que serão tomadas no sentido de preservar as instituições das influências do comunismo”¹⁵⁴. Os governos estaduais criaram suas próprias comissões, que logo começaram a trabalhar na montagem de uma política de ação anticomunista voltada para os meios educacionais¹⁵⁵. A preocupação era proteger as crianças da influência das ideologias exóticas, o que seria alcançado através do fortalecimento dos valores morais e cívicos, e da propaganda anticomunista.

A atuação das autoridades educacionais se concentrou em duas linhas básicas: por um lado, procederam à revisão dos “(...) livros escolares do curso primario e do secundario em uso, escoimando-os de conceitos nelles porventura existentes que possam conduzir meninos e adolescentes a ideologias perturbadoras da ordem e por isso, perniciosos ao futuro político do paiz”¹⁵⁶; por outro lado, determinaram a realização de palestras anticomunistas nas escolas, no intuito de obter um efeito de propaganda imediato. A partir de meados de outubro começaram a ser realizadas, em várias partes do país, as palestras referidas¹⁵⁷. Um episódio ocorrido no interior de São Paulo é ilustrativo da disposição vigilante que então animava os setores anticomunistas e da seriedade com que encaravam a campanha de propaganda nas escolas. Um professor da Escola Normal e da Escola de Philosophia e Letras de Campinas foi denunciado às autoridades, por não estar se desincumbindo a contento da determinação de pregar contra o comunismo. Ele não só estava deixando de fazer as palestras anticomunistas, como ocupava o tempo a elas destinado para criticar o integralismo¹⁵⁸.

¹⁵³ *Jornal do Brasil*, 26/10/37, p.7.

¹⁵⁴ *Estado de Minas*, 10/11/37, p.1.

¹⁵⁵ Sobre a campanha anticomunista nas escolas de Pernambuco ver ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Estado Novo: projeto político pedagógico e a construção do saber. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol.18, nº 36, 1998. pp. 141-145. Outro Estado a investir bastante na educação anticomunista foi Minas Gerais. Cf. *Estado de Minas*, 23/10/37, p.3.

¹⁵⁶ *Estado de Minas*, 8/10/37, p.1. Em janeiro de 1939 foi baixado um decreto-lei regulando a publicação e distribuição de livros didáticos. Dizia o texto: “Não poderá ser autorizado o uso do livro didactico: (...); b) que contenha, de modo implicito ou explicito, pregação ideologica ou indicação da violencia contra o regimen politico adoptado pela Nação; (...); h) que desperte ou alimente a opposição e a luta entre as classes sociaes; (...); j) que attente contra a familia, ou prégue ou insinue contra a indissolubilidade dos vinculos conjugaes”. *A Noite*, 5/01/39, p.3.

¹⁵⁷ “O desenvolvimento da campanha anti-communista no paiz. Prelecções contra o bolchevismo nos grupos escolares paulistas”. *Folha de Minas*, 27/10/37, p.2. Conferir também *Jornal do Brasil*, 29/10/37, p.7 e *O Estado de São Paulo*, 27/10/37, p.1.

¹⁵⁸ *Acção*, 21/11/37, p.20.

A decretação do Estado de Guerra deu origem, portanto, a uma nova onda anticomunista, marcada pela intensificação da repressão, da censura e da propaganda. Mas ela teve outro efeito importante: abrir caminho para a preparação do Golpe de Estado. Armado com os dispositivos discricionários contidos na legislação de exceção o governo começou a pavimentar o caminho rumo à ditadura. O controle sobre as publicações foi estabelecido, a imprensa manietada e os focos de oposição eliminados. Uma das ações de maior significado se deu com a intervenção no Rio Grande do Sul, onde o governador representava um obstáculo aos planos continuístas de Vargas. A 14 de outubro, as forças policiais do governador foram colocadas sob controle federal e a 18 Flores da Cunha fugiu para o Uruguai, abandonado o governo gaúcho¹⁵⁹. Garantida a situação no sul, o quadro ficou tranqüilo para o sucesso do golpe, pois os outros governadores potencialmente adversários (Juracy Magalhães, Bahia, e Lima Cavalcanti, Pernambuco) não tinham forças para impedir Vargas.

A 10 de novembro, o Congresso foi fechado e em seguida promulgou-se a nova Constituição, destinada a conferir ordenamento jurídico ao “Estado Novo”. O golpe transcorreu sem incidentes, acolhido com entusiasmo por uns e silêncio da parte de outros. Um indício de que os descontentes não tinham condições para manifestar de público sua insatisfação nos é fornecido pelo comportamento d’ *O Estado de São Paulo*. O diário paulista, que já havia recebido com desconfiança a decretação do Estado de Guerra publicou um editorial curioso poucos dias antes do golpe. No lugar da habitual temática política saiu uma previsão do tempo, com o seguinte prognóstico para a Capital da República: “Districto Federal - o tempo decorreu em geral ameaçador”¹⁶⁰. Em tempos de autoritarismo cerrado, a ironia sutil substitui a livre expressão. Os maiores entusiastas da nova ordem foram os anticomunistas radicais, integralistas e católicos conservadores¹⁶¹. Os jornais da AIB saudaram o golpe (“O Presidente Getúlio Vargas

¹⁵⁹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. pp.48 e 49.

¹⁶⁰ “Notas e informações”. *O Estado de São Paulo*, 2/11/37, p.3. A partir daí nem ironia foi possível manifestar; os editoriais começaram a abordar temas anódinos.

¹⁶¹ “Um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho”. *O Diário*, 11/11/37, p.1. No entanto, o periódico católico mostrou-se apreensivo quanto ao texto da nova Constituição. Temia-se que pudesse atentar contra os interesses da Igreja (ensino religioso, etc).

instaura uma ordem nova para a salvação do Brasil”) e justificaram-no lançando mão da indefectível “ameaça vermelha”:

A situação politico-social do paiz precisava definir-se, de uma vez por todas. O ‘Estado de Guerra’, tão necessariamente pedido e implantado, para a defesa das instituições foi insuficiente para conter as agitações dos vermelhos, infiltrados e entrosados nos quadros dos partidos políticos¹⁶².

Não há como negar, a onda anticomunista que preparou terreno para a volta ao Estado de Guerra e para o subsequente golpe autoritário foi preparada artificialmente. A evidência mais flagrante deste caráter farsesco é o “Plano Cohen”, episódio singular de engodo político para o qual é difícil encontrar similar na história. Sem dúvida, o processo significou uma autêntica *journée des dupes* para parte dos envolvidos. Não é difícil identificar os tolos daquela jornada: todos os que acreditaram na existência de uma ameaça comunista em fins de 1937 e confiaram no argumento de que a única intenção do Estado ao requisitar mais poder era obter meios para conjurar o perigo.

Entre os promotores do grande logro houve quem, ao final, acabasse também logrado. Alguns setores apoiaram a campanha anticomunista imaginando que o objetivo final era o Estado de Guerra. Não esperavam que o processo acabasse levando à ditadura e foram surpreendidos pela marcha dos acontecimentos. Outros participaram da preparação do movimento na expectativa de tomar para si o poder, ou ao menos fatias ponderáveis dele. Foi o caso dos integralistas, que deram sustentação ao golpe de Vargas. Seu apoio ao Presidente foi demonstrado na famosa marcha dos “50.000 camisas-verdes”, que desfilaram em frente ao Catete cerca de uma semana antes da decretação do Estado Novo¹⁶³. Pouco após a implantação da ditadura, os seguidores de Plínio Salgado sentiram-se alijados e reagiram tentando derrubar Vargas¹⁶⁴.

Os bastidores das articulações preparatórias ao golpe talvez nunca sejam deslindados inteiramente, mas pode ter havido mais de uma conspiração em marcha. É possível que uma facção militar liderada pelo Chefe do Estado Maior do Exército, Gal.

¹⁶² *Acção*, 11/11/37, p.1.

¹⁶³ *Acção*, 2/11/37, p.1.

Góes Monteiro, também estivesse no páreo, almejando uma ditadura de perfil castrense. A este respeito, deve ser ressaltado que a hierarquia militar instou Vargas a solicitar o Estado de Guerra¹⁶⁵ e que o “Plano Cohen” foi colocado em cena por Góes Monteiro. Seria factível especular que o golpe iria ocorrer inevitavelmente, com ou sem Vargas? Seja qual for a resposta, a observação é importante para colocar na devida dimensão o papel desempenhado pelo “político dos pampas”, que com freqüência é alçado, exageradamente, à condição de demiurgo. Tal afirmação não implica em diminuir o talento de Vargas, cuja astúcia permitiu que emergisse da crise como o líder do golpe; mas é interessante, pois faz lembrar da presença de outros atores em jogo, além do estancieiro de São Borja.

De qualquer modo, não há dúvida que ao Presidente interessava a solução autoritária. O golpe era o único meio de continuar no poder, já que articulações políticas visando a prorrogação dos mandatos, feitas por líderes ligados ao governo, não deram resultado positivo. Há evidências de que Vargas avaliava junto a interlocutores próximos, pelo menos desde setembro, a possibilidade de implantar a ditadura¹⁶⁶. Para além do gosto pela fruição do poder, o Presidente almejava dar continuidade à sua obra administrativa, que considerava um esforço em prol da “regeneração nacional”.

A motivação principal da articulação autoritária, evidentemente, era a disputa pelo poder. Mas também estavam em pauta questões de natureza ideológica. Temia-se, de um lado, que a situação anterior à Revolução de 30 retornasse, com a vitória do candidato Armando de Salles Oliveira nas eleições presidenciais. Grupos responsáveis pela derrubada das antigas oligarquias identificavam na continuidade do processo eleitoral o risco de restauração da velha política, calcada nas disputas regionais. Há que se considerar, também, o apelo cada vez maior exercido, ao nível internacional, pelos regimes de força. O autoritarismo estava em ascensão e os Estados fortes pareciam a muitos uma necessidade, tendo em vista os riscos de uma provável guerra mundial.

¹⁶⁴ A tentativa de *putsch* integralista ocorreu em maio de 1938. Na verdade, o golpe contou com a participação de elementos estranhos à AIB, inclusive o líder do ataque ao Palácio Presidencial (Tenente Severo Fournier).

¹⁶⁵ Em 28 de setembro, Vargas anotou no diário: “Antes de seguir para o Catete recebi os ministros militares, que me vieram falar sobre a necessidade de restabelecer o estado de guerra. Concordei”. VARGAS, *Op.cit.* (vol.2), p.72.

¹⁶⁶ Cf. CAMARGO, *Op.cit.*, pp.189-191.

Outro elemento deste jogo era o próprio anticomunismo, na medida em que alguns radicais consideravam, de fato, a subversão um perigo imediato. Para tais grupos, a ditadura era necessária exatamente para combater o comunismo, em particular, e a desordem, de uma maneira geral.

A convicção anticomunista presente em certos atores do golpe pode ser exemplificada na pessoa do Gal. Eurico Dutra, figura chave do Estado Novo. Dutra manteve uma atitude resolutamente anticomunista durante toda a vida, demonstrando uma postura que pouco tinha de instrumental. Em 1946/47, quando ocupava a Presidência da República, desencadeou uma perseguição ao PCB que levou o partido à ilegalidade. Em 1964, embora velho e afastado da vida militar e política, emprestou seu apoio à mobilização anticomunista e antiGoulart. Há um exemplo significativo da repulsa visceral de Dutra ao comunismo. Mesmo durante o Estado Novo, num momento em que os comunistas estavam desbaratados e o aparato de repressão tinha poder quase ilimitado, ele continuou temendo sua ação. Numa carta enviada a Vargas, em janeiro de 1943, ele se revelou alarmado com o retorno das atividades comunistas, afirmando haver um quadro tão perigoso quanto o de 1935¹⁶⁷.

Fazendo uma apreciação geral sobre a campanha anticomunista, um dos fatores responsáveis pelo estabelecimento de condições propícias ao golpe, é forçoso destacar a manipulação presente. Tratou-se de um caso flagrante de “industrialização” do anticomunismo visando fins políticos. Porém, este fator é nuançado por uma constatação: muitos dos defensores da solução ditatorial desejavam o regime de força justamente para armar o Estado contra o comunismo. Participaram do engodo, mas acreditavam com convicção na causa contra-revolucionária. Além disso, a farsa inventada em 1937 só foi possível devido à insurreição comunista efetivamente lançada em 1935. Se segmentos influentes da sociedade brasileira acreditaram no estratagema “Cohen”, isto se deveu ao pavor anticomunista detonado pelos acontecimentos da “Intentona”, que para os conservadores contemporâneos representou um risco grave à ordem.

¹⁶⁷ *Apud* DULLES, *Op.cit.* (1985), pp.248 e 249.

A implantação da ditadura *varguista* transformou o anticomunismo num dos pilares de sustentação ideológica do Estado. As autoridades mantiveram vigilância cerrada sobre as ações dos comunistas ainda em liberdade e o combate propagandístico aos “vermelhos” foi uma preocupação constante. Paradoxalmente, porém, no momento pós-golpe a intensidade da propaganda anticomunista diminuiu, seja porque já tinha sido alcançado o objetivo maior, seja porque os grupos conservadores sentiam-se suficientemente seguros sob as asas protetoras da ditadura *estadonovista*. Após o “10 de novembro de 1937”, a campanha anticomunista entrou em ritmo morno, esquentando ocasionalmente quando algum acontecimento singular se fazia presente. Tal se deu, por exemplo, na ocasião em que a polícia prendeu os remanescentes da liderança do PCB, responsáveis por manter em funcionamento uma pequena estrutura organizacional. As prisões, ocorridas em abril de 1940, reacenderam por breve período o furor anticomunista da imprensa, que explorou bastante o episódio do assassinato de Elza Cupello¹⁶⁸. O corpo da jovem, morta porque os comunistas a consideravam um risco à segurança da organização, foi exumado graças ao depoimento dos presos.

Cerca de um ano e meio antes, no final de 1938, uma iniciativa propagandística do governo causou efeito semelhante. Durante algumas semanas, a “Exposição Nacional do Estado Novo” chamou novamente a atenção do público para o “problema comunista”. O evento, localizado no Rio de Janeiro e organizado pelo DNP, visava mostrar ao público as realizações positivas da ditadura *varguista*, ao mesmo tempo em que apontava as mazelas do comunismo. Na concepção da mostra os comunistas representavam o contraponto, o inimigo, as forças do mal que cumpriam a função de realçar o papel positivo do Estado Novo. Os organizadores montaram *stands* dedicados às várias áreas de atuação governamental, como educação, saúde e defesa, por exemplo. E um espaço especial foi destinado aos inimigos do regime, o “Pavilhão Anticomunista”, cuja composição mereceu atenção cuidadosa:

O material reunido para a exposição anti-comunista é de uma expressão que cala. Um grande mapa em obra de decrepagem e de coloridos chamejantes mostrarão (sic) ao publico a infiltração do credo vermelho por todas as nações. A indicação local das celulas soviéticas em

¹⁶⁸ *O Diário*, edições de 14, 16 e 19/04/40.

todos os países foi desenhada, o que demonstra o conhecimento da marcha do perigo vermelho por entre a humanidade¹⁶⁹.

Além disso, o pavilhão trazia fotografias, *charges*, cartazes, gráficos e publicações de diversos tipos. Encontrava-se também, entre o material, exemplares de documentos comunistas apreendidos pela polícia, bem como relatos e recortes jornalísticos sobre a insurreição de 1935. Bem à entrada do *stand*, em destaque, os visitantes deparavam-se com uma alta coluna revestida em veludo negro, uma homenagem aos heróis mortos pelos comunistas. Outra peça importante da mostra: um grande livro aberto em cujas páginas se registraram, numa montagem sugerindo oposição e antagonismo, os postulados de Moscou e os objetivos do Estado Novo¹⁷⁰. O evento recebeu divulgação intensa e os organizadores fizeram sorteios (passeios aéreos gratuitos) e promoções para atrair o público.

Enfim, durante o Estado Novo a propaganda anticomunista não foi tão vigorosa como no período imediatamente posterior ao levante, ou como na fase de preparação do golpe. Ainda assim, o anticomunismo se constituiu num elemento importante do substrato ideológico da ditadura. Pode-se dizer que a afirmação do novo regime coincidiu com a consolidação do imaginário anticomunista na estrutura social brasileira, notadamente entre as classes médias e superiores. As representações do comunismo como inimigo da nação e a identificação das forças revolucionárias com as forças do mal se enraizaram na sociedade, a ponto de poderem ser recuperadas posteriormente, quando novas conjunturas críticas apareceram no horizonte político.

¹⁶⁹ *Jornal do Brasil*, 17/11/38, p.7.

¹⁷⁰ *O Jornal*, 18/12/38, p.8.

Capítulo 8

O SEGUNDO GRANDE SURTO ANTICOMUNISTA: 1961/64

A segunda eclosão mais significativa do anticomunismo no Brasil, não considerando a conjuntura de 1946/47, teve lugar no início dos anos 1960. Mobilizações contra o comunismo ocorreram também durante a década de 1950, como já mencionado (a Cruzada Brasileira Anticomunista, por exemplo), mas elas ocuparam papel secundário no cenário político. Entre 1961 e 1964, ao contrário, o anticomunismo adquiriu uma importância preponderante, constituindo-se na fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março.

As razões para a emergência deste quadro são tanto de ordem interna quanto externa. No plano internacional, o país foi influenciado pelos acontecimentos que dominavam o continente. Sob o impacto da Revolução Cubana, a América Latina se viu lançada para o centro da Guerra Fria. Até então a região era considerada teatro secundário pelas duas superpotências em luta, mais preocupadas com Europa, Ásia e África. Os norte-americanos mantinham-se atentos e estavam prontos a intervir se achassem

necessário¹, mas entendiam que a América Latina corria riscos menores se comparada a outros continentes. A ascensão de Fidel e seus “barbudos” ao poder mudou tudo, colocando esta parte do planeta no centro dos conflitos. Na verdade, Fidel Castro contou com a simpatia americana no início, pois suas opiniões políticas não eram claras. Quando seu governo se encaminhou para medidas nacionalistas e antiimperialistas, porém, houve a ruptura, processo consumado com a transformação do regime *castrista* num modelo marxista-leninista. O líder cubano tornou-se a expressão da “ameaça comunista” em solo americano, atraindo contra si a fúria dos EUA, que tudo fizeram para atrapalhá-lo e derrubá-lo.

A questão cubana fez “soar o alarme” em Washington, que passou a considerar a América Latina zona prioritária no combate ao “avanço soviético”. Os norte-americanos concentraram esforços para evitar o risco de expansão do exemplo cubano, combinando medidas de natureza repressiva (vigilância, fortalecimento dos aparatos de segurança dos Estados da região), propagandística (intensificação das campanhas anticomunistas) e social (aumento da ajuda econômica)². A nova política norte-americana implicou numa considerável pressão sobre os países da América Latina, na tentativa de estabelecer um “cordão sanitário” capaz de impedir a progressão do comunismo. No entanto, seria um equívoco supor que a maré montante do anticomunismo tivesse sido criada pelos EUA e exportada para cá, como parecem crer alguns autores³. No caso do Brasil, pelo menos, havia uma forte tradição anticomunista desde os anos 1930, configurada na existência de grupos constantemente mobilizados contra o “perigo vermelho”. Os adversários locais do comunismo também ficaram alarmados com os acontecimentos de Cuba e trataram de

¹ Por exemplo, a intervenção na Guatemala em 1954. Mas este episódio não mudou a essência da política norte-americana, que relegava a América Latina à condição de *front* menor. RABE, *Op.cit.*, pp.82 e 113.

² O governo norte-americano “descobriu” a gravidade dos problemas sociais latino-americanos sob o impacto da Revolução Cubana, e a partir daí resolveu aumentar a ajuda econômica à região e estimular a realização de reformas sociais. Daí resultou a “Aliança Para o Progresso”, criada em 1961 para fomentar o desenvolvimento social e econômico da região. O programa, cuja principal motivação era o anticomunismo, exigia dos países latino-americanos interessados em receber financiamentos a realização de reformas nas estruturas sociais (inclusive a agrária). RABE, *Op.cit.*, pp.134-144.

³ “Criou-se uma ameaça tanto para os Estados Unidos quanto para a América Latina originária de um movimento político ‘desviante’ - ‘a ameaça comunista’. Esta, por sua vez, justificou a ajuda externa especializada em segurança nacional para combatê-la. Em outras palavras, os Estados Unidos criaram os argumentos para justificar a existência desse perigo específico e, a seguir, mostraram-se dispostos, mediante pagamento, a proteger os países ameaçados através da ajuda policial e também militar”. HUGGINS, *Op.cit.*, p.232.

cerrar fileiras. Neste sentido, o empenho anticomunista dos EUA era considerado uma benção pela maioria de tais grupos, que viam os “irmãos do Norte” como líderes de uma luta de alcance global⁴. Em resumo, a influência norte-americana convergiu e se combinou com uma tradição anticomunista enraizada no Brasil havia décadas.

Mas o “mau” exemplo cubano não era o único fator a preocupar os setores conservadores brasileiros. Pela mesma época estava ocorrendo um processo, no plano interno, convergente com as mudanças no quadro internacional: a tendência ao crescimento das organizações de esquerda. O fato era visível não só na reestruturação do PCB, que começava a se recuperar das crises e cisões decorrentes da “desestalinização”⁵, mas no surgimento de novas organizações esquerdistas como Ação Popular (AP), Ligas Camponesas e Política Operária (POLOP), por exemplo⁶. No limiar da década de 1960, as bandeiras esquerdistas começaram a empolgar novos contingentes sociais, para além de intelectuais e ativistas sindicais, tradicionais fornecedores de quadros para os grupos radicais. Militantes católicos leigos e grandes quantidades de líderes estudantis fortaleceram o campo esquerdista, engrossando os movimentos favoráveis a transformações sociais. Em larga medida, o crescimento do apelo das propostas radicais se devia ao impacto da Revolução Cubana⁷, que teve o efeito de estimular a ação tanto de comunistas como de anticomunistas. Porém, fatores internos como urbanização, industrialização e expansão da rede de ensino também foram importantes, e não podem ser esquecidos.

No começo de 1961 o temor anticomunista, já excitado com o crescimento (interno e externo) das forças esquerdistas, viu-se frente a novo desafio. O recém-

⁴ Porém, nem todos os grupos estavam dispostos a seguir a liderança norte-americana. O Movimento Por Um Mundo Cristão (MMC), por exemplo, afirmou certa feita em seu jornal: “Não esperar que os Estados Unidos nos salvem do comunismo. Não salvaram Cuba e não salvarão o Brasil”. *Por Um Mundo Melhor*, nº51, mar./1962, p.7.

⁵ Processo iniciado após o XX Congresso do PCUS (1956), quando Nikita Krushev fez sua célebre denúncia sobre os crimes cometidos durante o regime *stalinista*. Tal atitude do novo dirigente soviético gerou uma crise no movimento comunista, marcada por revisões ideológicas e cisões. No caso do PCB, os desdobramentos da crise ocorreram, principalmente, entre 1956 e 1958. Cf. SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

⁶ Sobre as Ligas Camponesas conferir AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁷ Deve-se mencionar, também, a influência do processo de descolonização (seguido da emergência do “terceiro-mundismo”), que contribuiu para fortalecer o apelo internacional das propostas esquerdistas e antiimperialistas.

empossado governo Jânio Quadros deu início a uma política externa independente, que tendia a aproximar o país das nações não-alinhadas com as posições dos EUA. A orientação de Jânio, uma desagradável surpresa para os que votaram nele esperando derrotar a esquerda e o *getulismo*, gerou reações indignadas. Mobilizou-se o anticomunismo contra a nova política externa, reagindo principalmente aos rumores de que a diplomacia brasileira se encaminhava para o reatamento de relações com Moscou. Nos primeiros meses do ano diversos setores fizeram ouvir seus protestos, ecoados pela grande imprensa conservadora (“Contrária a indústria carioca ao reatamento com o bloco comunista”; “(...) reatamentos de laços que nos podem enforçar”⁸). Choveram críticas contra a ousadia de Jânio, notadamente, após a condecoração oferecida a *Che* Guevara, que recebeu das mãos do Presidente brasileiro a “Ordem do Cruzeiro do Sul”.

A ASCENSÃO DE GOULART

Se os anticomunistas já estavam desconfiados em relação a Quadros, a tensão chegou a níveis perigosos após os acontecimentos de agosto, responsáveis por abrir caminho à crise que explodiria nos anos seguintes. Num lance dramático e ainda pouco esclarecido, o Presidente Jânio Quadros resolveu renunciar ao cargo, no final de agosto de 1961. O episódio levou os anticomunistas ao desespero, pois o Vice-Presidente era um político conhecido por cultivar ligações com a esquerda. Sua eleição para o cargo, em 1955, e a reeleição, em 1960, haviam sido apoiadas pelos comunistas. O temor de que a ascensão de Goulart ao poder pudesse significar o fortalecimento dos comunistas, associado à frustração dos conservadores pelo retorno do *getulismo*, levou a que se tentasse impedir a posse. Os Ministros militares de Jânio declararam-se contrários à posse de Goulart, criando um ambiente de pré-guerra civil. Num manifesto dirigido à Nação expuseram seus motivos, certamente falando em nome de todos os anticomunistas:

⁸ Respectivamente, manchete de *O Globo*, 1/03/61, p.4 e trecho de editorial de *O Estado de São Paulo*, 10/03/61, p.3.

(...) o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas⁹.

Jango era o líder da ala esquerda do PTB e um dos principais responsáveis pela transformação do partido *getulista*, concebido originalmente como dique contra o comunismo, em aliado do PCB. Sua presença no comando do país levava os conservadores a imaginar o recrudescimento da “infiltração” comunista, perigo que já haviam identificado e denunciado no governo Kubitschek¹⁰. Para evitar conflito maior articulou-se a solução da emenda parlamentarista, arranjo que demoveu os opositores à posse. Aceitaram a ida de Goulart para o Palácio do Planalto porque o poder presidencial ficava limitado em suas prerrogativas, manietado pelo aumento da influência do Congresso. A ascensão do líder gaúcho ao poder foi um verdadeiro divisor de águas nos embates políticos da época, pois se constituiu num fator de fortalecimento da esquerda e numa motivação para a arregimentação do anticomunismo. A manobra parlamentarista teve o efeito de apaziguar a crise e evitar o confronto aberto, mas não desmobilizou os conservadores e anticomunistas, que na primeira oportunidade voltaram a assestar baterias contra *Jango*.

A ocasião não demorou a aparecer, associada a uma polêmica que colocava a política externa novamente em foco. O novo governo resolveu dar continuidade à orientação diplomática que já vinha sendo adotada anteriormente pelo Itamaraty, pautada pela aproximação com os países não-alinhados e socialistas, no objetivo de diminuir a dependência do Brasil em relação aos EUA. Para a opinião anticomunista, não havia argumento que justificasse uma abertura na direção dos soviéticos, considerados inimigos viscerais. Quando se anunciou o reatamento de relações diplomáticas com a URSS, em

⁹ *Apud* PINTO, *Op.cit.* (1964), p.221. Secundando a posição dos chefes militares, o periódico *Maquis* manifestou-se também contrário à posse: “Jango representava (e representa) a porta aberta para o comunismo (...)”. *Maquis*, nº 221, set./1961, p.9.

¹⁰ Este foi um dos fatores a motivar os oficiais rebeldes da Força Aérea que, em 1959, se levantaram contra o governo de J. Kubitschek e ocuparam a base de Aragarças, numa região isolada do centro-oeste. Dizia o manifesto dos militares rebeldes: “(...) os adeptos do comunismo, infiltrados nos mais variados setores, dentro e fora da administração pública, procuram tirar o máximo benefício da situação de miséria e de fome das populações, para implantar o seu regime, de escravização do ser humano”. *Apud*, CARNEIRO, *Op.cit.* (1965), p.526.

novembro de 1961, a reação foi forte. Além do surto terrorista, já analisado anteriormente (capítulo 5), o reatamento desencadeou uma série de protestos contra o governo.

O ato enfureceu ainda mais a opinião anticomunista por ter sido anunciado às vésperas da comemoração da “Intentona”, o que foi interpretado como uma provocação dos comunistas (“Estranha forma de reverenciar as vítimas do comunismo em 35”¹¹). A escolha do momento pode não ter obedecido a intenções provocativas, mas foi sem dúvida demonstração de falta de habilidade política. Os anticomunistas sentiram-se afrontados, o que facilitou a mobilização. As manifestações de alguns jornais de grande circulação, contrárias ao reatamento¹², bem como o protesto da hierarquia católica, contribuíram para insuflar a reação conservadora.

A crise conferiu à celebração de 27 de novembro um brilho que há muitos anos não se via. Os setores conservadores da grande imprensa e os periódicos anticomunistas trataram de recuperar velhas representações sobre a “madrugada de sangue”, e a população foi convocada a participar das festividades e demonstrar “(...) seu repúdio ao comunismo”¹³. As fotografias publicadas pela imprensa registraram o comparecimento de uma pequena multidão à cerimônia oficial, emprestando-lhe um caráter de manifestação política como há tempos não ocorria. Alguns manifestantes marcaram seu protesto com uma vaia ao Chanceler San Tiago Dantas, artífice do reconhecimento diplomático da URSS. Outros gritaram em coro “abaixo a Rússia”. Entretanto, a figura do Presidente Goulart, que também compareceu à celebração no Mausoléu, foi preservada, pelo menos neste momento¹⁴.

Considerando uma afronta a participação, na tradicional celebração dos mortos da “Intentona”, dos homens do governo responsáveis pelo reatamento, um grupo anticomunista resolveu boicotar a solenidade oficial e realizar uma atividade paralela. Comandado por uma entidade chamada Liga Feminina Anticomunista o grupo fez um

¹¹ *O Globo*, 24/11/61, p.1. Outra manchete, na mesma edição: “Repulsa e agitação na Câmara ao anúncio do reatamento com a URSS”.

¹² Além de *O Globo*, *O Estado de São Paulo* também foi contra. Mas, alguns jornais importantes como *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* apoiaram o governo, evidência de que a frente anticomunista ainda não havia sido estabelecida.

¹³ *O Globo*, 25/11/61, p.1. Trecho de manchete conclamando o povo a comparecer à cerimônia junto ao Monumento.

comício na Praça do Congresso, na seqüência dirigindo-se em passeata ao Itamaraty, onde protestou contra o governo¹⁵. Duas semanas depois, a mesma entidade organizou novo comício de protesto, agora em Ipanema, que contou com a presença de dois deputados¹⁶.

No decorrer da gestão presidencial de Goulart, as relações diplomáticas do Brasil foram objeto de constantes diatribes anticomunistas, motivadas pela continuidade da política independente. No início de 1962, pouco tempo após ter passado a crise provocada pelo reatamento com a URSS, as atenções voltaram-se para o posicionamento do Itamaraty frente a Cuba. O governo norte-americano vinha empenhando-se em mobilizar os Estados membros da OEA (Organização dos Estados Americanos) numa ofensiva para isolar diplomaticamente o país caribenho. O objetivo dos EUA era expulsar Cuba da OEA e estabelecer um bloqueio econômico. Eventualmente, havia a intenção de promover uma intervenção internacional para retirar Fidel do poder. A diplomacia brasileira se constituiu num obstáculo às pretensões norte-americanas, à medida que não aceitava a expulsão de Cuba da OEA e, muito menos, a possibilidade de intervenção armada. O governo brasileiro não pretendia romper com os EUA, mas também não aceitava dobrar-se às pressões de Washington¹⁷.

As posições diplomáticas de Goulart, até certo ponto simpáticas a Cuba, indignaram os grupos anticomunistas, como seria de se esperar. Eles desejavam que o Brasil apoiasse a ofensiva norte-americana de erradicar o comunismo do continente, e interpretaram a posição do governo *Jango* como indício da influência comunista sobre o Presidente. A polêmica vigorou principalmente no decorrer de 1962, quando tiveram lugar encontros internacionais dos Chanceleres dos países americanos para discutir a situação cubana.

O momento mais tenso se deu em fevereiro, quando se realizava uma das conferências de Punta del Este. Os representantes brasileiros votaram contra a expulsão de Cuba da OEA, provocando ruidosas manifestações anticomunistas. No dia 10 daquele

¹⁴ *Manchete* (9/12/61, pp.16-18) publicou uma boa cobertura da cerimônia, que segundo sua estimativa reuniu cerca de 5 mil pessoas.

¹⁵ *Maquis*, nº 232, dez./1961, p.25.

¹⁶ Raul Brunini e Gladstone Chaves de Melo. *O Globo*, 11/12/61, p.5.

¹⁷ Cf. QUINTANEIRO, Tania. *Cuba e o Brasil: da Revolução ao Golpe* (1959-1964). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988.

mês, os jornais cariocas noticiaram a realização de um comício de protesto em frente ao Teatro Municipal, que teria reunido de 1.500 a 2.000 pessoas. As entidades promotoras do evento, onde se gritaram muitos *slogans* contra Fidel Castro e San Tiago Dantas, foram *Centro Cívico do Brasil* e *União Feminina Anticomunista*¹⁸.

Nos meses seguintes, a carga contra a diplomacia brasileira continuou, notadamente através de pressões da grande imprensa. Alguns jornais reclamavam da “leviandade e irresponsabilidade”¹⁹ da política externa, cobrando do governo o abandono do apoio ao regime de Fidel (“Libertar-se de Cuba”²⁰). Eles entendiam que a postura simpática a Cuba estaria ocasionando choques com o governo dos EUA prejudiciais aos interesses do Brasil. A partir de meados de 1963, o assunto cubano começou a esfriar, em decorrência da estabilização da situação internacional. Os grupos conservadores, porém, continuaram a denunciar a influência “comunista” nas ações do Itamaraty²¹.

OS ANTICOMUNISTAS SE ORGANIZAM

Um dos desdobramentos mais relevantes da conjuntura, ameaçadora do ponto de vista conservador, foi a proliferação de organizações anticomunistas. Amedrontados pela impressão de que os inimigos estavam se fortalecendo - influência cubana, crescimento das esquerdas, ascensão de Goulart - os grupos comprometidos com o anticomunismo começaram a se organizar. Nos anos imediatamente anteriores ao golpe de 1964, uma miríade de entidades anticomunistas se estruturou, compondo um número difícil de precisar. Elas surgiram às dezenas, na maioria dos casos experiências efêmeras e que deixaram poucas marcas. O caráter fugaz e a forma como atuaram sugerem a forte impressão de que muitas não passavam de organizações “fantasma”, estruturas que só possuíam nome e meia dúzia de aderentes. Às vezes, a precariedade era tal que a própria denominação não estava bem fixada, aparecendo registros com versões diferentes para a

¹⁸ *Correio da Manhã*, 10/02/62, p.7; e *Jornal do Brasil*, 10/02/62, p.3.

¹⁹ Título do editorial. *O Estado de São Paulo*, 26/10/62, p.3.

²⁰ Título do editorial. *Correio da Manhã*, 22/02/63, p.6.

²¹ Outro episódio a levantar protestos foi o voto do Brasil na ONU favorável à independência das colônias portuguesas. Cf. “Punhalada em Portugal” (editorial). *O Globo*, 3/08/63, p.1.

identificação do mesmo grupo (Liga ou Legião Anticomunista, por exemplo). Provavelmente, a referida proliferação correspondia à tática de aumentar artificialmente a agitação anticomunista, passando a impressão de um vigor maior que o real. Isto não implica em enquadrar todos os grupos na categoria de “artificiais”, pois muitos estavam estruturados o bastante para sobreviver ao tempo e continuar funcionando mesmo após a derrota dos “comunistas”. Seja como for, as organizações anticomunistas em atividade no período contribuíram na formação do ambiente de radicalização e polarização ideológica, preparando o terreno para a reação conservadora de 1964.

Ressalte-se, algumas das organizações participantes da campanha anticomunista de 1961-64 tinham sido fundadas anteriormente, como a Cruzada Brasileira Anticomunista, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a Liga da Defesa Nacional (LDN) e o Movimento Por um Mundo Cristão (MMC), por exemplo. Quanto à Cruzada e à TFP, já foram analisadas o suficiente. A LDN participou da campanha anticomunista pós-1935, como já foi referido. Em 1962, encontramos-a sob direção de um oficial da Marinha, novamente devotada à luta contra os comunistas. Teve destaque nas comemorações da “Intentona” transcorridas naquele ano²². O MMC era um grupo religioso surgido em Belo Horizonte, em 1956. Combatia o modernismo de um modo geral, identificado tanto nas idéias marxistas quanto nas mudanças de comportamento. Mas, a partir do início dos anos 60, o anticomunismo tornou-se sua preocupação maior, ocupando o centro das atividades de propaganda do grupo²³.

No que se refere às entidades surgidas na década de 1960, mencionemos em primeiro lugar algumas das experiências efêmeras. Logo no início da gestão Goulart apareceram grupos organizados para protestar contra a política externa, como as há pouco mencionadas Liga Feminina Anticomunista, União Feminina Anticomunista e Centro Cívico do Brasil. Na seqüência da radicalização conservadora e anticomunista surgiram outros grupos, como o Movimento Democrático Brasileiro, que fez sua aparição durante as eleições de 1962, recomendando ao eleitorado não votar nos responsáveis pela

²² *O Estado de São Paulo*, 23/11/62, p.4.

²³ O MMC, além de editar um jornal (*Por Um Mundo Melhor*), possuía programas de rádio e televisão. Cf. STARLING, *Op.cit.*, pp.216-218. No plano das organizações católicas, destaque-se também o trabalho das entidades continuadoras da tradição dos antigos *Círculos Operários*.

construção do Muro de Berlim²⁴, e a Mobilização Democrática Mineira²⁵, lançada pouco antes do golpe.

Alguns tinham vínculos profundos com os valores cristãos, como os Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão, grupo anticomunista ligado à Diocese de Niterói²⁶, e a Liga Cristã contra o Comunismo, entidade fundada na capital paulista num encontro “(...) que teve a presença de políticos, jornalistas, representantes do clero regular e secular, pastôres religiosos, homens de negócios, representantes da agropecuária, trabalhadores rurais e operários (...)”²⁷. Em certos casos, as organizações criadas eram dirigidas especificamente à conquista dos trabalhadores para a causa anticomunista, como a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL)²⁸, lançada num evento no Maracanãzinho que contou com a presença de Lacerda e do Cardeal Câmara. Mencione-se, também, o Movimento Sindical Democrático (MSD), entidade vinculada a organizações anticomunistas internacionais²⁹.

Certos grupos, tudo indica, tinham como única atividade divulgar propaganda anticomunista. Este era o caso da Cruzada Cristã Anticomunista³⁰ e do Centro Brasileiro da Europa Livre³¹. Outros, ao contrário, preferiam uma atuação mais “aguerrida”, como a Patrulha da Democracia, organização secreta de combate ao comunismo formada à base de núcleos reunindo 15 “democratas”³². Também nesta categoria podemos colocar o Grupo de Ação Patriótica (GAP), composto de estudantes universitários de orientação direitista. Além de dedicarem-se à propaganda anticomunista, os militantes do GAP

²⁴ *O Globo*, 5/10/62, p.3.

²⁵ *O Globo*, 25/02/64, p.6.

²⁶ *Correio da Manhã*, 20/07/62, p.4.

²⁷ Foram eleitos Presidentes de Honra o Cardeal de São Paulo (D. Carlos Mota), o Papa Paulo VI e Plínio Salgado. *O Globo*, 19/02/64, p.1.

²⁸ *O Globo*, 15/05/61, p.4 e *Jornal do Brasil*, 15/05/61, p.1. A REDETRAL participou de várias manifestações anticomunistas nos dois anos seguintes.

²⁹ O MSD era ligado à ORIT (Organização Regional Interamericana de Trabalhadores). Cf. FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.95.

³⁰ Responsável pela distribuição de obras anticomunistas norte-americanas, traduzidas. Exemplo: SCHWARZ, Fred. *Você pode confiar nos comunistas (... eles são comunistas mesmo!)*. São Paulo: Dominus, 1963. No carimbo aplicado aos livros só constava o nome da entidade e uma caixa postal na cidade do Rio de Janeiro.

³¹ *O Globo*, 25/03/62 (Encarte).

³² *Jornal do Brasil*, 26/02/64, p.4. O grupo provavelmente era uma resposta aos Grupos de Onze organizados por Brizola.

envolveram-se também com contrabando de armas e participaram de conflitos de rua. Aparentemente, os rapazes do GAP colaboravam com o grupo terrorista MAC, o qual como vimos, teve atuação destacada entre o final de 1961 e inícios de 1962³³.

A mobilização anticomunista, como não poderia deixar de ser, envolveu também os meios parlamentares. Em maio de 1961, portanto ainda durante a gestão Jânio Quadros, foi estruturada a Ação Democrática Parlamentar (ADP). Seu objetivo era agregar os políticos em torno da bandeira anticomunista, como deixa claro o manifesto de fundação:

Assinam este documento parlamentares que no campo ideológico se orientam pelo princípio: “Anticomunista sempre, reacionário nunca”.
Não admitem a cortina de fumaça da adjetivação com que se procura deturpar a democracia. (...) Na luta travada entre a democracia e o comunismo não há lugar para os indecisos, os acomodaticios, os “pacifistas”, os “neutralistas” - inocentes-úteis ou criptocomunistas. A hora é de atitudes corajosas, claras e decisivas³⁴.

Em poucos dias, mais de cem parlamentares federais deram sua adesão à ADP, numa demonstração de que a disposição anticomunista já era forte antes da ascensão de Goulart à Presidência. No decorrer do governo *Jango* a liderança da ADP se radicalizou ainda mais, configurando-se num dos bastiões da mobilização conservadora que levou ao golpe militar.

Um exemplo interessante da influência de entidades anticomunistas internacionais na conjuntura nos é fornecido pelo Rearmamento Moral (RM). A organização, sediada nos EUA, se propunha a fazer uma campanha global contra o comunismo, à base do fortalecimento de valores morais e éticos (honestidade, pureza, altruísmo, amor). Apareceu no Brasil no início de 1961, quando tornou público um manifesto apresentando suas propostas. As principais adesões ao Rearmamento Moral no país foram conquistadas em meio à alta oficialidade militar, com destaque para o Marechal Juarez Távora. Num texto distribuído gratuitamente como encarte de *O Estado de São Paulo*, Távora resumiu o ponto de vista do movimento:

³³ Cf. STARLING, *Op.cit.*, pp.209 e 210.

³⁴ “Parlamentares unem-se contra o comunismo!” *O Globo*, 17/05/61, p.1.

A escolha hoje é entre a tirania brutal do comunismo, o suicídio coletivo por meio da guerra atômica, ou o renascimento global através do Rearmamento Moral. O comunismo jamais vencerá. Nosso destino é unir nossa nação e dar ao mundo o Rearmamento Moral. Essa é a solução final³⁵.

Além da propaganda através da imprensa, o RM se empenhou em organizar encontros massivos em algumas das principais cidades brasileiras. No segundo semestre de 1961 foram organizados conclaves no Nordeste (Recife, Fortaleza e Natal) e no Rio de Janeiro, no Estádio Maracanã. Segundo os setores da imprensa que simpatizavam com a causa, os eventos reuniram milhares de pessoas. Além dos tradicionais discursos dos líderes, a programação incluía formas de comunicação de massa mais modernas. A platéia assistia a filmes de conteúdo anticomunista, produzidos pelo RM, como “Homens do Brasil” e “Experiência culminante”. No primeiro caso, tratava-se de uma história sobre a “infiltração” comunista entre os trabalhadores portuários. Outra peça de destaque da campanha era uma apresentação teatral, *O Tigre*. O drama tinha como tema uma revolta estudantil ocorrida em Tóquio, poucos anos antes. A peça teatral sustentava que o episódio teria sofrido manipulação comunista e denunciava as formas de atuação dos “vermelhos”³⁶.

A participação feminina constitui aspecto decisivo para se compreender o surto anticomunista dos anos 60. Várias entidades anticomunistas femininas foram criadas na conjuntura, tendo importância central nas mobilizações que levaram ao golpe militar. Tratou-se de um fato inovador na política brasileira, que até então tinha pouca tradição de participação feminina. Mas, se a presença feminina na política representava novidade, o mesmo não pode ser dito do conteúdo das propostas defendidas. As mulheres foram mobilizadas contra o comunismo em nome da defesa da ordem tradicional: família, religião e propriedade³⁷. Organizaram-se para defender e conservar os valores tradicionais, que acreditavam estar sendo ameaçados pelo avanço do comunismo. A

³⁵ *O Estado de São Paulo*, 12/08/62. Este jornal e *O Globo* foram os veículos da imprensa a oferecer a melhor acolhida ao movimento, cujas atividades divulgaram com generosidade e simpatia.

³⁶ *O Globo*, 25/05/61, p.1 e 4/07/61, p.2. Curiosamente, o RM parece ter sumido, após um começo relativamente auspicioso (no que tange à publicidade). A partir do segundo semestre de 1962 não se encontram mais notícias de suas atividades. É possível que as reticências dos meios católicos, que tendiam a ver no RM um concorrente espiritual, tenham lhe trazido dificuldades. Cf. SCHOOYANS, *Op.cit.*, pp.46 e 47.

participação das entidades femininas na campanha anticomunista provocou forte impacto, à medida que elas mobilizaram um grupo social numeroso e influente. É verdade que as lideranças provinham das classes médias e altas, mas isto não diminui a importância do fenômeno. As organizações de mulheres conferiram um apelo especial à mobilização conservadora, pois fortaleceram a impressão de que a sociedade como um todo estava se levantando contra o comunismo. A força simbólica desta presença feminina era grande, com as mulheres representando a figura materna, o lar e a dona-de-casa, em resumo, a família.

Entre 1962 e 1964 várias entidades femininas surgiram nos principais estados brasileiros, todas tendo no anticomunismo a motivação maior: Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE - Guanabara), União Cívica Feminina (UCF - São Paulo), Movimento de Arregimentação Feminina (MAF - São Paulo), Liga da Mulher Democrática (LIMDE - Minas Gerais), Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG - Rio Grande do Sul) e Cruzada Democrática Feminina (CDF - Pernambuco)³⁸. Algumas destas organizações tiveram caráter efêmero, funcionando durante a crise e desaparecendo na sequência da derrubada de Goulart. Outras, porém, continuaram existindo no decorrer dos primeiros anos do regime militar, tentando influenciar o governo e ainda empenhadas na luta anticomunista.

Ficaram para o final as entidades mais importantes e influentes do período, que desempenharam o papel de induzir a estruturação de novos grupos anticomunistas. Referimo-nos ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IBAD surgiu primeiro, em 1959, tornando-se conhecido do público graças à revista *Ação Democrática*. Através deste periódico mensal, a organização começou seu trabalho de proselitismo anticomunista, objetivo principal já evidenciado nos primeiros números:

A sorte está lançada. Ou o comunismo, aqui como alhures, encontra oponentes à altura (...) ou o comunismo irá cada vez mais conquistando terreno. Então, um dia que poderá estar

³⁷ SIMÕES (*Op.cit.*) chamou atenção para esta situação, até certo ponto paradoxal. Seu trabalho apresenta uma análise interessante sobre a participação feminina na agitação política que precedeu o golpe de 1964.

³⁸ SIMÕES, *Op.cit.*, pp.29-36.

próximo, ou talvez distante, acordaremos com a grande surpresa: teremos deixado de ser uma nação livre para ser uma segunda Hungria³⁹.

Praticamente todo o conteúdo da revista se dedicava a atacar o comunismo, seja no plano externo, seja no interno. Ela trazia, principalmente, matérias apontando a “infiltração” no Brasil (sindicatos, UNE) e denúncias sobre as ações soviéticas no mundo. A intenção do grupo era chamar a atenção das classes dominantes brasileiras para o “perigo comunista”, convencê-las da necessidade de se organizar para enfrentar um inimigo que estaria se tornando cada vez mais ameaçador:

É preciso que as elites despertem. É preciso que os homens de valor, os homens de responsabilidade se unam em defesa do que temos de mais caro aos nossos corações, em defesa da pátria ameaçada. Porque, em última análise, é o Brasil enfêrmo, é o Brasil atacado de comunosite perniciososa que reclama, neste instante, a atenção dos seus verdadeiros filhos (...)⁴⁰.

O apelo do IBAD, feito em 1959, não foi atendido de imediato. Mas, a partir de 1961, os homens do IBAD, liderados pelo controverso e até certo ponto misterioso Ivan Hasslocher, tiveram motivos para comemorar. A crise que emergiu com a ascensão de Goulart lançou as condições para a reação anticomunista, tão almejada pelo grupo. De qualquer modo, se é que houve euforia, ela não durou muito. Logo, o IBAD se viu frente a uma polêmica que levaria à sua proscricção.

A atuação da entidade despertou a atenção dos contemporâneos, pois havia fortes indícios de envolvimento com organizações estrangeiras. Um dos elementos a causar maior espécie era a visível riqueza do IBAD. A revista, composta em material caro, tinha tiragens muito altas e distribuição gratuita. No auge, chegou-se a tirar mais de 200.000 números de *Ação Democrática*. A participação da organização na campanha eleitoral de 1962 levantou ainda maior suspeita, pois foram gastos alguns milhões de dólares no financiamento a candidatos anticomunistas. Preocupados, os grupos progressistas conseguiram criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Congresso, para investigar o IBAD. Como os dirigentes responsáveis não conseguiram explicar a origem do dinheiro, consolidaram-se as suspeitas de que o IBAD era sustentado por grupos

³⁹ Trecho do editorial. *Ação Democrática*, nº 2, jul./1959, p.1.

estrangeiros⁴¹. Os resultados da CPI não foram conclusivos, já que muitos parlamentares conservadores tentaram bloquear os trabalhos. Mas a entidade foi fechada mesmo assim, através de Decreto baixado pelo Presidente Goulart⁴².

O IPES surgiu cerca de dois anos após o IBAD, em meados de 1961. Foi constituído por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, os quais estavam temerosos com o crescimento da esquerda, em geral, e especificamente com a ascensão de Goulart. Os objetivos iniciais do grupo se resumiam a propagandear os ideais liberais e democráticos, notadamente as vantagens da livre-iniciativa sobre o comunismo e o estatismo. Para tanto financiaram publicações⁴³, distribuíram encartes através da grande imprensa⁴⁴ e organizaram palestras. Mas, desde o início, alguns elementos filiados ao IPES se dedicaram a conspirar pela derrubada de *Jango*, para tanto estocando armas⁴⁵ e fazendo contatos na área militar. Além disso, sob iniciativa da organização, foi estruturado um serviço de informações para acompanhar os passos dos inimigos esquerdistas⁴⁶.

A atuação conjunta das duas entidades, IPES e IBAD, que mantinham algum nível de cooperação, estimulou a proliferação de organizações anticomunistas na conjuntura 1961-1964. Além do suporte ideológico e político, o apoio passava pela ajuda financeira aos grupos menores. Sua atuação fomentou o surgimento de grupos anticomunistas em diversos setores sociais, notadamente entre as mulheres, estudantes e trabalhadores⁴⁷. Esta característica permitiu a alguns autores chamá-los “Estado Maior” da campanha antiGoulart, ou *holding*, de acordo com uma versão mais irônica. Apesar de existirem

⁴⁰ *Ação Democrática*, nº 5, out./1959, p.1.

⁴¹ Segundo alguns autores o IBAD atuava sob a direção da CIA, que coordenava o envio de dinheiro vindo do exterior. Cf. BANDEIRA, *Op.cit.* (1977), pp.67-69. À época foi publicado um libelo contra o IBAD, de autoria de um político ligado ao grupo *janguista*: DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla de corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

⁴² Junto com o IBAD foi fechada também a *Ação Democrática Popular* (ADEP), entidade que participou da operação de financiamento aos candidatos anticomunistas. *O Globo*, 3/09/63, p.1.

⁴³ DREIFUSS realizou um levantamento exaustivo das publicações (livros, revistas, panfletos) financiadas pelo IPES. *Op.cit.*, pp.653-655.

⁴⁴ Exemplo: no início de 1962, o IPES distribuiu através dos grandes jornais um encarte chamado “Cartilha para o progresso: como se faz uma revolução sem sangue”. *O Globo*, 26/03/62.

⁴⁵ SILVA, *Op.cit.* (1975), pp.253-259; e DREIFUSS, *Op.cit.*, pp.163-165.

⁴⁶ Trabalho coordenado pelo Gal. Golbery do Couto e Silva, que em 1965 seria responsável pela criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). DULLES, *Op.cit.*, (1970), pp.188-190.

⁴⁷ Para uma análise mais detalhada ver DREIFUSS, *Op.cit.*, pp.294-318.

polêmicas sobre o real papel desempenhado pelo “complexo IPES/IBAD” na deflagração do golpe, não há como negar sua importância no desencadeamento da onda anticomunista que levou à derrubada de Goulart.

REPRESENTAÇÕES

A principal atividade desempenhada por este conjunto de organizações⁴⁸, esforço que contou com apoio e simpatia de setores da grande imprensa, foi propagandar o anticomunismo entre a sociedade. Em grande medida, as representações anticomunistas divulgadas significavam uma continuidade com a tradição iniciada logo após os eventos de 1917 e consolidada na década de 1930. Assim, temas clássicos do repertório anticomunista foram recuperados, como as denúncias acerca dos sofrimentos no mundo comunista, a associação do comunismo à imagem do mal (demônio, doença, violência) e a práticas imorais, bem como a concepção de que se trataria de proposta estrangeira, fenômeno importado. A permanência no tempo de um conjunto básico de representações anticomunistas permite-nos afirmar que se estruturou uma tradição anticomunista na sociedade brasileira. Entretanto, isto não implica em supor que os argumentos e imagens utilizados em 1964 tenham sido idênticos aos de 1937. Há diferenças e especificidades significativas a apontar.

As denúncias sobre o “inferno soviético”, por exemplo, tenderam a falar menos da violência (fuzilamentos, tortura, etc), que foi o tom dominante no período anterior, embora a referência a atrocidades não tenha desaparecido de todo. Na década de 1960, as críticas tenderam a concentrar-se na tentativa de mostrar o modelo comunista como frágil no aspecto econômico e deficiente no plano social. Questionava-se, por exemplo, a pobreza existente na URSS e a falta de conforto decorrente (“a mulher russa ignora as amenidades da vida”⁴⁹), bem como a ineficiência da economia soviética⁵⁰. Uma novidade

⁴⁸ Mencionamos os grupos anticomunistas mais importantes com atuação na conjuntura, mas não todos. No início de 1964 surgiram entidades às dezenas nos municípios brasileiros, especialmente nas regiões onde havia conflito pela posse de terras. Muitas destas organizações receberam a denominação de “Ligas Anticomunistas”. Cf. *Estado de Minas*, 12/03/64, p.15.

⁴⁹ *O Globo*, 13/07/61, p.2

importante foi a entrada em cena de outros países comunistas, elemento inexistente nos anos 30. Cuba adquiriu especial relevo no contexto, atacada violentamente devido à política de “descristianização” e à prática de fuzilar os opositores (o *paredón*).

Algumas imagens tradicionais perderam força na “segunda onda anticomunista”, como a demonização e a apresentação dos revolucionários como indivíduos estrangeiros, recém-chegados ao Brasil. O demônio continuou povoando o imaginário anticomunista (como na *charge* da FIG.2), mas suas aparições diminuíram muito em intensidade. Na conjuntura dos anos 1960, também é visível uma mudança nas representações sobre a “ameaça estrangeira”, notável principalmente no que tange ao fenecimento do anti-semitismo e da xenofobia. O comunismo continuava uma “planta exótica”, só que agora o perigo era associado, essencialmente, ao imperialismo soviético.

Ainda no que se refere à continuidade das tradições, uma questão significativa a mencionar são as representações em torno da “Intentona”. O tema permaneceu central no discurso anticomunista, fornecendo um rico repertório de imagens negativas a serem identificadas com o comunismo⁵¹. Após a ascensão de Goulart, a cerimônia do culto aos mortos de 35 recuperou a antiga força simbólica. Nas três edições da solenidade do “27 de novembro” transcorridas durante seu mandato, em 1961, 1962 e 1963, ocorreram manifestações e protestos. Entretanto, a exploração propagandística do tema não se restringiu à data em que transcorriam as comemorações. O mote era muito bom para não ser usado em outras ocasiões. No início de outubro de 1961, por exemplo, *O Globo* publicou uma matéria atacando Luiz Carlos Prestes. Para ilustrar o caráter maléfico da doutrina representada por Prestes foi estampada, ao lado do texto, uma foto. O instantâneo mostrava uma cena pungente: duas crianças, com expressão triste, junto a uma lápide. Dizia a legenda:

As crianças da foto - batida na época - ficaram na orfandade e aí estão diante do túmulo do pai, que tombou pelo Brasil. Muitas outras ficaram órfãs, também. E muitas mais poderão

⁵⁰ O diário da família Marinho publicou, em agosto de 1962, uma série intitulada “Um engenheiro brasileiro na Rússia”. As reportagens atacavam as realizações materiais da URSS, pintando um quadro de ineficiência e atraso.

⁵¹ Exemplos das representações sobre a “Intentona” nos anos 60 já foram citados nos capítulos anteriores. Consideramos desnecessário repeti-los.

ficar, se não houver uma resistência firme e enérgica de todo o País aos que pretendem tomá-lo de assalto a serviço de Moscou⁵².

Curiosamente, o Presidente acusado de cumplicidade com os comunistas não deixou uma só vez de comparecer à celebração oficial realizada aos pés do Monumento. Fazia-o por necessidade de cumprir o protocolo, ou para dar mostras de repúdio ao comunismo. O fato é que sua presença irritava os anticomunistas radicais, a ponto de terem boicotado mais de uma vez a cerimônia. No final de 1963, chegaram a ser organizadas festividades de vulto para concorrer com a programação oficial. No Rio de Janeiro, personalidades de relevo do mundo político, religioso e militar participaram de uma manifestação na Praia Vermelha, sob a liderança do Governador Carlos Lacerda. O ato foi preparado com bastante antecedência, convocado através de matérias pagas nos jornais. Entre as entidades signatárias da convocação encontravam-se a CAMDE, a LDN, os Clubes Militar e Naval, entidades religiosas (Congregações Marianas e Círculos Operários) e empresariais (Associação Comercial, Federação das Indústrias etc)⁵³. Segundo a imprensa, cerca de 2.000 pessoas compareceram. Em São Paulo, a UCF e o MAF organizaram manifestação semelhante, com uma missa na Catedral da Sé seguida de ato político no Teatro Municipal⁵⁴.

No que tange às representações anticomunistas da conjuntura é importante destacar as mudanças operadas no papel desempenhado pela religião católica. Comparando a década de 1960 com a de 1930, a influência do imaginário católico diminuiu um pouco. A primeira onda anticomunista foi marcada pelo fortalecimento da ortodoxia católica, tendo inclusive havido perseguições a cultos e “seitas” não tolerados pela Igreja Romana (espiritismo e maçonaria, por exemplo). Nas representações maniqueístas da época, o catolicismo assumiu o papel de principal força do “bem” a opor-se ao comunismo “maléfico”.

Na década de 1960, observa-se uma mudança significativa: a ortodoxia católica foi substituída por uma espécie de ecumenismo anticomunista. Igrejas cristãs reformadas,

⁵² *O Globo*, 2/10/61 (edição noturna), p.1.

⁵³ *Correio da Manhã*, 26/11/63, p.3. Significativamente, durante o regime militar o Monumento aos mortos da “Intentona” foi transferido para a Praia Vermelha, local que passou a sediar as comemorações oficiais.

⁵⁴ *O Globo*, 26/11/63, p.11.

judeus, espíritas e até umbandistas ocuparam lugar nas mobilizações do período. A própria hierarquia católica contribuiu para isto, à medida que líderes influentes, como o Cardeal Câmara, deram declarações públicas a favor da “(...) união das Religiões contra o comunismo”⁵⁵. A época não comportava um posicionamento uníssono e ortodoxo em matéria religiosa, elemento que combinou bem com o ambiente semifascista e ditatorial da fase anterior. Por outro lado, era uma estratégia inteligente deixar as portas abertas para tentar atrair fiéis de todos os credos para a “frente anticomunista”. Além do mais, a postura ecumênica fortalecia a imagem de que o repúdio ao comunismo era um sentimento universal e não atributo de um único grupo.

O melhor exemplo do fenômeno se deu na organização das “Marchas com Deus”, em março e abril de 1964. Pastores e rabinos participaram, ao lado dos padres, na preparação das Marchas em São Paulo e no Rio de Janeiro⁵⁶. A disposição em não restringir a mobilização a um só grupo se evidenciou na referência a “Deus” e não a “Cristo”. Significativamente, o texto de convocação para a Marcha do Rio dizia que os comunistas “(...) preparam-se para o assalto final às igrejas de todos os credos (...)” e terminava com a chamada: “Vamos para as ruas, antes que os inimigos cheguem aos nossos templos e igrejas!”⁵⁷ Naturalmente, a Igreja católica ocupou papel dominante no cenário, devido a seu tamanho e influência tradicional. Mas, ainda assim, o que ocorreu em 1964 representa um contraste enorme com as conjunturas anteriores. Na década de 1930, sequer passava pela cabeça das elites dirigentes aceitar a manifestação de religiões não católicas, especialmente as não cristãs, que para muitos davam guarida aos comunistas.

A Igreja católica, de fato, estava mudada nos anos 60. A própria disposição tradicionalmente anticomunista do clero começava a ser abalada pelo surgimento de tendências renovadoras no interior da instituição. Grupos criados sob influência do apostolado leigo, como a AP, aproximaram-se das posições esquerdistas e até aliaram-se a comunistas em determinadas atividades. Muitos católicos reformistas passaram a

⁵⁵ Discurso transmitido pelo programa radiofônico “Voz do Pastor”. *O Globo*, 12/06/61, p.1.

⁵⁶ “Os paulistas vão promover a ‘Marcha da Família com Deus’ contra a comunização do país”. *O Globo*, 16/03/64, p.4. Alguns dias depois, o mesmo jornal noticiou que uma entidade umbandista iria participar da Marcha no Rio de Janeiro (31/03/64, p.2).

⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 26/03/64, p.1.

considerar o comunismo problema secundário, frente à enormidade das mazelas sociais do país. Para alguns, a realização de reformas sociais era mais importante que combater os revolucionários. Devido a esta razão, a Igreja não apresentou em 1964 o antigo empenho uniformemente anticomunista. Não é que ela estivesse “infiltrada” por comunistas, como os radicais denunciavam. A hierarquia continuava repudiando o sistema marxista como sempre fizera, por considerá-lo incompatível com a religião. Mas, não havia unanimidade em relação ao risco supostamente representado pelo governo Goulart, cujas iniciativas reformistas, por sinal, recebiam apoio de influentes prelados⁵⁸.

Embora a mobilização anticomunista tenha encontrado a Igreja dividida, isto não impediu que os setores eclesiásticos conservadores, provavelmente majoritários na época, empenhassem-se a fundo na campanha. Numerosos religiosos se destacaram, fazendo declarações, publicando material⁵⁹, participando de eventos, ocupando espaços na mídia etc. Uma das manifestações católicas mais ruidosas do período foram as “Cruzadas do Rosário”, capitaneadas pelo padre norte-americano Patrick Peyton que, entre 1962 e 1964, esteve no Brasil várias vezes⁶⁰. Os eventos preparados por Peyton contaram com grande cobertura da imprensa e atraíram centenas de milhares de pessoas, que compareciam para ouvir a pregação em defesa da família e contra os perigos do comunismo.

A “cruzada” do pároco *yankee* ajudou a divulgar um símbolo que teve papel de relevo nas mobilizações anticomunistas daqueles anos, o rosário. Símbolo da devoção e da religiosidade populares, o rosário (ou o terço) foi brandido por militantes católicos em algumas manifestações, principalmente nos conflitos ocorridos em Belo Horizonte no início de 1964 e nas “Marchas com Deus”. O rosário remetia às representações construídas em torno de Nossa Senhora de Fátima, figura adotada por muitos católicos como protetora ou padroeira da luta contra o comunismo. Ambas construções simbólicas,

⁵⁸ MAINWARING, *Op.cit.*, pp.76 e 77.

⁵⁹ Um exemplo curioso: em junho de 1961 o Cardeal Mota, de São Paulo, distribuiu uma oração anticomunista, que deveria ser rezada nas igrejas subordinadas à arquidiocese. Trechos: “Bem sabeis, do alto da Vossa glória, da insidia e do ataque e da destruição que o comunismo prepara para turbar a paz dos povos, para confundir as nações que ostentam a primazia e a grandeza do Vosso Santo Nome! (...) Vós, que sois o Senhor dos Exércitos, contende as hordas dos malignos, dos usurpadores, dos vesanicos, dos incréus, dos malvados!”. *Estado de Minas*, 22/07/61, p.1.

⁶⁰ *O Estado de São Paulo*, 19/06/63, p.6. Cf. STARLING, *Op.cit.*, pp.236-238.

Fátima e o rosário, animaram a fé dos crentes e ocuparam posição destacada no imaginário anticomunista católico dos anos 60.

A oposição entre “comunismo” e “democracia” foi outro elemento marcante no conjunto das representações do período. Inúmeros grupos anticomunistas se denominaram democratas e se declararam defensores da democracia, bem como propuseram reformas democráticas em lugar das reformas “comunistas” atribuídas ao governo Goulart. A tendência se devia, em parte, a uma tentativa de identificação com os valores do mundo ocidental, quer dizer, com os EUA⁶¹. Por outro lado, a expressão possuía a vantagem de oferecer apelo mais amplo e até certo ponto neutro, efeito que não seria alcançado se os inimigos do comunismo fossem identificados como “católicos”, por exemplo. Como já se disse, a religião, embora continuasse forte, não ocupava mais a posição preponderante de outros tempos.

Em grande medida, “democracia” não passava de um rótulo vazio de conteúdo, ou melhor, era apenas um designativo para demarcar o campo anticomunista. No discurso e na concepção dos setores conservadores a palavra tinha um sentido genérico, significando simplesmente o contrário de comunismo. Aliás, a falta de compromisso da frente anticomunista com a democracia efetiva ficou patente nas características adotadas pelo regime político derivado do movimento de 1964. No entanto, seria exagerado dizer que todos os grupos anticomunistas usaram o argumento democrático só como fachada. Muitos se sentiram traídos e ficaram decepcionados com o rumo autoritário tomado após a derrubada de *Jango*. Por outro lado, alguns setores consideravam “democracia” mero sinônimo de regime da livre-iniciativa. O conteúdo político da expressão ficava para segundo plano, a partir do suposto de que uma sociedade democrática deve se basear, necessariamente, na liberdade econômica e na primazia da propriedade privada.

Enfim, as representações presentes no surto anticomunista de 1961/64 eram essencialmente fiéis à tradição, de onde recolheram a maior parte dos argumentos e imagens. Mas havia também muitos elementos novos e características específicas do contexto histórico.

GUERRA DE POSIÇÕES

A campanha contra o comunismo adquiriu ritmo intenso e ininterrupto a partir da ascensão de Goulart, marcada por ações como protestos, comícios e passeatas. Concomitantemente, intensificaram-se as atividades de divulgação. A publicação de material anticomunista aumentou consideravelmente, na forma de folhetos, livros, panfletos, cartazes etc. Os diários conservadores, além da habitual ênfase anticomunista da cobertura jornalística dos acontecimentos políticos, distribuía material de propaganda adicional na forma de encartes e fascículos. Um livro célebre à época, *O assalto ao parlamento*, narrativa sobre a ascensão dos comunistas ao poder na Tchecoslováquia, saiu em fascículos n' *O Globo*⁶².

Várias editoras dedicaram-se a publicar literatura anticomunista, notadamente traduções de autores estrangeiros. Dezenas de livros vieram à luz neste contexto, a maioria abordando as mazelas dos países comunistas e/ou trazendo ensinamentos sobre os métodos para combater o comunismo. Algumas das obras eram manuais anticomunistas, por exemplo, *Mestres do embuste*, de Edgar Hoover, *Cartilha de comunismo: teoria e prática*, de Moshe Decter e *Em cima da hora*, de Suzanne Labin. Esta autora, por sinal, esteve no Brasil para lançar o livro, oportunidade aproveitada para a realização de uma série de palestras sobre o comunismo e as técnicas para enfrentá-lo⁶³. A influência das idéias de Labin é visível nas mobilizações do período, particularmente sua ênfase na importância de organizar uma rede de “Ligas Anticomunistas” para fazer frente à “ameaça”.

Nos meses iniciais da gestão Goulart, os episódios de mais intensa mobilização do anticomunismo derivaram das reações à política diplomática. Além disso, ocasionalmente, apareciam denúncias sobre a existência de comunistas “infiltrados” no

⁶¹ Num comentário irônico, BANDEIRA afirmou que o rótulo “democrática” era a *trade mark* das organizações anticomunistas brasileiras. BANDEIRA, *Op.cit.* (1973), p.429.

⁶² *O Globo*, 25/06/62 (edição final), p.1.

⁶³ *O Estado de São Paulo*, 2/08/63, p.5 e 17/08/63, p.5.

governo⁶⁴. Mas, durante o primeiro ano de *Jango* na presidência, uma ocasião se destacou como momento de mais forte manifestação anticomunista: as eleições de outubro de 1962. Os setores conservadores se empenharam ao máximo durante o pleito, usando todas as armas para derrotar os candidatos alinhados com as teses “comunistas” e eleger uma maioria “democrata”. O objetivo era evitar a eleição de parlamentares esquerdistas, impedindo assim a constituição de um apoio institucional sólido às propostas radicais. Uma das peças mais notórias da campanha foi um cartaz eleitoral que trazia o desenho de duas crianças, com os dizeres: “Papai: vote num democrata para que eu continue livre amanhã”⁶⁵.

Durante a trajetória do anticomunismo brasileiro, nunca houve uma mobilização eleitoral tão grande quanto em 1962. Muito dinheiro foi usado para fortalecer a campanha dos defensores da causa, principalmente através do IBAD, recursos ao menos em parte provenientes de fontes externas. Os setores conservadores da Igreja católica também se prepararam para intervir nas eleições, fazendo-o através da Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF), entidade que recomendava ao eleitorado católico não votar nos candidatos do P.C. e nem naqueles que “(...) negando serem comunistas, tiveram suas candidaturas lançadas e acintosamente defendidas por elementos comunistas”⁶⁶. Mas os católicos não estiveram sozinhos, lideranças de outras religiões cristãs participaram da campanha eleitoral, avalizando a estratégia de criar uma “frente ecumênica anticomunista”. Poucos dias antes do pleito divulgou-se, no Rio de Janeiro, documento contendo as assinaturas do Cardeal Dom Jayme de Barros Câmara, do Rev. Rodolfo Anders, Secretário-Geral da Confederação Evangélica do Brasil e do Rev. Dumitru Mihaescu, pároco da Comunidade Cristã Ortodoxa do Brasil. Dirigindo-se aos cristãos da Guanabara, os líderes religiosos apelaram aos eleitores para que dessem “(...) seu voto aos candidatos que não (...) representem um esforço ou uma ameaça de implantação do comunismo ou de outra doutrina que torne o homem um escravo em nossa terra”⁶⁷.

⁶⁴ Por exemplo, no final de 1961 foi denunciado com estardalhaço que Raul Ryff, um dos assessores mais próximos ao Presidente, era um antigo quadro do PCB. *Ação Democrática*, nº 30, nov./1961, pp.6 e 7.

⁶⁵ *O Estado de São Paulo*, 8/09/62, p.4.

⁶⁶ *Diário de Pernambuco*, 5/10/62, p.6.

⁶⁷ *O Globo*, 1/10/62, p.1.

Parte da grande imprensa empenhou o peso de sua influência na campanha, ajudando a criar a sensação de que as eleições representavam uma polarização absoluta entre “democracia” e “comunismo”. De acordo com tal visão, estaria em jogo a sorte “do sistema de vida preferido pelos brasileiros”, ameaçado por uma vitória eleitoral dos comunistas e seus aliados⁶⁸. Entre os partidos políticos, o mais decididamente anticomunista, sem dúvida, foi a União Democrática Nacional (UDN). Cerca de dois meses antes das eleições, o diretório nacional do partido expediu uma circular para as bases regionais, contendo orientações programáticas para a campanha dos candidatos. O documento sugeria às candidaturas *udenistas*, enfaticamente, a adoção do anticomunismo como estratégia eleitoral:

Precisamos empunhar decididamente a bandeira do combate aos extremismos, sobretudo o comunismo internacional que pretende transformar nosso país na próxima vítima da escravização soviética, bem como o caudilhismo nacional que lhe serve inconscientemente de instrumento⁶⁹.

No decorrer da disputa, numerosos candidatos fizeram profissões de fé anticomunista, algumas sinceras, outras nem tanto, mas quase todas movidas pelo desejo de tirar benefícios do clima de radicalização política imperante. Várias candidaturas, inscritas em diferentes legendas partidárias, tiveram no anticomunismo seu mote principal. Citemos o exemplo, entre inúmeros outros possíveis, de Gabriel Chaves de Melo, postulante a uma vaga na Assembléia Legislativa da Guanabara. Dizia o “santinho” eleitoral do candidato:

A 7 de outubro se dará a grande opção entre a liberdade e a escravidão, entre o direito de crer em Deus e a obrigação de crer em Kruschew, entre a democracia e o comunismo internacional, escravizador e ateu.

Os comunistas querem fazer no Brasil o que nunca conseguiram em nenhuma parte do mundo: chegar ao govêrno pelas eleições.

Você tem em suas mãos a grande arma que salvará a democracia no Brasil: o VOTO.

(...) votando em

⁶⁸ “Dobradas razões teve o ilustre Deputado Aliomar Baleeiro (...) para afirmar que constituirão as próximas eleições de 7 de outubro uma definição ideológica em que ‘ou a democracia manterá seu domínio robustecendo as bases do sistema de vida preferido pelos brasileiros, ou capitulará ante as hostes esquerdistas, compostas de pelegos espertalhões e de minorias comunistas”. *O Globo*, 28/08/62, p.1.

⁶⁹ “A UDN empunha a bandeira civica da luta contra o comunismo”. *O Estado de São Paulo*, 24/08/62, p.3.

GABRIEL CHAVES DE MELO
1819
PARA DEPUTADO ESTADUAL

“você estará dando um voto a quem já lutou, luta agora e lutará sempre a favor da democracia e contra o inimigo maior, o comunismo, que quer dominar a Guanabara, quer dominar o Brasil, quer dominar o mundo inteiro”⁷⁰.

A abertura das urnas revelou um quadro ambíguo. Conservadores e anticomunistas colheram resultados positivos, como a vitória de Ademar de Barros, em São Paulo, Ildo Menegheti, no Rio Grande do Sul, e a eleição de dezenas de parlamentares alinhados às suas teses. Mas a esquerda também pode comemorar a vitória de Miguel Arraes, em Pernambuco, que teve de enfrentar virulenta campanha anticomunista. Além disso, muitos parlamentares esquerdistas foram eleitos, inclusive o recordista nacional de votos, Leonel Brizola, que concorreu a deputado federal pela Guanabara⁷¹.

Terminada a campanha eleitoral, a mobilização anticomunista esfriou consideravelmente e as atenções voltaram-se para o plebiscito de janeiro de 1963, quando o eleitorado decidiria pela manutenção do parlamentarismo ou retorno ao presidencialismo. Neste ponto, deve-se fazer uma observação importante sobre a postura dos setores conservadores em relação ao Presidente Goulart. Embora temesse as “más companhias” das quais *Jango* se acercava, a maioria conservadora resolveu dar-lhe um voto de confiança e aceitar a volta do presidencialismo. Poucas vozes se levantaram para defender o parlamentarismo, mesmo porque os candidatos em potencial à presidência gostariam de ver o Executivo restaurado em seu poder tradicional. Neste momento, Goulart não era considerado um aliado incondicional e irrecuperável dos comunistas. Significativamente, a mobilização eleitoral anticomunista de outubro de 1962 poupou o Presidente, que por seu turno procurava quebrar as resistências conservadoras e distribuía “afagos” e “acenos” à direita. A observação é interessante por colocar em questão a crença de que a derrubada de *Jango* era um processo inexorável.

⁷⁰ O panfleto foi distribuído junto à edição de setembro de 1962 de *Ação Democrática* (nº 40), periódico cuja redação era dirigida pelo referido candidato.

⁷¹ Ressalte-se, os representantes ligados ao PCB constituíam fração diminuta do total dos candidatos eleitos pela esquerda. Menos de uma dezena dos parlamentares federais eleitos pertenciam ao clandestino PCB. Cf. CHILCOTE, *Op.cit.*, pp.311-327.

É possível que alguns atores do campo conservador tenham estabelecido a estratégia de tentar atrair o Presidente, afastando-o da aliança com a esquerda. Isto explicaria a atitude do jornal *O Globo*, por exemplo, que a princípio recebeu muito mal a ascensão de *Jango* à presidência. Num segundo momento, porém, o diário se reconciliou com Goulart, elogiando-o e considerando-o “(...) uma revelação de comedimento, moderação e prudência”⁷². A aproximação em relação ao Presidente não implicava em transigência com os comunistas, ao contrário, estes continuavam sob fogo cerrado. Os sinais revelavam uma mensagem clara: Goulart gozaria de apoio tranqüilo, desde que a esquerda radical fosse afastada do círculo do poder.

Neste sentido, os primeiros meses de 1963 foram marcados pela expectativa de que, com autoridade e poder plenamente restaurados, *Jango* pudesse governar de modo a desanuviar as tensões. Conservadores e moderados esperavam que o governo enfrentasse os problemas considerados mais sérios: a crise política, derivada principalmente da radicalização à direita e à esquerda, e a crise econômica, identificada em especial com a crescente alta da inflação. Teve curta duração esta “lua-de-mel”, pois em pouco tempo os setores conservadores que depositaram confiança numa saída moderada para a crise se decepcionaram. A trégua começou a ser rompida e os moderados passaram a engrossar o coro dos direitistas radicais, que não haviam reduzido o tom da campanha anticomunista.

A política de “equilibrismo” desenvolvida por Goulart, ou seja, andar na corda bamba entre esquerda e direita, começou a se complicar ainda antes do término do primeiro semestre de 1963. Por um lado, na esfera econômica, as esperanças de estabilização se esvaíram quando se tornou claro o fracasso do Plano Trienal. O ambicioso plano, que pretendia atacar a inflação e ao mesmo tempo alcançar altos índices de crescimento econômico, levantou contra si pressões enormes, inclusive dentro do próprio governo. As medidas antiinflacionárias implicavam em atitudes impopulares, como o fim dos subsídios à importação de trigo e petróleo e arrocho salarial no serviço público⁷³. Atacado pela esquerda e sem resultados positivos a apresentar no momento

⁷² “Olhando o futuro” (editorial). *O Globo*, 12/04/62, p.1. Nesta mesma edição, uma das manchetes principais era “Apelo da Associação Comercial: união nacional em torno de Goulart para as verdadeiras reformas de base”.

⁷³ SKIDMORE, *Op.cit.*, pp.291-296.

inicial de implantação, o plano foi deixado de lado ao mesmo passo em que a inflação disparava.

Mas foi no campo político que os maiores problemas se apresentaram para *Jango*, erodindo a confiança dos setores conservadores conquistada a muito custo. O fracasso da tentativa de pacificação política foi provocado, em parte, pelas crises decorrentes de ações empreendidas por grupos de esquerda próximos ao Presidente. Alguns setores esquerdistas não estavam dispostos a aceitar as oscilações de Goulart e pretendiam tomar iniciativas visando forçar definições mais claras. Não aceitavam pactos com os conservadores e almejavam a adoção de transformações sociais rápidas e radicais. Além disso, devem ser levadas em conta as ambições das personalidades envolvidas, algumas das quais buscavam criar fatos políticos para projetar sua liderança.

Neste contexto, ganhou grande destaque a figura de Leonel Brizola, cujas posturas radicais contribuíram para a elevação da “temperatura” política. O político gaúcho, então ocupando uma vaga na Câmara dos Deputados, se tornou um dos principais expoentes do lema “reformas na lei ou na marra”. A pregação radical de Brizola, levada a cabo em âmbito nacional, deu origem a inúmeras crises. Numa ocasião, falando num evento em Natal, fez uma provocação pessoal ao Comandante local do Exército, General Antônio Carlos Muricy, episódio que quase degenerou em violência⁷⁴.

As ações de Brizola renderam críticas cerradas a ele próprio e ao Presidente, a quem se acusou de tolerar ou mesmo compactuar com as posições políticas do cunhado. O jornalista David Nasser, fiel a seu estilo polêmico, publicou um ataque violento:

Todos temos um doido na família. Jango tem dois na sua. Brizola - e êle próprio. Porque Jango ainda não compreendeu que o cunhado Leonel pode ser o Benjamim de seu govêrno. (...) Todos nós temos um louco na família. Jango está dando ao seu uma caixa de fósforos e um barril de pólvora (...).⁷⁵

O radicalismo de Brizola atraiu sobre si a ira dos anticomunistas, que identificaram no estancieiro gaúcho o mais provável candidato ao papel de “Fidel” brasileiro. Para quem não acreditava na acusação, uma advertência: “Fidel Castro só se

⁷⁴ *O Globo*, 8/05/63, p.1.

⁷⁵ *O Cruzeiro*, 6/04/63, p.4. É interessante mencionar que Nasser também havia apoiado, publicamente, o retorno do presidencialismo.

declarou marxista-leninista depois de estar no poder. Antes, êle havia conseguido iludir até os americanos”⁷⁶.

Do lado conservador, ressalte-se, Carlos Lacerda fazia papel semelhante ao do político gaúcho, só que com sinal trocado, ou seja, ocupando a outra ponta do espectro político. Pela mesma época que Brizola começava a fazer suas declarações bombásticas, arrostando o ódio dos conservadores, o Governador carioca fazia ações provocativas contra a esquerda, que o considerava o representante maior da direita. Exemplo da forma como atuou Lacerda na conjuntura, procurando polarizar as atenções e irritar os esquerdistas: no final de março de 1963, o Governador levantou celeuma ao proibir a realização de um Congresso de solidariedade a Cuba, que estava programado para ocorrer no Rio de Janeiro.

Outro foco de crises, elemento a perturbar o sono dos anticomunistas, foi a eclosão de uma onda grevista a partir de meados de 1963. Ressalte-se, numerosas greves haviam ocorrido nos anos anteriores, mas sem a mesma intensidade e constância. Acompanhando as edições dos grandes diários da imprensa pode-se notar a intensificação do noticiário sobre greves a partir de abril⁷⁷ e maio⁷⁸ de 1963. Os movimentos paredistas ocorreram com freqüência durante um ano, até as vésperas do golpe⁷⁹. Naturalmente, houve picos em alguns meses, como em agosto/setembro de 1963, quando várias categorias importantes paralisaram o trabalho ao mesmo tempo⁸⁰. No período houve um notável crescimento da atividade sindical, que envolveu a participação de diversas categorias de trabalhadores como ferroviários, portuários, marítimos, aeronautas, bancários, professores, motoristas, eletricitários, petroleiros, operários dos diferentes setores industriais, entre outras.

Algumas das greves tinham motivação política, notadamente as greves gerais convocadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Além disso, houve algumas

⁷⁶ CALMON, *Op.cit.*, p.38. Mas Brizola não era a única preocupação dos anticomunistas. Em junho, um acontecimento espetacular ocupou a atenção da imprensa. A polícia descobriu um grupo guerrilheiro em preparação no interior do Estado do Rio de Janeiro, liderado por um falso Padre. Junto com o grupo, composto de trabalhadores rurais, foram apreendidas muitas armas. *O Globo*, 22/06/63, p.1.

⁷⁷ “O CGT articula uma nova greve geral no País”. *O Globo*, 11/04/63, p.1.

⁷⁸ Durante o mês estiveram em greve aeronautas, ferroviários e portuários. *Jornal do Brasil*, 26/05/63, p.3.

⁷⁹ Em janeiro de 1964, por exemplo, a Capital Federal ficou sem gás, bondes, telefones e eletricidade. “Greve se intensifica: Rio sem gás”. *Correio da Manhã*, 15/01/64, p.1.

greves de solidariedade, ou seja, às vezes determinada categoria parava para solidarizar-se com a luta de outro grupo de trabalhadores⁸¹, aumentando a sensação de que o país estava acometido de “grevismo”. Mais determinante do que a condução política dos líderes sindicais, porém, era a espiral inflacionária. A rápida deterioração dos salários (em 1963, taxa inflacionária na casa dos 80%) impulsionava os trabalhadores a lutarem por aumentos, colocando-os em situação de acolher positivamente a pregação radical das lideranças.

A opinião anticomunista enxergava os acontecimentos através das lentes da ideologia, que não deixavam margem para dúvida: o surto grevista seria parte da conspiração revolucionária dos comunistas. O fato dos militantes do PCB possuírem sólidas posições na direção do movimento sindical era considerado suficiente para corroborar as teses conspirativas. Já assustados pela intensificação das greves, os conservadores e anticomunistas se defrontaram com novo acontecimento amedrontador em meados de setembro, o levante dos sargentos.

No dia 12 daquele mês, um grupo de sargentos comandou uma sublevação em Brasília, que envolveu algumas centenas de militares. Em poucas horas dominaram pontos estratégicos da cidade, mas o movimento foi debelado no mesmo dia. A motivação imediata dos rebeldes era protestar contra decisão do Supremo Tribunal Federal, que negava aos sargentos a possibilidade de elegerem representantes legislativos. O movimento foi interpretado como um sintoma do crescimento da influência das idéias revolucionárias no Brasil (“A rebelião dos sargentos foi de caráter comunista”⁸²), sinal prenunciador de crises ainda por vir. Responsabilizou-se o governo pelos acontecimentos, acusado de tolerar a “infiltração comunista”, ou seja, permitir a atividade de grupos radicais nas Forças Armadas⁸³.

⁸⁰ *Estado de Minas*, 17/09/63, p.1.

⁸¹ Em outubro de 1963, por exemplo, no Rio de Janeiro, os trabalhadores dos setores de energia e gás pararam o trabalho em solidariedade aos trabalhadores dos transportes. *Correio da Manhã*, 11/10/63, p.12.

⁸² *O Globo*, 18/09/63, p.1.

⁸³ “Basta” (editorial). *Jornal do Brasil*, 13/09/63, p.6. A grande imprensa, de modo geral, reagiu com preocupação ao levante, considerando-o uma evidência da radicalização política em curso. Um jornal, porém, fez uma avaliação otimista que em pouco tempo cairia por terra: “O fracasso da rebelião dos

A CRISE SE AGRAVA

A intensificação das ações políticas comandadas pelos esquerdistas provocou uma forte reação anticomunista. A relativa trégua observada nos primeiros meses de 1963 foi rompida e a campanha contra o comunismo adquiriu tonalidades cada vez mais fortes. A pessoa do Presidente continuou sendo relativamente preservada, ao menos pelos veículos da grande imprensa, mas o governo sofreu ataques violentos por “tolerar” o recrudescimento das atividades “comunistas”. O principal mote da propaganda anticomunista neste momento foi a denúncia da “infiltração”. O tema esteve presente desde o início do governo Goulart, porém, a partir de meados de 1963 passou a receber ênfase até então desconhecida.

Apontou-se a presença comunista em diversos setores da vida nacional, nas organizações sociais e principalmente no aparato estatal. Os “vermelhos” estariam encastelados nas entidades estudantis, de onde comandavam a participação juvenil nas agitações políticas. A União Nacional dos Estudantes (UNE) seria o foco maior da atuação dos inimigos e por esta razão mereceu atenção especial da reação anticomunista (“Ponta de lança a sôldo de Moscou”⁸⁴). As atividades “comunistas” na UNE foram denunciadas em especial por Sônia Seganfredo (“A UNE ... tornou-se uma das maiores células do comunismo internacional instalada em nosso território ...”⁸⁵), cujas reportagens receberam calorosa acolhida na imprensa conservadora. Naturalmente, muitas denúncias foram apresentadas sobre o controle dos sindicatos pelos comunistas (“Nôvo organismo comunista ameaça tumultuar São Paulo”⁸⁶), acusados de serem os verdadeiros responsáveis pela escalada grevista.

sargentos proporcionou ao país uma lição confortadora: a democracia é forte no Brasil e ninguém pode contra ela”. *Correio da Manhã*, 15/09/63, p.20.

⁸⁴ Título de editorial que trata da presença comunista na UNE. Foi montada uma CPI no Congresso para investigar as atividades da entidade estudantil. *O Globo*, 28/09/63, p.3.

⁸⁵ SEGANFREDO, Sônia. *Une, instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963. pp.10 e 11. O livro é uma coletânea dos textos jornalísticos da autora.

⁸⁶ Notícia sobre a formação do “Pacto de Ação Conjunta”, idealizado por líderes do CGT para coordenar a atuação de sindicatos paulistas. *O Globo*, 12/10/63, p.1.

No que se refere ao governo federal, elementos ligados ao comunismo estariam enquistados em setores importantes do aparelho de Estado, como o Ministério da Educação, de onde comandariam planos de alfabetização de conteúdo subversivo, bem como desviariam verbas para financiar as atividades revolucionárias da UNE. Além disso, a esquerda era acusada de implantar reformas nos currículos de ensino oficiais, para corromper os jovens com a ideologia comunista:

Já estão reescrevendo a História do Brasil. Daqui a pouco, a nossa História não terá datas nem nomes, nem batalhas, nem episódios. Só terá ideologia - a rígida ideologia totalitária que os comunistas querem impor à juventude⁸⁷.

Denunciava-se, também, que os comunistas estariam presentes no Ministério do Trabalho, notadamente na direção de instituições previdenciárias (“Infiltração comunista no IAPB”⁸⁸), bem como no Itamaraty⁸⁹, nas Forças Armadas⁹⁰ e na assessoria próxima ao Presidente (Casa Civil e Militar⁹¹). Além disso, os comunistas teriam sob controle importantes órgãos da administração direta e indireta: Departamento de Correios e Telégrafos (“Infiltração comunista no DCT”⁹²), Superintendência da Reforma Agrária (“Denunciado desvio de verbas da SUPRA para um esquema de ‘bolchevização’”⁹³) e Petrobrás. No caso da estatal petrolífera, a alegada influência comunista gerou polêmicas acirradas (“A sovietação do Petróleo”⁹⁴) e provocou a constituição de uma CPI no Congresso. A ansiedade causada pela presença esquerdista na Petrobrás devia-se à importância estratégica do controle sobre os combustíveis, no caso de uma eventual conflagração militar.

⁸⁷ Entrevista concedida por Carlos Lacerda, que certamente se referia ao projeto “História Nova” coordenado por Nelson Werneck Sodré e apoiado pelo Ministério da Educação. *Manchete*, 4/04/64, p.22. Embora a publicação seja posterior ao golpe, a reportagem foi realizada anteriormente.

⁸⁸ *Estado de Minas*, 9/01/64, p.1.

⁸⁹ “É para Moscou que caminhamos”. Editorial que analisa a nomeação de Evandro Lins para o Itamaraty. *O Estado de São Paulo*, 22/06/63, p.3.

⁹⁰ “Preocupado o Estado-Maior da Aeronáutica com a infiltração comunista nas Fôrças Armadas”. *O Estado de São Paulo*, 12/07/63, p.7.

⁹¹ Cargos respectivamente ocupados, a partir do final de 1963, por Darcy Ribeiro e pelo General Argemiro de Assis Brasil, ambos tidos como comunistas. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR N° 709, *Op.cit.* (vol.2), pp.278 e 279.

⁹² *Estado de Minas*, 25/10/63, p.6.

⁹³ *O Estado de São Paulo*, 12/09/63, p.4.

⁹⁴ Título de editorial. *O Globo*, 8/11/63, p.1. Ver FIG.29.

A crescente deterioração do quadro político e econômico, ao longo de 1963, colocou Goulart em posição muito difícil. O Presidente não conseguia contornar os problemas econômicos, cada vez mais graves, e via a situação política fugir-lhe inteiramente ao controle. A polarização inviabilizou as negociações para a aprovação das “reformas de base” no Congresso, especialmente a agrária⁹⁵. Os setores centristas e anticomunistas aumentavam sua desconfiança em relação a *Jango*, ao mesmo passo que alguns grupos esquerdistas desafiavam sua política conciliadora, confrontando o governo com ações radicais, que por sua vez instigavam as atividades da direita. Em meio a este contexto, Goulart tomou uma medida infeliz, que contribuiu para enfraquecer ainda mais sua posição.

A 4 de outubro, o Presidente enviou ao Congresso pedido de autorização para decretar o Estado de Sítio⁹⁶. A comoção foi enorme e a oposição à medida reuniu quase a unanimidade das forças políticas. O episódio é revelador das dificuldades encontradas por Goulart para manter sua política “equilibrista”. À esquerda e à direita, ninguém entendeu o objetivo do governo, cada lado achando que o Estado de exceção representaria um golpe perpetrado pelo grupo oposto. Vendo-se isolado, o governo não teve alternativa senão recuar e retirar o pedido. A confusão e incerteza reinantes aumentaram o temor dos anticomunistas, cada vez mais preocupados com a movimentação dos setores esquerdistas.

O acúmulo de medo e ansiedade nos campos centrista e conservador resultou numa aproximação com as posições da direita anticomunista. Começaram a surgir apelos em prol da “união sagrada”, ou seja, da constituição de uma frente reunindo todas as forças e grupos contrários à “comunização” do país. Pouco após o malogrado episódio do Estado de Sítio, o deputado João Calmon, um dos diretores dos “Diários Associados”, império jornalístico que por este tempo já possuía canais de rádio e televisão, além dos tradicionais jornais impressos, fez uma declaração pública conclamando os “democratas” a se unirem: “Calmon prega frente única anticomunista”⁹⁷.

⁹⁵ A este respeito ver FIGUEIREDO, *Op.cit.*, pp.113-119.

⁹⁶ *Correio da Manhã*, 5/10/63, p.1.

⁹⁷ *O Estado de São Paulo*, 10/10/63, p.3.

Das palavras, o deputado e empresário das comunicações passou à ação. No final de outubro Calmon articulou, junto com outros grandes grupos jornalísticos, a constituição da “Rede da Democracia”. Atuando em rede os grupos Globo, Diários Associados e Jornal do Brasil⁹⁸, controladores de alguns dos maiores veículos de comunicação do país (jornais, rádio e TV), encetaram uma poderosa ofensiva de propaganda anticomunista. Diariamente, a grande imprensa passou a bombardear a população com matérias que lançavam mão das representações anticomunistas, intensificando campanha que setores direitistas já vinham desenvolvendo há algum tempo.

No entanto, ainda não era o momento de romper definitivamente com Goulart. Desejava-se manter as portas abertas para uma possível recomposição do Presidente com os conservadores:

Mas os democratas - da imprensa, do Congresso, dos Partidos Políticos, de todos os ramos da vida pública - não querem destruir o Presidente. Desejam justamente salvá-lo da destruição planejada pelos vermelhos (...). Mas é preciso que o Presidente João Goulart ajude e fortaleça os setores democráticos, para que êstes, de seu lado, o possam auxiliar e salvar⁹⁹.

No final de 1963, pode-se dizer, os setores conservadores e centristas, juntamente com a direita, estavam unidos e mobilizados contra a esquerda, e intensificaram a campanha para insuflar o temor anticomunista no meio da sociedade. Mas as condições necessárias à consolidação da “união sagrada” ainda não haviam se apresentado, pois o posicionamento de Goulart não estava claro. A postura do governo tinha importância decisiva, uma vez que os comunistas não eram considerados capazes de tomarem sozinhos o poder. Embora a propaganda anticomunista pintasse um quadro bastante exagerado sobre a extensão da “infiltração”, os grupos conservadores tinham a exata noção de que o P.C. era uma força política minoritária, sem condições de conduzir sozinho uma ação revolucionária vitoriosa. O que realmente temiam era a possibilidade de *Jango* se envolver em algum golpe com apoio dos comunistas, abrindo-lhes o caminho para o poder. Daí a preocupação insistente em afastar o Presidente dos seus amigos da

⁹⁸ *Estado de Minas*, 25/10/63, p.1.

⁹⁹ Trecho do editorial. *O Globo*, 21/10/63, p.1. Mas alguns fizeram advertências ameaçadoras a Goulart, para que não aceitasse entrar em conluios com os comunistas: “(...) dizemos ao Presidente, com singeleza e humildade democráticas - não ouse”. “Subversão por cima” (editorial). *Jornal do Brasil*, 21/11/63, p.6.

esquerda, evitando-se assim que ele representasse um papel semelhante ao de Benes na Tchecoslováquia¹⁰⁰.

A rápida evolução dos acontecimentos produziu, no início de 1964, a intensificação da crise e o surgimento de um quadro propício à solidificação da frente anticomunista. O sinal para que se estreitasse a convergência dos movimentos anticomunista e antiGoulart foi dado na virada do ano, quando o Presidente começou a dar sinais de que finalmente abandonara a política pendular e fizera uma escolha. Em dezembro, Goulart iniciou gestões visando uma reaproximação com os grupos de esquerda, que estavam arredios desde o episódio do Estado de Sítio. Ao mesmo tempo, surgiram boatos sobre uma futura reforma ministerial, com a possibilidade de Brizola vir a ocupar um dos cargos mais importantes, a Pasta da Fazenda ou da Justiça, segundo se especulava¹⁰¹. Analisando as articulações políticas empreendidas pelo governo, no final de 1963, o editorialista de *O Estado de São Paulo* fez uma afirmação terrificante: “É a vitória do sr. Leonel Brizola e a guinada definitiva para a esquerda e ... para o caos!”¹⁰²

Os lances seguintes de Goulart fortaleceram a impressão dos anticomunistas de que o governo tinha optado pela linha radical. No tradicional discurso de fim de ano o Presidente fez um aceno para os esquerdistas, enfatizando seu compromisso com as reformas e lançando críticas ásperas às “estruturas arcaicas” da sociedade brasileira. No mês de janeiro, mais dois movimentos a confirmar a estratégia: o apoio oficial à eleição da chapa comunista na disputa pelo controle da poderosa Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI)¹⁰³ e a assinatura do decreto limitando as remessas de lucros. Pela mesma época, fontes do governo informavam que o problema da reforma

¹⁰⁰ PORTO SOBRINHO, *Op.cit.*, p.137. Benes liderou o governo da República Tchecoslovaca após a guerra, que contava com a presença dos comunistas. Paulatinamente, os comunistas foram se fortalecendo e deram um golpe em 1948, retirando Benes do poder. Ele virou o exemplo favorito dos anticomunistas para mostrar os riscos que corriam os políticos progressistas dispostos a transigir com os “vermelhos”. No caso do Brasil, a comparação omitia a ausência de um detalhe importante: o Exército Vermelho não estava às nossas portas. Além disso, a força dos comunistas no governo tchecoslovaco era muito maior que a influência exercida pelo PCB junto a Goulart. *Jango* também era chamado freqüentemente de “Kerenski brasileiro” (SUED, *Op.cit.*, p.98.), uma alusão ao líder socialista que presidiu o governo russo pouco antes da Revolução bolchevique. Kerenski foi acusado, pelos anticomunistas, de ter aberto caminho para a ascensão bolchevista.

¹⁰¹ *Manchete*, 21/12/63, pp.4-6.

¹⁰² “O salto final para a esquerda” (editorial). *O Estado de São Paulo*, 21/12/63, p.3.

¹⁰³ A posição de Goulart na eleição da CNTI provocou o rompimento da cúpula empresarial com o governo. FIGUEIREDO, *Op.cit.*, p.178.

agrária seria enfrentado através de decreto presidencial. Os boatos geraram ansiedade e muitas especulações sobre o teor das medidas em preparação (“Objetivo do decreto da SUPRA: entregar áreas vitais aos comunistas”¹⁰⁴).

A tensão atingiu níveis elevados e, a partir de fins de janeiro, a polarização se acirrou. O anticomunismo tornou-se um movimento forte, envolvendo expressivos segmentos do mundo social e político e abarcando um arco muito mais amplo que os tradicionais grupos da direita radical. Os setores esquerdistas, por seu turno, não arrefeceram suas atividades, ao contrário; alguns elementos consideraram imperioso aumentar a mobilização para fazer frente à ofensiva conservadora. É interessante observar que os dois lados tinham percepções diversas da luta em curso: para a esquerda, tratava-se de um embate opondo nacionalistas e defensores do progresso social aos reacionários, anticomunistas fanáticos e “entreguistas”; na ótica dos antiesquerdistas, a luta era entre os democratas, comprometidos com a salvaguarda da liberdade e da pátria, contra os comunistas e seus aliados populistas e autoritários.

A cronologia da crise mostra uma sucessão de eventos conflituosos e manifestações de radicalismo de ambas as partes, numa escala crescente do final de janeiro ao final de março, com uma breve pausa durante o carnaval, naturalmente. Por volta de 20 de janeiro têm início duas ofensivas importantes do anticomunismo: os protestos contra o Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL) e os célebres discursos de Bilac Pinto na Câmara dos Deputados, denunciando a “Guerra Revolucionária”. O encontro da CUTAL estava programado para ocorrer em Belo Horizonte, de 24 a 28 de janeiro. Mas uma série de protestos envolvendo Igreja, políticos e organizações anticomunistas, que não aceitavam a realização na cidade do evento de “cunho nitidamente comunista”¹⁰⁵, convenceram o Governador Magalhães Pinto a transferir o Congresso para Brasília. Durante as manifestações (comícios, panfletagens) consolidou-se a entidade feminina anticomunista LIMDE, que desempenhou papel de destaque nos acontecimentos. A vitória da mobilização

¹⁰⁴ *O Globo*, 14/01/64, p.3.

¹⁰⁵ *Estado de Minas*, 26/01/64, p.1. Para marcar seu protesto contra o “conclave comunista”, o Prefeito de Belo Horizonte, Jorge Carone, decretou luto oficial na cidade.

anticomunista no episódio teve marcante efeito psicológico, dando ânimo aos grupos anticomunistas de todo o Brasil¹⁰⁶.

A ofensiva parlamentar do deputado Bilac Pinto foi igualmente decisiva para aprestar a reação anticomunista. Atuando na qualidade de Presidente da UDN, Bilac Pinto fez uma série de discursos violentos contra o governo, acusando Goulart de ter se tornado “instrumento dos comunistas”¹⁰⁷. Segundo o deputado, o Presidente da República vinha dando insistentes sinais de conluio com os revolucionários, a quem protegia e entregava postos influentes no governo. Além de franquear o acesso dos comunistas ao aparato estatal, Goulart era ainda suspeito por tolerar a infiltração nos sindicatos e aceitar e mesmo estimular a espiral grevista. Para o parlamentar *udenista* tratava-se de evidências suficientes de que o Presidente fazia o jogo da “guerra revolucionária”, estratégia supostamente criada pelos teóricos marxista-leninistas e colocada em prática no mundo todo. Entretanto, em que pese a gravidade das acusações, Bilac Pinto ainda deixava espaço para um recuo do Presidente. *Jango* ainda teria tempo de se redimir, sob a condição de desvencilhar-se dos “aliados comunistas” e paralisar, conseqüentemente, a progressão dos planos revolucionários¹⁰⁸.

Os discursos do líder *udenista* foram marcantes devido a várias razões. Primeiramente, deixaram claro o ânimo belicoso da UDN em relação a Goulart e à esquerda, uma atitude que renunciava a disposição de apoiar a eventualidade de uma ruptura institucional. Segundo, eles significaram o estreitamento de contatos entre a cúpula do partido e os militares, de quem Bilac Pinto recolheu a teorização sobre a “guerra revolucionária”. Este conceito havia sido elaborado pelo Estado-Maior do Exército e pela Escola Superior de Guerra (ESG), a partir de influências recebidas de teóricos militares estrangeiros, particularmente franceses e norte-americanos¹⁰⁹. Adotando

¹⁰⁶ Para uma análise mais detida do episódio ver STARLING, *Op.cit.*, pp.131-134.

¹⁰⁷ PINTO, *Op.cit.* (1964), p.52. Cf. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. pp.124-129.

¹⁰⁸ PINTO, *Op.cit.* (1964), pp.97-99.

¹⁰⁹ Genericamente, o conceito era uma tentativa de teorizar sobre as estratégias adotadas pelos comunistas após a Segunda Guerra, especialmente em ações no Terceiro Mundo. Corresponhia a um esforço dos militares anticomunistas de entender o sucesso dos revolucionários nos movimentos anticolonialistas e antiimperialistas. Segundo a teoria, a “guerra revolucionária” empreendida pelos comunistas possuía várias fases, começando com o uso de táticas psicológicas (para obter controle sobre as massas populares e criar ambiente revolucionário), até chegar à guerrilha e à tomada violenta do poder. Cf. OLIVEIRA, Hermes de

um linguajar caro aos militares, os políticos conservadores prestigiavam os meios castrenses e conquistavam sua confiança. Terceiro, ajudaram a precipitar um “(...) movimento de formação de milícias anticomunistas”¹¹⁰, particularmente entre os proprietários rurais das regiões passíveis de serem atingidas pela reforma agrária e/ou onde eram mais intensas as atividades das lideranças esquerdistas.

No começo de fevereiro, a mobilização anticomunista nas zonas rurais atingiu intensidade e gravidade jamais vistas. Diversos grupos de proprietários se armaram, dispostos a enfrentar os “comunistas” à bala. O apelo em prol da radicalização era tanto maior quanto se divulgavam notícias sobre a eclosão de invasões de terras e conflitos armados em várias partes do país (“Invasões de terras levam a intranquilidade a Sergipe”; “Camponeses de Goiás ameaçam invasões com o apoio do CGT”; “Invasões de lavradores e reação de fazendeiros mantêm a tensão no campo”¹¹¹). Na verdade, houve mais ameaças que invasões efetivas, mas a tensão atingira níveis altos a ponto de tornar o “detalhe” irrelevante. Uma das áreas mais tensas se encontrava no Vale do Rio Doce, próximo a Governador Valadares, Minas Gerais. Naquela região, os camponeses, liderados por um sapateiro (“Chicão”), se defrontavam com milícia organizada pelos fazendeiros.

A agitação nos campos seguia intensa, quando um acontecimento retornou o foco das atenções para a zona urbana. No final de fevereiro, mais precisamente no dia 25, em Belo Horizonte, teria lugar um comício organizado pelos grupos esquerdistas, Leonel Brizola à frente. O evento não chegou a ocorrer, impedido que foi por uma bem articulada mobilização dos setores conservadores. Na ação tomaram lugar diversos segmentos anticomunistas, cabendo maior destaque às mulheres comandadas pela LIMDE. Rosários à mão, para invocar a proteção divina contra os “inimigos da religião”, as senhoras ocuparam o auditório onde ocorreria o ato político, dispostas a não permitir que os “comunistas” subissem ao palco. A disputa degenerou em grande pancadaria (alguns

Araújo (Cel). *Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965; e INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709, *Op.cit.* (vol.4), pp.3-97. Sobre a produção doutrinária da ESG no contexto da influência da guerra fria cf. OLIVEIRA, Eliézer R. de. *Op.cit.*

¹¹⁰ “Guerra civil no Brasil?”, por Nahum Sirotsky. *Jornal do Brasil*, 13/02/64, p.3.

¹¹¹ Manchetes de *O Globo*, respectivamente nas edições de 1/02/64, p.3; 14/02/64, p.1; e 19/02/64, p.1. Os outros veículos da grande imprensa publicaram notícias semelhantes.

“rapazes” anticomunistas também foram mobilizados) e, ao final, Brizola se retirou sem conseguir realizar o comício. A maioria dos grupos conservadores do país se regozijou com o feito das “senhoras de Minas”, apresentando a disposição de luta dos “mineiros” como um modelo a ser seguido:

No Brasil, oferece-nos Minas Gerais, mais uma vez, o exemplo dignificante de civismo e de fé na democracia. Primeiro, impedindo que em seu solo, campo de tantas refregas gloriosas em prol da liberdade, se reunisse um congresso internacional de agentes de Moscou, e, em seguida, opondo barreiras intransponíveis, em Governador Valadares, a invasões, criminosamente planejadas, contra a propriedade privada, sob o falso pretexto de ensaiar reforma agrária.

Minas, por assim dizer, está mobilizada contra os inimigos das instituições. Constitui o maior centro de resistência às investidas malsãs do comunismo¹¹².

No início de março, o centro da crise se deslocou para o Rio de Janeiro, dado que o Presidente resolveu tomar a iniciativa e escolheu a cidade, ainda a verdadeira capital política do país, para marcar o começo de uma nova fase do governo. O grupo palaciano preparou a realização de um grande comício, um ato político cujo sentido era lançar uma ofensiva pública a favor da realização das reformas de base. Goulart demonstraria, assim, sua disposição de afinar-se com os grupos esquerdistas na luta em prol do programa reformista, ao mesmo tempo em que fazia pressão contra a mobilização conservadora. A idéia era arregimentar os grupos populares simpáticos à causa nacional-reformista, dando uma demonstração de força aos conservadores e aos setores majoritários do Congresso opostos às mudanças constitucionais.

No entender do governo, as reformas sociais, notadamente a agrária, demandavam emendas na Constituição. Uma das questões a gerar maior polêmica era a existência de uma cláusula constitucional que proibia a desapropriação de bens sem indenização em dinheiro. O governo pretendia indenizar as terras desapropriadas com títulos públicos, o que implicava em reformar a Constituição. Os conservadores não estavam dispostos a acolher tal pleito, sob a alegação de temerem que, uma vez aceito o princípio de alterar a Carta Magna, estariam abertas as portas para mudanças profundas nas instituições.

¹¹² “Mobilização geral contra o comunismo” (editorial). *O Globo*, 26/02/64, p.3. É importante ressaltar que alguns órgãos da grande imprensa (*Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*), embora igualmente preocupados com o aumento da influência da esquerda, criticaram o atentado à liberdade de expressão cometido pela mobilização anticomunista mineira.

Dias antes do comício, os meios políticos foram tomados pela ansiedade, que foi alimentada por uma onda de boatos sobre o conteúdo das medidas a serem anunciadas no evento. Grupos anticomunistas cariocas, capitaneados pela CAMDE, organizaram um comício, no dia 10 de março, para protestar contra a orientação esquerdista assumida pelo governo (“A Guanabara manifestará em concentração, no dia 10, seu repúdio ao comunismo”¹¹³). Mas, o comparecimento esteve aquém do esperado, pois cerca de 3 mil pessoas apenas teriam participado. A realização de manifestações anticomunistas de porte só veio a ocorrer depois do “comício das reformas”, que representou efetivamente o papel de “divisor de águas”.

O comício realizado a 13 de março, em frente ao prédio da Central do Brasil, provocou um impacto muito forte nos dois lados do espectro político. Para a esquerda foi uma apoteose: o evento serviu para selar o comprometimento público de *Jango* com as reformas. Por outro lado, fortaleceu a convicção de que o povo apoiava as transformações sociais, pois o comparecimento foi massivo (aproximadamente 200 mil pessoas). Os defensores do projeto reformista se cobriram de entusiasmo.

No campo conservador, o comício da “sexta-feira 13”¹¹⁴ foi recebido com alarme. O simples fato de o evento ter sido organizado, em grande parte, pela liderança sindical comunista, já era motivo suficiente para causar temor. A presença de numerosas bandeiras ostentando a “foice e martelo”, somada ao tom violento de muitos dos discursos, deu aos conservadores a certeza de que a revolução estava sendo preparada celeremente. Entre as diversas personalidades a fazer uso do microfone, um dos mais radicais foi Brizola. O deputado gaúcho fez ameaças ao Congresso, instituição conservadora que ele desejava ver substituída por uma Assembléia Constituinte de caráter popular. O discurso de Goulart foi bem mais ameno; ainda assim, ele continha críticas ao “arcaísmo da Constituição” e pressionava o Congresso a ir “ao encontro das reivindicações populares”.

O *Correio da Manhã*, um dos jornais a apresentar posturas mais equilibradas à época, inclusive apoiando a realização de reformas sociais, fez uma avaliação acurada da

¹¹³ *O Globo*, 9/03/64, p.1.

¹¹⁴ Título de editorial, onde se acusa o comício “comuno-sindical” de ser parte do plano de agitações do governo visando o caos revolucionário. *Jornal do Brasil*, 1/03/64, p.6.

repercussão das palavras de *Jango*. O que o Presidente disse não tinha conteúdo tão radical, mas, dado o contexto de tensão e polarização políticas reinantes, foi interpretado pelos conservadores como uma declaração de fé subversiva. O próprio jornal terminava criticando Goulart, por não ter aproveitado a ocasião para “tranqüilizar os espíritos” com um discurso apaziguador¹¹⁵. Segundo outra opinião moderada, o jornalista Carlos Castello Branco, a estratégia de *Jango* era pressionar o Congresso, para que lhe fosse dado o poder de reformar a Constituição¹¹⁶.

Se os mais moderados consideraram o comício uma demonstração de força, planejada para obter o aumento do poder presidencial, os conservadores radicais e anticomunistas não tiveram dúvida: o rumo traçado por Goulart no “comício totalitário”¹¹⁷ desaguava inexoravelmente num golpe esquerdista, com participação ativa dos comunistas. Teria sido por influência destes últimos que o Presidente assinara o decreto da SUPRA, que permitia desapropriar algumas faixas de terra sem indenização em dinheiro, bem como o decreto de encampação da refinaria petrolífera de Capuava. As duas medidas foram consideradas atentados à propriedade privada, precedente perigoso para o futuro da livre-iniciativa e da liberdade.

Havia outro elemento a preocupar os opositoristas: as pressões pela realização de uma reforma constitucional. Na seqüência do comício, o Presidente enviou ao Congresso mensagem solicitando que a Constituição fosse emendada para viabilizar as “reformas de base”. Previsivelmente, pedia a alteração do artigo 141, que estabelecia a exigência da indenização em dinheiro no caso de desapropriações. Além disso, porém, requeria a supressão do preceito constitucional (artigo 36) sobre a proibição da delegação de poderes, medida que foi interpretada até pelos moderados como tentativa de conferir ao governo perfil ditatorial¹¹⁸.

O comício da Central provocou a consolidação das mobilizações anticomunista e antiGoulart, cujo movimento convergente se completou. Setores sociais importantes, que

¹¹⁵ “Equívocos” (editorial). *Correio da Manhã*, 15/03/64, p.6.

¹¹⁶ “Coluna do Castello”. *Jornal do Brasil*, 15/03/64, p.4.

¹¹⁷ *O Estado de São Paulo*, 14/03/64, p.5.

¹¹⁸ “Reformas sem ditadura”. Neste editorial, o *Correio da Manhã* declara mais uma vez seu apoio às reformas de base, considerando válido alterar a Constituição em benefício da reforma agrária. Mas ataca as manobras visando aumentar exageradamente o poder do Presidente (edição de 18/03/64, p.6).

até então se mantinham em expectativa, alguns inclusive simpáticos à pregação reformista, alinharam-se ao lado da direita e dos conservadores, sob a bandeira do anticomunismo. O processo de formação da “união sagrada” contra o comunismo se consumou, reunindo as elites empresariais, militares, políticas, religiosas e as “classes médias”, todos amedrontados ante a possibilidade de uma suposta ruptura revolucionária. Sintomaticamente, durante o mês de março vieram a público vários manifestos de caráter anticomunista, organizados por setores socialmente expressivos. Citemos alguns exemplos, entre os muitos possíveis.

Em São Paulo, um grupo de médicos se manifestou contra a subversão “vermelha”, que estaria insuflando a crise econômica para perturbar a ordem (“A inflação desenfreada, que só aos comunistas interessa...”; “... não existe nada tão reacionário e retrógrado como o comunismo...”¹¹⁹). No Rio de Janeiro, alguns membros das “classes produtoras” registraram em documento seus temores: “A causa principal dos males, cabe insistir, reside no desvirtuamento da autoridade civil que faz o jôgo da investida totalitária, transigindo, ostensivamente, com os comunistas”¹²⁰. Partidos políticos também se pronunciaram (“Bancadas do PRP divulgam manifesto denunciando que comunistas ocupam o País”¹²¹), bem como segmentos da Igreja católica, que declararam não poder ficar “(...) omissos e desinteressados na luta do bem contra o mal, da luz contra as trevas, do heroísmo contra a covardia”¹²².

Mas o desdobramento mais importante da reação ao comício, e ao que ele significava na ótica conservadora, se deu a 19 de março, em São Paulo. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi o “comício da Central” do lado conservador, ou seja, se constituiu em evento altamente impactante no que tange à mobilização antiesquerdista. Sua preparação, por sinal muito cuidadosa, reuniu toda a elite paulistana em verdadeira frente anticomunista e antiGoulart, que conseguiu levar para a região da Praça da Sé enorme massa humana. A importância do ato político pode ser medida num

¹¹⁹ *O Estado de São Paulo*, 7/03/64, p.4. A incidência de manifestos anticomunistas aumentou em março, mas em janeiro e fevereiro já haviam aparecido vários, como o dos “professores universitários do Rio”, encabeçado por Heráclito Sobral Pinto. *O Globo*, 4/01/64, p.6.

¹²⁰ *Jornal do Brasil*, 12/03/64, p.5.

¹²¹ *Jornal do Brasil*, 20/03/64, p.3.

¹²² *Estado de Minas*, 10/03/1964, p.1.

detalhe curioso. O tradicional *O Estado de São Paulo*, pela primeira vez em muitos anos, noticiou um acontecimento nacional em primeira página:

Meio milhão e paulistanos e de paulistas manifestaram ontem em São Paulo, no nome de Deus e em prol da Liberdade, seu repúdio ao comunismo e à ditadura e seu apego à Lei e à Democracia. Neste momento particular da vida do mundo, o histórico ato dos paulistas adquire importância internacional¹²³.

Os diários da grande imprensa carioca conferiram igual destaque à “Marcha”, interpretando de modo semelhante o significado e a motivação da manifestação “paulista”:

Uma multidão calculada em 500 mil pessoas participou ontem, em São Paulo, da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* em defesa da Constituição e das instituições democráticas brasileiras e de repúdio ao comunismo, constituindo-se na maior manifestação popular já realizada na Capital paulista¹²⁴.

O caráter anticomunista do evento, já implícito no nome escolhido para designar a “Marcha”, foi explicitado numa proclamação divulgada pelos organizadores, acusando os “vermelhos” de atentarem contra os valores mais caros à tradição brasileira:

Povo do Brasil,
A Pátria, imensa e maravilhosa, que Deus nos deu, está em extremo perigo. (...) Deixaram infiltrar-se no corpo da Nação, na administração, nas Forças Armadas e até nas nossas igrejas os servidores do poder totalitário, estrangeiro e devorador. Não defendemos a nossa casa enquanto era tempo, quando era fácil, e, agora, as forças do mal, da mentira e da demagogia ameaçam a própria vida da família brasileira. Mas hoje, na praça pública, no dia da família, essa multidão imensa veio, espontaneamente, responder ao chamado das mulheres brasileiras (...). Reformas, sim, nós as faremos, a começar pela reforma da nossa atitude. De hoje em diante os comunistas e seus aliados encontrarão o povo de pé. (...) Fiéis às nossas religiões, fiéis à nossa Constituição, fiéis à nossa pátria - construiremos o Brasil autêntico, livre, forte e feliz. Com Deus, pela Liberdade, marchemos para a salvação da Pátria!¹²⁵

¹²³ O “Estadão” reservava a primeira página exclusivamente para o noticiário internacional. *O Estado de São Paulo*, 20/03/64, p.1.

¹²⁴ *Jornal do Brasil*, 20/03/64, p.1.

¹²⁵ *O Globo*, 20/03/64, p.10.

Os discursos proferidos durante o ato enfatizaram, da mesma forma, a denúncia do “perigo vermelho”. O padre Calazans, por exemplo, Senador da República, fez referência direta a Goulart:

Hoje é o dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de Brizola. É o padroeiro dos comunistas. Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao Presidente da República que o Brasil quer a Democracia e não o tiranismo vermelho. Aqui está a resposta ao plebiscito da Guanabara: não! não! não!¹²⁶

Não era outra a fonte de inspiração dos dizeres dos cartazes exibidos na manifestação: “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo”; “Democracia tudo, comunismo nada”; “Abaixo os entreguistas vermelhos”; “Abaixo os pelegos e os comunistas”; “O Brasil não será uma nova Cuba”; “Reformas pelo povo, não pelo Cremlin”¹²⁷.

A Marcha de São Paulo inspirou a organização de atos semelhantes em outras grandes cidades. A estratégia era aumentar a pressão contra os “comunistas” e Goulart, e fazer frente às mobilizações esquerdistas programadas para os meses seguintes. Programou-se um grande evento para o Rio de Janeiro, no dia 2 de abril, que em virtude da derrubada do governo acabou se transformando numa comemoração pelo sucesso da campanha antiGoulart e anticomunista. A Marcha do Rio teve os mesmos ingredientes observados na manifestação da Praça da Sé: ataques ao comunismo, acusado de almejar o poder ditatorial para destruir pátria, família e religiões (no plural, para ressaltar o ecumenismo anticomunista).

Em meados de março, a formação da frente anticomunista havia se consolidado, compondo um arco de alianças que unia praticamente todos os segmentos da elite brasileira, e que ainda encontrava significativo apoio nas classes médias. O medo ao comunismo, mais uma vez, teve o efeito de provocar uma poderosa mobilização conservadora. A situação crítica gerou fatos inusitados, como a aproximação entre

¹²⁶ *O Cruzeiro*, 11/04/64, p.124. A ênfase religiosa da Marcha deveu-se, para além dos vínculos com a tradição anticomunista, à intenção de responder a críticas feitas por Goulart no comício da Central contra “os que exploram os sentimentos cristãos do povo”. A motivação original da Marcha seria fazer um desagravo ao rosário, supostamente desrespeitado por *Jango*. SIMÕES, *Op.cit.*, p.132.

¹²⁷ *O Estado de São Paulo*, 20/03/64.

adversários no campo político e empresarial. Ademar de Barros e Carlos Lacerda, por exemplo, concorrentes na disputa presidencial, selaram um pacto, e encontro de natureza semelhante ocorreu entre Júlio de Mesquita Filho, proprietário de *O Estado de São Paulo*, e Assis Chateaubriand, dos “Diários Associados”¹²⁸. Até lideranças há muito afastadas das atividades públicas voltaram ao cenário político, como o Ex-Presidente e Marechal do Exército Eurico Dutra, que deu declarações à imprensa advertindo sobre a “ameaça” comunista às instituições¹²⁹.

À medida que iam se sucedendo os pronunciamentos anticomunistas, João Goulart ficava cada vez mais isolado, numa posição política extremamente delicada. A gravidade do quadro fica evidenciada na atitude tomada por Kubitschek, político que também mantinha boas relações com a esquerda e nunca considerara relevante o “perigo comunista”. No dia 20 de março, afinando o tom com o “clima político” dominante, o ex-presidente também fez uma declaração anticomunista (“Repudiemos sem vacilações o comunismo, que jamais conseguirá empolgar o nosso povo livre e cristão”¹³⁰). É bem verdade que Kubitschek atacou também o “reacionarismo intolerante”, mas isto não altera o fato de que seu discurso foi interpretado como uma declaração de adesão ao campo “democrático”¹³¹. A onda anticomunista era muito poderosa e Goulart havia ficado sem apoio no centro. Talvez ainda estivesse aberta para ele a possibilidade de recuar e procurar uma recomposição com as forças conservadoras, mas ao custo de romper definitivamente com os aliados esquerdistas.

DESFECHO

A esta altura dos acontecimentos já havia, no interior da coalizão anticomunista, uma forte disposição favorável à derrubada do Presidente. As conspirações golpistas, que

¹²⁸ “Coluna do Castello”. *Jornal do Brasil*, 22/03/64, p.4.

¹²⁹ “A voz do soldado” (editorial). *Jornal do Brasil*, 19/03/64, p.6.

¹³⁰ Trecho de discurso proferido na convenção do PSD, quando foi lançada sua candidatura presidencial. *Apud* HIPOLITO, Lúcia. *PSD: de raposas e reformistas. O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p.244.

¹³¹ “Define-se Kubitschek: repúdio sem vacilações ao comunismo intolerante”. *O Globo*, 23/03/64 (edição final), p.1.

existiam desde a posse de Goulart, deixaram de ser confabulações de grupos radicais à margem do processo político e passaram a envolver “gente graúda” dos meios civis e militares. As condições estavam postas e os atores principais do golpe estavam preparados. Faltava apenas a fagulha, o elemento para detonar o mecanismo golpista e empurrar à ação os que ainda hesitavam ante a hipótese do rompimento institucional. A ocasião se apresentou apenas uma semana após a Marcha, em plena Semana Santa. Nos dias 26 e 27 de março teve lugar a célebre “revolta dos marinheiros”, que convenceu os setores conservadores, principalmente a oficialidade militar, da existência de um processo revolucionário em curso.

O episódio foi provocado por um ato de indisciplina dos líderes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, grupo afinado com as teses esquerdistas. A Associação realizou uma Assembléia na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, com o objetivo de comemorar seu segundo aniversário e protestar contra a prisão de alguns companheiros por motivos políticos. O Ministro da Marinha (Sílvio Mota), informado sobre a reunião e o teor radical dos discursos proferidos no evento, ordenou a detenção disciplinar dos chefes do movimento. Uma tropa de fuzileiros navais foi enviada para garantir o cumprimento da determinação. Os marinheiros desafiaram a autoridade e se recusaram a sair do prédio, recebendo a adesão de parte das tropas da Marinha enviadas para detê-los. Instalou-se uma crise séria e soldados do Exército e da Polícia Militar foram mobilizados para cercar o local, ameaçando invadi-lo. O impasse foi quebrado através de negociações conduzidas por políticos e sindicalistas de esquerda, na maioria, membros do PCB. O resultado representou uma ampla vitória para a liderança dos marinheiros: o Ministro da Marinha foi afastado do cargo, substituído por um Almirante próximo à esquerda, e os rebeldes foram conduzidos a um quartel do Exército e libertados em seguida. A cena final do drama aumentou a ira dos conservadores: os rebeldes comemoraram ruidosamente sua vitória política nas ruas do centro do Rio de Janeiro, carregando nos ombros o comandante dos Fuzileiros, Almirante Cândido Aragão, oficial simpático à causa¹³².

O impacto destes acontecimentos dificilmente poderia ser exagerado. No clima de tensão e mobilização anticomunista reinante, a “rebelião” dos marinheiros foi interpretada

¹³² *Correio da Manhã*, 29/03/64, pp.1 e 2.

como o prenúncio da revolução bolchevique, o equivalente brasileiro da revolta do Encouraçado Potemkin¹³³. A atitude de Goulart de ceder aos rebeldes, ainda por cima demitindo o Ministro que pretendia punir a indisciplina, convenceu a muitos do envolvimento do Presidente com uma trama subversiva. No interior das FFAA, o efeito da crise foi devastador, pois o princípio do respeito à hierarquia e à disciplina era considerado um valor básico da corporação. Até mesmo alguns elementos simpáticos às reformas sociais e/ou fiéis à tese da legalidade começaram a considerar aceitável uma intervenção contra o governo. Os oficiais sentiram-se ameaçados e vislumbraram o risco, denunciado há anos pelos anticomunistas, de verem as instituições militares soçobrar em frente aos golpes dos “vermelhos”. De acordo com esta visão, o objetivo dos comunistas era minar as Forças Armadas pela base, destruindo os elos da cadeia de comando que compunham o cerne da corporação e tornando-a incapaz de reagir contra a revolução. No limite, a intenção seria transformá-las em milícias populares, como havia sido feito em Cuba¹³⁴.

Grande parte dos oficiais a tomar parte no golpe de 31 de março foi movida à ação pela convicção de que os comunistas teriam enredado o Presidente Goulart em alguma espécie de plano revolucionário. A solidariedade de *Jango* para com os subalternos rebelados foi considerada prova cabal da existência de uma marcha rumo à revolução¹³⁵. Após os acontecimentos fatídicos da semana santa, a conspiração antiGoulart nos meios militares e civis se precipitou. O Presidente ainda colocou “mais lenha na fogueira” do golpe na noite do dia 30 de março, quando participou de festividade organizada por uma associação de sargentos, na sede do Automóvel Club, Rio de Janeiro. Prestigiando com sua presença um ato político de militares inferiores, Goulart oferecia um argumento adicional em prol da tese subversiva, e terminava de selar seu destino.

¹³³ O episódio do Potemkin, na verdade, se deu em 1905, mas mesmo assim se tornou um símbolo da revolução bolchevique, principalmente devido à influência do filme de Eisenstein. Por sinal, num gesto que ajuda a entender o clima radical da época, o *Encouraçado Potemkin* foi projetado para os líderes dos marinheiros três semanas antes da revolta, por iniciativa de membros da UNE. *O Estado de São Paulo*, 3/03/64, p.3.

¹³⁴ Denúncia deste teor foi apresentada pelo Manifesto do Clube Naval, documento elaborado na sequência dos acontecimentos envolvendo os marinheiros. O documento realçava: “As Fôrças Armadas foram tôdas, - tôdas, repetimos - feridas (...)”. “Almirantes denunciam comunização do País”. *Jornal do Brasil*, 29/03/64, p.1.

No dia seguinte, as tropas sob comando do Gal. Olympio Mourão Filho partiram de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro. O dispositivo militar do governo ruiu com uma facilidade desconcertante, à medida que unidades legalistas aderiam à “revolução” e se voltavam contra Goulart. De maneira surpreendente para todos os envolvidos, o conflito foi resolvido sem que uma guerra civil ensangüentasse o país. O Presidente seguiu para o exílio no Uruguai, de onde só voltaria morto, doze anos depois, e o novo poder se instalou. De imediato, teve início um forte expurgo contra os “comunistas”, quer dizer, contra os esquerdistas de todos os matizes, inclusive os comunistas.

É importante mencionar que os militares vinham sendo instigados, já há algum tempo, a entrarem em ação contra os “comunistas”. Em diversas ocasiões, a grande imprensa publicou apelos de grupos sociais que se voltavam para os militares como baluarte contra o “perigo vermelho” (“Senhoras do Jardim Botânico pedem ao Exército que salve o Brasil do perigo vermelho”¹³⁶). David Nasser, um dos mais influentes colunistas da época, mais de uma vez provocou as FFAA à ação, cobrando o compromisso da instituição com a democracia e o combate ao comunismo. Na hora certa, dizia ele, os militares se levantariam e cerrariam fileiras contra os comunistas, pois “(...) são democratas e têm a defender, com o Brasil democrático, inclusive as suas carreiras”¹³⁷. Nas manifestações anticomunistas, também apareciam cobranças aos “brasileiros de farda”, como na Marcha de São Paulo, quando Plínio Salgado admoestou diretamente as FFAA: “Será possível que permitireis, ainda, que o Brasil continue atado aos títeres de Moscou?”¹³⁸ Nas ruas e no ambiente familiar, os militares se defrontaram com interpelações similares:

Porque os civis nos chamavam de covardes. Eu fui chamado de covarde várias vezes. Fardado. (...) “Vocês são uns covardes. O que é que estão esperando?” Cansei de ouvir. Da

¹³⁵ Os militares entrevistados pela equipe do CPDOC foram unânimes em apontar este fator como a principal razão do golpe. Cf. D’ARAÚJO, *Op.cit.* (1994), pp.46, 50, 60, 91, 101, 126, 155, 190, 200 e 232.

¹³⁶ *O Globo*, 19/03/64, p.3.

¹³⁷ *O Cruzeiro*, 23/11/63, pp.6 e7. Nasser foi um dos principais divulgadores do argumento corporativo, ou seja, a suposição de que a vitória do comunismo implicaria na destruição das FFAA. Na edição citada a coluna foi acompanhada de uma fotografia, que mostrava um miliciano cubano dormindo num altar católico, com os dizeres: “Hoje em Cuba, amanhã no Brasil”.

¹³⁸ *O Cruzeiro*, 11/04/64, p.124.

família, não da mulher e dos filhos, mas de outras pessoas da família: “Estão esperando o quê? Que o Stalin venha sentar aqui em Brasília?”¹³⁹

Tais pressões exercidas sobre a oficialidade, naturalmente provenientes dos setores médios e superiores da sociedade, encontraram terreno fértil. O seu papel foi reforçar o tradicional anticomunismo dos militares e ajudar a convencê-los de que a ruptura institucional seria um ato legítimo, pois fora reclamado pela sociedade como única alternativa para deter a marcha do comunismo.

O movimento político-militar que eclodiu em 31 de março foi provocado, segundo os participantes e apoiadores, por uma reação contra o comunismo. Analisando algumas falas emitidas no momento da deflagração e, em seguida, nos discursos da vitória, não há dúvida de que o anticomunismo se constituiu no argumento central do golpe:

Agora é a Nação tôda de pé, para defender as suas Fôrças Armadas, a fim de que estas continuem a defendê-la dos ataques e das insídias comunistas. Neste grave momento da História, quando os brasileiros, patriotas e democratas, vêem que não é mais possível contemporizar com a subversão, pois a subversão partindo do Govêrno fatalmente conduziria ao “Putsch” e à entrega do País aos vermelhos, elevemos a Deus o nosso pensamento, pedindo-lhe que proteja esta Pátria Cristã, que a salve da Guerra fratricida e que a livre da escravidão comuno-fidelista¹⁴⁰.

A virilidade do movimento cívico que reinstalou o império da lei e da liberdade no País, que demonstrou a aversão do povo brasileiro à comunização, que repudiou a agitação e a opressão, repercutiu de modo intenso em todo o mundo¹⁴¹.

O II Exército (...) acaba de assumir atitude de grave responsabilidade com o objetivo de salvar a Pátria em perigo, livrando-a do jugo vermelho. É que se tornou por demais evidente a atuação acelerada do Partido Comunista para a posse do poder, partido agora mais do que nunca apoiado por brasileiros mal avisados que nem mesmo têm consciência do mal que se está gerando¹⁴².

O IV Exército (...) cumpre o importante dever de manifestar sua solidariedade aos companheiros da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria (...). Não seria possível que a evidência de uma infiltração comunista insólita e consentida pelo Governo, culminada com os lamentáveis acontecimentos do dia 26 próximo passado, deixasse de provocar a revolta generalizada a que estamos assistindo (...) ¹⁴³.

¹³⁹ Depoimento do Gal. Carlos Alberto da Fontoura In D'ARAUJO, *Op.cit.* (1994), p.210.

¹⁴⁰ *O Globo*, 2/04/64, p.3 (editorial).

¹⁴¹ *Jornal do Brasil*, 3/04/64, p.6 (editorial).

¹⁴² Proclamação do Gal. Amauri Krueel, comandante do II Exército, declarando sua adesão ao movimento. *Apud SILVA, Op.cit.* (1975), p.387.

¹⁴³ Manifesto do comandante do IV Exército, Gal. Justino Alves, solidarizando-se com o levante das tropas estacionadas em Minas. *Apud SILVA, Op.cit.* (1975), p.410.

Rio-grandenses, brasileiros! Eu não poderia nesta hora fugir ao meu dever. Frente à ameaça clara e aberta de intervenção, cujo processo está em marcha, só tenho um caminho: incorporar-me àqueles que, em todo o Brasil, lutam para restaurar a Constituição e o direito, livrando a nossa pátria de uma agitação comunista!¹⁴⁴

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. (...) Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação!¹⁴⁵

Os militares foram festejados como salvadores da Pátria, e o golpe interpretado como uma notável vitória do “mundo livre” sobre o comunismo. Para os mais exagerados e ufanistas, a deposição de Goulart representou a maior derrota soviética em muitos anos (“a revolução brasileira derrotou fragorosamente uma das mais bem preparadas e arquitetadas ofensivas da *guerra fria*”¹⁴⁶). É verdade que o argumento anticomunista não foi o único elemento presente nas representações antiGoulart. Alguns setores concentraram suas críticas sobre o “caudilhismo” do Presidente, sua suposta pretensão a governar de forma autoritária. Porém, este perigo era considerado particularmente grave devido à aliança de *Jango* com os comunistas, que poderiam aproveitar-se da situação em benefício dos planos revolucionários.

Outro argumento importante da mobilização conservadora: as denúncias relativas à corrupção, uma prática corriqueira na gestão Goulart de acordo com seus opositores. Parte da indisposição contra o governo devia-se às acusações de que o Presidente era “tolerante” com a corrupção, característica que seria uma herança do *varguismo* (o “mar de lama”). Contudo, as denúncias contra a corrupção freqüentemente vinculavam esta prática à trama comunista. Os “vermelhos” seriam responsáveis por estimular a corrupção, pois através deste recurso aliciariam para o seu lado os políticos “(...) menos sensíveis aos fatores moral ou cívico”¹⁴⁷. De acordo com as representações anticomunistas, o problema da corrupção era um desdobramento secundário da ameaça

¹⁴⁴ Manifesto do Governador gaúcho, Ildo Menegheti. *Apud* SILVA, *Op.cit.* (1975), p.433.

¹⁴⁵ Manifesto da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 3/06/64. Embora declarassem apoio ao golpe, no mesmo documento os bispos reclamaram contra excessos cometidos pelo aparato repressivo do novo regime. *Apud*, MAINWARING, *Op.cit.*, p.102.

¹⁴⁶ PINTO, *Op.cit.* (1964), p.166.

¹⁴⁷ PORTO SOBRINHO, *Op.cit.*, p.122. Segundo o autor, graças à ação dos comunistas, “(...) chegou-se entre nós a essa magnífica simbiose do comunismo com a corrupção, sob a égide do oficialismo”.

maior, o comunismo. A temática da corrupção tendeu a adquirir centralidade no discurso dos fatores do novo regime somente após o sucesso do movimento militar, quando ficou evidente que a “ameaça comunista” havia sido superestimada. Num discurso de 1965, o deputado João Calmon, personagem chave da mobilização anticomunista, declarou:

Hoje, ninguém mais duvida de que existia, antes da vitória, muito mais corrupção do que comunismo. Nestes doze meses de depuração a ameaça vermelha se tornou ainda mais insignificante¹⁴⁸.

A fala de Calmon nos leva à avaliação acerca da “periculosidade” dos comunistas na conjuntura de 1964. O eixo do discurso que legitimou a derrubada de *Jango*, como se viu, se concentrou em torno das representações anticomunistas. Mas até que ponto a liderança da coalizão conservadora acreditava realmente no alegado perigo comunista? Em que medida houve manipulação de um “fantasma”, ou seja, se criou um ente inexistente para amedrontar os ingênuos? Alguns autores a tratarem do assunto tendem a considerar o anticomunismo emergente na conjuntura, essencialmente, uma manobra para acobertar os planos golpistas. De acordo com tal visão, o objetivo primeiro dos conservadores seria perpetrar um golpe autoritário para obstar o processo de reformas sociais conduzido pelo governo Goulart. O anticomunismo seria simples “fachada”, utilizada para tornar legítimo o processo autoritário.

Na nossa opinião, uma análise mais nuançada do fator manipulatório produziria uma avaliação mais próxima da verdade. Há algum exagero na suposição de que o temor ao comunismo fosse, meramente, uma manobra utilizada por conspiradores ocultos, visando conduzir uma massa de tolos em direção ao golpe. Na verdade, a hipótese de que os grupos conservadores tinham no golpe sua opção primordial possui alguns pontos fracos. Se assim fosse, qual o sentido da grande mobilização em torno das eleições de 1962? Para que gastar tempo e dinheiro no jogo eleitoral se o objetivo final era subverter as instituições? Por outro lado, o comportamento de alguns segmentos conservadores em relação a Goulart não foi, todo o tempo, de oposição sistemática. Durante uma primeira fase do governo, e inclusive durante o início do período presidencialista, João Goulart contou com a simpatia de parcelas importantes do campo conservador. Antes da opção

definitiva pelo golpe houve tentativas de afastar o Presidente dos aliados à esquerda, numa demonstração de que a solução golpista não era o principal horizonte.

Foi somente no início de 1964 que a coalizão conservadora, majoritariamente, inclinou-se pela ruptura institucional. Até então a direita radical, mais especificamente, os anticomunistas extremados, encontrava-se numa posição isolada em relação à opinião conservadora. Deve ser lembrado que, para figuras expressivas da elite, o cenário ideal era manter a normalidade institucional, não o contrário. Apoiar um golpe implicava em correr o risco de interromper o processo eleitoral, mecanismo visto por muitos líderes como canal privilegiado de ascensão ao poder¹⁴⁹. Isto para não falar das convicções ideológicas liberais de muitos personagens, um elemento secundário, porém não desprezível.

Há outro aspecto relevante a considerar, no referente à heterogeneidade da coalizão anticomunista. O posicionamento das elites em relação às reformas sociais propaladas pelo governo Goulart não era consensual. Segmentos sociais expressivos, efetivamente, reagiam de forma irada contra qualquer proposta de transformação, notadamente os grupos ligados à propriedade rural. Mas havia setores anticomunistas favoráveis às reformas, inclusive à reforma agrária¹⁵⁰. Alguns chegavam a considerá-las estratégicas, uma arma para isolar os comunistas e esvaziar seu discurso revolucionário (“Só eliminando as causas impediremos os efeitos. O comunismo, para medrar, precisa da miséria”¹⁵¹). Aliás, a reforma social e o combate às desigualdades constituíam o eixo da política norte-americana de combate ao comunismo na América Latina, ao lado do investimento na preparação das forças repressivas¹⁵². Deve ser ressaltado que, para fazerem jus aos financiamentos da “Aliança Para o Progresso”, os países latino-americanos deveriam realizar, previamente, a reforma agrária¹⁵³.

¹⁴⁸ CALMON, *Op.cit.*, p.260.

¹⁴⁹ FIGUEIREDO, *Op.cit.*, p.188.

¹⁵⁰ Tanto o IBAD como o IPES eram a favor da reforma agrária. Cf. *Ação Democrática*, nº 19, dez./1960, p.1; e FIGUEIREDO, *Op.cit.*, p.194.

¹⁵¹ “Nordeste”. O editorial defende a urgência de investir no Nordeste para diminuir a miséria da região, considerada uma das áreas mais suscetíveis ao proselitismo comunista. Seria necessário conseguir recursos estrangeiros e fazer uma reforma agrária. *Jornal do Brasil*, 21/06/61, p.6.

¹⁵² Sobre o papel dos EUA no treinamento às forças policiais da América Latina ver HUGGINS, *Op.cit.*

¹⁵³ *Manchete*, 13/01/62, pp.32 e 33.

O que provocou a unificação das elites contra *Jango* não foi uma oposição intransigente a reformas. Em essência, a mobilização antiGoulart surgiu do temor em relação às estratégias que o Presidente, supostamente, estaria disposto a usar para conseguir seus objetivos. Temia-se a aliança de Goulart com os comunistas e a possibilidade de que estes abrissem seu caminho ao poder pela via do apoio à política de reformas do Presidente. A insegurança ficava ainda maior à medida que surgiam boatos e indícios de uma estratégia continuísta ou golpista desenvolvida por *Jango*. Se Goulart criasse uma ditadura nacionalista e esquerdista com participação dos comunistas, especulava-se, o risco de uma progressão em direção ao comunismo era grande (Êsse caos, se acabar de se formar, vai ser plasmado por outras mãos, as mãos dos comunistas¹⁵⁴).

Não se descartava a hipótese de *Jango* estar usando o apoio comunista de maneira conjuntural, pois ninguém acreditava que o Presidente esposasse as idéias marxistas. A intenção de Goulart poderia ser aproveitar-se dos comunistas para a consecução de alguma espécie de projeto continuísta¹⁵⁵, descartando-se deles quando não fossem mais necessários. Mas, mesmo nesta hipótese, as manobras do Presidente continuariam perigosas, pois poderia acontecer o contrário, ou seja, *Jango* ser eliminado pelos comunistas após um golpe conjunto. Comentando uma entrevista em que Goulart previa o agravamento da crise e o risco de instabilidade institucional, o editorialista de *O Estado de São Paulo* afirmou:

Ao vaticinar-nos para breve uma mudança de regime e apontar como única solução a ditadura, o sr. Presidente da Republica não fez mais do que confirmar as declarações feitas (...) pelo diretor dessa folha, dr. Julio de Mesquita Filho, ao atribuir-lhe o proposito de derrubar as instituições democraticas utilizando “a técnica da revolução comunista com a ilusão de desfazer-se posteriormente dos comunistas e manter-se no poder¹⁵⁶.”

¹⁵⁴ “Desgoverno e ilegalidade” (editorial). *Jornal do Brasil*, 31/03/64, p.6.

¹⁵⁵ Um simples golpe ditatorial ou uma campanha popular para pressionar o Congresso a aceitar reformas na Constituição que alterassem os dispositivos sobre a inelegibilidade. Havia também a hipótese de que Goulart fomentava o comunismo no intuito de justificar um golpe: “(...) tem sido complacente com os comunistas para criar o medo do comunismo, cabendo-lhe eventualmente o dever de reprimi-lo autoritariamente ...”. *Jornal do Brasil*, 13/03/64, p.6.

¹⁵⁶ “A subversão em marcha”. *O Estado de São Paulo*, 21/11/63, p.3.

As especulações e suposições dos anticomunistas começaram a ganhar verossimilhança nos primeiros meses de 1964, à medida que Goulart acercava-se da esquerda e parecia dar sinais de pretender entrar em choque com o Congresso e mesmo almejar um golpe¹⁵⁷ (“O Presidente da República fêz ontem a sua opção: vai tentar a permanência no poder...”¹⁵⁸). O apoio aos sindicatos, o comício da Central, a revolta dos marinheiros e outros episódios críticos, combinados à insistente onda de boatos sobre planos continuístas, produziram nos meios anticomunistas a forte convicção de que havia um risco iminente. Num memorando escrito pelo Embaixador Lincoln Gordon e enviado a Washington, poucos dias antes do golpe, encontramos uma boa síntese das preocupações que tomaram conta dos setores anticomunistas:

Minha conclusão é que Goulart se acha agora definitivamente envolvido numa campanha para conseguir poderes ditatoriais, aceitando para isso a colaboração ativa do Partido Comunista Brasileiro e de outros revolucionários da esquerda radical. Se tiver êxito, é mais que provável que o Brasil ficará sob controle comunista, embora Goulart talvez se volte contra seus defensores comunistas adotando o modelo peronista, que, a meu ver, é do seu gosto pessoal¹⁵⁹.

Neste quadro de radicalização e incerteza, o Presidente viu se voltarem contra ele até mesmo segmentos que apoiaram sua ascensão, os quais, inicialmente, haviam demonstrado simpatia em relação às propostas reformistas. Foi o caso, por exemplo, do *Jornal do Brasil*, que no início da gestão Goulart criticava em termos ácidos os “industriais do anticomunismo” e defendia a necessidade das reformas de base. Posteriormente, o jornal aderiu à mobilização anticomunista; acusou o Presidente de fazer uma “farsa reformista” e o chamou de “caudilho aliado do comunismo”¹⁶⁰. Mudança semelhante aconteceu com os setores moderados da hierarquia católica. A Igreja, que

¹⁵⁷ Mesmo analistas moderados, como o jornalista Carlos Castelo Branco, por exemplo, começaram a acreditar que a intenção do governo era manter-se no poder. No início de fevereiro, Castelo Branco escreveu em sua coluna (sob o título “Clima continuísta nos bastidores do Governo”) que o grupo palaciano estaria se comportando como quem pretende permanecer no poder. *Jornal do Brasil*, 5/02/64, p.4. Alguns dias depois do comício da Central, o mesmo jornalista comentou que fontes da esquerda (Arraes) davam notícia de um golpe em preparação nos meios governamentais. *Jornal do Brasil*, 18/03/64, p.4.

¹⁵⁸ Trecho de editorial (“Os inelégíveis”) que analisa as repercussões do comício de 13 de março. *Jornal do Brasil*, 14/03/64, p.6.

¹⁵⁹ Ressalte-se que o documento tinha caráter ultra-secreto, portanto, não tinha intenção de impressionar o público. *Apud* CORRÊA, Marcos Sá. 1964: visto e comentado pela Casa Branca. Porto Alegre: L&PM, 1977. p.20.

inicialmente deu sustentação ao programa reformista de Goulart, acabou por apoiar sua deposição¹⁶¹. Para tais grupos, as reformas eram plenamente aceitáveis, mas não justificavam a ruptura institucional e menos ainda o estabelecimento de alianças com os comunistas.

Desta forma, o temor ao comunismo foi o “cimento” da mobilização antiGoulart, o elemento que propiciou a unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do Presidente. O objetivo principal não era dar um golpe, mas combater os comunistas. O recurso à solução autoritária era um meio para eliminar a “ameaça comunista” e não um fim. Parcelas mais conservadoras e radicais da “frente anticomunista”, certamente, desejavam o autoritarismo em si, enquanto alguns agentes recusavam qualquer alteração na ordem social e econômica. Outros tinham como principal preocupação colocar fim às políticas nacionalistas e estatistas ensaiadas por Goulart. Porém, suas opiniões não tinham capacidade de obter consenso entre as elites sociais e setores moderados e conservadores. A única posição unânime era a recusa à “comunização”.

O nosso argumento, portanto, é que os líderes do golpe de 1964 não estavam usando o anticomunismo como fachada para justificar suas ações. O temor expressado por eles durante a crise era efetivo. Tal interpretação não implica em desconsiderar a existência de manipulações. As representações anticomunistas mantiveram a tradição de divulgar uma imagem deformada dos revolucionários, apresentados como seres violentos e imorais, em uma palavra, malignos. A estratégia era a mesma há décadas: passar para a sociedade uma impressão aterrorizante dos comunistas, no intuito de levantar contra eles a indignação popular.

Manipulações também ocorreram no que tange às representações sobre a ação comunista na conjuntura. Foi construída uma imagem deturpada da situação política, colocando os comunistas numa posição de força muito maior que a real. De fato, o PCB tinha presença expressiva em alguns setores sociais, na intelectualidade e nos meios sindicais, por exemplo. Por outro lado, o partido exercia mesmo alguma influência sobre o governo, embora não detivesse cargos de grande importância. Mas a força real do PCB,

¹⁶⁰ *Jornal do Brasil*, editoriais respectivamente de 14/10/62, 5/02/64 e 1/04/64 (todos na página 6)

na verdade modesta, apareceu multiplicada no discurso anticomunista, que para tanto lançou mão do artifício de intitular “comunista” a toda a esquerda radical.

A manipulação maior, sem dúvida, foi passar para a população a versão de que haveria risco de uma revolução comunista iminente, quando na verdade os grupos conservadores bem informados consideravam a hipótese de um possível golpe presidencial com apoio comunista, cujos desdobramentos ninguém tinha condições de prever com exatidão. A derrubada de Goulart foi uma ação preventiva para evitar um processo de radicalização esquerdista, o qual, eventualmente, poderia beneficiar os comunistas. Entretanto, foi apresentado um quadro bem mais dramático à sociedade, para facilitar a mobilização. Os líderes do golpe tinham uma avaliação imprecisa da extensão da “ameaça comunista”, apesar de acreditarem nela. Ainda assim, se esforçaram para convencer o público de que os “bárbaros estavam à porta”.

Para compreender a radicalização política da época é preciso ressaltar o ambiente de “guerra fria”, típico do período. Havia a sensação de que os soviéticos fomentavam revoluções por toda parte e o exemplo cubano estava muito próximo, como a mostrar que a progressão do comunismo em direção do Brasil já ia adiantada. Nestas condições, fica mais fácil entender porque emergiu a grande onda anticomunista de 1964. O golpe de 31 de março, não há dúvida, foi um dos episódios mais importantes da “guerra fria” na América Latina. Neste sentido, há que ressaltar a influência dos norte-americanos no desenrolar da crise.

Inquestionavelmente, os EUA tiveram papel de destaque no desenvolvimento da campanha anticomunista, fazendo pressões políticas e estimulando os grupos locais com suporte material e ideológico. Os representantes norte-americanos no Brasil apoiaram a derrubada de Goulart; inclusive se prepararam para suprir os golpistas com combustíveis e armas no caso de uma guerra civil. Entretanto, as fontes disponíveis até o momento tornam exagerada a suposição de que o golpe foi conduzido por Washington¹⁶². Seja

¹⁶¹ MAINWARING, *Op.cit.*, p.103.

¹⁶² Mensagem da agência da CIA em Belo Horizonte, a 30 de março, informava sobre a decisão de Magalhães Pinto em dar início ao movimento. Mas os agentes norte-americanos desconheciam o dia e a hora marcada para o levante. *Apud* CORRÊA, *Op.cit.*, p.73. Outro detalhe importante: a ordem de envio da força-tarefa naval trazendo suprimentos para os golpistas só foi expedida após o começo do levante. Estimava-se que os navios levariam cerca de duas semanas para chegar às costas brasileiras. Se a preparação estivesse sob estrito controle norte-americano, não seria de esperar a mobilização prévia da

como for, muitos aspectos dos bastidores da preparação e deflagração do movimento de 1964 continuam obscuros e envoltos em polêmica¹⁶³. Há muito ainda a ser esclarecido sobre o episódio do golpe, trabalho de interpretação que seria facilitado se novas informações viessem à tona.

É interessante observar que após o desfecho da crise e com a conseqüente ofensiva repressiva, muitos atores da campanha antiGoulart se surpreenderam com a fragilidade demonstrada pelos comunistas. Ninguém esperava uma tão fraca resistência ao golpe. A suposição de que os subversivos estivessem fortemente “infiltrados” nas instituições nacionais, notadamente nas FFAA, difundiu a convicção de que haveria confrontos graves. O trabalho de repressão policial desencadeado após o golpe não revelou evidências espetaculares da subversão comunista, ao contrário do esperado¹⁶⁴. Para decepção de muitos, não foram encontrados indícios cabais da suposta trama revolucionária.

A esta altura já era tarde para arrependimentos, se é que alguém cogitou disto. Pela segunda vez na história republicana, a ordem institucional foi quebrada sob o argumento da necessidade de combater o comunismo. E uma nova e, desta feita, mais longa experiência autoritária surgiu dos escombros das instituições liberal-democráticas.

frota, para que tivesse condições de auxiliar os golpistas de maneira ágil? Cf. PARKER, Phyllis. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. pp.101-106.

¹⁶³ Por exemplo, a hipótese de que a revolta dos marinheiros foi uma provocação preparada pelo serviço secreto norte-americano. Segundo algumas versões, o “cabo” Anselmo era um agente a serviço da CIA. BANDEIRA, *Op.cit.* (1977), pp.169 e 170.

¹⁶⁴ A este respeito o episódio já relatado do navio soviético apreendido pelas autoridades navais é significativo. As autoridades militares realmente esperavam encontrar no petroleiro provas do envolvimento russo com uma suposta trama subversiva. Cf. nota 93, capítulo 3.

CONCLUSÃO

Encerrado o trabalho é chegado o momento de fazer o balanço final. Esperamos ter conseguido mostrar o importante papel desempenhado pelo fenômeno anticomunista nos embates político-ideológicos travados nos últimos decênios. Os períodos de anticomunismo agudo apresentam uma grande disparidade com a época atual, que tem sido marcada pelo arrefecimento das polarizações ideológicas de outros tempos, tendência provocada pela convergência entre a crise do socialismo e a emergência do neoliberalismo. Se, por um lado, seria ingenuidade supor a existência de um tranqüilo consenso liberal nos dias que correm, por outro é difícil imaginar o retorno à radicalização anterior, em grande medida derivada do alinhamento contrário ou simpático à experiência soviética. Agora, às vésperas do século XXI, o embate comunismo *versus* anticomunismo está, em essência, superado. Entretanto, é impossível compreender o século que termina sem conferir o devido realce a esta disputa, que dominou as atenções entre as décadas de 1920 e 1980.

Ao longo da tese procuramos analisar a presença marcante do anticomunismo, observado tanto no plano das representações quanto no das ações, durante um período longo e decisivo da história brasileira. O anticomunismo se tornou uma tradição, em outras palavras, se configurou como um fenômeno estrutural. Porém, a continuidade estrutural não implicou na ausência de mudanças. A análise das duas grandes ondas anticomunistas, que colocou em contraste as conjunturas de 1935/37 e 1961/64, permitiu mostrar a complexa interação entre transformação e permanência. No decorrer do tempo,

diversos aspectos da tradição anticomunista foram mantidos e reproduzidos, ao mesmo passo que novas configurações e temas vieram à baila, acompanhando a dinâmica da história.

Em que pesem as singularidades notadas nas diferentes conjunturas, os comunistas foram representados por seus inimigos sempre na qualidade de personagens nefastos: violentos, ateus, imorais (ou amorais), estrangeiros, traidores, tiranos etc. Nas versões mais extremadas, eles foram apresentados como parceiros do próprio diabo. Representações maniqueístas que, certamente, cumpriram bem o papel de dificultar o proselitismo da proposta comunista.

O enfoque centrado nos dois contextos históricos referidos permitiu realçar a importância do anticomunismo na história política brasileira recente. O anticomunismo forneceu argumento principal para duas das rupturas institucionais mais sérias do período republicano, origem dos regimes autoritários de maior duração já experimentados (ou sofridos) pelo país. A alegada urgência de combater o comunismo convenceu a muitos, inclusive a setores democratas, da necessidade de romper a normalidade institucional. Em nome da luta contra o inimigo maior, quaisquer considerações tornavam-se secundárias. É possível que alguns tenham se arrependido, mas o fato de certos grupos liberais envolvidos na campanha anticomunista dos anos 30 (portanto, tendo vivenciado a experiência ditatorial) apoiarem o golpe de 1964 sugere o contrário: a propriedade era um valor mais querido que a democracia. De qualquer modo, os elementos efetivamente comprometidos com os valores democráticos compunham uma minoria, mesmo no contexto de maior liberdade e participação política dos anos 60.

A bandeira anticomunista não foi mero pretexto, simples “indústria” explorada com fins diversos dos propalados no discurso. O “perigo comunista” era considerado real por setores expressivos, geralmente situados no topo da estrutura social. Eles acreditavam ter razões para defender os valores da tradição, família, religião e pátria, ou mesmo valores do mundo moderno como democracia e livre-iniciativa, contra as investidas revolucionárias. Afinal, os comunistas brasileiros não eram fantasmas. Embora o comunismo nacional não fosse a expressão do que havia de mais forte dentro do movimento revolucionário mundial, também não se pode desprezar sua capacidade de

atuação. Significativamente, os momentos de maior mobilização anticomunista se deram em contextos de crescimento da influência do PCB.

A ocorrência de manipulações foi elemento constante na história do anticomunismo brasileiro. O terror anticomunista foi artificialmente insuflado, visando a obtenção de ganhos políticos, eleitorais e até pecuniários. Porém, isto não altera o fato de que muitos grupos e indivíduos anticomunistas agiam movidos por convicções ideológicas e não de forma oportunista. Ao fim e ao cabo, as grandes campanhas inspiradas no anticomunismo resultaram de uma complexa mistura, envolvendo motivações diversas: temor a uma possível ascensão dos comunistas ao poder; rejeição a processos de mudança social que iriam afetar valores tradicionais; e desejo de constituir um aparato estatal autoritário, no intuito de reprimir a “desordem” e manter à força a estabilidade social.

Após 1964 o anticomunismo arrefeceu, em decorrência do próprio sucesso da mobilização que provocou a derrubada do governo Goulart, e da subsequente onda de perseguição aos esquerdistas. Com a derrota do projeto reformista de *Jango* e o expurgo dos grupos radicais, o temor anticomunista amainou. O poder estava firmemente nas mãos dos setores comprometidos com a tradição e a propriedade, e o Estado foi aparelhado para fazer frente a qualquer nova ameaça proveniente da esquerda. Não ocorreram mais grandes mobilizações contra os comunistas, mas o anticomunismo não desapareceu.

No interior da coalizão governante, especialmente entre os militares, a preocupação com o tema permaneceu significativa. O argumento anticomunista ocupou posição destacada nas disputas de poder travadas no interior do Estado, por diversas vezes conduzindo à ação os setores da extrema-direita. Outrossim, o regime militar manteve constante vigilância sobre os comunistas e a esquerda, fazendo uso do formidável aparelho repressivo construído após 1964 sempre que considerava necessário. Para além do empenho anticomunista do Estado, organizações “privadas” continuaram em ação, imbuídas da convicção de que o inimigo havia perdido uma batalha importante, mas ainda não estava inteiramente derrotado. Neste contexto, foram particularmente atuantes os grupos paramilitares e terroristas.

No período mais recente, após a restauração do Estado de Direito, o anticomunismo ainda marcou o cenário político com aparições efêmeras, geralmente no quadro de disputas eleitorais, quando foi utilizado para tentar desqualificar candidatos vinculados a propostas esquerdistas. Mas então sua capacidade de mobilização e convencimento já não era a mesma do passado, mesmo porque os comunistas brasileiros encontravam-se em franco declínio, superados à esquerda por concorrentes que se tornaram mais influentes.

No limiar do novo milênio, tudo indica, o anticomunismo desapareceu junto com seu adversário e razão de ser, o comunismo, que hoje dá sinais de estar nos estertores. Mas fazer prognósticos é sempre arriscado, além de não ser tarefa precípua do historiador.

RELAÇÃO DAS FONTES E BIBLIOGRAFIA

REVISTAS

A Ordem (1921/1939)

Ação Democrática (1959/1963)

Argus - (1935/1938 - Revista Policial - números esparsos)

Christus. (1932/1933 - Revista da Arquidiocese de Belo Horizonte)

Lei e Polícia (1948/1964 - números esparsos)

Manchete (1955/1964)

Maquis - (1956/1962)

Nação Armada (1942/1945)

O Cruzeiro (1963/1964)

JORNAIS

A Noite (RJ) - 1917/1918; 1927; 1935/1937

Acção (SP) - 1936/1938

Correio da Manhã (RJ) - 1962/1964

Diário de Minas (MG) - 1917/1918; 1927

Diário de Pernambuco (PE) - outubro/1962

Estado de Minas (MG) - 1930/1938; 1961/1964

Folha de Minas (MG) - 1935/1937

Jornal do Brasil (RJ) - 1934/1939; 1961/1964

O Diário (MG) - 1935/1938

O Estado de São Paulo (SP) - 1935/1937; 1961/1964

O Globo (RJ) - 1961/1964

O Jornal (RJ) - 1935/1937

Offensiva (RJ) - 1934/1938

Por um Mundo Melhor (MG) - 1959/1964

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Estado Novo: projeto político pedagógico e a construção do saber. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol.18, nº 36, 1998. pp.137-159.

AZÉMA, Jean-Pierre. Anticomunistes et anticomunistes. In Azéma, J-P *et alii* . *Le Parti Communiste Français des années sombres (1938-1941)*. Paris: Seuil, 1986. pp.31-37.

AYRES Filho, Paulo. The Brazilian revolution. In BAILEY, N. (ed.) *Latin America: politics, economics and hemisphere security*. New York: Praeger, 1965.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 4 vol. São Paulo: Difel, 1984. pp. 271-341.

BERSTEIN, Serge. La culture politique. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Por une histoire culturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 1997. pp. 371-386.

BOURGEOIS, Guillaume & MERCIER, Françoise. A la Chambre: des agents de l'étranger et des va-t-en guerre. In Azéma, J-P *et alii* . *Le Parti Communiste Français des années sombres (1938-1941)*. Paris: Seuil, 1986. pp.38-43.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Estrangeiros e Ordem Social (São Paulo, 1926-1945). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Ed. Unijuí, vol. 17, nº 33, 1997, pp.201-237.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In CHAUÍ, M. & FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GIL, José. Nação. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989, v.14.

KOCHAKOWICZ, Leszek. Diabo. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, v.12.

LACERDA, Carlos. Prefácio. In LABIN, Suzanne. *Em cima da hora*. Rio de Janeiro: Record, 1963.

LACERDA, Carlos. A exposição anticomunista. *O Observador Econômico e Financeiro*. 3, nº 36, jan. 1939.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 17, nº 34, 1997. pp. 203-220.

MANNHEIM, Karl. Conservative thought. In *Essays on sociology and social psychology*. London: Routledge & Kegan Paul, 1953.

MATA, Sérgio Ricardo da. JUC e MMC: polaridade político-religiosa em Belo Horizonte. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, Departamento de História-UEPG, vol. 3, nº 1, 1998. pp. 65-86.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O PCB e a moral comunista. *Locus*, volume 3, nº 1. Juiz de Fora, EDUFJF, 1997. pp. 69-83.

_____. O mito da conspiração judaico-comunista. *Revista de História*, nº 138. São Paulo, Humanitas Publicações-FFLCH/USP, 1998. pp. 93-105.

PIERUCCI, Antônio F. de Oliveira *et alii*. Igreja Católica: 1945-1970. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 4 vol. São Paulo: Difel, 1984. pp. 345-380.

PROST, Antoine. Sociale et culturelle indissociablement. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Por une histoire culturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 1997. pp. 131-146.

SILVA, Hélio. O plano Cohen: o anticomunismo como chave para golpes de Estado. *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 27. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. pp.23-45.

SIRINELLI, Jean-François. Éloge de la complexité. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Por une histoire culturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 1997. pp. 433-442.

TRANVOUEZ, Yvon. Les catholiques: séparer le bon grain de l'ivraie. In Azéma, J-P *et alii*. *Le Parti Communiste Français des années sombres (1938-1941)*. Paris: Seuil, 1986. pp. 73-83.

VINCENT, Gérard. Ser comunista? Uma maneira de ser. In PROST, Antoine & VINCENT, Gérard (org.). *História da vida privada, 5: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PANFLETOS E OPÚSCULOS

ARRUDA CÂMARA, Alfredo. *Contra o comunismo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

A NAÇÃO QUE SE SALVOU A SI MESMA. Cartilha da Biblioteca do Exército. 1978

BECKER, João (Dom). *O comunismo russo e a civilização cristã*. (19ª Carta Pastoral). Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1930.

BRASIL. Departamento Nacional de Propaganda. *Defendamos o futuro!* A participação de elementos estrangeiros no levante comunista de novembro de 1935. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *O comunismo e os movimentos da juventude*. Rio de Janeiro, 1965.

BRASIL. Ministério da Guerra. Secretaria Geral. *As vítimas dos atentados comunistas de 1935*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

BRASIL. Polícia Militar do Distrito Federal. *Guia de combate ao comunismo*. Para uso dos quadros e da tropa. Rio de Janeiro: Tipografia da Polícia Militar, 1938.

CARTA PASTORAL E MANDAMENTO DO EPISCOPADO BRASILEIRO SOBRE O COMUNISMO ATEU. In *Cartas Encíclicas*. Rio de Janeiro: ABC, 1938.

COMUNISTAS CONTRA O PROLETARIADO. São Paulo: ADC, 1953.

CRUZADA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA. *Manifesto à Nação*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1952.

_____. *Como se desenvolve a ofensiva comunista*. Petrópolis: Vozes, 1961 (a).

_____. *O que é comunismo*. Petrópolis: Vozes, 1961(b).

_____. *Planos russos visando o domínio mundial*. Petrópolis: Vozes, 1961(c).

FREIRE, Paulo. *O desafio comunista*; Câmara dos Deputados, 15/04/58. Discurso. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1961.

GAMA, André. *Dois vidas*. Belém: Liguori, [s.d.].

GONÇALVES, Carlos Torres & MENDONÇA, Geonísio Curvello de. *Positivismo e comunismo: a propósito do surto comunista*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1947.

HASSLOCHER, Ivan. *As classes produtoras diante do comunismo*. Suplemento de 'Ação Democrática', fevereiro de 1962.

JOÃO XXIII, Papa. Carta Encíclica *Mater et Magistra*. In DE SANCTIS, Antonio (org.) *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: Edições LTR, 1972.

LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica *Quod Apostolici Muneris*. (Sobre o Socialismo e o Comunismo). Petrópolis: Vozes, 1951.

_____. Carta Encíclica *Rerum Novarum*. In DE SANCTIS, Antonio (org.) *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: Edições LTR, 1972.

LIGA DA DEFESA NACIONAL. *Brado de alerta*. Campanha de esclarecimento da juventude; infiltração comunista na família. Belo Horizonte, 1973.

MACEDO, Sérgio D. T. *Terra da gente*. Rio de Janeiro: Campanha de Educação Cívica e Democrática, 1951.

MACHADO, Raul Campelo. *A insídia comunista nas letras e nas artes do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1941.

MAYER, Antonio de Castro (Dom). *Carta Pastoral prevenindo os diocesanos contra os ardis da seita comunista*. 2 ed. São Paulo: Vera Cruz, 1961.

MICHEL, Alberto. *Dividindo a Igreja*. Uma nova análise da técnica comunista. s.n.t.

NEVES, Conceição da Costa. *O assalto ao Parlamento*. São Paulo: [s.n.], 1962.

NOGUEIRA, José Antônio, *et alii*. *O Partido Comunista*. Sua condenação pela justiça brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

O GÉRMEN DO COMUNISMO. Movimento Cívico Democrático. Fortaleza, [s.d.].

O IMPERIALISMO SOVIÉTICO. São Paulo: ADC, 1949.

OS DOIS MUNDOS, ANTÍTESES ENGANOSAS. São Paulo: ADC, 1950.

PINTO, Gastão Liberal (Dom). *Sobre o comunismo* (3ª Carta Pastoral). São Paulo: Oficinas Gráficas “Ave Maria”, 1937.

PIO XI, Papa. Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*. In DE SANCTIS, Antonio (org.) *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: Edições LTR, 1972.

_____. Carta Encíclica *Divinis Redemptoris*. In *Cartas Encíclicas*. Rio de Janeiro: ABC, 1938.

PIRES, Jurandir. *A extinção dos mandatos e a tática comunista: debates parlamentares*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

RIDEAU, Emile. *Sedução comunista, reflexão cristã*. Belo Horizonte: Colégio Loyola, 1962.

SEGUNDO CONGRESSO CONTRA A INTERVENÇÃO SOVIÉTICA NA AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro, agosto de 1955.

SIGAUD, Geraldo de Proença (Dom). *Carta Pastoral sôbre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*. Diamantina, 1962.

_____. *Catecismo anticomunista*. São Paulo: Vera Cruz, 1962.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *As classes produtoras do Brasil e o Partido Comunista*; Senado Federal, 02/06/47. Discurso. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

VAYKO. *Como tornar-se um bom comunista*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

DISSERTAÇÕES E TESES

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Círculos operários católicos: prática de assistência e de controle no Brasil (1932-45)*. São Paulo, 1992 (Dissertação de Mestrado, PUC/SP).

AZEVEDO, Debora Bithiah de. *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*. Brasília, 1992 (Dissertação de Mestrado, UnB).

CASTRO, Marcelo Lúcio Ottoni de. *Política e imaginação: um estudo sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)*. Brasília, 1988 (Dissertação de Mestrado, UnB).

FERREIRA, Jorge Luiz. Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). São Paulo, 1996 (Tese de Doutorado, USP).

FRANCO, Geisa Cunha. O papel da grande imprensa na preparação dos golpes militares: um estudo comparativo entre o Brasil, 1964, e a Argentina, 1976. São Paulo, 1997 (Dissertação de Mestrado, USP).

MARQUES, Rita de Cássia. Da Romanização à Terceira Via: a Igreja no Brasil de 1889 a 1945. Belo Horizonte, 1995 (Dissertação de Mestrado, UFMG).

MATA, Sérgio Ricardo da. A fortaleza do catolicismo. Identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60. Belo Horizonte, 1996 (Dissertação de Mestrado, UFMG).

MOLINARI FILHO, Germano. Controle ideológico e imprensa: o anticomunismo n' O Estado de São Paulo (1930-1937). São Paulo, 1992 (Dissertação de Mestrado, PUC/SP).

VIEIRA, Solange Gomes. 'Roma ou Moscou': o imaginário anticomunista da Igreja Católica, 'O Horizonte' (1924-1931). Belo Horizonte, PUC/MG, 1989.

BIBLIOGRAFIA

AGEE, Philip. *Dentro da "Companhia" - Diário da CIA*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALBANO, Ildefonso. *A URSS do Deão*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1944.

ALVES, Márcio Moreira. *Igreja e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANTOINE, Charles (Pe). *O integralismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

APOLÔNIO, L. *Manual de Polícia Política e Social*. São Paulo: Escola de Polícia, 1958.

ARAGÃO, José Campos de (Gal.). *A Intentona Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução*. O integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

ARGOLO, José Amaral *et alii*. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

- AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BACKHEUSER, Everardo. *A sedução do comunismo*. Rio de Janeiro: Ed. Centro D. Vital, 1933.
- BANDECCHI, Floresto. *O Parecer Barbedo e a realidade brasileira*. São Paulo: [s.n.], 1947.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois Séculos de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- _____, MELO, Clóvis e ANDRADE, A.T. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- BARBUY, Herald. *Marxismo e religião*. São Paulo: Dominus, 1963.
- BARROSO, Gustavo. (org.) *Os Protocolos dos sábios do Sião*. Porto Alegre: Ed. Revisão, 1989.
- BARROSO, Gustavo. *O integralismo de norte a sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- _____. *O que o integralista deve saber*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- _____. *Comunismo, cristianismo e corporativismo*. Rio de Janeiro: ABC, 1938.
- _____. *A palavra e o pensamento integralista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- _____. *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- _____. *A Sinagoga Paulista*. 2 ed. Rio de Janeiro: ABC, 1937.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. 4 vol. 4 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

- BASTOS, José Lessa (Cel.). *A doutrina comunista*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- BEAUVOIR, Simone de. *O pensamento de direita, hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BÉRAUD, Henri. *O que vi em Moscou*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1931.
- BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- BERSTEIN, Serge & BECKER, Jean-Jacques. *Histoire de l'anticommunisme*. Paris: Olivier Orban, 1987.
- BOAVENTURA, Jorge. *Ocidente traído*. A sociedade em crise. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.
- BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *A benção de abril*. "Brasil, Urgente": memória e engajamento católico, 1963-64. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL. Departamento Nacional de Propaganda. *20 anos de trágica experiência*. A verdade sobre a Rússia Soviética. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- BRASIL, Sales. (Pe.) *Literatura infantil de Monteiro Lobato ou comunismo para crianças*. Salvador: Aguiar & Souza Ltda, Livraria Progresso Editora, 1957.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1986.
- BRITTO, Alberto de. *A Questão social e a Republica dos Soviets*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1932.
- BUENO, Silveira. *Visões da Rússia e do mundo comunista*. São Paulo: Saraiva, 1961.
- CABRAL, Padre J. *A Igreja e o Marxismo*. São Paulo: Panorama, 1949.
- _____. *A Questão Judaica*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1937.
- CALMON, João. *Duas invasões*. Vol. 1. Invasão Vermelha. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

CAMARGO, Aspásia *et alii*. *O golpe silencioso*. As origens da República corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão judicial no Estado Novo*: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência*: a polícia da era Vargas. Brasília: Ed. UnB, 1993.

_____. *A intentona em Nova York*. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo*. Imprensa paulista, 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Multidões em cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.

CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. 2 vol. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *Livros proibidos, idéias malditas*: o Deops e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

CARVALHO, Ferdinando de (Gal.). *Os sete matizes do vermelho*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

_____. *Os sete matizes do rosa*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

_____. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO E SOUZA, O. *Evolução do comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda, 1938.

- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Orlando Ribeiro. *E as ordens vieram de Moscou*. Rio de Janeiro: A Noite, 1949.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: UnB, 1981.
- CHAMBRE, Henri (Pe). *Cristianismo e comunismo*. São Paulo: Flamboyant, 1962.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHATSKY, S.T. *Aspectos da Educação Soviética*. Rio de Janeiro: Universo, 1931.
- CHAVEAU, Agnès & TÉTART, Philippe (org.) *Questions a l'histoire des temps presents*. Bruxelles: Editions Complexe, 1992.
- CHESSIN, Sérgio de. *A Noite que vem do Oriente*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1932.
- CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. Vol.1. A crise da Internacional Comunista. São Paulo: Global, 1985.
- CLEWS, John C. *Técnicas da propaganda comunista*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.
- COELHO, Teixeira (org.). *Dicionário crítico de política cultural*. Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- COHN, Norman. *El mito de la conspiración judía mundial*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- CORCOS, Fernand. *Uma visita à nova Rússia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1932.
- CORRÊA, Marcos Sá. *1964: visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.
- COURTOIS, Stéphane & LAZAR, Marc. *Le communisme*. Paris: M.A Editions, 1987.
- CURTISS, John S. *The Russian Church and the Soviet State*. Gloucester: Peter Smith, 1965.
- D'AGUIAR, Hernani *et alii*. *A guerra revolucionária comunista*. Recife: Imprensa Universitária, 1964.
- _____. *A Revolução por dentro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
- D'ALMEIDA, François. *Images et propagande*. Firenze: Casterman, 1995.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A.D.; & CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DECKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1964-1980*. São Paulo: Ícone, 1988.

DECTER, Moshe. *Cartilha de comunismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: GRD, 1964.

DELAMARE, Alcibíades. *A bandeira de sangue (combatendo o comunismo)*. Rio de Janeiro: Tipografia Jornal do Commercio, 1932.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente. (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: UNESP, 1996.

DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1963.

DOPS: a lógica da desconfiança. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996.

DORIA, Sampaio. *O comunismo caminha no Brasil*. São Paulo, [s.n.], 1933.

DOUILLET, Joseph. *Moscovo sem Mascara*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1931.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUBOIS, Florent Auguste. *Piadas (entre vermelhos)*. Belém: São José, 1954.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1930-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Unrest in Brazil. Political-Military Crises (1955-1964)*. Austin: University of Texas Press, 1970.

DURAND, Gilbert. *La imaginación simbólica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1971.

_____. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla de corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

EM GUARDA! (Contra o comunismo). Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1937.

ENRIQUEZ, Tomas (Pe). *Em três cárceres comunistas*. 6 ed. Belo Horizonte: Loyola, 1960.

FAIRBANKS, João Carlos. *Refutação científica ao comunismo*. São Paulo: Companhia Editora Panorama, [s.d.].

FALCÃO, Valdemar. *Contra o comunismo anti-christão*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938.

FEITOSA, Antônio (Pe). *O comunismo e a maçonaria*. 2 ed. Salvador: Editora Mensageiro da Fé, 1955.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Gondin da. *Bolchevismo*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1935.

FRIED, Richard. *Nightmare in red. The McCarthy era in perspective*. New York: Oxford University Press, 1990.

FURET, François. *O passado de uma ilusão. Ensaios sobre a idéia comunista no século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995.

GAGINI, P. *Fragments da História da Polícia de São Paulo*. São Paulo: SIB, 1966.

GALTER, Albert. *O livro vermelho da Igreja perseguida*. Petrópolis: Vozes, 1958.

GALULA, David. *Teoria e prática da contra-revolução*. Rio de Janeiro: GRD, 1966.

GERVEREAU, Laurent. *Histoire mondiale de l'affiche politique*. Paris: Somogy/Editions D'Art, 1996.

- GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil, sempre*. Porto Alegre: Tchê, 1986.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GODINHO, Antônio de Oliveira (Pe). *Catolicismo, comunismo e outros assuntos (conversa com dois comunistas)*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GRÉMION, Pierre. *Intelligence de l'anticommunisme: le Congrès pour la liberté de la culture à Paris, 1950-1975*. Paris: Fayard, 1995.
- GUEDES, Carlos Luís. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- HAYNES, John E. *Red Scare or Red Menace? American Communism and Anticommunism in the Cold War Era*. Chicago: Ivan R. Dee, 1996.
- HEALE, M. J. *American Anticommunism: Combating the Enemy Within, 1830-1970*. Baltimore: Johns Hopkins, 1990.
- HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- HIPPOLITO, Lúcia. *PSD: de raposas e reformistas. O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HITLER, Adolf. *Minha luta*. São Paulo: Ed. Moraes, 1983.
- HOOK, Sydney. *O comunismo mundial*. Rio de Janeiro: Presença, 1964.
- HOOVER, J. Edgar. *Estudo sobre o comunismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1964.
- _____. *Mestres do embuste. A história do comunismo na América e como combatê-lo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.
- HUGGINS, Martha K. *Polícia e política. Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.
- HUNTER, Edward. *Limpeza da mente na China Vermelha*. Rio de Janeiro: Ipanema, [s.d.].
- INFILTRAÇÃO COMUNISTA NO BRASIL. São Paulo: IPES, 1964.
- INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709 - O Comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966/67. (4 volumes)
- ISTRATI, Panait. *A Rússia Nua*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1931.

- _____. *16 meses na URSS*. Rio de Janeiro: Alerta, 1946.
- JAMES, Daniel. *Plano Vermelho para as Américas*. Rio de Janeiro: Ipanema, [s.d.].
- JOHNSON, Gerald W. *O comunismo visto por um democrata*. Rio de Janeiro: Record, 1965.
- KETCHUM, Richard (org.) *Que é comunismo*. [s.l.]: Saraiva, 1957.
- KOZAK, Jan. *O assalto ao parlamento*. [s.l.]: Fundação Tiradentes, [s.d.].
- KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LABIN, Suzanne. *A Rússia de Stalin*. Rio de Janeiro: Agir, 1948.
- _____. *Em cima da hora*. Rio de Janeiro: Record, 1963.
- LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- _____. *Discursos parlamentares*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- LAFAYETTE, Pedro. *Os crimes do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1946.
- LAPIDUS, Gail W. *Women in soviet society. Equality, development, and social change*. Berkeley: University of California Press, 1979.
- LEÃO, Cleon de. *Os dois mundos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1938.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica. Imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- LEUENROTH, Edgard & NEGRO, Hélio. *O que é o marxismo ou bolchevismo: programa comunista*. São Paulo, 1919.
- LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas, os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LIMA, Delcio Monteiro de. *Os demônios descem do norte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- LIVRO BRANCO SOBRE A GUERRA REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL. Porto Alegre, 1964.
- LIZARAZO, J. A. Osório. *El bacilo de Marx*. Ciudad Trujillo: Editorial La Nación, 1959.
- LLOYD, Christopher. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

- LUÍS, Pedro. *Para onde irá o comunismo?* São Paulo: Nova Jurisprudência, [s.d.].
- _____. *Agonia do comunismo. Greves, lágrimas, miséria e sangue.* São Paulo: N.J.L., 1946.
- LYONS, Eugene. *Rússia, paraíso perdido. Cinquenta anos de comunismo.* Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1968.
- MAC FADDEN, Charles J. *Filosofia do comunismo.* 2 ed. Lisboa: União Gráfica, 1963.
- MACIEL, Anor Butler. *Expulsão de estrangeiros.* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.
- MADER, W. *Et alii. Anticomunismo de hoje.* Lisboa: Manuel Rodrigues Xavier, 1974.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MAIO, Marcos Chor. “*Nem Rotschild nem Trotsky*”: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MAISTRE, Joseph de. *Considérations sur la France.* Genève: Éditions du Millieu du Monde, 1936 (1ª edição, 1796).
- MALIA, Martin. *The Soviet Tragedy: A History of Socialism in Russia, 1917-1991.* New York: Free Press, 1994.
- MALLANI, Esteban J. *Comunismo y judaísmo.* Buenos Aires: [s.n.], 1944.
- MARIA, Affonso (Frei). *A hypocrisia do comunismo.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1936.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989).* Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- MARION, Paul. *O paraíso Moscovita.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.
- MARTINS, Vicente (Monsenhor). *A Rússia dos Soviotes.* Rio de Janeiro: C. Mendes Junior, 1933.
- MATIAS, Rodrigues. *Marcha da Família com Deus pela Liberdade: um ato de fé numa hora de trevas.* São Paulo: Empresa Gráfica Tietê, 1964.
- MAURIAC, François (org.) *O comunismo e os cristãos.* Rio de Janeiro: Vecchi, 1939.
- MAYER, Arno J. *Dinâmica da contra-revolução na Europa (1870-1956).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- MEDEIROS, Maurício de. *Rússia*. Notas de viagem - impressões - entrevistas - observações sobre o regime soviético. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1931.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MELLO, Olbiano de. *Razões do Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.
- _____. *Comunismo ou fascismo?* Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1931.
- MENEZES, Geraldo Bezerra de. *Comunismo - crítica doutrinária*. 4 ed. Guanabara: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1972.
- MERGULHÃO, Benedicto. *O bagageiro de Stálin*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1946.
- MONIZ, Heitor. *Alerta, brasileiros!* Rio de Janeiro: Oficinas I. Amorim, 1937.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O Trono e o Altar: as vicissitudes do tradicionalismo no Ceará (1817-1978)*. Fortaleza: BNB, 1992.
- MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Brasil*. As histórias por trás da História recente do país. 5 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: A Verdade de um Revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- MURICY, Antônio Carlos da Silva. *A guerra revolucionária no Brasil e o episódio de novembro de 1935*. Natal: IHGB/RN, 1966.
- NICOLAEVICH, V. *O Inferno Russo*. O trágico fim dos Romanoff. São Paulo: Zenith, 1931.
- NISBET, Robert. *O conservadorismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O diabo no imaginário cristão*. São Paulo: Ática, 1986.
- NOVAES, Carlos Eduardo. *O quiabo comunista*. 10 ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1977.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- OLIVEIRA, Hermes de Araújo (Cel). *Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *A Igreja ante a escalada da ameaça comunista*. Apelo aos Bispos silenciosos. 3 ed. São Paulo: Vera Cruz, 1977.

_____. *Sou católico: posso ser contra a reforma agrária?* 2 ed. São Paulo: Vera Cruz, 1982.

_____. *Em defesa da Ação Católica*. 2 ed. São Paulo: Artpress, 1983.

_____. *Acordo com o regime comunista: para a Igreja, esperança ou autodemolição?* São Paulo: Vera Cruz, [s.d].

_____. *Reforma Agrária - questão de consciência*. São Paulo: Vera Cruz, 1961.

_____. *Revolução e contra-revolução*. Suplemento de *Catolicismo*, nº 100, 1959.

_____. *Baldeação ideológica inadvertida e diálogo*. O mais recente estratagema comunista para conquistar a opinião mundial. 5 ed. São Paulo: Vera Cruz, 1974.

_____. *Guerreiros da virgem*. A réplica da autenticidade: a TFP sem segredos. São Paulo: Vera Cruz, 1985.

O PERIGO COMUNISTA: ESCLARECENDO O POVO BRASILEIRO. Preparativos comunistas para a implantação da república popular brasileira. Recife: I. Nery da Fonseca, 1958.

OVERSTREET, Harry e Bonaro. *O que devemos saber sobre o comunismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.

PADRE GEORGE (pseud.) *Deus nos subterrâneos da Rússia*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1948.

PALHA, Américo. *Jornada sangrenta: campanha contra o comunismo*. Rio de Janeiro: 1936.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1955.

PARENTI, Michael. *A cruzada anticomunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

PARKER, Phyllis. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

- PEIXOTO, Fernando. *Hollywood: episódios de histeria anticomunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.
- PEREIRA, Alfredo Severo dos Santos (Ten-Cel). *As falsas bases do comunismo Russo*. Rio de Janeiro: Flores & Mano, 1931.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PINTO, Bilac. *Guerra revolucionária*. São Paulo: Forense, 1964.
- PINTO, Heráclito Sobral. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979.
- POLIAKOV, Léon. *Do anti-semitismo ao anti-sionismo*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- PONCINS, Léon de. *As forças secretas da revolução: maçonaria e judaísmo*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1931.
- POPOFF, Jorge. *A Tchéka (Inquisição Vermelha)*. 4 ed. Porto Alegre: Livraria Globo, 1931.
- PORTO, Eurico Bellens. *A insurreição de 27 de novembro*. Rio de Janeiro: Polícia Civil do Distrito Federal/Imprensa Nacional, 1936.
- PORTO SOBRINHO, Antônio. *A guerra psicológica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- POWERS, Richard Gid. *Not without honor: the history of american anticommunism*. New York: Free Press, 1995.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora. Os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PRESTES, Maria. *Meu companheiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- PROST, Antoine. *Douze leçons sur l'histoire*. Paris: Seuil, 1996.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- QUEIROZ, Nelson Araujo. *Até eu seria comunista*. Belo Horizonte: Loyola, [s.d.].
- QUINTANEIRO, Tania. *Cuba e o Brasil: da Revolução ao Golpe (1959-1964)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988.

- RABE, Stephen G. *Eisenhower and Latin America: the foreign policy of anticommunism*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1988.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 28 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- RANZATO, Gabriele. *The spanish civil war*. New York: Interlink books, 1999.
- RAO, Vicente. *Direito das familias dos soviets*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- RÉMOND, René. *Por une histoire politique*. 2 ed. Paris: Seuil, 1996.
- RIBEIRO, Luiz de Prado. *O que é comunismo? O crêdo russo em face da atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Norte Editora, 1937.
- RICOEUR, Paul. *O Mal: um desafio à filosofia e à teologia*. Campinas: Papirus, 1988.
- RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Por une histoire culturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.
- RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- ROLIM, José (Pe.). *O comunismo*. História, ideologia e crítica. Lisboa: União Gráfica, 1944.
- ROSENFELD, Anatol. *Mistificações literárias: “Os Protocolos dos Sábios do Sião”*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ROSSI, Agnelo. *A filosofia do comunismo*. Petropólis: Vozes, 1947.
- ROSSITER, Clinton. *Conservatism in America*. 2 ed. New York: Random House, 1962.
- SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SALGADO, Plínio. *O que é o integralismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.
- _____. *A doutrina do sigma*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.
- _____. *Doutrina e tática comunistas (noções elementares)*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1956.
- SALLUSTE. *Les origines secretes du bolchevisme*. Henri Heine et Karl Marx. Paris: Éditions Jules Tallandier, 1930.

- SANTOS, Davino Francisco dos (Cap.). *A marcha vermelha*. São Paulo: Saraiva Distribuidores, 1948.
- SANTOS, Francisco Ruas. *A guerra revolucionária comunista*. Rio de Janeiro: Record, 1964.
- SANTOS, João Baptista Pereira dos (Pe). *Os Chifres do Diabo*. Capitalismo-Comunismo. São Paulo, [s.n.], 1964.
- SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SANTOS DE OLIVEIRA, Antenor. *Você conhece o comunismo? Mas conhece mesmo?* São Paulo: Edição do autor, [s.d.].
- SCHOOYANS, Michel. *O comunismo e o futuro da Igreja no Brasil*. São Paulo: Herder, 1963.
- SCHWARZ, Fred. *Você pode confiar nos comunistas (... eles são comunistas mesmo!)*. São Paulo: Dominus, 1963.
- _____. *O comunismo: diagnóstico e tratamento*. Belo Horizonte: [s.n.], 1963.
- SEGANFREDO, Sônia. *Une, instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963.
- SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução*. As vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SETON-WATS, Hugh. *Anatomia do comunismo*. Rio de Janeiro: GRD, 1963.
- SHUSTER, G. N. *A religião por trás da cortina de ferro*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1956.
- SILVA, Antônio Carlos Pacheco e. *A Guerra subversiva em marcha*. São Paulo: CIESP, 1961.
- SILVA, Deonísio da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- SILVA, Hélio. *1935: a revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____. *1937: todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- _____. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *A Ameaça Vermelha: o Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família*. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SINZIG, Pedro (Frei). *Tempestades*. O bolchevismo por dentro. Rio de Janeiro: C. Mendes Junior, 1931.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SOARES, Antônio Carlos Otoni (org.) *Os 50 anos da primeira tentativa comunista*. São Paulo: Edição do autor, 1985.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE (TFP). *Meio século de epopéia anticomunista*. 3 ed. São Paulo: Vera Cruz, 1980.

_____. *Um Homem, Uma Obra, Uma Gesta*. Homenagem das TFPs a Plínio Corrêa de Oliveira. São Paulo: Edições Brasil de Amanhã, 1989.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

STACHINI, José. *A mobilização da audácia*. São Paulo: Editora Nacional, 1965.

STARLING, Heloísa Murgel. *Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

STERNHELL, Zeev. *La droite révolutionnaire*. Les origines françaises du fascisme (1885-1914). Paris: Seuil, 1978.

STITES, Richard. *The women's liberation movement in Russia*. Feminism, nihilism and bolchevism, 1860-1930. 2 ed. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SUED, Ibrahim. *000 Contra Moscou*. Viagem ao país do medo. Rio de Janeiro: Bloch, 1965.

TAVARES, José Nilo (org.). *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985.

TENNIEN, Mark. *Os mistérios da China Vermelha*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1963.

TONUSSI, Agenor. *Fui estudante em Moscou*. 2 ed. Rio de Janeiro: Laudes/MEC, 1971.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1979.

TSE-MIN, Chang. *Acciones criminales de los comunistas chinos para narcotizar al mundo*. Liga Mundial Anticomunista: República da China, 1976.

UNIÃO DE RESISTÊNCIA NACIONAL. *O comunismo contra o Brasil; história e atualidade do assalto stalinista; a verdade sobre o mito Prestes*. São Paulo: S.C.P., 1945.

VARELA, A H. *Las hordas comunistas*. Buenos Aires: [s.n.], 1932.

VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. Rio de Janeiro: FGV, 1995. 2 vol.

VASCONCELLOS, Tancredo. *Comunismo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1938.

VELLOSO, Manoel Joaquim Pimenta. *Comunidade ou comunismo? Carta aos brasileiros*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIEIRA, H. e SILVA, O. *História da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1955.

VILELA, Orlando O. *A atitude cristã em face da política; comunismo, capitalismo, integralismo, outros temas*. Belo Horizonte: Menezes, 1951.

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa contra a Igreja*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

WAACK, William. *Camaradas. Nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WEISSMAN, Karl. *Masoquismo e comunismo. Contribuição a patologia do pensamento político*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964.